

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Ricardo Cocco

**PROCESSOS EDUCATIVOS EM PRÁTICAS  
COMUNICATIVAS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA:  
POTENCIAIS AMBIENTES DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS  
NA PERSPECTIVA DA HETEROGLOSSIA**

Passo Fundo

2019

Ricardo Cocco

**PROCESSOS EDUCATIVOS EM PRÁTICAS  
COMUNICATIVAS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA:  
POTENCIAIS AMBIENTES DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS  
NA PERSPECTIVA DA HETEROGLOSSIA**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, sob orientação da Professora Doutora Flávia Eloisa Caimi.

Passo Fundo

2019

À minha maravilhosa companheira de todas as horas, Carmem Regina, e aos meus amados filhos, Gian Lucca e Enzo Gabriel, que compartilharam comigo as alegrias e as tensões deste processo formativo, pelo carinho e paciência que tiveram em todos os momentos do “doutorado”. Vocês valem todo e qualquer esforço.

## AGRADECIMENTOS

A toda a minha família, de forma especial à minha mãe, Maria Magdalena Cocco, e ao meu pai, Noacir José Cocco, pelo amor incondicional e pelos exemplos de vida que são para mim.

À amiga e orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Flávia Eloisa Caimi, por ter acolhido carinhosamente a mim a ao projeto de pesquisa e pela interlocução qualificada durante todo o processo investigativo.

À Faculdade de Educação (FAED), ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da UPF e a todos os seus professores e técnicos administrativos, pelo apoio, incentivo e pelo trabalho competente que realizam na formação de profissionais qualificados no campo da educação. À UPF pela excelente estrutura que oferece aos seus acadêmicos e pela Bolsa UPF.

Aos colegas da turma 2015/2 do doutorado do PPGEDU, especialmente às queridas amigas Ivana Aparecida Weissbach Moreira, Rosenei Cella e Rosana Cristina Kohls, mais a Flávia Peruzzo, pela amizade e companheirismo, além das inesquecíveis conversas na companhia das “Bads” e do “James”. Ninguém solta a mão de ninguém!

Aos membros da banca, professores Ilza Girardi, Luis Bonixe, Adriana Dickel e Adriano Canabarro Teixeira, pelos olhares sensíveis e qualificados ao trabalho.

À Capes, pela Bolsa do Doutorado Sanduíche através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Ao prof. Luis Bonixe, pela acolhida no Doutorado Sanduíche no Instituto Politécnico de Portalegre em Portugal.

Aos diretores e locutores das Rádios Comunitárias que me receberam no trabalho de campo e a todos os sujeitos que militam nas fileiras da Comunicação Comunitária por um mundo socialmente mais justo, ecologicamente mais equilibrado e politicamente mais participativo.

À direção do Campus da UFSM de Frederico Westphalen e aos colegas de trabalho que “seguraram as pontas” durante o meu afastamento para qualificação.

A todos os amigos e amigas que nunca me deixaram esquecer que sempre há um sonho por trás de qualquer trabalho.

“Piratas são eles. Nós não estamos atrás do ouro”  
(MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986)

“A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, com os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos” (BAKHTIN, 2011, p. 348)

“Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou sabe. Perigo de mexer com o que está oculto – e o mundo não está à tona, está oculto em suas raízes submersas em profundidades do mar. Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é que existo intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sangue. Sou um escritor que tem medo das palavras: as palavras que digo escondem outras – quais? Talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no fundo do poço (Clarice Lispector, 1978)”

## RESUMO

As mídias constituem-se em mediadores pelos quais os sujeitos se relacionam, compreendem e significam o que os cerca, onde sentidos são construídos e reconstruídos, narrativas são negociadas e disputas pela interpretação do mundo são travadas. Para ambientar essa investigação escolheu-se o rádio, entendido como uma plataforma midiática que proporciona a experiência do ouvir, do falar, do imaginar, do dialogar sobre o cotidiano. Toma-se como objeto específico a Radiodifusão Comunitária (RadCom), enquanto fenômeno em movimento e em constante transformação, que se configura como um campo de lutas envolvendo atores diversos. Parte-se do pressuposto que cada experiência de RadCom constitui-se em um universo de linguagens, códigos e práticas, sob uma pluralidade de ritmos e lógicas articuladas, em cada cultura, região, localidade e em contextos determinados e que, via de regra, afloram do inconformismo frente a diversas situações de injustiça, opressão, exclusão e silenciamento. A questão central que se procura responder é: mediante quais condições as experiências de Radiodifusão Comunitária, situadas em cenários culturais e histórico-sociais, compõem ambientes de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia? Sob a égide de uma abordagem sócio-histórica, expõe-se inicialmente um estudo exploratório e descritivo de caráter bibliográfico e documental, a fim de que essas práticas comunicativas alternativas possam ser compreendidas em interlocução com a história e a cultura, a partir dos sujeitos e dos contextos que lhes dão inteligibilidade e materialidade. Busca-se aporte em Bakhtin (2009, 2011), no esforço de compreender os processos midiáticos, considerando a produção de sentidos e as condições de possibilidade da heteroglossia que por meio deles são engendrados. Num segundo momento, apresenta-se uma investigação de campo em que foram observadas duas experiências de RadCom: a Rádio Liberdade, de Três Palmeiras e a Rádio Comunitária de Frederico Westphalen, ambas situadas na região Norte do Rio Grande do Sul. Com base no estudo de caso como método de investigação, foram produzidos dados a partir de uma triangulação de fontes: entrevistas com locutores e gestores, pesquisa de opinião pública com as audiências e elaboração de diários de escuta sobre as programações das emissoras. Adota-se para a análise dos dados os parâmetros teóricos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), de orientação bakhtiniana. Os resultados indicam que essas práticas comunicativas alternativas e de caráter comunitário, mesmo em meio às vicissitudes e contradições a que estão expostas, têm potencialidades para promover situações discursivas marcadas pela heteroglossia. Isso ocorre quando estabelecem proximidade com o que envolve a vida das pessoas; quando promovem experiências comunicativas que dão apoio para que as mais diversas vozes ecoem nos diálogos sociais; quando reverberam espaços de tensões mobilizadoras e pontos de vista dissonantes; quando apresentam potencial transgressivo à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação; quando constituem cenários de enfrentamento e processos de resistência e quando fazem opção político-ideológica pelos discursos periféricos e marginalizados. Situações discursivas não se constituem heteróglotas única e exclusivamente pela licença ou permissão que concedem às vozes a fim de que participem dos processos de produção de sentido, nem pela ausência de conflitos e pressões sociais, mas pela forma como respeitam e celebram a multiplicidade e a arquitetura que oferecem para que elas dialoguem. A relevância pedagógica destas mídias alternativas reside nos modos de interação que podem proporcionar, nas possibilidades de interlocução que são capazes de ocasionar e quando são capazes de construir ambientes propícios para que as posições dos falantes entrem em um cenário discursivo plural e participem ativamente na constituição dos sentidos. Pluralidade que, manifestada publicamente, enriquece a experiência humana como um todo e a vida de cada um.

**Palavras-Chave:** Educação. Comunicação. Radiodifusão Comunitária. Heteroglossia.

## ABSTRACT

The media are composed in mediators by whom they relate, understand and mean what surround them, because they are configured as spaces where senses are produced, built and rebuilt, where narratives are negotiated and arguments through the interpretation of the world take place. To put this research to the test, we chose radio, understood as a media platform that provides the experience of listening, speaking, imagining, and dialogue about daily life. Community Broadcasting is the specific subject (ComBro) as a phenomenon in movement and in constant transformation, that is configured like a field of fights involving diverse actors. It is assumed that each ComBro experience constitutes a universe of languages, codes and practices, under a plurality of articulated rhythms and logics, in each culture, region, locality and in certain contexts and, as a rule, arise from nonconformity in the face of several situations of injustice, oppression, exclusion and silencing. The main question that is tried to answer is: under which conditions the experiences of Community Broadcasting, situated in cultural and historical-social scenarios, compose environments of sense production in the heteroglossia perspective. Under the egis of a socio-historical approach, an exploratory and descriptive study of bibliographical and documentary character is presented, in order that these alternative communicative practices can be understood in interlocution with history and culture, from the subjects and contexts that give them intelligibility and materiality. Bakhtin's contribution (2009, 2011) is sought in the effort to understand the mediatic processes considering the production of meanings and the conditions of possibility of the heteroglossia that are generated by them. In a second moment, we present a field investigation in which two experiments of ComBro were observed: the Radio Liberdade of the county of Tres Palmeiras and Community Radio of Frederico Westphalen county, both located in northern Rio Grande do Sul State. Based on the case study as a research method, data were produced from a triangulation of sources: interviews with broadcasters and managers, public opinion polls with the audiences and the elaboration of listening diaries about the broadcasters' schedules. The theoretical parameters of the Dialogical Analysis of Speech (DAS) are adopted for the analysis of the data, of Bakhtinian orientation. The results indicate that these communicative and communitarian practices, even in the midst of the vicissitudes and contradictions to which they are exposed, have the potential to promote discursive situations marked by heteroglossia. This occurs when they establish closeness to what is involved in people's lives; when they promote communicative experiences that give support so that the most diverse voices echo in the social dialogues; when there are reverberating spaces of mobilizing tensions and dissonant points of view; when they present a transgressive potential for discursive standardization and conventional communication logics; when they constitute scenarios of confrontation and processes of resistance and when they make political-ideological option by the peripheral and marginalized discourses. Discursive situations do not constitute heteroglots only and exclusively by the license or permission that they grant to the voices so that they participate in the processes of production of meaning, neither by the absence of conflicts and social pressures, but by the way they respect and celebrate the multiplicity and the architecture that they offer for them to dialogue. The pedagogical relevance of these alternative media resides in the modes of interaction that they can provide, in the possibilities of interlocution they are capable of and when they are able to construct favorable environments so that the positions of the speakers enter a plural discursive scenario and participate actively in the constitution of the directions. Plurality that, publicly manifested, enriches the human experience as a whole and the life of each one.

**Keywords:** Education. Communication. Community Broadcasting. Heteroglossia

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Número de pesquisas por Áreas do Conhecimento/Programas de Pós Graduação.....	59
Quadro 2.	Municípios atendidos por canal de Radiodifusão Comunitária em 2016, por Região.....	149
Quadro 3	Quadro-síntese das emissoras observadas no trabalho de campo.....	176
Quadro 4.	Caracterização dos Entrevistados no âmbito da produção na Emissora A.....	176
Quadro 5.	Caracterização dos Entrevistados no âmbito da produção na Emissora B.....	177
Quadro 6.	Codificação dos respondentes da Pesquisa de Opinião Pública na Emissora A.....	180
Quadro 7.	Codificação dos respondentes da Pesquisa de Opinião Pública na Emissora B.....	181



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Percurso Metodológico da Pesquisa.....	36
Figura 2. Quantidade de pesquisas discriminadas por ano (2005-2015).....	57
Figura 3. Número de pesquisas segundo a natureza do trabalho.....	57
Figura 4. Instituições de Ensino Superior onde foram produzidas as pesquisas.....	58
Figura 5. Charge: Mapa das “ <i>Capitanias Hereditárias da Mídia</i> ” no Brasil.....	115
Figura 6. Distribuição das outorgas de canais de Radiodifusão Comunitária em 2016, por estado.....	150
Figura 7. Percentual dos respondentes das Pesquisas de Opinião Pública por faixa etária.....	183
Figura 8. Percentual dos respondentes das Pesquisas de Opinião Pública por gênero.....	183
Figura 9. Percentual dos respondentes das Pesquisas de Opinião Pública por escolaridade.....	183
Figura 10. Fachada da Emissora Rádio Comunitária Liberdade FM.....	188
Figura 11. Fachada da Emissora e vista parcial da cidade de Três Palmeiras.....	188
Figura 12. Estúdio principal da Rádio Comunitária Liberdade FM.....	188
Figura 13. Estúdio principal da Rádio Comunitária Liberdade FM.....	189
Figura 14. Recepção da Emissora Rádio Comunitária Liberdade FM .....	189
Figura 15. Estúdio principal da Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen.....	199
Figura 16. Sala do Jornalismo da Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen.....	199
Figura 17. Estúdio secundário da Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen.....	200

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
- ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
- ADD – Análise Dialógica do Discurso
- ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras
- AM - Radiodifusão Sonora de Amplitude Modulada
- AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
- ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CIESPAL - Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina
- CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CUFA – Central Única das Favelas
- ESECS - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
- FM - Radiodifusão Sonora de Frequência Modulada
- FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- IBICT - Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPP - Instituto Politécnico Portalegre
- MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
- MEB - Movimento de Educação de Base
- Minc – Ministério das Comunicações
- MOM - Monitoramento da Propriedade da Mídia
- MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONGs - Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
- PIBIC/EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio
- RadCom – Radiodifusão Comunitária
- RAI - Rádio e TV Italiana

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIRENA - Sistema Rádio-Educativo Nacional

UIT - União Internacional de Telecomunicações

Unas - União de Núcleos, Associações e Sociedades dos morros de Heliópolis e São João do Clímaco

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPF - Universidade de Passo Fundo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DIÁLOGOS INAUGURAIS COM O LEITOR/INTERLOCUTOR.....</b>	<b>14</b>
1.1	Compreendendo um conceito e um objeto de pesquisa em movimento e em transformação.....	24
1.2	Formulação do problema de pesquisa.....	31
1.3	Os objetivos da pesquisa.....	32
1.4	Percursos metodológicos do processo de pesquisa.....	33
1.5	Organização do texto - itinerário investigativo.....	36
<b>2</b>	<b>DIÁLOGOS COM O CAMPO INVESTIGATIVO: INTERLOCUÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIAS.....</b>	<b>39</b>
2.1	Uma discussão sobre educação, comunicação e constituição do sujeito.....	44
2.2	Processos educativos e mídias.....	47
<b>3.</b>	<b>DIÁLOGOS COM A PESQUISA: OLHARES SOBRE (DA) PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.....</b>	<b>54</b>
3.1	Estado do conhecimento: traços e cartografias.....	55
3.2	Um olhar sobre a RadCom a partir do campo da Educação: diálogos e multiálogos.....	64
3.3	A Comunicação Comunitária e a Radiodifusão Comunitária nas teses em Educação.....	67
3.4	Percorrendo um caminho em obras.....	72
<b>4.</b>	<b>DIÁLOGOS COM A TEORIA: UMA COMPREENSÃO DA MÍDIA NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA .....</b>	<b>74</b>
4.1	Por que travar interlocução com Bakhtin?.....	74
4.2	Bakhtin: a palavra e o enunciado.....	77
4.3	Bakhtin: o dialogismo, o discurso e a voz.....	82
4.4	Bakhtin: o monologismo e a heteroglossia.....	88
4.5	Um modo de olhar, uma maneira de interrogar, com base em Bakhtin, a comunicação, a comunicação social e as mídias.....	100

<b>5.</b>	<b>A HISTORICIDADE E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS EM CENÁRIOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.....</b>	<b>106</b>
<b>5.1</b>	<b>Um olhar sobre o rádio e a Radiodifusão Comunitária.....</b>	<b>106</b>
<b>5.2</b>	<b>A Radiodifusão no Brasil: um diagnóstico da concentração dos meios e os processos de monologização dos discursos.....</b>	<b>111</b>
<b>5.3</b>	<b>Apontamentos acerca da constituição e das raízes históricas da Radiodifusão Comunitária: cenários de enfrentamento.....</b>	<b>119</b>
<b>5.4</b>	<b>Possibilidades e constrangimentos na compreensão do fenômeno e na composição dos discursos em ambientes de RadCom relacionados à legislação...128</b>	
<b>5.5</b>	<b>Um encontro com as vertentes pedagógicas do movimento da Radiodifusão Comunitária: um movimento pedagógico e o pedagógico em movimento.....</b>	<b>137</b>
<b>5.6</b>	<b>Panorama atual da Radiodifusão Comunitária no Brasil: um embrionário diagnóstico e o relato de algumas experiências singulares.....</b>	<b>147</b>
<b>6</b>	<b>CONTEXTOS E TEXTOS: APROXIMAÇÕES E INTERLOCUÇÕES COM OS AMBIENTES E COM OS SUJEITOS MOBILIZADOS NAS EXPERIÊNCIAS DE RADCOM OBSERVADAS.....</b>	<b>161</b>
<b>6.1</b>	<b>Abordagem metodológica para um estudo de caso.....</b>	<b>161</b>
<b>6.2</b>	<b>Um modo de interrogar o fenômeno: Análise Dialógica do Discurso.....</b>	<b>167</b>
<b>6.3</b>	<b>Técnicas, instrumentos e sujeitos acionados para a produção de dados.....</b>	<b>171</b>
<b>6.4</b>	<b>Relatório do trabalho de campo: o que o pesquisador lê do texto concreto que tem diante de si.....</b>	<b>175</b>
<b>6.5</b>	<b>Os sentidos que emergem dos sujeitos que narram suas experiências discursivas e a recomposição da arena onde se dá o encontro dessas vozes.....</b>	<b>184</b>
<b>6.5.1</b>	<b>Rádio Liberdade FM de Três Palmeiras – RS.....</b>	<b>186</b>
<b>6.5.2</b>	<b>Rádio Liberdade: as vozes dos locutores.....</b>	<b>189</b>
<b>6.5.3</b>	<b>Rádio Liberdade: as vozes das audiências.....</b>	<b>194</b>
<b>6.5.4</b>	<b>Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen – RS.....</b>	<b>196</b>
<b>6.5.5</b>	<b>Rádio Comunitária FM: as vozes dos locutores.....</b>	<b>200</b>
<b>6.5.6</b>	<b>Rádio Comunitária FM: as vozes das audiências.....</b>	<b>208</b>
<b>7.</b>	<b>CONDIÇÕES EM QUE É POSSÍVEL PERCEBER A CONCRETIZAÇÃO DA HETEROGLOSSIA EM ESPAÇOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.....</b>	<b>212</b>
<b>7.1</b>	<b>Proximidade com o que envolve a vida das pessoas.....</b>	<b>215</b>
<b>7.2</b>	<b>Experiências comunicativas que favorecem que as vozes ecoem, ressoem.....</b>	<b>223</b>

<b>7.3 Espaço de tensões (contradições) mobilizadoras, pontos de vista e vozes dissonantes.....</b>	<b>230</b>
<b>7.4 Potencial transgressivo à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação.....</b>	<b>241</b>
<b>7.5 Constituição de cenários de enfrentamento e processos de resistências.....</b>	<b>252</b>
<b>7.6 Opção político-ideológica pelos discursos marginalizados, periféricos, não oficiais (inaudíveis).....</b>	<b>262</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>271</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>283</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>301</b>

## 1 DIÁLOGOS INAUGURAIS COM O LEITOR/INTERLOCUTOR

*O texto não é um sistema fechado, um mundo sem lutas ou mudanças.*  
(NEWCOMB, 2010, p. 367).

*É para radioapaixonadas e radioapaixonados. Para colegas inconformados, que inventam, que experimentam, que gostam do microfone. Para aqueles que apostam em uma rádio mais dinâmico e sensual. E para aqueles que lutam por um mundo onde todos possam comer seu pão e dizer sua palavra* (VIGIL, 2003, p. 13).

Em meados da década de 1990, com o declínio de muitos movimentos ditatoriais e a ascensão de novos atores no cenário sócio-político no continente latino-americano, José Ignacio López Vigil (2003) escreve *Manual urgente para radialistas apasionadas e apasionados*<sup>1</sup>, fruto de seus mais de trinta anos de experiência em ensino na área da Comunicação e Educação no Caribe e na América Latina. Nessa obra, com uma escrita acessível e didática, Vigil transita pela genealogia do rádio, analisando a linguagem, as condições que lhe são próprias, as exigências que o presidem, a realidade diária do veículo e as possibilidades que o alargam.

Na primeira parte do texto, Vigil afirma que o rádio<sup>2</sup> possui uma personalidade própria, caracterizada pela sua capacidade de sedução. Essa capacidade está ligada ao emprego de palavras e expressões que se dirigem aos sentidos, que os estimulam. Por meio da voz, expandida através de um meio eletrônico, palavras fazem ver através do ouvido, pintam a realidade, produzem narrativas e diálogos sociais, descrevem situações que podem ser sentidas, tocadas, mordidas, que possuem peso e medida. “No rádio não só fazemos os cegos verem, fazemos cheirar sem nariz, acariciar sem mãos e saborear à distância” (VIGIL, 2003, p. 36).

O autor está tratando em suas reflexões de uma mídia popular que, muito além de transmitir, difundir ou divulgar, participa na produção/criação de um universo incomensurável de sentidos, narrativas, visões de mundo, comportamentos, consciências. O rádio vem se relacionando histórica, direta e sensualmente com os sentidos, os tons, os processos culturais, a imaginação, e com a palavra, com a qual nos tornamos homens e mulheres e sem a qual, segundo Vigil (2003), não passaríamos de “simpáticos primatas”.

---

<sup>1</sup> *Manual urgente para radialistas apasionadas e apasionados* é uma sistematização de debates, apresentados pelo autor em Quito, em outubro de 1994, promovido pelo CIESPAL (Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina) e pela AMARC (Asociación Mundial de Radios Comunitarias).

<sup>2</sup> Falamos em “o rádio” (substantivo masculino) quando estamos tratando do veículo de um modo geral e “a Rádio” (como nome próprio) quando nos referirmos à alguma emissora em específico, ou a um movimento de radiodifusão em particular, como no caso da Radiodifusão Comunitária.

Alegrear a vida das pessoas. Talvez seja essa a primeira missão do rádio. Uma missão educativa, é claro. Afinal de contas, pedagogia não é acompanhar, abrir caminho juntos? Pois nada pode ser mais acompanhador que uma amiga simpática, um amigo divertido. Isso vale para os programas ligeiros e para os que pretendem transmitir algum conteúdo, inclusive para o tratamento de um assunto profundo (VIGIL, 2003, p. 34).

O rádio pode fazer ver, sentir, imaginar, fantasiar por meio do ouvido. Sentidos são elaborados e reelaborados a partir de um mundo visual acústico, o qual o autor denomina de imagens auditivas. Para Vigil (2003, p. 38-39), aprendemos a falar escutando (o ouvido é o pedagogo da palavra) e aprendemos a pensar falando (a consciência é um “presente” da comunidade, recebida dos demais, construída em um diálogo com os outros), ou seja, a consciência é filha da palavra e neta do ouvido. Afirma ele: “desencadeamos essa maravilhosa genealogia quando conversamos frente a frente com um amigo, e também quando nos comunicamos com muitos por meio do rádio” (VIGIL, 2003, p. 39).

Mesmo com essa percepção apaixonada, emotiva e imaginativa do rádio, do cotidiano de quem vive o meio como meio de vida, Vigil alerta que não se deve perder de vista sua racionalidade. “Falar pelo rádio é despertar novas ideias, estimular o espírito crítico, fixar conceitos e arejar preconceitos” (VIGIL, 2003, p. 39).

Martins (2015) faz uma leitura do meio radiofônico considerando a perspectiva da experiência sensorial. Traça um paralelo entre o paradigma visual contido nas tecnologias midiáticas e o paradigma sonoro, para identificar o lugar e as vicissitudes do rádio. Para ele, o visual é o retrato das substâncias, das coisas; afinal, analogamente é o paradigma do espaço e do território, e isso significa que projeta um “espaço enclausurado, controlado, linear e estático, abstraído do mundo que o rodeia” (MARTINS, 2015, p. 7). Já o áudio/som é um objeto desterritorializado, um objeto em devir, sem centro, com apenas duração e memória. Segundo o autor,

[...] por esta razão, o rádio, que, sobretudo na era da internet também é fluxo de luz e sensibilidade, não é um território estabelecido, definido como coisa feita. Participa do ser indeterminado, presente no modo infinitivo dos verbos fluir e ressoar, deslocando-nos do plano das estabilidades (coisas definidas) para o plano das coisas indefinidas, a fazer-se (MARTINS, 2015, p. 7).

Nesse sentido, entendendo que a linguagem radiofônica pertence à ordem do inacabado, do fazer-se, do aberto, do vir-a-ser, da construção, Vigil (2003, p. 46) nos deixa de sobreaviso:

[...] não somos robôs. Não funcionamos com tomadas nem molas. Tanto emissores como receptores são pessoas humanas em situações sociais e familiares muito concretas, com determinados gostos e desgostos, com características diferentes, com hábitos e manias, com costumes muito enraizados, com interesses muito prementes, com uma amálgama de sentimentos contraditórios, vivendo de maneira única a nossa imensa minoria. Cada pessoa é um mundo, como dizem. E é a partir desse



mundo que a mensagem é elaborada por quem envia ou reelaborada por quem recebe. Quem dá sentido às coisas é o sujeito, não a mensagem.

Rodero (2008) trata da questão sob um ângulo bastante instigante, aproximando o debate entre o rádio e as questões pedagógicas. Parte da premissa de que a linguagem verbal, característica peculiar dos meios radiofônicos, sempre foi, desde antes mesmo do nascimento, nossa principal via de enlace com o mundo, sendo parte constitutiva de um processo ininterrupto e inconcluso de socialização e formação do sujeito. A autora afirma que, se a fala constitui nosso principal instrumento de comunicação e via de expressão conceitual e emocional, não é estranha a importância que assumem a percepção sonora e a linguagem oral em nossa vida diária, nos processos de aprendizagem e nos modos de acesso e produção do conhecimento. Diz ela que “nuestras relaciones com los demás se materializan cada día a través de las palabras. El lenguaje oral se convierte así em nuestra principal vía de transmisión de conocimientos, pensamientos y sensaciones”<sup>3</sup> (RODERO, 2008, p. 101). Mesmo que a cultura contemporânea seja predominantemente visual, o som tem um valor fundamental e é o meio de transporte por essência da mensagem. A imagem nos serve como um recurso de ilustração, de apoio a uma mensagem cuja significação se sustenta na voz. Afirma a autora: “la voz del locutor ofrece los datos importantes, transporta o significado conceptual de la información”<sup>4</sup> (RODERO, 2008, p. 102). O som tem, em vista disso, uma potencialidade e um sentido pedagógico. Nessa seara, a autora aponta que os processos educativos no interior dos espaços escolares ou mesmo fora deles se fragilizam quando se retrai a expressão verbal e se relega a principal forma de expressão do ser humano. Pouco tempo (e espaço) é dedicado ao falar, ao expressar-se em público, à atividade de elaborar narrativas, ao diálogo verbalizado através do som, ou mesmo da escrita. Segundo a autora, “la educación en la escuela retrae la expresión. Convertimos así a los niños en analfabetos auditivos, en inadaptados expresivos, en deficientes orales”<sup>5</sup> (RODERO, 2008, p. 99). Afirma Rodero (2008), ainda, que o rádio tem como principal potência sua capacidade de estimular a imaginação, fomentar o desenvolvimento das capacidades auditivas (de escuta) e a expressão, otimizar a reflexão, a interação, fundamentais para a compreensão e produção de conceitos e para a elaboração de conhecimentos.

---

<sup>3</sup> “Nossas relações com os outros se materializam a cada dia através de palavras. A linguagem oral torna-se assim a nossa principal forma de transmitir conhecimentos, pensamentos e sentimentos” (Tradução nossa).

<sup>4</sup> “A voz do locutor oferece os dados importantes, transporta o significado conceitual da informação” (Tradução nossa).

<sup>5</sup> “A educação escolar retrai a expressão. Assim, convertemos crianças em analfabetos auditivos, em inadaptados expressivos, em deficientes orais” (Tradução nossa).

Num universo de interação verbal, onde a palavra assume uma condição de elemento mediador entre os sujeitos, o rádio é o meio de comunicação por excelência do som. Para Vigil (2003), o rádio amplifica a voz humana que informa, explica, aponta para pontos de vista e vistas de pontos, dialoga, acompanha conversando.

Isso significa dizer que o rádio tem a potencialidade de favorecer experiências compartilhadas, encontros, estabelecer correntes intersubjetivas onde emissor e receptor imprimem suas digitais na mensagem, e nisso reside precisamente uma das principais riquezas da comunicação humana. Desse aspecto interativo, as convencionais visões mecanicistas da comunicação e da comunicação social por meio do rádio que tentaram reduzi-la a uma lei física de ação e reação não dão conta.

O rádio, dessa maneira, compõe o horizonte de nossa pesquisa não por suas características técnicas, ou constituição física, mesmo que elas tenham ao longo do tempo possibilitado que ele se tornasse parte do cotidiano das pessoas. Nem tampouco será abordado como meio técnico, como se tivesse vida própria. O fato é que estamos diante de um fenômeno histórico que se construiu e se fundamenta em torno da palavra, da mensagem que, enunciada de alguma forma, quer encontrar a outrem com o qual estabelece uma interação, essencialmente ansiosa de respostas, seja ela de que tipo for ou em que condições ocorra.

Assim sendo, compreendemos que, para além da capacidade de selecionar ou agendar o que devemos discutir e conhecer do cotidiano, é pela mediação das mídias, que, em grande medida, o mundo que conhecemos é traduzido e se torna inteligível. Ou seja, esses espaços participam nos processos de significabilidade do mundo.

Compartilhamos da tese de Balsebre (2012, p. 10) que compreende “la radio como um médio de comunicación y expresión, no tan solo um médio de difusión de información”<sup>6</sup>, e para o qual reivindica “uma función estético-comunicativa, que empieza em la belleza de lo sonoro y termine en la interacción comunicativa emissor-receptor”<sup>7</sup> (BALSEBRE, 2012, p. 15). Não se tratam, pois, apenas de meios de informação ou transmissão de significados, mensagens e informações. Para o autor, a percepção acerca da existência de um processo interativo de comunicação radiofônica suplanta “la limitada concepción del médio como um canal trasmisor de mensajes hablados, soporte para la comunicación a distancia entre

---

<sup>6</sup> “O rádio como meio de comunicação e expressão, não só um meio de divulgação de informações” (Tradução nossa).

<sup>7</sup> “Uma função estético-comunicativa, que começa na beleza do som e termina na interação comunicativa emissor-receptor (Tradução nossa).

personas”<sup>8</sup> (BALSEBRE, 2012, p. 24).

O interesse investigativo que deu origem a este trabalho não se reduz, pois, ao estudo dos meios, mas volta-se para a compreensão desses espaços midiáticos como lugares onde são produzidos sentidos e inteligibilidades. Partimos, portanto, da compreensão de que as mídias - e o rádio, de modo especial - são espaços de interação verbal onde se desenrolam processos de significação do real, em paisagens de conflitos concretos e batalhas semânticas no terreno da linguagem e das ideologias.

O cenário até aqui apresentado sugere que o rádio<sup>9</sup>, como espaço midiático de produção e construção de saberes, de mobilização social e de lócus onde se produzem inteligibilidades de mundo, pela sua dimensão, alcance e complexidade, deve ser melhor compreendido, explorado e pesquisado como ambiente potencialmente pedagógico e formativo.

A essa altura da exposição já estão se delineando as bases iniciais do horizonte panorâmico que move nossas preocupações, inquietações e o interesse investigativo, a saber, os processos educativos em ambientes da comunicação social, mais precisamente, no âmbito do rádio.

Dessas inquietações descortina-se o pano de fundo do trabalho investigativo: as inter-relações, a proximidade, as intimidades e as interfaces entre comunicação social, mídias e educação e as possíveis abordagens que apontam para um diálogo entre esses campos do saber. Consideramos a existência dessa familiaridade e de relações que podem ser estabelecidas entre as mídias e os processos educativos. Esses processos não são pensados apenas com base em um modelo escolar, mas entendidos, nesse horizonte, como fatos sociais e como processos que decorrem da produção e socialização de saberes, que se constituem a partir da interação permanente e multilateral de sujeitos mediados pela linguagem e que se concretizam em diversos espaços formativos que extrapolam os muros da escola e os sistemas convencionais de ensino.

---

<sup>8</sup> “A concepção limitada do meio como um canal transmissor de mensagens faladas, suporte para comunicação à distância entre pessoas (Tradução nossa).

<sup>9</sup> O foco da pesquisa é a Radiodifusão no formato *offline*, independentemente da plataforma em que emite sua programação (através exclusivamente das ondas hertzianas ou de forma híbrida, integrando práticas e suportes ao utilizar-se dessas ondas e concomitantemente tendo a internet como suporte complementar para suas transmissões). Reconhecemos que a internet está transformando o rádio, a começar pela maneira de produzir conteúdos e transmiti-los, até as novas possibilidades de interação que se abrem com essa nova paisagem, o que em alguns cenários nos obriga a reequacionar o próprio conceito de rádio. No entanto, por opção epistemológica e metodológica, limitaremos-nos a tratar do rádio em seu formato convencional, mesmo que ele estenda sua programação para a internet.

Empreendemos uma marcha ancorados no pressuposto de que a comunicação e os processos educativos em todos os momentos parecem se confundir, se entrelaçar e se configurar como cursos complexos e concretos de produção de saberes e de experiências humanas e culturais.

E por que podemos afirmar que Comunicação/Educação é um espaço concreto? Como diz Paulo Freire, nós vivemos no mundo e com o mundo. E que mundo é esse? É aquele que é trazido até o horizonte de nossa percepção, até o universo de nosso conhecimento. Afinal, não podemos estar "vendo" todos os acontecimentos, em todos os lugares. É preciso que "alguém" os relate para nós. O mundo que nos é trazido, que conhecemos e a partir do qual refletimos, é um mundo que nos chega editado, ou seja, ele é redesenhado num trajeto que passa por centenas, às vezes milhares de filtros até que "apareça" no rádio, na televisão, no jornal. Ou na fala do vizinho e nas conversas dos alunos (BACCEGA, 1999, p. 177).

Conjecturamos, assim, que comunicar é um processo sociocultural, relacional e de produção de sentidos em que os sujeitos envolvidos nos processos comunicativos, sejam ou não mediados tecnologicamente, não são passivos, mas participantes ativos, negociam sentidos e produzem saberes na interação com seus interlocutores.

Interessa-nos, de modo geral, tratar dos processos de produção e recepção em espaços de comunicação de massa, bem como da inter-relação entre os campos da Educação e da Comunicação (admitindo a possibilidade de uma relação entre os campos enquanto um espaço de fronteira a ser compreendido), e das mídias, especificamente do rádio, como campos de conflito e produção de sentidos e que favorecem a constituição de ambientes formativos.

Convém enunciarmos neste momento, brevemente, as condições sócio-históricas e biográficas do pesquisador, pressupondo que há um horizonte social que modela, orienta e dá forma a toda expressão, que nos movimenta em nossas ações e justifica, ao menos parcialmente, as opções de pesquisa. Ao mesmo tempo em que o pesquisador enuncia, ele se anuncia em suas condições sociais e vivenciais. Ou seja, todo o discurso se anuncia sempre em diálogo com os espaços, tempos, trajetórias, ambientes sociais e outras vozes que se agregam a ele. Residimos em um território social, nossas disposições e enunciados não existem fora de um universo social, assim como apontou Bakhtin (2009, p. 117): “a situação social imediata e o meio social amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação”.

A opção por esta temática se dá pelo fato de que desde muito tempo essas preocupações povoam nosso horizonte de interesse pessoal, profissional e acadêmico. Nessa área da comunicação social tenho trilhado um extenso caminho desde o ano 2000 quando, integrando movimentos sociais e sindicais, participei da fundação da Associação de Radiodifusão Comunitária de Frederico Westphalen e da subsequente criação da Rádio

Comunitária no município em 2003<sup>10</sup>, onde desde então atuo como Locutor/Apresentador em programas educativos, de entretenimento e variedades. Além disso, desde 1999, tenho me dedicado à docência na educação básica e no ensino superior. Essas experiências me possibilitaram compreender uma série de elementos que compõem os processos de comunicação, ensino e aprendizagem e seus fundamentos filosóficos, sociais, culturais e políticos. No ensino superior tive oportunidade de propor e acompanhar projetos de pesquisa no âmbito da Iniciação Científica na Graduação e pelo Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC/EM), discutindo principalmente os conceitos de Indústria Cultural e Cultura de Massa, com base em leituras da Escola de Frankfurt e em um viés pós-marxista da Sociedade do Espetáculo. Isto me levou a ocupar um tempo significativo pensando as implicações e os significados dos fenômenos da Indústria Cultural, da Comunicação de Massa e as diferentes faces da ideologia na sociedade atual, buscando compreender o lugar e o compromisso da Educação, da Ciência e da Comunicação como elementos nevrálgicos no processo de promoção de cidadania e humanização. Enfim, tenho compartilhado o entendimento de que “os meios de comunicação interpessoais e sociais sempre tomados como essenciais no processo de difusão de inovações [...] visando à mudança de hábitos e apreensão de novas ideias e tecnologias.” (PERUZZO, 2003, p. 48).

No decorrer do processo investigativo do doutorado, entre os meses de março e junho de 2017, realizei Doutorado Sanduíche na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS), do Instituto Politécnico Portalegre (IPP), da cidade de Portalegre, em Portugal. O Projeto de pesquisa desenvolvido em Portugal teve como tema as *Interfaces entre Educação e Mídia: as experiências portuguesas de radiodifusão livre e local*<sup>11</sup>. O objetivo principal desta incursão neste cenário foi conhecer a história, o funcionamento e os projetos comunicativos das Rádios portuguesas enquadradas na categoria de Rádios Locais, a fim de compreender em que condições existem e como podem ser percebidas nestas experiências locais de comunicação intenções/aspirações formativas e educativas e de que forma estas experiências

---

<sup>10</sup> Relatos da história da emissora estão disponíveis em: COCCO, Ricardo, et al. Rádio Comunitária de Frederico Westphalen: em busca da pluralidade no espaço público. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: FACOS, 2007; e COCCO, Ricardo. Filosofia e mídia: uma discussão sobre o monopólio da comunicação social no Brasil e a perspectiva da comunicação comunitária. In.: *Revista de Ciências Humanas*. V.12, n.18 (jun 2011). Frederico Westphalen: Ed. URI, 2011.

<sup>11</sup> O doutorado sanduíche teve financiamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), a quem reiteramos os agradecimentos pela oportunidade, pelo incentivo e pelo auxílio financeiro. O acompanhamento da pesquisa, das discussões e do trabalho de campo foi feito pelo Professor Doutor em Comunicação Joaquim Luís Rodrigues Bonixe, Diretor do curso de Jornalismo e Comunicação do IPP e pesquisador referência na investigação acerca da Comunicação Local e regional portuguesa, com vasta produção bibliográfica, tendo especial atenção à radiodifusão local.

podem nos servir de subsídios para pensarmos as próprias lógicas pedagógicas hegemônicas ou alternativas nos processos educativos institucionais e não-formais e assim compreender melhor as experiências brasileiras no campo.

Na oportunidade, dentre outras atividades, foram realizadas quatro visitas e entrevistas em Rádios locais: *Rádio Portalegre* de Portalegre, *Rádio RDS* no Seixal, *Rádio Condestável*, em Cernache do Bonjardim, e *Rádio Altitude*, na cidade da Guarda. Entrevistas, com roteiros semi-estruturados, foram realizadas com integrantes das equipes das emissoras. Nas falas dos sujeitos ficou evidente o quanto os meios de comunicação de proximidade têm potencial para realizar um trabalho diferenciado junto às suas comunidades ampliando a possibilidade de acesso dos cidadãos aos debates de interesse público, especialmente sobre aos assuntos que lhes afetam no cotidiano, numa interação ativa, onde emissor e receptor convertem-se em sujeitos comunicativos. Na voz de sujeitos que fazem a Rádio Local em Portugal pôde-se perceber as tessitura das experiências Locais de Radiodifusão: 1) Proximidade com as pessoas, falam de coisas que lhes dizem respeito - sobre aquilo que se passa “ao pé das gentes”; 2) Sentimento de Pertencimento – fazer ver que a Rádio também pertence à população; 3) “Dar voz às pessoas” – não apenas como uma concessão, mas no sentido de fazer sair do anonimato (do silêncio) as vozes da comunidade; 4) Interação com o auditório – o rádio não como “um de cá e outro de lá”. Emissor e ouvinte confundem-se, interagem; 5) Engajamento em torno das questões que preocupam a comunidade local (confunde-se com a cidade – faz questão de ter as causas da cidade como suas); 6) Atenção e Respeito às características da região – Interior: especialmente em regiões envelhecidas, dispersas e isoladas; 7) Preocupação com a formação dos indivíduos: instruí-los de algum modo, transmitir cultura. Ponto de concentração de várias vozes, formadora de opinião; 8) Rádio de Palavra, onde pessoas falam; feita de gentes; Pluralidade de gentes; 10) Espaço de discussão plural, fundamentada, multifacetada e independente, para uma opinião pública informada, e sobretudo, formada e esclarecida. Os sujeitos entrevistados destacaram também as dificuldades e limites: 1) Expansão das emissoras comerciais nacionais que abocanham o mercado principalmente nas regiões de maior concentração populacional; 2) Dificuldades financeiras – Cenário econômico nacional; 3) número baixo de profissionais (“Rádios fantasmas”); 4) Legislação restritiva<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> As atividades de pesquisa realizadas durante o período do Doutorado Sanduíche resultaram em diversas publicações: COCCO: BONIXE; CAIMI, 2017; COCCO: BONIXE; CAIMI, 2018; COCCO: BONIXE; CAIMI, 2018a e COCCO, 2018.

Olhar outra experiência significa produzir um estranhamento, ou seja, quando enxergamos a partir da cultura e do lugar do outro podemos olhar de outro modo para aquilo que sempre nos é familiar, e, dessa maneira, formularmos perguntas ao nosso próprio contexto. Para Agger (2010, p. 414), inspirado em Bakhtin, “é somente pelos olhos de outra cultura é que a cultura estrangeira se revela inteira e profundamente. Somos nós que levamos novas questões para uma cultura estrangeira, questões que ela não levantaria por si: e procuramos nela as respostas para nossas próprias questões”.

Anunciados os elementos propedêuticos e as razões iniciais que nos movimentam no trabalho investigativo, passamos a identificar, então, o que de específico no campo da comunicação e da radiodifusão e no âmbito dos processos educativos nos interessa tratar.

A partir das décadas de 1960-1970, assistimos eclodir na América Latina movimentos alternativos de comunicação social que se caracterizaram fundamentalmente pela apropriação dos meios de comunicação de massa por populações e sujeitos marginalizados que, na luta diária para afirmar ou garantir sua existência, reinventam formas de luta e expressão. Esses movimentos se expandiram enormemente na década de 1990. Com a premissa de “dar voz aos que não têm voz”, os movimentos adotaram e, em muitos casos ainda adotam, como principais bandeiras de luta a democratização da comunicação e a superação da noção mecânica de comunicação fundamentada na transmissão de informações de emissores e fontes ativas a receptores passivos. Para isso propunham a criação de mecanismos de participação e gestão direta e popular na produção de mensagens midiáticas e a criação de estruturas e espaços de comunicação alternativos, a fim de que os sujeitos alijados dos meios de comunicação convencionais pudessem se apoderar de ferramentas para veicular suas posições e para que os receptores também se convertessem em produtores, emissores no processo de comunicação.

Estamos falando do fenômeno da *Radiodifusão Comunitária* que é subsidiário de movimentos alternativos e populares. Esse fenômeno carrega consigo uma história, sujeitos, culturas, conflitos sociais, vozes entremeadas e linguagens entrelaçadas no diálogo que formam-se em um processo concreto e permanente e, sempre que acionados, (re)inauguram novos movimentos semânticos.

No Canadá são conhecidas como Rádios Comunitárias. Na Europa preferem chamá-las de Rádios associativas. Na África, Rádios rurais. Na Austrália, Rádios públicas. Em nossa América Latina, a variedade de nomes dá conta da riqueza das experiências: educativas na Bolívia, livres [ou Comunitárias] no Brasil, participativas em El Salvador, populares no Equador, indígenas no México, comunais aqui e cidadãos acolá. [...] Mudam os trajes, mas a tribo é a mesma. Porque o desafio de todas as emissoras é parecido: democratizar a palavra para tornar mais

democrática essa sociedade excludente à qual nos querem acostumar os senhores neoliberais (VIGIL, 2003, p. 397).

Enfim, seja qual for o sobrenome que lhe dão (comunitária, livre, educativa, associativa, guardando as peculiaridades de cada experiência concreta), há um indicativo de que tais mídias tenham extrapolado o simples conceito de rádio, pois sua amplitude, complexidade e propósitos se estendem a outros campos que não apenas o da comunicação social. Nascem, de maneira geral, como alternativa. Configuram-se como um campo de lutas envolvendo atores diversos, comprometidos em práticas comunicativas e na construção de narrativas democratizadoras, de resistência, de rebeldia, de propostas discursivas mais ou menos independentes, mais ou menos plurais e transformadoras, mas que, via de regra, afloram do inconformismo frente a diversas situações de injustiça, opressão, exclusão e silenciamento.

O fenômeno da Radiodifusão Livre e posteriormente de cunho Comunitário emerge em meio a uma conjuntura de insatisfação por parte dos movimentos sociais organizados e de acentuadas restrições às liberdades de expressão, em boa parte do continente americano. Foi quase “como se dissesse um ‘basta’ à concentração absoluta dos veículos de comunicação de massa nas mãos dos grandes grupos controladores do poder econômico e político e, ao mesmo tempo, um ‘precisamos do rádio para fazermos programas voltados para o desenvolvimento de nossas comunidades’” (PERUZZO, 1999, p. 222).

Assim afirmara Vigil (2003, p. 389), aproximando a genealogia do fenômeno ao cenário histórico latino-americano:

[...] porque nesses quinhentos anos o saque foi múltiplo: o ouro, a prata, as bananas, o petróleo... e a palavra. Os colonizadores de antigamente e os de hoje quiseram sugerir-nos inferioridade e assim reduzir-nos a mudos receptores dos seus discursos. Não é por acaso que todos os ditadores ordenam silêncio<sup>13</sup>.

É neste cenário, em que vozes se encontram silenciadas, que o autor nos interpela:

[...] quem fará ecoar as vozes dos pobres [por exemplo], ou seja, de quatro em cada cinco latino-americanos, de quatro em cada cinco caribenhos? Não queremos ser a voz dos sem-voz, pois o povo não é mudo. Eles sabem muito melhor do que nós o que querem e de que necessitam. Só precisam do canal de expressão, o caramujo tecnológico, o rádio (VIGIL, 2003, p. 389).

---

<sup>13</sup> Observa-se que nas relações mais autoritárias em que sujeitos pretendem impor seu ponto de vista sobre o dos outros, a primeira ação que se realiza é confiscar a palavra do outro. É pela palavra, no diálogo, na comunicação que nos tornamos homens e mulheres. No entanto, a palavra pode ser posta a serviço da exploração e da opressão. Assim sendo, nas relações familiares, a imposição da autoridade se consolida invariavelmente com um “cala a boca”. Nas relações de trabalho em que se configuram situações de exploração, os explorados não têm parte, voz, nas decisões que a ele atingem. Nas situações de vigilância e de controle dos sujeitos em ambientes escolares se pede repetidamente “silêncio”. A história “oficial”, invariavelmente, não contempla as vozes, as versões e os pontos de vistas dos vencidos, mas sim trata de abafá-las.



Não se trata de uma ação de dar a palavra aos sujeitos, mas de criar ambientes que sejam favoráveis para a sua manifestação. Com esses propósitos surgem na América Latina e no Brasil o que assentimos denominar de Rádios Comunitárias ou simplesmente RadCom<sup>14</sup>.

### **1.1 Compreendendo um conceito e um objeto de pesquisa em movimento e em transformação**

Para Eco (2006), definir um objeto de pesquisa pressupõe apresentar as condições sob as quais podemos falar sobre algo, com base em regras que estabelecemos ou que outros estabeleceram antes de nós. Para isso, precisamos que

[...] o objeto seja reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível pelos outros (constituir um objeto reconhecível publicamente sob certas condições – que características deve ter?). Tornar público os parâmetros de definição do objeto, tornar publicamente identificável o objeto de estudo, ou seja, indicar sua tipologia, mesmo que esta esteja em permanente construção; o estudo deve dizer algo que ainda não foi dito ou rever sob uma ótica diferente o que já se disse; o estudo deve ser útil aos demais; e deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas (ECO, 2006, p. 20).

Tendo em vista esse horizonte, passaremos a expor alguns elementos que nos ajudam a construir e a compreender o objeto da pesquisa: a comunicação social via Radiodifusão de caráter comunitário, ou simplesmente as Rádios Comunitárias.

A comunicação social via Radiodifusão de caráter comunitário no Brasil é um fenômeno relativamente recente. Instituída sob a égide da legislação de 1998, tem seu nascedouro algum tempo antes, mesmo às margens da lei, nas lutas de resistência dos movimentos sociais dos anos 1970 e na busca de grupos e sujeitos pela ampliação dos processos democráticos que possibilitariam, por meio de novas formas de comunicação e de canais alternativos e viáveis, maior participação popular, promoção da cidadania e formação do cidadão. Apesar dessa “mocidade”, as emissoras de Radiodifusão Comunitária configuram-se como tais depois de um longo itinerário percorrido pelas chamadas Rádios Livres, que colocavam sua programação no ar sem a concessão governamental.

No Brasil, as primeiras transmissões de rádios não-comerciais datam das décadas de 1970 e 1980. “Em 1971, no auge da ditadura, surge a Rádio Paranóica<sup>15</sup>, em Vitória, no

---

<sup>14</sup> Utilizaremos a abreviatura RadCom para designar a Radiodifusão Comunitária. A abreviatura é utilizada pelos documentos legais que se referem à Radiodifusão Comunitária e adotada no interior dos movimentos que se empenham nesta atividade.

<sup>15</sup> Conforme Girardi e Jacobus (2009), a emissora foi criada por dois jovens, um de dezesseis e outro de quinze anos, e utilizava o bordão “Paranóica, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional”. Como resultado, o mais novo foi preso e acusado de subversão, embora nem soubesse direito o que isso significava. A

Espírito Santo, considerada a primeira emissora livre do Brasil” (SANTOS, 2014, p. 89), tendo sido violentamente fechada pela polícia sob a alegação de que mantinha ligação com grupos políticos contrários ao regime militar instaurado em 1964.

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de discursos, modos de comunicar e projetos de dizer. Desta forma, algumas das experiências no Brasil são conhecidas também como rádios livres, porém, independentemente da denominação, elas refletem, na opinião de pesquisadores, a exemplo de Cicilia Peruzzo (2004), as lutas sociais numa realidade de carências e inconformidade com o controle centralizado da mídia e com as desigualdades sociais.

Muitas dessas experiências pioneiras são fruto da implantação de serviços de alto-falantes, instalados em pequenos municípios do interior do país ou em comunidades pobres de grandes cidades. Um número significativo dessas experiências se materializou também em emissoras de baixa frequência, a partir das demandas de expansão no âmbito da informação, mobilização e auto-expressão de organizações comunitárias e populares, além da reflexão e da interação sócio-comunicativa, ultrapassando os limites e os interesses da mídia convencional.

O movimento da comunicação radiofônica alternativa no Brasil inspirou-se nas experiências participativas e cooperativas do uso do rádio na Itália dos anos 1970 e na França dos anos 1980, com um projeto de ampliar o acesso aos meios de comunicação social e a fim de que, ao sair do controle monopolista do capital e do Estado, pudessem ser instrumentos pedagógicos de conquista e aprendizagem da cidadania por meio da palavra mediada tecnologicamente.

A modernidade exorta-nos a tudo definirmos. No entanto, parece-nos que qualquer caracterização ou definição limitada ou cristalizada do movimento de Radiodifusão Comunitária em um único conceito ou ponto de vista monológico ou genérico, que seja indiferente em relação ao seu universo concreto, real, plural, pode se configurar em uma armadilha para a compreensão do fenômeno. Não é possível pensar uma identidade única, nem um discurso único que o constitui, mas ele deve ser pensado a partir de uma pluralidade de formatos e práticas que o singulariza e o diferencia dos fazeres convencionais e hegemônicos de comunicação.

Conforme afirmam Brock e Malerba (2013, p. 1), não se pode definir com uma resposta única a pergunta acerca do que é uma Rádio Comunitária; “pelo contrário, Rádios Comunitárias são experiências sempre singulares e apresentam diferentes trajetórias de

---

Paranóica foi interdita, mas voltou a funcionar em 1983 e se manteve no ar até a segunda metade dos anos 1990 com o nome de *Rádio Sempre Livre* (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 18).

práticas e conceitos”. Ou seja, não se pode reduzir as múltiplas experiências no campo da RadCom a um conceito pleno e acabado. Até porque não é razoável diluir os sentidos em conceitos. Determinar uma identidade conclusiva pode se configurar em uma armadilha.

Dizer, por exemplo, que Rádio Comunitária se trata de um serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada, de baixa potência e cobertura restrita como preconiza a legislação<sup>16</sup>, reflete apenas seu aspecto legal, técnico e ou operacional, mas não dá conta de sua heterogeneidade, de seu ideário e sua historicidade.

O investigador cubano José Ignacio Lopez Vigil (1995), coordenador para a América Latina e Caribe da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), afirma que não se pode definir uma Rádio Comunitária sem que seja reconhecida sua complexidade. Para o autor, uma emissora comunitária não pode ser definida pela baixa potência de seu transmissor ou pelo seu reduzido alcance geográfico. Nem mesmo pela sua frequência, pois qualquer que seja a intensidade do sinal, sua localização no dial, ou mesmo sua abrangência geográfica. Num mundo globalizado, toda e qualquer emissora está convidada a somar-se numa corrente favorável com vistas a uma comunicação democrática e democratizadora. Além do mais, afirma o autor, “independientemente del canal por el que se transmita, puede enriquecer la opinión pública y favorecer las relaciones sociales<sup>17</sup>” (VIGIL, 1995, p. 52). Para ele, tampouco pode-se definir uma Rádio Comunitária por contar com uma licença para exercer tal serviço, pois, primeiro, em muitos casos, alguns grupos com interesses econômicos, religiosos ou político-partidários obtêm a concessão e passam a operar o serviço em benefício próprio. E, segundo, muitas experiências comunitárias capitaneadas por aqueles que reclamam o acesso à palavra pública exercendo o direito à comunicação, por questões burocráticas e/ou pressões dos meios audiovisuais comerciais, são postas às margens da lei. Para o autor, a propriedade do meio também não pode ser parâmetro exclusivo para se caracterizar um veículo como comunitário, visto que comunitárias podem ser tanto as emissoras públicas ou privadas, laicas ou confessionais, de propriedade cooperativa ou de organizações populares desde que “haya libertad de expresión y pluralismo de ideas<sup>18</sup>” (VIGIL, 1995, p. 53). Um serviço comunitário de radiodifusão estaria ligado ao seu modo de produção? Para Vigil (1995), não. Segundo ele, para muitos o comunitário está ligado ao artesanal, espontâneo,

---

<sup>16</sup> Referimo-nos à Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil e dá outras providências. Trataremos especificamente das implicações geradas pela legislação na seção 5.4 *Possibilidades e constrangimentos na compreensão do fenômeno e na composição dos discursos em ambientes de RadCom relacionados à legislação*.

<sup>17</sup> “Independientemente do canal pelo qual se transmita, pode-se enriquecer a opinião pública e favorecer as relações sociais” (Tradução nossa).

<sup>18</sup> “Haja liberdade de expressão e pluralismo de ideias” (Tradução nossa).

caracterizado pelo voluntariado e pela presença de aficionados por rádio e por projetos comunitários. Conforme o autor (1995, p. 53), o comunitário não se caracteriza pela oposição ao profissionalismo e pela baixa qualidade, pois se assim fosse, “esquivando la competencia, las radios comunitarias saldrían de la cancha [...], quedarían a la marginalidad”<sup>19</sup>. Por fim, uma emissora comunitária não pode ser definida unicamente pela metodologia que adota. Ou seja, não se imagina uma comunitária que não abra seus microfones para as mais variadas vozes da sociedade; no entanto, também emissoras comerciais fazem programas participativos: “No sería justo arrogarnos la invención ni mucho menos la exclusividad de la metodología interactiva”<sup>20</sup> (VIGIL, 1995, p. 54).

Vigil (1995, p. 54) então se pergunta “¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria? ¿Cuándo se puede decir que una radio es comunitaria? ¿O que a identifica?”<sup>21</sup> E responde:

Cuando una radio promueve la participación de los ciudadanos y defiende sus intereses; (...) cuando ayuda a resolver los mil y un problemas de la vida cotidiana; cuando em sus programas se debaten todas las ideas y se repetan todas las opiniones; cuando se estimula la diversidad cultural y no la homogeneización mercantil; cuando la mujer protagoniza la comunicación e no es una simple voz decorativa o un reclamo publicitario; cuando no se tolera ninguna dictadura, ni siquiera la musica impuesta por las disquerias; cuando la palabra de todos vuela sin discriminaciones ni censuras; essa es una radio comunitaria<sup>22</sup> (VIGIL, 1995, p. 54).

Para Vigil (2003, p. 408), o atributo de “Comunitária” não é uma declaração de princípios assinada no primeiro dia de emissões e que depois fica guardada na gaveta. É um estilo de viver, de pensar, de relacionar-se e de dialogar com o público.

Cicilia Peruzzo, no livro *Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania* (2004, p. 252-253), descreve a Radiodifusão de caráter comunitário como sendo “aquela que tem gestão pública, opera sem fins lucrativos e tem programação plural”. Poder-se-ia perceber o atributo comunitário a partir do foco da emissora centrado na realidade local, na gestão coletiva e na participação direta da comunidade na produção dos conteúdos e dos discursos. No texto *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: Reelaborações no setor*, Peruzzo (2008) discute largamente os

---

<sup>19</sup> “Esquivando-se da competência, as rádios comunitárias deixariam o páreo [...], elas seriam marginalizadas” (Tradução nossa)

<sup>20</sup> “Não seria justo nos arrogar a invenção, muito menos a exclusividade da metodologia interativa” (Tradução nossa).

<sup>21</sup> “O que faz comunitária uma rádio comunitária? Quando se pode dizer que uma rádio é comunitária? O que a identifica?” (Tradução nossa).

<sup>22</sup> “Quando uma rádio promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança sua primeira proposta; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida cotidiana; quando em seus programas se debatem todas as ideias e todas as opiniões são respeitadas; quando a diversidade cultural é encorajada e não a homogeneização comercial; quando a mulher é protagonista da comunicação e não é uma simples voz decorativa ou um anúncio publicitário; quando nenhuma ditadura é tolerada, nem mesmo a música imposta pelo mercado dos discos; quando a palavra de todos voa sem discriminações nem censuras; essa é uma Rádio Comunitária” (Tradução nossa).

conceitos que estão envolvidos nestes processos comunicativos alternativos e aponta a relação dos movimentos de radiodifusão comunitários atuais com os processos de comunicação e educação popular. Afirma ela que a comunicação popular nas décadas de 70 e 80 do século XX foi também denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. No entanto, o sentido político permanece o mesmo: “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (PERUZZO, 2008, p. 368). Para a autora, o papel educativo implementado nos meios de comunicação social no contexto das organizações sociais progressistas da sociedade civil poderia ser percebido tanto pelos discursos que emitem quanto pelo “processo de participação popular que eles podem arregimentar na produção, planejamento e gestão da própria comunicação” (PERUZZO, 1999, p. 225). Isto significaria que o processo de encontro do sujeito com seu entorno, com o outro e com a história e a cultura não se reduz a uma questão de ensino ou didática, mas acontece enquanto um processo de aprendizagem e interação, no âmbito da comunicação discursiva mediada tecnologicamente.

Num cenário em que a propriedade dos meios de comunicação social está concentrada nas mãos de poucos grupos de mídia, as pressões sociais foram se intensificando, ao passo que grupos organizados provocaram um avanço na democratização desses meios, por meio de movimentos de comunicação alternativos e contestatórios, como os de Radiodifusão Comunitária, mesmo, em inúmeros casos, operando no formato de rádio livre, sem autorização legal, em grande parte em decorrência dos entraves de natureza política. O grande “perigo” das RadCom, segundo Peruzzo (1998, p. 13), está na “cidadania que ela faz despertar no ouvinte, ao promover a troca de papéis: de ouvinte, o cidadão passa a falante e os mandões locais (...) de falantes a ouvintes”.

Nas palavras de Deliberador (2012, p. 4), os processos de comunicação comunitária caracterizam-se, ou, por sua natureza, deveriam se caracterizar:

[...] como práticas comunicacionais sem fins lucrativos, que são balizadas pela mobilização social; pela participação popular; pela difusão de conteúdos da cultura local e de educação na busca pela ampliação da cidadania; pela formação de um discurso próprio que trate dos temas da realidade local; pela democratização de acesso aos canais de comunicação, uma vez que trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia -, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdo.

Há décadas a UNESCO vem incentivando o uso dos meios de comunicação como fator de desenvolvimento social e local e tem ajudado a implantar dezenas de emissoras

comunitárias em países em desenvolvimento. Em um folheto explicativo sobre “Centros Multimídia Comunitários”, na seção sobre as RadCom, ressalta que a “Rádio Comunitária é pouco custosa, fácil de manejar e tem a vantagem de alcançar a todos os membros da comunidade em sua própria língua, [...] não só informa, educa e entretém, mas dota a comunidade de mais poder ao outorgar a palavra a todos ‘sem-voz’, com o que favorece a transparência nos assuntos públicos” (UNESCO ..., [s./d.]). Desta forma, estes veículos nos parecem ocasionar, pelo menos no nível da possibilidade, importantes espaços de encontro entre sujeitos em busca da significação do real.

Os meios de comunicação comunitários/populares – *nem todos obviamente* [grifos do original] têm assim o potencial de ser, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais, além de possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão (PERUZZO, 1999, p. 218).

Com o passar do tempo, o movimento assumiu outras matizes, por vezes afastando-se, em alguns casos, dos movimentos populares ou de movimentos organizados, ao adotar feições diversificadas quanto às bandeiras defendidas e às mensagens veiculadas<sup>23</sup>.

Há diferentes matizes de Rádio sob a denominação de comunitária. Algumas se dizem comunitárias porque se valem da lei 9.612/98 para operar, mas estão mais próximas às rádios convencionais, tanto comerciais como religiosas. São de caráter comercial (rádio local como negócio) e/ou vinculadas a igrejas e políticos “profissionais”. Há, portanto, casos de apropriação privada de um serviço legalmente estabelecido como de uso público e participativo por comunidades, o que contribui para gerar distorções e incompreensão por parte da sociedade (PERUZZO, 2009, p. 5).

O fato de uma rádio ter a autorização de funcionamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sob a tutela da legislação que rege a RadCom, não faz dela uma Rádio Comunitária. Não é um “papel”, uma concessão, que faz com que uma RadCom, mesmo que legalmente, assim esteja constituída.

No cenário Latinoamericano, Crabtree (1993) sintetiza alguns elementos que podem contribuir para a compreensão do fenômeno da RadCom ao afirmar que as experiências de Radiodifusão Comunitária se caracterizariam como tais a partir das ações que realizam:

- (1) la emisora está ubicada dentro de la comunidad de la cual desea formar parte; (2) la estación es de propiedad de los miembros de la comunidad, que tienen el permiso para manejarla; (3) la estación es operada cada día por los miembros de la comunidad, aún cuando existan algunos profesionales como parte del staff<sup>24</sup>; (4) los miembros de la comunidad están integrados en los procesos de toma de decisiones; (5) las decisiones se adoptan o mediante una estructura de poder descentralizada y

<sup>23</sup> É natural que essas transformações, inclusive tecnológicas, como, por exemplo, a passagem de uma comunicação via alto-falante (radioposte) para uma emissora de ondas curtas que transmite no FM, as próprias transformações ocorridas ao longo dos anos nos movimentos sociais, as novas tecnologias e a pluralidade de interesses que advêm desses movimentos, façam surgir formas plurais, complexas e alternativas de comunicação que emitem novos conteúdos e produzem novas linguagens.

<sup>24</sup> Conjunto das pessoas que compõem o quadro de colaboradores de uma instituição.

un proceso democrático; (6) la programación se produce localmente, empleando miembros de la comunidad; (7) la programación intenta abordar las necesidades de la comunidad; (8) la emisora tiene un método para captar las necesidades y preferencias de la comunidad; (9) los miembros de las "minorías" de la comunidad forman parte de la administración de la emisora y de la realización de los programas; (10) la programación refleja mayor diversidad de lo que existe en la radio nacional y/o comercial; (11) los miembros de la comunidad pueden salir al aire; (12) el formato y el estilo de los programas no refleja el profesionalismo pulido de los medios comerciales (u "oficiales"); (13) existen mecanismos para mantener un flujo comunicativo de *doble vía*<sup>25</sup> (CRABTREE, 1993, p. 56) .

Para Felix Guatari, autor do prefácio do livro *Rádios Livres: a reforma agrária no ar* (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986), o movimento das Rádios Livres “pertence justamente àqueles que o promovem, isto é, potencialmente a todos aqueles que sabem que jamais poderão se exprimir de maneira conveniente nas mídias oficiais” (GUATARI, 1986, p. 11). Para o autor, são as vozes dos sujeitos que buscam afirmar sua existência e o valor dos seus discursos por meio de práticas comunicativas plurais e alternativas ante a experimentação de novas modalidades de democracia, que seja capaz de não apenas tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas de encorajar sua expressão e de lhes dar a devida importância nos diálogos do campo social.

Para Oliveira (2000, p. 4), as RadCom

[...] permitem promover com mais facilidade que os outros veículos a interação mútua entre o emissor e o seu público. Ao invés de serem meras propagadoras de opiniões e de mensagens verticalizadas, elas podem levar em conta o público como sendo pluralmente composto, em termos sociais, políticos, culturais. Pode ainda fazer com que o ouvinte se torne ativo, enquanto sujeito social, e possa agir e interagir com a mensagem ampliando consideravelmente as suas possibilidades de também se transformar em emissor.

Segundo o autor, Rádios Comunitárias, na medida em que promovem espaços favoráveis à interação, favorecem que o ouvinte e o emissor (enquanto palavra do outro) sejam agentes ativos e sujeitos sociais participativos na comunicação discursiva.

---

<sup>25</sup> “(1) a emissora está umbilicalmente ligada à comunidade da qual deseja fazer parte; (2) a emissora é de propriedade dos membros da comunidade, que têm permissão para operá-la; (3) a estação é operada todos os dias pelos membros da comunidade, mesmo quando há alguns profissionais como parte da equipe; (4) os membros da comunidade estão integrados nos processos de tomada de decisão; (5) As decisões são adotadas através de uma estrutura de poder descentralizada e de um processo democrático; (6) a programação é produzida localmente, usando membros da comunidade; (7) a programação intenciona atender às necessidades da comunidade; (8) a estação tem um método para capturar as necessidades e preferências da comunidade; (9) os membros das "minorias" da comunidade fazem parte da administração da estação e da realização dos programas; (10) a programação reflete uma maior diversidade do que existe na rádio nacional e/ou comercial; (11) membros da comunidade podem ir ao ar; (12) o formato e o estilo dos programas não refletem o profissionalismo polido da mídia comercial (ou "oficial"); (13) existem mecanismos para manter um fluxo comunicativo de duas vias” (Tradução nossa).

## 1.2 Formulação do problema de pesquisa

Dados oficiais<sup>26</sup> revelam que até 2015 tinham sido concedidas 4.724 outorgas para o serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil<sup>27</sup>. Trata-se de um número expressivo de experiências e realidades concretas, históricas, móveis, inacabadas, não objetiváveis e não reiteráveis de comunicação alternativa, ainda que com traços comuns entre si e prenes de sentidos.

Ao circunscrevermos o objeto principal da pesquisa, a Radiodifusão Comunitária, sem que o enclausuremos em conceitos e definições acabados, destituindo-nos de preconceitos e armaduras, o tomamos como fenômeno em movimento e em constante transformação, sujeito às vicissitudes sócio-históricas e, ao mesmo tempo, potente de significados. O encaramos na tentativa de superar uma visão heróica ou mesmo romantizada do movimento, mas, ao mesmo tempo, considerando, sim, a possibilidade de que essas experiências possam ser pensadas como espaços potencialmente educativos, onde os sujeitos encontram-se, sob o prisma de determinada situação histórica e material, numa interação viva e tensa na busca pela constituição dos sentidos do seu entorno e de si próprios, movimento engendrado pela palavra que anseia ser ouvida, respondida e infinitamente reapreciada.

Frente ao fenômeno, objetivamos adotar uma postura de escuta, de atenção, de compreensão responsiva, a fim de, mesmo que provisoriamente, apreender a amplitude e suas implicações concretas, em particular, para o campo da educação.

Tendo em vista o cenário apresentado até aqui, a pergunta que move a investigação está assim constituída: **Partindo do pressuposto de que os Meios de Comunicação Social configuram um campo de negociação, produção e circulação de discursos, mediante quais condições as experiências de Radiodifusão Comunitária, situadas em cenários culturais e histórico-sociais, compõem ambientes de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia?**

Nesta pesquisa a heteroglossia é pensada como uma categoria de certas situações discursivas que reconhece, favorece, celebra e promove lógicas e práticas comunicativas onde as vozes dos sujeitos podem ser ouvidas com força e ressonâncias totais. Situações discursivas

<sup>26</sup> Conforme Plano de Outorgas publicado pelo governo federal, em 20 de abril de 2016. Documento disponível em [http://doarse.com.br/blogcontent/wp-content/uploads/2017/08/PLANO-NACIONAL-DE-OUTORGA-2015\\_2017-1.pdf](http://doarse.com.br/blogcontent/wp-content/uploads/2017/08/PLANO-NACIONAL-DE-OUTORGA-2015_2017-1.pdf). Acesso em: 20 ago. 2017.

<sup>27</sup> Uma relação atualizada publicada pela Coordenação Geral de Radiodifusão (órgão vinculado ao ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações), em 08 de maio de 2018, aponta que o número de emissoras de RadCom no Brasil já chega a 4852. Documento disponível em [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe\\_tema/radiodifusao\\_comunitaria.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_comunitaria.html). Acesso em: 05 mar. 2019.



não se constituem heteróglotas<sup>28</sup> única e exclusivamente pela licença ou permissão que concedem às vozes a fim de que participem dos processos de produção de inteligibilidades, nem pela ausência de conflitos e pressões sociais, mas pela forma como respeitam e celebram a multiplicidade e a arquitetura que oferece para que elas dialoguem. Um cenário discursivo heteróglota se estabelece mediante um conjunto de condições sociais, políticas e discursivas que favorecem e salvaguardam que as vozes dos sujeitos ecoem em sua plenitude e participem ativamente nos processos de produção de sentidos.

A produção de sentidos é entendida como o lugar da luta ideológica, que se realiza num processo de compreensão responsiva ativa e como efeito da interação locutor e receptor, em um movimento de comunicação verbal. O ambiente do ideológico é o espaço social, um terreno interindividual, uma situação concreta de comunicação discursiva. Por isso, é de fundamental importância pensar a palavra, o discurso midiático em ambientes alternativos e em seus sentidos múltiplos, que se dinamizam na tessitura social face à natureza dialógica, conflituosa que permeia a produção, a recepção, o texto e o contexto dos processos comunicativos. Eis o que nos parece um ponto nevrálgico de convergência com a questão educacional e o que poderíamos deixar como contribuição para o atual cenário das pesquisas em educação no Brasil.

### **1.3 Os objetivos da pesquisa**

#### **OBJETIVO GERAL**

Compreender mediante quais condições experiências concretas de Radiodifusão Comunitária podem se configurar como práticas/situações discursivas potencialmente heteróglotas.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Analisar as inter-relações e as proximidades epistemológico-práticas entre comunicação social (mídias) e processos educativos, identificando os elementos que apontam para uma interlocução entre esses campos.

---

<sup>28</sup> A discussão a respeito do conceito de heteroglossia se encontra no subcapítulo 4.4 *Bakhtin: o monologismo e a heteroglossia*.

- b) Compreender as especificidades do rádio e da Radiodifusão Comunitária, observando sua historicidade e as condições de produção de discursos nesses espaços, identificando a genealogia, os aspectos legais e teóricos e os cenários atuais das experiências de Rádio Comunitária.
- c) Identificar as potenciais contribuições do pensamento de Mikhail Bakhtin ao estudo das mídias, precisamente pelo olhar que ele lança para os aspectos dialógicos dos enunciados e dos discursos.
- d) Compreender os movimentos de produção de sentidos, as interações verbais, os processos discursivos e as possibilidades da heteroglossia em experiências concretas de Radiodifusão Comunitária.

#### **1.4 Percursos metodológicos do processo de pesquisa**

Ao nos voltarmos à compreensão das experiências de Radiodifusão Comunitária para empreendermos uma busca pela dimensão pedagógica nelas potencialmente presente, definimo-nos pelo Estudo de Caso como método de pesquisa. Segundo Fonseca (2002, p. 33), “um Estudo de Caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social”. Miramos inicialmente, portanto, a Radiodifusão Comunitária como um objeto definido de tal maneira que pode ser reconhecido publicamente sob as condições descritas no neste trabalho, como um fenômeno único, “contemporâneo, compreendido dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 32), enfim como um “caso”.

De maneira geral, consideramos a Radiodifusão Comunitária como uma unidade de pesquisa. Na pesquisa circunscrevemos o objeto entre as experiências brasileiras, mesmo que aventemos sua genealogia supra político-geográfica.

Debruçamo-nos largamente, num primeiro momento desta exposição, sobre um estudo exploratório e descritivo de caráter bibliográfico e documental como estratégia de produção de informações. Temos a pretensão de compreender a história, a legislação que rege a Radiodifusão Comunitária, suas relações com a educação, o panorama atual, a conceituação e as interlocuções que são estabelecidos em torno do objeto, a fim de situar estas experiências comunicativas em cenários culturais e histórico-sociais nos quais elas se retroalimentam.

Adotamos um enfoque qualitativo sob a égide de uma abordagem sócio-histórica para a produção de informações a respeito do objeto de pesquisa ao assumirmos o fato de que o pesquisador nas ciências humanas transita no terreno das descobertas, da comunicação, das produções de sentido entre o eu e o outro, enfim, da compreensão. Para Minayo (2001, p.14), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis ou à quantificação de informações. As questões formuladas orientam-se para a compreensão do fenômeno em sua complexidade e em seu acontecer histórico e o pesquisador é um dos instrumentos de pesquisa. Sua compreensão se constrói a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa. No caso, não pretendemos criar artificialmente uma situação para ser pesquisada, vamos ao “encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento” (FREITAS, 2003, p. 27).

Esse percurso inicial serviu para ampliarmos a percepção sobre o tema e nos conduziu posteriormente para um segundo momento do processo de pesquisa: uma investigação empírica com o desenvolvimento de um trabalho de observação em campo. Decidimos, então, por analisar experiências de Radiodifusão Comunitária concretas (que supomos serem únicas em muitos aspectos), procurando descobrir o que havia nelas de singular e característico.

Nesse sentido, a adoção do Estudo de Caso nos parece, no campo empírico, estar em consonância com as exigências postas pelas questões da pesquisa e com os pressupostos teórico-epistemológicos que nos movem. Além do mais, essa metodologia acompanha uma matriz usual nas pesquisas sobre o tema da Radiodifusão Comunitária apontada pelo Estado do Conhecimento, que será exposto subsequentemente.

Definimos, então, por selecionar duas emissoras tendo em vista algumas razões que as tornam potencialmente representativas do fenômeno. Trata-se da *Rádio Comunitária Liberdade FM*, da cidade de Três Palmeiras, e da *Rádio Comunitária* de Frederico Westphalen, ambas situadas no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Para Yin (2001, p. 108), um bom Estudo de Caso deve utilizar o maior número possível de fontes. Um ponto forte da produção de dados é a “oportunidade de utilizar muitas fontes para a obtenção de evidências, [...] várias fontes podem revelar melhores resultados avaliativos (YIN, 2001, p. 120-121).

Entendemos que a triangulação de fontes potencializa a convergência de evidências e tende a reforçar a validade do constructo, afinal, o mundo em que vivemos fala de diversas maneiras. É por essa razão que, nos casos observados, utilizamos as seguintes técnicas para

produção de dados: *entrevistas*, *pesquisa de opinião pública*, *registros em arquivos* e *observação direta*.

Quanto às *entrevistas*, consideramos, no âmbito da produção, respondentes bem-informados e qualificados, os diretores de programação das emissoras e dois locutores de cada veículo, que atuam em períodos significativos da semana, envolvidos diretamente com atividades da emissora e que tivessem no mínimo dois anos de atuação. Nas entrevistas com esses sujeitos, utilizamos roteiros semi-estruturados.

Para nos aproximarmos do nosso intento, fomos ao encontro de outros interlocutores, notadamente do pólo da audiência. O ouvinte não é uma ficção, mas um sujeito real, concreto. Dessa maneira, propomos-nos a dialogar com as audiências por meio de uma *pesquisa de opinião pública*. Aplicamos questionários na área dos municípios em que as emissoras estão localizadas. O intuito é compreender a maneira como os ouvintes percebem a atuação das emissoras, como eles se percebem em relação às emissoras, como se relacionam com os discursos enunciados nas emissoras em relação aos seus, que discursos produzem a partir daquilo que é enunciado por meio da mediação das Rádios Comunitárias, que sentidos constroem a partir daquilo que é veiculado e em que medida eles participam da produção da programação e dos discursos veiculados nas emissoras.

Além disso, compreendemos que também as informações documentais, os *registros em arquivos* (YIN, 2001, p. 111), poderiam nos oferecer informações valiosas. Dessa forma, buscamos, por exemplo, o estatuto da associação mantenedora da emissora, o site da emissora e os relatórios elaborados pelo Conselho Comunitário em relação às programações. Ademais, optamos por recorrer a dados oriundos de levantamentos, como o censo demográfico do IBGE e relatórios do SEBRAE.

Acrescentamos às estratégias anteriores a “*observação direta*” (YIN, 2001, p. 115), focada na grade de programação, com a elaboração de um *diário de escuta*, no intuito de conhecer as atividades diárias da emissora e quais discursos, de fato, são veiculados.

Assim, em síntese, realizamos a incursão no campo com: 1) realização de *entrevistas com locutores e direção* das Emissoras; 2) aplicação de questionários aos ouvintes através de *pesquisa de opinião pública*; 3) acesso a *registros em arquivos* das emissoras e 4) *observação direta* na grade de programação com a elaboração de um *diário de escuta*.

Com o propósito de construir inteligibilidades e sentidos às informações produzidas em campo, adotamos para análise dos dados os parâmetros teórico-analíticos da denominada Análise Dialógica do Discurso (ADD) de orientação bakhtiniana.

A Figura 1, a seguir, apresenta uma representação gráfica do percurso metodológico adotado no processo investigativo.

Figura 1. Percurso Metodológico da Pesquisa



Fonte: Elaboração do autor

### 1.5 Organização do texto - itinerário investigativo

*Os outros nos dirão sobre o que escrevemos ...*

A exposição da pesquisa consistirá em sete capítulos.

O primeiro, intitulado **DIÁLOGOS INAUGURAIS COM O LEITOR/INTERLOCUTOR**, de caráter introdutório, já apresentado, consistiu em expor as motivações pessoais, alguns elementos propedêuticos sobre o rádio que nos instigam à pesquisa e as discussões acerca da conceituação e caracterização da Radiodifusão Comunitária, além dos objetivos do trabalho, os problemas que nos moveram no processo investigativo e a metodologia de pesquisa adotada.

No capítulo dois, **DIÁLOGOS COM O CAMPO INVESTIGATIVO: INTERLOCUÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIAS**, estabelecemos uma interlocução com o campo investigativo e tratamos das possibilidades de interlocução entre os campos da educação e da comunicação a partir das inquietações e pressupostos que justificam nossa incursão no debate e da caracterização de alguns cenários e abordagens possíveis que tentam dar conta de pluralidade e da complexidade dessas inter-relações. Nesse capítulo travamos uma discussão sobre educação, comunicação e constituição do sujeito, tendo em vista os processos educativos desencadeados nos espaços midiáticos.

No capítulo terceiro, intitulado **DIÁLOGOS COM A PESQUISA: OLHARES SOBRE (DA) PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, compomos a memória do campo, em interlocução com a comunidade argumentativa. Abordamos, num primeiro momento, as vertentes pedagógicas do fenômeno da Radiodifusão Comunitária e, num segundo momento, cartografamos a produção acadêmica no Brasil acerca da temática. O capítulo apresenta um estado do conhecimento no qual são identificadas as variações epistemológicas e teórico-práticas encontradas nas pesquisas no âmbito da Pós-Graduação acerca do objeto de investigação e quais áreas estão preocupadas em dialogar sobre o assunto. Conferimos ênfase às produções acadêmicas produzidas no campo da Educação. O encontro com a produção acadêmica leva-nos a identificar os pontos nevrálgicos de convergência da temática com a questão educacional e o que nos move a acrescentar outros elementos ao atual cenário das pesquisas no Brasil.

No quarto capítulo, **DIÁLOGOS COM A TEORIA: UMA COMPREENSÃO DA MÍDIA NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA**, apresentamos uma discussão teórica apontando as potencialidades da teoria bakhtiniana para os estudos da mídia e que fornece um aporte epistemológico para a investigação empírica. São apresentadas as razões que nos levam a travar uma interlocução com Mikhail Bakhtin. Adensamos alguns dos principais conceitos de seu arcabouço teórico mobilizados no decurso da pesquisa no intuito de construir inteligibilidades sobre o nosso objeto. E, por fim, propomos um modo de compreender a comunicação social e as mídias com base nesse referencial teórico

No quinto capítulo, denominado **A HISTORICIDADE E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS EM CENÁRIOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, reconstituímos a historicidade do fenômeno da Radiodifusão Comunitária a partir dos movimentos socioculturais e políticos que possibilitaram sua eclosão, das discussões acerca da legislação que a rege, da íntima relação do movimento com a educação e dos cenários de enfrentamento em que atualmente esses veículos estão envoltos. Procuramos

compreender as condições de produção dos discursos produzidos e compartilhados nesses espaços alternativos de comunicação social mediante um olhar atento e cuidadoso à compreensão de um objeto de pesquisa em movimento e em transformação, desde sua genealogia até o panorama atual.

No capítulo seis **CONTEXTOS E TEXTOS: APROXIMAÇÕES E INTERLOCUÇÕES COM OS AMBIENTES E COM OS SUJEITOS MOBILIZADOS NAS EXPERIÊNCIAS DE RADCOM OBSERVADAS**, identificamos os contextos sociais e as posições ideológicas dos sujeitos em práticas concretas de Radiodifusão Comunitárias, bem como a metodologia e os procedimentos adotados na pesquisa empírica. Nesse capítulo, há um esforço de sistematização das experiências comunicativas de Radiodifusão Comunitária observadas em campo, sob a ótica dos enunciados produzidos pelos sujeitos com os quais dialogamos.

Por fim, no capítulo sete, **CONDIÇÕES EM QUE É POSSÍVEL PERCEBER A CONCRETIZAÇÃO DA HETEROGLOSSIA EM ESPAÇOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, é dado tratamento analítico às informações obtidas e aos dados gerados no campo empírico. Identificamos algumas categorias analíticas e descritivas apontadas com o que consideramos como as condições em que a heteroglossia pode se configurar nas práticas e nas experiências comunicativas de RadCom.

## 2 DIÁLOGOS COM O CAMPO INVESTIGATIVO: INTERLOCUÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIAS

*Cortar o arame farpado dos territórios e disciplinas, dos tempos e discursos, é a condição para compartilhar, e fecundar mutuamente, todos os saberes, da informação, do conhecimento e da experiência das pessoas; e também as culturas com todas as suas linguagens, orais, visuais, sonoras e escritas, analógicas e digitais.*  
(MARTIN-BARBERO, 2014, p. 120).

Pensar/pesquisar a (ou “sobre a”, “em”, ou a “respeito da”<sup>29</sup>) educação é debruçar-se sobre um território complexo e multifacetado, constituído pelo entrecruzamento de sentidos, saberes, sujeitos e instituições. É dedicar-se a abordar um campo que não se encerra/esgota ou se sustenta apenas em si mesmo, mas se manifesta como um universo constituído de fenômenos e de questões próprias, e que, ao mesmo tempo, está em constante conversação com outros campos do saber e da pesquisa. Esta percepção inicial nos coloca num duplo movimento, de riscos e desafios. Dentre os riscos reside o fato de que, ao pensar a educação como um vasto campo do conhecimento e de tamanha complexidade e envergadura, podemos nos perder numa dispersividade conceitual que enfraqueceria o rigor teórico necessário à compreensão da pesquisa. No entanto, mesmo sem uma caracterização mais clara da educação como campo acadêmico e investigativo, surge o desafio de se colocar em permanente interface com outras áreas do saber. Estas interlocuções podem potencializar a compreensão dos fenômenos específicos da disciplina, embora esse movimento nos exija uma vigilância epistemológica<sup>30</sup> e metodológica apropriada para dar conta das especificidades do educacional.

Partimos então do pressuposto de que há algo de específico na educação. Além de outros aspectos, ela é um campo de fronteiras (abertas), de trânsito de sujeitos, temas, epistemologias, objetos, problemas e metodologias, sem, é claro, imaginar que isto signifique

---

<sup>29</sup> Bernard Charlot problematiza a questão da diferença entre pesquisar “sobre”, “em” ou “a respeito de” Educação no artigo *A pesquisa educacional entre conhecimento, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber*. “O que significa ‘em educação’? ‘Em educação’ remete a uma disciplina que chamaríamos educação. Ou será que significa ‘sobre educação’, ‘acerca da educação’, ‘a respeito da educação’? Nesse caso ‘educação’ remete-nos a um conjunto de situações, de práticas, de políticas ligadas à educação no sentido amplo do termo.” (CHARLOT, 2006, p. 7). O autor descreve a área da Educação como um espaço saturado de discursos diversos e múltiplos (discursos espontâneos, práticos, dos “antipedagogos”, dos “outros”, dos “militantes” e os produzidos por instituições internacionais) e aponta para necessidade de considerar o que há de mais específico na educação: de um lado é um triplo processo de humanização, socialização e entrada em uma cultura, e, por outro lado, pressupõe uma tripla articulação entre aluno, professor e instituição (a escola ou outra).

<sup>30</sup> Por vigilância epistemológica Bourdieu (1999) entende o cuidado permanente com as condições e os limites da validade de técnicas e conceitos. Ele aponta para a necessidade constante de “atitudes de repensar cada operação da pesquisa, mesmo a mais rotineira e óbvia, de proceder à crítica dos princípios e à análise das hipóteses para determinar a sua origem lógica” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 14).



a inexistência de certas delimitações territoriais, geográficas e epistemológicas, mesmo que ainda flexíveis, variáveis e tolerantes. Para Charlot (2006), uma das definições que se pode dar à educação é de que ela “é um campo de saber fundamentalmente mestiço”, no qual circulam, se cruzam, se interpelam, se fecundam e disputam posições “conhecimentos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos além de saberes, práticas e fins éticos e políticos” (CHARLOT, 2006, p. 9). É preciso, portanto, fundamentalmente, neste movimento inicial, considerar a abrangência, a complexidade e a pluralidade do campo educacional. “É evidente, por um lado, a dinâmica concorrencial do campo e, por outro, a fragmentação a que o objeto da educação estaria submetido na lógica das parcialidades disciplinares” (BRANDÃO, 2002, p. 93).

Ao adentrarmos no campo de Educação reconhecemos de antemão que se trata de um território de negociação de sentidos, uma arena de batalhas/encontros (e desencontros), cruzamentos e pontos de divergências e confluências, onde os sentidos dos processos e dos fenômenos não são dados *a priori* (não preexistem ou são preestabelecidos), dados de antemão ou se configuram por osmose, mas são pressupostos ou elaborados (são produzidos, negociados), tornados públicos por uma pluralidade de discursos, tendo em vista um conjunto teórico e de práticas diversas que se interpelam num determinado ambiente cultural, seja ele institucional, tecnológico ou não.

Como prática social, toda a ação educativa carrega uma carga de intencionalidade, constituindo-se como um processo essencialmente humano e histórico e, portanto, inconcluso, transpassado/engendrado por um movimento constante de ressignificação na compreensão dos fenômenos. Isso indica que os processos educativos e seus sentidos, enquanto acontecimentos e experiências humanas singulares, estão sempre sujeitos a revisões, e que, em seu fazer-se, (re)direciona os próprios processos investigativos provocando, inevitavelmente, um rearranjo das situações, das vozes, dos discursos, dos envolvidos e das compreensões. Compreender os sentidos dos processos educativos não é uma tarefa tranquila, nem cômoda. Isso porque, os sentidos jamais são estáveis, sempre irão mudar, é da essência dos fenômenos sua mobilidade e historicidade. Como afirma Ghedin e Franco (2011, p. 41), a “educação permite uma polissemia em sua função semântica, ou seja, nunca existe uma relação direta entre o significante observável e o significado”. Assim também o movimento investigativo tem um caráter proximal, visto que ao tentar compreender os fenômenos sociais e humanos, a ciência investiga a partir de pressupostos sobre os quais constrói seu objeto e, ao mesmo tempo, o conhecimento que se constrói sobre o objeto é sempre provisório. Portanto, primeiro, a educação está no campo das ciências humanas (por isso inesgotável em seu sentido e

significado) e como objeto de estudo modifica-se parcialmente quando se tenta compreendê-la, o que nos obriga a uma tomada de posição teórico-epistemológica e metodológica que permita a compreensão dos significados que os sujeitos vão construindo em processo. E, segundo, de acordo com Minayo (2014, p. 172), “a inatingibilidade do objeto se explica pelo fato de que as ideias que se fazem sobre os fatos são sempre mediadas pelo sujeito (sua história, formação, ideias, instituições) e, portanto, são imprecisas, parciais e mais imperfeitas que a totalidade em observação”.

Assim, sem qualquer pretensão de exaurir a discussão, não temos a preocupação em problematizar a fundo esta perspectiva, nem enfrentar o problema em questão, apenas assinalarmos propedeuticamente em que lugar e a partir de que lugar estão apoiadas nossas reflexões no campo. A intenção é apontar que entendemos o campo da educação como um espaço a ser construído, ou em construção, assim como o é sua materialização no escopo dos processos educativos e de que a inteligibilidade desses fenômenos assume um caráter inconclusivo e interdisciplinar, e que se apóia em interlocuções com áreas circunvizinhas, mesmo havendo a necessidade, conforme Brandão (2002, p. 88) “aparentemente paradoxal, de nos apoiar numa disciplinaridade”, fundamentando-se a partir de um referencial plural.

Agrega-se a esses dois elementos introdutórios um terceiro, apontado por Martín-Barbero (2014), referindo-se a um triplo movimento de “descentramento”, “deslocação” e “destemporização” do saber. Estamos diante de uma alteração significativa nos modos de produção e circulação do conhecimento. Os processos educativos e os saberes neles engendrados escapam ao controle e à reprodução que por vezes imperam em seus lugares clássicos e convencionais de circulação. São alterações que estão produzindo uma disseminação do conhecimento que empalidece as fronteiras das disciplinas (estas estão menos ligadas aos conteúdos e mais a novos modos de compreensão e elaboração), ofusca a noção do tempo linear e da inevitabilidade dos saberes preestabelecidos enquanto requisitos (mas que incorpora contradições, avanços e recuos, numa heterogeneidade de ritmos e lógicas) e transcende os espaços escolares instituídos ou os saberes instrucionais, os lugares antes nucleares, como por exemplo, a escola e o livro, sem que sejam suprimidos. Estes conceitos indicam a existência de um “conjunto de processos e experiências que testemunham a ampliada circulação (do saber) fora do livro de saberes socialmente valiosos” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 81).

Não há uma conotação perversa neste movimento de fragmentação e dispersão dos saberes, e sim a constatação do fato de que os processos educativos tendem a escapar à modelização hegemônica ou à normatização confinada a uma lógica demarcada social e

institucionalmente. “Não é que a escola vai desaparecer, mas as condições da existência desse lugar estão sendo transformadas radicalmente por uma pilha de *saberes-sem-lugar-próprio* e por um tipo de aprendizagem que se torna *contínua*, isto é, *ao longo de toda a vida* [grifos do original]” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.127). Isto quer dizer que, numa sociedade multicultural, de onde emergem muitos e diferentes modos de ver, pensar, sentir, participar, ouvir, falar, os quais se encontram numa trama comunicativa potencializada por um universo tecnológico, universo este representativo muito menos pela quantidade de máquinas e meios à nossa disposição e mais pelos novos modos de relação entre os processos simbólicos que dinamizam, *o tempo de aprender é qualquer um e o lugar são todos*.

Entendemos que os processos educativos não se limitam a situações pedagógicas institucionais, mas podem ocorrer nos mais diversos espaços do mundo humano. A aprendizagem, em outros espaços formativos, neste sentido, está assentada na ideia de que a produção do saber se dá na interação entre os indivíduos, mediatizados pelo mundo, pela linguagem, pela informação, pelas mídias e pela cultura e que cada vez mais vem acontecendo em diferentes espaços que se assumem pedagógicos, extrapolando a estrutura convencional da escola, sem, é claro, excluí-la.

Não obstante, a educação está implicada em um universo que se encontra na raiz de qualquer problema, seja ele pedagógico, histórico, social ou científico. A educação é um campo de manifestação da linguagem. Não temos acesso ao mundo, à realidade, ao(s) outro(s) de forma direta, senão mediados pela linguagem. Os outros não têm acesso a nós senão pela linguagem. Não há educação, portanto, sem comunicação, sem interação. Os processos educativos são atravessados e permeados pela palavra, assim como os fenômenos e os sujeitos são constituídos linguisticamente. Tal como Freire (1977, p. 65) preconiza, “o mundo social e humano não existiria como tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano”. A linguagem é o terreno dos sentidos, das inteligibilidades. Uma investigação no campo da educação não pode prescindir de uma reflexão sobre a linguagem.

Neste momento inicial cabe-nos indicar que não a trataremos como um conjunto de signos de natureza individual (como um ato significativo de criação individual) que se pretendem corresponder ao real, ou reduzida a um conjunto de sinais fonéticos, gramaticais ou lexicais da língua (como a encara a linguística), mas como prática social dinâmica, viva e dialógica, de vínculo entre sujeitos que interativamente negociam sentidos e significados a si próprios e ao universo cultural e social em que estão inseridos.

Os processos educativos constituem-se na e pela palavra. É no falar que o sentido do mundo e a inteligibilidade do ser são negociados e enunciados, num processo semântico permanente e inacabado. Os homens, igualmente, se constroem ao se comunicarem. A linguagem surge como um produto vivo das relações sociais e das condições materiais e históricas de cada tempo. Partimos, pois de uma perspectiva bakhtiniana para quem a palavra, é o “território comum do locutor e do interlocutor [...], uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (BAKHTIN, 2009, p. 117), a partir da qual recebemos, comunicamos e reelaboramos a cultura e estabelecemos compreensões sobre nós mesmos. Além do mais, os sentidos que emanam da linguagem são resultados de uma luta de vozes que ocorrem no interior e a partir da linguagem.

Comunicar, já nos antecipando, a fim de visualizarmos o horizonte conceitual em que transitamos na pesquisa, não é fazer chegar uma informação, um conteúdo já pronto, já construído, de um pólo ao outro, de forma linear, unidirecional. Trata-se de um processo sociocultural, relacional e de produção de sentidos que se dá por meio de uma construção partilhada, coletivamente situada, sob uma heterogênea pluralidade de vozes (permeadas pela hegemonia e resistência) em uma situação social concreta e tendo em vista um horizonte social e histórico mais amplo. Os envolvidos no diálogo e na produção de discursos, dentre eles os que ocorrem no interior da escola ou os linguisticamente mediados (tecnologicamente mediados), não são passivos, mas participantes ativos e criativos, recebem e produzem tais conteúdos ao estabelecerem um vínculo dialógico com seus interlocutores, dos quais recebem outros pontos de vista. Produção e recepção, constituídas por uma multiplicidade de vozes plurais, cambiantes, antagônicas, rivais, convergentes, marcadas por um universo histórico-social e ideológico, configuram-se como espaços de criação interpessoal de significação e ressignificação.

Ora, pressupondo que todo processo educativo é uma ação sócio-interativa e comunicativa que se configura no envolvimento e na inter-relação em territórios compartilhados, assim como toda atividade comunicativa é um ato de mútua-ação, produto da interação social, a aprendizagem e o próprio sujeito, socialmente constituído, em espaços formativos escolares e não escolares, podem ser compreendidos e analisados sob a perspectiva da produção e negociação de sentidos instaurados pelo discurso, pela palavra, tendo na informação, no conhecimento e na elaboração de narrativas, seus eixos centrais. Dessa forma, pensar os processos educativos implica estar atento ao seu viés comunicativo e, de outra parte, pensar os processos comunicativos requer atenção ao seu viés educativo. Educação e comunicação, nessa perspectiva, como territórios discursivamente compartilhados e espaços

de produção de sentidos, podem ser pensados como fenômenos e componentes inseparáveis e complementares de um amplo e complexo processo: o da constituição da consciência, tendo na interação e na linguagem seus horizontes fundantes.

## **2.1 Uma discussão sobre educação, comunicação e constituição do sujeito**

Como sujeitos, movemo-nos e nos constituímos em um horizonte sociocultural e histórico por meio de uma participação mais ou menos intensa nas mais diversas comunidades culturais e espaços sociais, presentes no processo de organização dos sujeitos de suas vidas e de suas ideias, que se transformam continuamente, assim como os próprios sujeitos. Assumimos de antemão essa perspectiva histórico-cultural tendo em vista que entendemos o sujeito e os fenômenos sociais em constante movimento, vinculados ao próprio movimento da história e da cultura.

Partimos, pois, do pressuposto de que processos culturais não são naturais, nem mesmo acidentais; ao invés disso, são resultado, produto e marca de um amplo, tenso e histórico processo, ora de consensos, ora de conflitos, de aceitação e resistências, de produção e reprodução de comportamentos, valores, pontos de vista, modos de pensar e agir, enfim, de práticas humanas que confluem e/ou conflitam. “A cultura, teorizada como campo de luta entre os diferentes grupos sociais em torno da significação” (SILVA, 1992, p.32), aponta para o fato de que as práticas culturais não são determinadas teoricamente ou um reflexo automático, mas um campo de conflito em torno de duas dimensões centrais: o conhecimento e a constituição do sujeito que se configuram no meio social e histórico. Para Rogoff (2005, p. 23), “da mesma forma que o peixe não tem consciência da água até que a tenha deixado, as pessoas muitas vezes tomam as formas de fazer as coisas em sua comunidade como algo natural”. Entendemos que os processos culturais compreendem todas as experiências e atividades do cotidiano humano, num movimento permanente de sujeitos que participam de comunidades culturais, instituições, espaços públicos como constituintes e constituídos por tais práticas.

Cultura é entendida como um processo social e não como um sistema. Não é o endereço social estático carregado pelos indivíduos, mas se constitui dinamicamente por meio da atividade dos participantes e mediante as condições sócio-históricas em que estão envolvidos. Os sujeitos, por seu turno, não são apenas membros de uma cultura. O próprio desenvolvimento humano é um processo sociocultural, e um processo contínuo ao longo de toda a vida, no sentido de que cultura não é apenas aquilo que os outros fazem ou deixam de

fazer, copiam ou produzem, mas compreende todas as experiências e atividades do cotidiano humano (individual e social), num movimento permanente de sujeitos que interagem e participam de comunidades culturais.

A constituição do sujeito, nessa perspectiva, é compreendida como resultado provisório de uma atividade interativa e comunicativa. Uma experiência que acontece no e com o cotidiano no qual os sujeitos sociais, fazendo parte do mundo, constroem conhecimentos numa relação intersubjetiva, pela participação nas instituições e a partir dos artefatos materiais e simbólicos que permeiam a(s) comunidade(s) e os espaços em que o sujeito atua. Compreendemos a aprendizagem a partir do seu caráter sociocultural, o que implica movimentos do sujeito inserido em uma comunidade e um processo interativo de diálogo e confronto entre crenças e saberes, entre saberes e práticas, entre práticas e crenças, entre esses pólos em interação e os contextos envolventes.

Trata-se de esclarecer que, se por um lado, o sujeito está imerso na cultura, por outro, este sujeito não é apenas um elemento na atividade sociocultural, mas o elemento por excelência, porque é capaz de emergir desta como um ser que pensa sobre ela, utilizando-se dos mesmos instrumentos socioculturais que o constituem e, ao mesmo tempo, o mantém inseparavelmente relacionado à cultura (COSTA, 2002, p. 638).

Quando tratamos acerca da formação do sujeito nos referimos aos processos educativos que resultam na constituição de sua consciência e na composição de uma singularidade que lhe é própria. Tal singularidade e concretude estão ligadas estreitamente às condições de sua emergência e ao reconhecimento da unicidade de cada sujeito e de cada evento. Assumimos como ponto de apoio para a compreensão deste processo de formação dos sujeitos (falantes e expressivos) a perspectiva da constituição da consciência de Bakhtin (2009, p. 34-35). O autor afirma, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009), que a “consciência só se torna consciência num processo de interação social” e quando impregnada de conteúdo ideológico, portanto, como “um fato socioideológico”.

A consciência se materializa na interação, no encontro entre sujeitos em uma situação de comunicação concreta (ou em situações concretas) que, em certa medida, justificam as posições dos sujeitos e que lhes permitem a elaboração de enunciados em uma situação discursiva. Ou seja, ela adquire forma e existência a partir da comunicação e só se torna consciência num processo de interação social. A situação social e a palavra do outro, além de modelar a expressão, fornecem os conteúdos da consciência. Se a consciência for privada de seu conteúdo ideológico nada sobra. “O centro organizador de toda a expressão não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito inarticulado de um animal procede do interior” (BAKHTIN, 2009, p. 125). Portanto, não é a atividade mental

que organiza a expressão, mas ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação. A consciência só se efetiva a partir do estabelecimento de uma relação entre falantes; “é através da linguagem que o sujeito se torna consciente e começa a agir sobre o mundo, com e contra os outros” (STAM, 1992, p. 32). São os discursos que colocam os sujeitos em relação, os quais adentram numa corrente de comunicação verbal e, “somente quando mergulham nessa corrente é que a consciência desperta e começa a operar” (BAKHTIN, 2009, p. 111).

O enunciador é instituído por meio de um enunciado concreto, situado, histórico, que instaura também os interlocutores, os destinatários, a quem aqueles estão se dirigindo. Neste cenário está em processo a produção da consciência, aquilo que singulariza o sujeito e o constitui enquanto diferença. O sujeito consciente só pode ser entendido como um sujeito socialmente constituído. Para Geraldi (2015, p. 139), a consciência é “algo a ser realizado no evento em processo que sou eu”. Nossa existência é subsidiária aos processos de interação social e à assimilação responsiva ativa de discursos alheios. Esta perspectiva dá um novo sentido à unicidade do sujeito e à singularidade dos eventos. A consciência não se constitui como uma essencialidade intocável, mas constrangida às situações de sua produção. Um evento datado e situado, singular, acabado provisoriamente, que resiste à finalização, incompleto, inconcluso e limitado às condições socioideológicas de sua constituição, e que jamais coincide consigo mesmo “e por isso é inesgotável em seu sentido” (BAKHTIN, 2011, p. 395).

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (2011, p. 341) retoma o debate e afirma que o sujeito toma consciência de si e se torna um eu “unicamente ao revelar-se para o outro, através do outro e com o auxílio do outro”. É na relação com o outro, com a palavra do outro (encontro que não se pode imaginar sempre harmonioso, consensual ou desprovido de conflitos), numa situação mais imediata de interlocução (marcados por instituições onde ocorrem e determinados por posições sociais) e inseridos num horizonte social mais amplo é que a consciência se constitui, toma forma e adquire conteúdo. Em nossa compreensão assumimos a perspectiva de que a consciência, portanto, é algo a ser realizado. Não a tomamos como ponto de partida, distante do ponto de vista do sujeito moderno e consciente. Para Geraldi (2015, p. 139), “a própria consciência é resultante de um processo de encarnação material do que lhe é exterior, que pertence não ao indivíduo, mas ao grupo social organizado em que as interações se concretizam”. Desse modo, o sujeito consciente só pode ser entendido como socialmente constituído e é na tensão do encontro/desencontro do eu e do tu que ambos se constituem e mediante as interlocuções que constroem, mediadas tecnologicamente ou não.

## 2.2 Processos educativos e mídias

Para identificar os processos constitutivos da consciência, faz-se necessário, então, compreender os contextos sociais, a posição e as relações de poder presentes no interior das culturas, das formas de interação social nas sociedades ao longo do tempo (também em contraposição ou oposição às culturas hegemônicas e/ou alternativas, inauditas, invisíveis ou invisibilizadas) e das instituições que atuam como mediadores nessas relações. Pensar os processos educativos no campo da cultura e da cultura midiática, de forma específica, e os sentidos produzidos nesses cenários nos obriga a pensarmos os sujeitos situados em um universo sociocultural do qual eles são parte integrante e constituinte, mas também parte produtora. Essa localização histórica e social, que envolve a situação imediata de produção da existência, a sociedade, a história, a posição social dos sujeitos e suas relações sociais, torna o sujeito real e determina sua singularidade. Não há existência, não há sentidos, não há história fora do ambiente social. O universo social regula qualquer atividade humana ao mesmo tempo em que a torna possível.

Neste cenário de interação verbal, de qualquer tipo que seja, e de produção de sentidos, constituído a partir de lutas ou aceitação, resistência ou transformação, desencadeia-se um processo compreensivo, mediado, por instituições sociais, dentre elas, a escola e as mídias<sup>31</sup>. Levamos em conta que, na contemporaneidade, estas (mídias e escola) se constituem em duas das mais importantes instituições que reúnem e dinamizam as negociações entre os diversos discursos e lógicas culturais. É neste horizonte de produção de sentidos que ambas, cada qual com suas lógicas específicas, se materializam e atuam. Para além da capacidade de selecionar ou agendar o que devemos discutir e conhecer do cotidiano, é também pela mediação delas que o mundo que conhecemos é traduzido e significado.

Na esteira das sociedades contemporâneas e em meio às suas facetas multimodais, encontramos-nos todos expostos, para além da escola, em uma abertura comunicacional em que as mídias, devido ao seu indubitável impacto e sua difusão por todo o mundo, configuram-se como partícipes nos processos de constituição dos sujeitos e elementos de

---

<sup>31</sup> Nunca se falou tanto nos últimos tempos em mídia, ou sobre os discursos midiáticos. Falas como “saiu na mídia”, “a culpa é da mídia”, “o preconceito da mídia” são uma constante nas práticas discursivas. Mas de que mídia estamos falando? Partimos de um conceito ampliado de mídia, compreendidos aqui “como todo o aparato simbólico e material que se dedica deliberadamente à produção de mercadorias de caráter cultural e simbólico” (SETTON, 2015, p. 7) e que participa na formação da consciência e cognitiva dos sujeitos na atualidade sejam elas tradicionais (como por exemplo, a TV, o rádio ou os jornais impressos), ou as novas plataformas tecnológicas, como as sustentadas no universo digital da internet.



cultura. Não são raros os casos em que as crianças, por exemplo, permanecem mais tempo em relação direta com mídias do que na escola<sup>32</sup>, e, de fato, os indivíduos se constituem cada vez mais e de forma intensa em consumidores e produtores midiáticos. Em especial, as novas gerações têm seus valores, opiniões e atitudes sedimentadas por veículos que acabam, não raras vezes, por impactar na constituição da consciência dos sujeitos mais profundamente que a educação desenvolvida na escola.

Nessa perspectiva, não se pode negar a onnipresença e a importância que as mídias (desde as mais tradicionais, como por exemplo, o rádio, a TV ou os jornais impressos, como as novas mídias, capitaneadas pela rede mundial de computadores, a internet) têm alcançado em nossa vida individual e coletiva. De fato, como já preconizava, ainda em 1982, a Declaração de Grünwald<sup>33</sup>: “Vivemos num mundo onde as mídias são onnipresentes: um número cada vez maior de pessoas consagra grande parte do seu tempo a ver televisão, a ler jornais e revistas, a tocar discos e ouvir rádio”. Não se pode ignorar que a paisagem midiática nas últimas décadas tenha apresentado transformações extraordinárias e com impactos sensivelmente profundos na educação, na cultura, na política, na economia e de maneira geral, no cotidiano de todas as pessoas. Num cenário

[...] marcado pela multiplicidade de suportes, de formatos, de conteúdos, de mensagens, marcado pela conexão mídia-tecnologia, marcado pela pluralidade de discursos, pela vertigem da atualidade, pela voragem da mudança e da descoberta de novos acontecimentos, as mídias organizam e estruturam a nossa ligação ao mundo (LOPES, 2011, p. 20).

Pode-se supor que, em meio a um mundo cada vez mais complexo e dinâmico, onde o conhecimento e a informação constituem-se elementos de poder e pressuposto básico para promoção da cidadania, ampliam-se as formas de construção do conhecimento, extrapolando os espaços e tempos formalizados historicamente. “O professor deixa de ser a 'fonte única' de

<sup>32</sup> O tempo médio por dia que crianças e adolescentes passam em frente à televisão no Brasil chegou a 5h35, mais tempo que uma criança passa por dia na escola que é cerca de 3h15. Os dados coletados em 2015 fazem parte do Painel Nacional de Televisão, do Ibope Media, que registra a evolução do tempo dedicado à TV (canais abertos e fechados, não inclui os programas assistidos sob demanda) por crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de todas as classes sociais. Fonte: <http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/06/tempo-de-criancas-e-adolescentes-assistindo-tv-aumenta-em-10-anos>. Acesso em: 25 ago. 2017. Outras pesquisas revelam que a exposição aos meios, incluindo a mídia impressa, cobre a terceira parte do tempo dos seres humanos nas sociedades industrializadas, perdendo apenas para "dormir" e "trabalhar" (BACCEGA, 1999, p. 182).

<sup>33</sup> Declaração assumida por educadores, comunicadores e investigadores oriundos de dezenove países e participantes no Simpósio Internacional sobre Educação para as Mídias ocorrido em Grünwald, na Alemanha, de 18 a 22 de janeiro de 1982, a convite da UNESCO. Disponível em: <http://www.literaciamediatca.pt>. A Declaração destaca a importância das mídias e a obrigação dos sistemas educacionais de ajudarem os cidadãos a melhor compreenderem estes fenômenos. “Ressaltando a necessidade de mobilização e engajamento de todos os envolvidos com a socialização de crianças e jovens, ou seja, famílias, professores, comunicadores e responsáveis políticos e econômicos (decisores), no sentido de promover a construção de *uma consciência crítica mais aguda de ouvintes, espectadores e leitores*, a Declaração recomenda a integração entre sistemas de educação e comunicação” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1088).

informação passando a conviver (ou competir) com fontes alternativas, como os meios de comunicação (rádio, TV, revistas, jornais), razoável quantidade de livros didáticos nas escolas, internet, etc.” (CAIMI, 2003, p. 136). A aprendizagem assentada na mobilidade vem cada vez mais acontecendo em diferentes espaços pedagógicos. Estes espaços de produção e construção do conhecimento merecem atenção e devem ser mais bem explorados e pesquisados.

Não temos qualquer pretensão de estabelecer linhas demarcatórias entre educação e comunicação, entre um e outro campo (o que não significa que elas se diluam num mesmo arcabouço teórico), mas de assinalar que suas aproximações podem ser frutíferas quando consideramos o fenômeno que estudam e não os objetos que constroem. Neste sentido, é *mister* ressaltar que ambas tomam como fenômeno de partida a existência de processos de relação entre sujeitos, de interação verbal que se presentificam no discurso e se materializam nas palavras.

Desse modo, movimentaremos-nos no trato com a temática a partir de algumas inquietações e pressupostos que justificam a incursão no debate, assim sumarizados:

- a) **Assinalamos a centralidade das mídias na vida das pessoas como lugares de produção e circulação de saberes, participantes e influenciadores, juntamente com a escola e outros agentes de socialização, nos processos de constituição da consciência do sujeito.** Vivemos, desse modo, numa época em que as tecnologias da informação e da comunicação estão em toda a parte. Essa presença ostensiva das mídias traz consigo muitas possibilidades, “até contraditórias entre si, inclusive a de sufocar as pessoas pelo excesso de alcance de informações, assim como de libertá-las da desinformação e do isolamento” (NASCIMENTO, 2009, p. 144).
- b) **Entendemos que, de modo aproximado ao que ocorre no âmbito das práticas pedagógicas escolares** (obviamente resguardando as especificidades de cada espaço), **as mídias se dirigem a alguém, exprimem uma ideia, um conteúdo, têm intenção de transmitir, divulgar conhecimentos, mas, além disso, configuram-se como espaços onde significados e sentidos são negociados, narrativas são produzidas e vozes se constituem e entram em ação.** Entender não somente os impactos das novas e convencionais formas de mídia e os processos de socialização e formação por elas incorporados e mobilizados, mas também o seu papel pedagógico é de fundamental importância, no momento em que os sujeitos estabelecem uma relação quase que ubíqua com as tecnologias da informação e comunicação, adicionando-as de modo quantitativo e qualitativo ao seu universo pessoal e social. Mídias e escola podem ser

encaradas como espaços de produção de sentidos, circulação e geração de discursos, territórios compartilhados, universo de conflitos e lugares de aprendizagens.

- c) **As mídias representam, nas sociedades contemporâneas, não somente fontes de informação, mas se constituem como mediadores pelos quais os sujeitos, em grande medida, vêm se relacionando, compreendendo e significando o que os cerca.** Não tendo o monopólio da informação, as mídias coexistem com outras instâncias formativas e compõem um rol de mediações através e com as quais damos inteligibilidade ao mundo. As mídias, muito presentes no processo de difusão de informações e hábitos, elaboração e apreensão de novas idéias, troca de conteúdos e mensagens, fomentam espaços de socialização, relacionamento, interação e exercem, ao mesmo tempo, um papel de interlocutores sociais e educativos. Pensadas nesta perspectiva, elas constituem-se como espaços privilegiados de aprendizagens, na medida em que são agentes de produção de um número imensamente significativo de informações, valores, símbolos e significados que co-participam junto aos indivíduos na organização de suas vidas e suas idéias, a formarem suas opiniões ou oferecendo ferramentas para compreender, se adaptar ou transformar o seu mundo.
- d) **Os processos comunicativos e midiáticos não se fundam na mensagem, mas nos modos de interação que os próprios meios possibilitam aos envolvidos no processo de comunicação discursiva, o que implica em processos educativos e formativos, visto o envolvimento dos sujeitos no processo de produção de enunciados e sentidos de mundo e, por consequência, na constituição de si próprios.** A relevância pedagógica das mídias reside na circulação de discursos onde a produção e recepção configuram-se como espaços de criação e possibilidade de significação e ressignificação, mediados pela produção e pela cultura midiática.
- e) Parece-nos manifesto que, **assim como a escola, as mídias igualmente ensinam, ainda que, por vezes, não de forma deliberada, intencional ou sistemática.** Compreendemos que ensino não se reduz à transferência de conhecimentos, de saberes ou de uma cultura, nem, tampouco, caracteriza-se como ato de depositar informes ou comunicados às massas ou a extensão de conhecimentos técnicos. Educação pressupõe comunicação, “um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1977, p. 69). A prática de produzir e transmitir (selecionar, elaborar, narrar e distribuir) conhecimentos ou valores em forma de mensagens a que as mídias se propõem, constituem-se num processo pedagógico. Sujeitos por meio delas se comunicam e negociam sentidos e valores e o fazem em um diálogo num jogo

em que a palavra enunciada adquire sentidos para os que estão mobilizados no processo. A realidade inteligível é atravessada pela escola e pelas mídias. Da difusão descentralizada de saberes, possibilitada por um ‘ecossistema comunicativo’, emergem novas configurações culturais e novas formas de ver, de ler, de aprender e conhecer o mundo. Manifesta Martín-Barbero (2000, p. 55) que

[...] a diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta aos sistemas educacionais. O saber é disperso e fragmentado e pode circular fora dos lugares sagrados nos quais antes estava circunscrito e longe das figuras sociais que antes o administravam.

- f) **A escola e as mídias configuram-se como espaços mediadores de sentidos, oferecendo, no campo da cultura, discursos que criam, consolidam e/ou difundem sentidos e que expressam ideias, posicionamentos e modos de pensar, bem como comportamentos que são considerados aceitáveis ou reprováveis dentro de um contexto histórico-social.** “Assim como o professor, as mídias (quem as controla ou quem se serve delas), não sabem como sua intenção, suas ideias, desejos e projetos se realizarão” (SETTON, 2015, p. 9). É inegável, por um lado, a importância da mídia na constituição dos sujeitos e no processo de inteligibilidade do mundo, e, por outro lado, não se pode subestimar o poder destes em reinventar e identificar as contradições do processo de comunicação e em qualquer situação de fala. Ao comunicarem algo, mesmo que os interesses ou os objetivos a que elas se propõem manifestamente (ou não) estejam presentes nas mensagens selecionadas, jamais se controlará como elas foram compreendidas, apropriadas e interiorizadas pelos indivíduos. Neste horizonte, “não há modos de predizer que aspecto do termo será captado pelo espectador. Mesmo as mensagens mais poderosas [...] têm que se defrontar com a ‘palavra’ de resposta do espectador e com o mundo da experiência” (NEWCOMB, 2010, p. 384). Assim sendo, nenhuma resposta pode ser prevista, visto que os sentidos dos discursos não são dados, são criados.

Pensar os modos de produção e apropriação das mensagens midiáticas pressupõe igualmente analisar como ocorrem os processos educativos de uma maneira geral, o que implica discutir como se dão os processos pedagógicos que encontram nas mídias ou na escola ambientes onde são produzidos sentidos, enquanto espaços de mediação entre produtores, consumidores de informações e conhecimentos sob a forma de mensagens e que dão inteligibilidade a si mesmos e ao mundo que os rodeia. Cabe, nesta perspectiva, indagar: que paradigmas pedagógicos ou que “lógicas” pedagógicas estão presentes ou podem ser

pensados a partir de experiências midiáticas tendo em vista os processos culturais e histórico-sociais em que tais experiências estão inseridas? Em que medida o campo da Comunicação configura-se em espaço para experiências educativas e formativas?

O que nos parece ser o fato primordial a ser discutido e que nos mobiliza nessa investigação é que tanto as mídias quanto as práticas pedagógicas institucionalizadas (escolares), podem ser compreendidas, à sua maneira, à luz das interações verbais e da produção de sentidos que nelas e através delas ocorrem. Para além da capacidade de selecionar ou agendar o que devemos discutir e conhecer do cotidiano, é também pela mediação da escola e das mídias que o mundo que conhecemos é traduzido, narrado e compreendido.

Ao tratar destas novas experiências no campo da educação, haja vista a emergência de modos compartilhados de produção de saberes atravessados por recursos tecnológicos e midiáticos, e por um universo social cada vez mais complexo e multifacetado, é possível identificar diferentes tipos de abordagens e de ancoragens que se podem construir a partir das questões que emergem do encontro entre estes dois campos do saber e da pesquisa.

Não é de hoje que o debate sobre as interfaces entre mídias e educação se apresenta. As interlocuções vão desde a perspectiva da promoção da leitura crítica dos meios e das mensagens midiáticas, passando pela dimensão do uso das tecnologias da comunicação e informação como ferramentas pedagógicas, até as experiências midiáticas dos sujeitos em ambientes intra e extra-escolar. Peruzzo (1999, p. 205) destaca que os estudos que enfatizam as relações e inter-relações entre educação e comunicação o fazem a partir de alguns posicionamentos específicos: 1) a questão do ensino-aprendizagem enquanto mediado por um processo comunicativo; 2) a utilização de meios de comunicação na educação presencial, nas instituições de ensino; 3) o papel da mídia no processo de educação; 4) a educação para a recepção crítica das mensagens transmitidas através dos meios massivos, especialmente a televisão. Para Girardi e Jacobus (2009, p. 34),

[...] comunicação e a educação estão intimamente ligadas. A comunicação é a forma de expressar o que se quer dizer, com um determinado conhecimento, para alguém que quer compreender a mensagem a ser dita. Já a educação, por meio de um processo de formação, torna o indivíduo apto a organizar as idéias e, a partir daí, comunicar-se de forma eficiente. Nós só vamos nos comunicar bem se organizarmos nossas idéias de forma clara e direta, com um aprendizado que nos dê conhecimento sobre o que queremos expressar, utilizando uma linguagem adequada.

As diversas abordagens possíveis apontam a preocupação teórico-prática no âmbito da pesquisa acadêmica com a temática e demonstram a atualidade desta questão, num momento histórico em que as tecnologias da comunicação e informação compõem, juntamente com as

instituições convencionais de ensino, espaços de produção, negociação e circulação de saberes socialmente construídos e midiaticamente distribuídos e que impactam sensivelmente na constituição do sujeito e no seu entorno social. Não indicamos os modos de perceber as interfaces entre estes dois campos com a intenção de problematizá-los de modo apurado, ou esgotarmo-nos no assunto, nem sugerindo que apenas esses vieses dão conta da amplitude do tema, mas para reforçar a tese da existência de uma íntima relação entre educação e comunicação e mostrar as possíveis formas de encarar a questão, a fim de que possamos os familiarizar com esse espaço de fronteira e com o caminho que queremos trilhar na pesquisa, bem como para clarear o as escolhas que faremos nesse percurso.

### **3. DIÁLOGOS COM A PESQUISA: OLHARES SOBRE (DA) PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Mapear uma certa produção acadêmica que transita por diferentes campos do conhecimento com a intenção de compreender em que aspectos e dimensões determinados temas vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares e de que formas e em que condições têm sido produzidos tais trabalhos é pôr-se numa atitude de interlocução com os textos no sentido de ouvir o que a palavra do outro tem a nos dizer, como diz e a partir de quais referenciais ou mirantes ocorrem essa produção. Do ponto de vista epistemológico, assumimos a perspectiva da matriz histórico-cultural, de onde provém a compreensão de que o que é dito, desde sempre, é enunciado a partir de um lugar social e histórico, e não pode ser determinado de forma abstrata, mas de um horizonte concreto, encarnado nas condições e situações reais, de um cenário cultural e social no qual eles ocorrem e do qual emergem seus sentidos. Todo enunciado tem uma natureza sócio-histórica e se dá inevitavelmente na interação, ou seja, pressupõe o outro e um mundo concreto, um texto e um contexto, produtos das vivas interações sociais. O enunciadador, por mais que seja o “único dono da palavra” (BAKHTIN, 2009, p. 117) no instante do ato fisiológico da materialização dela, que enuncia em forma de texto, não o é do colorido expressivo que adquire em uma situação social ao qual está submetido o autor ou sua obra. O enunciado, dessa maneira, é um diálogo com o passado, com o presente, com o que já foi dito, com as expectativas que antevêm um futuro, de forma que nenhum enunciado pode ser compreendido fora de uma situação concreta, e que cada “enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 272).

O leitor, neste caso, o pesquisador, não é um assistente passivo, nem tampouco o enunciadador (o autor do texto) o é, mas exercem ambos uma atividade de interlocução participativa na construção do sentido num processo de comunicação discursiva, ora aceitando, rejeitando ou alterando aquilo que lhe é oferecido, modificando igualmente os seus discursos, a si mesmo e o próprio sentido dos textos num movimento de formação ininterrupto e complexo. Portanto, são muitas as vozes presentes no que se anuncia. Neste sentido, uma revisão bibliográfica, no nosso, caso a produção de um Estado do Conhecimento, nunca é uma apresentação fria, técnica e acabada daquilo que está se produzindo ou se produziu em determinado campo do conhecimento ou sobre determinada temática, mas se constitui num processo compreensivo com base em um amplo (ou restrito) e histórico diálogo com fontes, produções e autores que se movimentam num universo de

possibilidades de produção de sentidos. Sob esta orientação, a própria revisão configura-se como um recorte, uma leitura dentre tantas possíveis. A presença desses referenciais possibilita a ampliação do conhecimento, um diálogo com o campo e suas vozes, sua história, sua memória, e mesmo a compreensão, ainda que provisória, contingente porque é histórica, de um campo ou do que deste ou nesse campo interessa trazer à tona.

### **3.1 Estado do conhecimento: traços e cartografias**

O horizonte panorâmico que nos move, a saber, as interfaces entre educação e comunicação, nos direciona para um espaço de fronteira em que conceitos e teorias se entrelaçam, convergem, divergem, se sobrepõem, dialogam, se excluem, enfim, vão povoando um universo amplo e complexo do conhecimento. Tendo em vista a perspectiva da vastidão e interdisciplinaridade desses campos e suas interfaces e de que eles fazem parte de um espaço de cruzamentos e interações que transbordam as hierarquias e disciplinas acadêmicas e que se abrem a uma diversidade de hibridizações e mestiçagens de saberes compartilhados que é o universo da história e da cultura, buscamos referências no âmbito da produção científica sobre a qual poderíamos situar nossa pesquisa, entre os quais poderíamos encontrar interlocutores e onde lacunas poderão ser identificadas e, quiçá, preenchidas.

De forma alguma pode-se caminhar às cegas. Dessa maneira, procuramos identificar variações epistemológicas e teórico-práticas do objeto de investigação que fornecessem orientações para compreendermos a partir de quais situações o tema está sendo abordado no âmbito da produção acadêmica, sob quais referenciais, ou seja, sob quais vieses teóricos, quais áreas estão preocupadas em dialogar sobre o assunto, em que condições e em quais programas de pós-graduação as pesquisas acadêmicas no Brasil em relação ao tema foram produzidas.

Em termos práticos, seguindo a matriz anteriormente descrita, optamos por utilizar o repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>34</sup> do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia – IBICT, que nos pareceu informar um número muito

---

<sup>34</sup> A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) tem por objetivo reunir, em um só portal de busca, as teses e dissertações defendidas em todo o País e por brasileiros no exterior. A BDTD foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira, com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas, tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. Possui cadastradas 105 Instituições e 364.884 documentos. Destes destacam-se as 98.437 Teses e as 266.447 Dissertações. Disponível em <http://bdtb.ibict.br/vufind/> - Acesso em: 29 abril 2016.



significativo e relevante de trabalhos acadêmicos e nos permitiu mapear<sup>35</sup> as produções acerca do objeto de estudo na tese. O levantamento possibilitou situarmo-nos nos debates e inventariarmos, em linhas gerais, as produções acadêmicas relevantes para os diálogos sobre a Radiodifusão Comunitária, o que contribui para a elaboração de um Estado do Conhecimento<sup>36</sup>. Sobre a importância da elaboração do Estado do Conhecimento em pesquisa, Romanowski e Ens (2006) afirmam que este traz o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, “tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrados e teses de doutorado” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 46).

Levando em conta a extensa produção acadêmica das últimas décadas, especialmente com a ampliação de programas de pós-graduação no Brasil, optamos por consultar teses e dissertações sobre a temática num recorte temporal de 10 anos, a saber, de 2005 a 2015<sup>37</sup>. Utilizando os descritores: “*Comunicação Comunitária*”, “*Radiodifusão Comunitária*” e “*Rádio Comunitária*”<sup>38</sup>, chegamos a 78 produções no referido período<sup>39</sup>, conforme mostra a Figura 2.

<sup>35</sup> A busca foi realizada em julho de 2016 e na oportunidade o agora Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES atrelado à Plataforma Sucupira (antes Banco de Teses e Dissertações da CAPES) não se encontrava atualizado. O referido repositório indicava apenas as produções até o ano de 2012. Uma outra razão de não termos utilizado o catálogo da CAPES é de que os trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira não estão acessíveis na plataforma. Por esta razão optamos em focar nossa busca no Banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia.

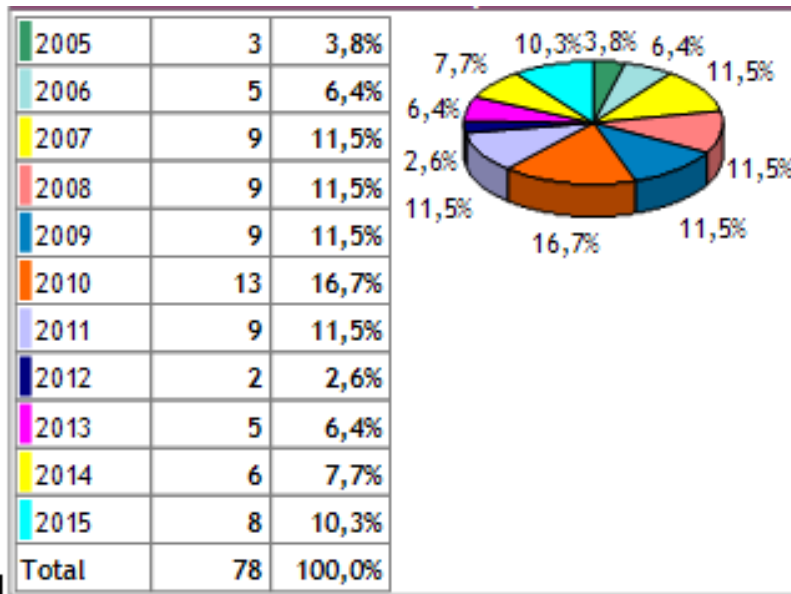
<sup>36</sup> O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40).

<sup>37</sup> Na elaboração deste estado do conhecimento serão referidos os trabalhos defendidos entre 2005 e 2015. Aqueles que foram encontrados e defendidos posteriormente serão referidos no decurso do trabalho de investigação, bem como as produções bibliográficas de relevância para a compreensão do tema.

<sup>38</sup> O descritor “*Comunicação Comunitária*” foi escolhido devido ao fato de que a Radiodifusão Comunitária, antes de referenciar uma plataforma específica de comunicação, aponta para um movimento que implica uma forma própria de interação comunicativa e discursiva, a comunitária. Os descritores “*Radiodifusão Comunitária*” e “*Rádio Comunitária*” expressam as possíveis variações linguísticas e terminológicas que indicam o fenômeno a ser investigado.

<sup>39</sup> No processo de elaboração do Estado do Conhecimento, podemos destacar dois trabalhos que se dedicam a realizar um levantamento e, mais ainda, uma análise das pesquisas realizadas sobre a comunicação comunitária no Brasil, não especificamente sobre radiodifusão, mas ambos tangenciam também esta subárea. O primeiro de Otre (2015), tese da área da Comunicação, realiza uma análise sobre as dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação em comunicação entre 1972 e 2012 que versam sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil. O estudo, em seu aspecto quantitativo, mostrou que dentre os 742 trabalhos encontrados 33% deles tratavam sobre rádio. No aspecto qualitativo no qual foram selecionados 102 trabalhos, 30 deles, de acordo com a classificação da autora, em relação ao suporte focado pelos trabalhos, tratavam acerca da rádio comunitária. O segundo é o de ARAÚJO (2005), tese da área de Ciência da Informação que realiza uma análise temática da produção científica em comunicação no Brasil nos programas de pós-graduação em Comunicação, de 1992 à 1996, a dimensão dos estudos sobre “comunicação de massa” aparece com 60,78%, na medida em que são confrontados com aqueles que não são, como “comunicação institucional” (22,31%) e “comunicação comunitária” (12,77%). De acordo com a pesquisa, a identificação dos assuntos externos à Comunicação, mas que constituem assuntos das mensagens presentes nos fenômenos comunicativos, permite a

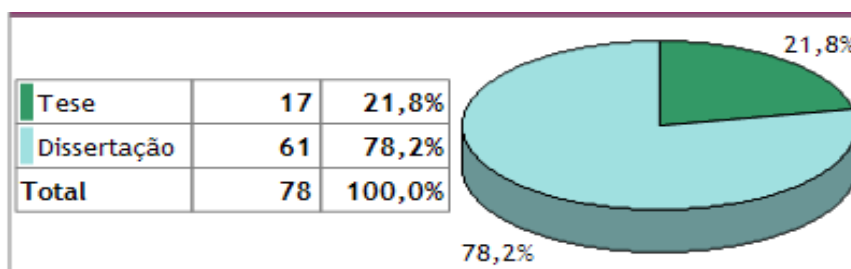
Figura 2. Quantidade de pesquisas discriminadas por ano (2005-2015)



Fonte: Elaboração do autor

Quanto à natureza destas 78 produções, 17 são pesquisas realizadas em nível de doutorado e 61 em nível de mestrado (conforme Figura 3). Dentre estes trabalhos, 13 são produções no campo da Educação. Tendo em vista o fato de que nos últimos anos têm-se difundido no Brasil os novos formatos de mídia e, de maneira especial, as alternativas, como as mídias coletivas e comunitárias, percebe-se que ainda é incipiente a pesquisa e a produção acadêmica voltada à compreensão destes meios de comunicação.

Figura 3. Número de pesquisas segundo a natureza do trabalho



Fonte: Elaboração do autor

O embrionário interesse das pesquisas universitárias sobre este assunto e, em consequência, as poucas pesquisas feitas sobre as experiências concretas das emissoras comunitárias no contexto midiático e educacional brasileiro, deixa uma grande lacuna para um melhor entendimento sobre a sua natureza, alcance, potencialidades e limitações. A temática, de maneira geral, não é muito perceptível em comparação a outros temas

---

comparação entre termos que guardam o mesmo tipo de relação com a área de Comunicação. As maiores frequências são: “processos e grupos sociais” (13,70%), “educação” (8,36%), “política” (7,40%).

visivelmente mais convencionais em se tratando de pesquisas no âmbito do *stricto sensu*. Esta percepção é recorrente quando observamos as produções específicas da área da educação. Ainda que não seja um tema recorrente, nunca é esquecido, sendo uma discussão constante e presente em diversas áreas e regiões do país, com destaque para São Paulo (USP e Universidade Metodista), Rio Grande do Sul (UFRGS, Unisinos e PUCRS), Rio de Janeiro (UERJ, FGV e PUC-RJ) e Distrito Federal (UNB), como mostra a Figura 4.

Figura 4. Instituições de Ensino Superior onde foram produzidas as pesquisas



Fonte: Elaboração do autor

As produções encontradas foram inicialmente catalogadas levando em conta as áreas de concentração dos programas de pós-graduação definidas a partir das subáreas da CAPES. O Quadro 1, a seguir, mostra o quanto a temática circula nas mais diferentes áreas do conhecimento, evidenciando seu caráter interdisciplinar e sua natureza fronteiriça. A respeito das dissertações, foram encontradas 9 oriundas de Programas de pós-graduação em Educação e as outras de programas de Comunicação Social (20), Ciências da Comunicação (4), Sociologia (4), Saúde Pública e Coletiva (4), Comunicação e Informação (3), Ciências da Informação (3), Direito (3), Extensão Rural e Desenvolvimento local (2), além de Antropologia Social, Bens Culturais e Projetos sociais, Ciências Políticas e Ciências Sociais, Música, História, Política e bens culturais, Geografia e Teologia (1 cada), afora outras áreas. Em relação às Teses, 4 delas foram realizadas no âmbito da Pós-graduação em Educação, e as demais distribuídas em outras áreas (Comunicação Social, Ciências da Comunicação e Comunicação e Informação, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais).

Quadro 1 – Número de pesquisas por Áreas do Conhecimento/Programas de Pós Graduação

	Tese	Dissertação	Total
	N	N	N
Comunicação Social	5	20	25
Educação	4	9	13
Ciências da Comunicação	3	4	7
Sociologia	1	4	5
Comunicação e Informação	1	3	4
Direito	0	3	3
Saúde Pública	0	3	3
Antropologia Social	1	1	2
Bens Culturais e Projetos Sociais	0	1	1
Ciências da informação	1	0	1
Ciências Políticas	0	1	1
Ciências Sociais	1	0	1
Cultura e Sociedade	0	1	1
Educação - Extensão Rural e Desenvolvimento local	0	1	1
Educação Matemática e Tecnologias	0	1	1
Engenharia Elétrica	0	1	1
Extensão rural e desenvolvimento local	0	1	1
Geografia	0	1	1
História	0	1	1
História, Política e Bens Culturais	0	1	1
Música	0	1	1
Saúde Coletiva	0	1	1
Sociologia Política	0	1	1
Teologia	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>61</b>	<b>78</b>

Fonte: Elaboração do autor

Nossa análise consistirá, num primeiro momento, em observar nos resumos dos trabalhos encontrados nas mais diferentes áreas do conhecimento as seguintes questões: Que temáticas estão sendo abordadas? O que se está discutindo sobre os temas? Que problemas estão sendo investigados? Em que campo metodológico os trabalhos são aportados? Com quais matrizes teóricas as produções estão dialogando? Em seguida faremos uma discussão a partir dos trabalhos em nível de mestrado produzidos especificamente em Programas de Pós-graduação em Educação. E, por fim, ainda no campo da educação, nosso olhar voltar-se-á para as quatro teses encontradas que tratam especificamente de nossa temática.

Múltiplos são os enfoques dados e variadas são as temáticas retratadas pelos trabalhos que se dedicam ao tema da comunicação comunitária e da RadCom nas mais diversas áreas do conhecimento. A partir deste indicador já nos é possível aventar a extensa complexidade do tema e o interesse multidisciplinar que ele suscita. Este tema transita por diferentes campos de investigação, que vão desde algumas áreas específicas do campo da comunicação, passando pelas ciências sociais, direito, ciências da saúde, meio ambiente e educação.

Em relação ao campo das produções em *Comunicação*, destacam-se os estudos dirigidos às mídias e processos comunicacionais e socioculturais, jornalismo de proximidade e radiojornalismo, narrativas e práticas sociais, comunicação, arte e cultura. No campo das *Ciências Sociais*, os trabalhos focam a comunicação social comunitária na perspectiva da mobilização social, os movimentos sociais nas periferias, identidades sociais juvenis e micropolítica e juventudes, comunicação e desenvolvimento social, representações e processos de subjetivação, cultura e comunicação, comunicação e democracia, além de gênero e capital social e RadCom e inclusão. No que tange aos temas envolvendo o campo do *Direito*, as pesquisas enfocam principalmente as questões ligadas à legislação que rege o funcionamento da Radiodifusão Comunitária no Brasil, especialmente em relação aos seus limites, traçando pontos e contrapontos com as legislações existentes em outros países onde florescem movimentos análogos, além das discussões acerca do conceito de cidadania. Na área da *Saúde*, as pesquisas preocupam-se com a democratização da comunicação e seus desdobramentos no fortalecimento de ações que visam a promoção da saúde coletiva, principalmente através de redes de atendimento e assistência social, além de questões de gênero, vulnerabilidade e enfrentamento dos problemas de saúde pública que podem ter na RadCom um importante aliado. No campo das *Ciências Ambientais*, o foco dos trabalhos recai sobre as possibilidades abertas pela RadCom na promoção de práticas educomunicativas voltadas à conscientização ambiental.

Os trabalhos no campo da *Educação* destacam os lugares da infância nos processos de comunicação comunitária, a produção coletiva de comunicação vivenciada em pequenos grupos e suas possibilidades na formação do sujeito autônomo, a dimensão educativa das Organizações Não Governamentais (ONGs) e o engajamento juvenil em práticas comunicativas alternativas, as relações entre comunicação, educação e participação comunitária, a utilização das ferramentas de comunicação comunitária em programas de educação à distância, além do debate acerca dos meios de comunicação e suas intervenções na escola e as estratégias presentes na RadCom e nos meios de comunicação comunitários como espaços privilegiados para a promoção de ações de educação não-formal.

De maneira geral, os trabalhos esforçam-se em compreender, a nosso ver, o fenômeno da Radiodifusão Comunitária privilegiando alguns enfoques epistemológicos<sup>40</sup>:

- Enfoque na **Funcionalidade**<sup>41</sup>: as Rádios Comunitárias são vistas como um instrumento (aspecto instrumental do veículo), uma ferramenta por meio da qual se pode instaurar um processo de formação do sujeito ou mesmo de transformação social. Os trabalhos que operam neste prisma partem do princípio de que a caracterização de uma emissora, ou de um veículo de comunicação, está no uso que se faz dele e nos conteúdos que ele é capaz de gerar, ou que por meio dele são possíveis de serem gerados. Os sujeitos apropriam-se dos espaços abertos ou disponíveis pelos veículos de comunicação comunitária (sejam eles na forma de tecnologias midiáticas audiovisuais ou escritas) e os utilizam com a expectativa de que o recurso funcione como um veículo indutor de práticas e processos de empoderamento por meio da informação. As reflexões recaem sobre o que se produz e se veicula.

- Enfoque na **Oposição**<sup>42</sup>: outros trabalhos partem da perspectiva de que a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos economicamente privilegiados recrudescer um processo de exclusão social. A RadCom, em sentido inverso ao processo de monopolização, pode desencadear um debate acerca da democratização da comunicação e do acesso a informações a partir de diferentes pontos de vista e formas de olhar a realidade sob a ótica de sujeitos excluídos dos espaços convencionais de comunicação social. Os trabalhos sob este prisma advogam que a comunicação comunitária pode provocar um processo de ruptura do monopólio dos meios de comunicação de massa quando constituem-se em espaços públicos onde se manifestam discursos marcados por um tipo de argumentação contra-hegemônica e pontos de vista alternativos aos que a grande mídia veicula.

- Enfoque na **Promoção**<sup>43</sup>: muitos estudos se dedicam a apontar as Rádios Comunitárias como promotoras de novas lógicas de comunicação, produção e interação no sentido de constituírem-se como espaços possíveis para a construção de vínculos

---

<sup>40</sup> Nosso intuito não é fazer uma classificação monocrática das pesquisas, mas categorizar alguns enfoques encontrados a partir da compreensão dos textos. Esta análise foi realizada a partir da leitura dos resumos das 78 pesquisas encontradas e dos textos completos de alguns trabalhos que mais se aproximaram das questões de nossa pesquisa. Outrossim, entendemos que, devido à complexidade, a amplitude e a diversidade características dos trabalhos, muitos deles transitam por mais de um enfoque. As indicações bibliográficas onde os enfoques podem ser identificados serão referenciadas em nota de rodapé.

<sup>41</sup> MELO, 2006; LEÃO, 2010; COSTA, 2010; GOMES, 2014.

<sup>42</sup> SEVERO, 2014; OLIVEIRA NETO, 2010; CONRAD, 2013; KUHN, 2013.

<sup>43</sup> SILVA, 2010; SOUZA, 2013; ORTH, 2010; TESSAROTTO, 2010; SANTOS, 2009; LEAL, 2007; GUIDANI, 2014.

intersubjetivos que seriam capazes de fecundar relações ancoradas no encontro com o outro e não a partir de sua negação. Diante de processos alargados de incomunicação, modos não estigmatizantes capazes de compreender os sujeitos e suas manifestações culturais podem ser gerados na gestão e produção coletiva e criativa da comunicação comunitária. O enfoque recai na observação dos saberes cotidianos e especialmente nos processos em que os envolvidos reconhecem-se nos discursos que produzem individual e coletivamente e na construção de vínculos comunitários e de solidariedade entre os sujeitos.

- Enfoque na **Pluralidade**<sup>44</sup>: muitas produções trabalham com a lógica de que a comunicação comunitária pode representar oportunidades para que as chamadas “minorias” (como quilombolas, trabalhadores sem terra, homossexuais, etc.) ou grupos historicamente marginalizados (mulheres, jovens de periferia, trabalhadores em geral, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, populações pobres de favelas, culturas populares, etc.) ocupem espaços de comunicação e elaborem discursos alternativos aos hegemônicos e massivos, mesmo que às vezes, se misturem com eles. O enfoque incide sobre os códigos, linguagens, representações e os modos de expressão daqueles que, antes submetidos ao ostracismo, alcançam visibilidade em espaços alternativos e comunitários. Vozes que historicamente não possuem ressonância social produzem espaços públicos onde podem se fazer ouvir provocando um movimento de dispersão e pluralismo na produção de narrativas de mundo e na constituição de sujeitos distintos não organizados em torno de um centro único. Destacam-se as discussões acerca do direito à comunicação social em ambientes periféricos enquanto experiências concretas do ponto de vista de quem as vivencia.

- Enfoque no **Caráter Político**<sup>45</sup>: outros trabalhos de pesquisa focam suas atenções no caráter eminentemente político do fenômeno, debruçando-se sobre os posicionamentos políticos de movimentos contestatórios, na mobilização social e os novos contornos da representação política, bem como construção e continuidade do ativismo em movimentos sociais que se refletem nas práticas comunicacionais dos veículos comunitários de comunicação. Sustentam que as Rádios Comunitárias são espaços públicos que abrigam diferentes lógicas de ação e, potencialmente, estão comprometidas com grupos excluídos e marginalizados socialmente. Além disso, em parte, elas assumem opções políticas claras na produção de narrativas de mundo e de sociedade, especialmente no que tange às lutas por direitos como moradia, terra, saúde, etc.

---

<sup>44</sup> FASANO, 2011; SILVA, 2007; VIVES, 2009; TESSAROTTO, 2010; LIMA, 2010; FRANCO, 2010.

<sup>45</sup> CONRAD, 2013; KUHN, 2013; LOURENÇO, 2010; LEAL, 2007.

- Enfoque **Conceitual, Histórico e Legal**<sup>46</sup>: destacam-se os trabalhos debruçados sobre os processos históricos que deram origem, fundamentaram teoricamente e constituíram historicamente o fenômeno da comunicação comunitária. Estes dão atenção à complexidade do movimento das emissoras livres e a constituição da legalidade às emissoras comunitárias e os processos sociais que as atravessam. Destacam-se também as discussões acerca dos conceitos de comunicação popular, alternativa, livre e comunitária, e os avanços, retrocessos, contradições e as lutas em relação à legislação em vigor no Brasil e em outros países onde eclodiram movimentos com conotações e tonalidades semelhantes.

- Enfoque **Desenvolvimentista**<sup>47</sup>: um grupo muito expressivo de pesquisas dedica-se a compreender os significados e os resultados das ações e práticas comunicativas comunitárias que se voltam para o desenvolvimento sociocultural, político e econômico e para a conscientização das populações locais nos ambientes em que estão inseridas. Na esteira da comunicação para o desenvolvimento e para a mudança social, os trabalhos pautam-se na perspectiva de que, por meio do debate informado dos problemas locais e tendo em vista que, em geral, os veículos de comunicação comunitária colocam os interesses coletivos locais na pauta das discussões, tais experiências podem contribuir sobremaneira como estratégia de (re)definição do desenvolvimento de uma nação, de uma região ou de um lugar específico. Além disso, constatam em muitas experiências um engajamento das emissoras e de seus sujeitos nas atividades comunitárias. Estas experiências comunicativas sociais, autônomas e locais têm potencial, neste sentido, para serem fomentadoras de práticas que promovam o acesso democrático e a partilha do poder de comunicar, visto que, primeiro, a comunicação é o arcabouço da sociedade coletiva e, segundo, o próprio paradigma do desenvolvimento moderno ocidental passa a ser redimensionado a partir do reconhecimento da multiplicidade de trajetórias e na apropriação dos modos de socialização baseados na participação dos sujeitos em organizações locais.

- Enfoque **Educomunicativo**<sup>48</sup>: um número significativo de pesquisas dá enfoque às possibilidades educativas da comunicação comunitária e discutem o fato sob o viés de que o compartilhamento de saberes imprime marcas nos hábitos dos ouvintes e dos participantes, nas suas relações com a saúde, com o meio ambiente, com os outros, com os cenários políticos e sociais e nos seus modos de ser e pensar. Pesquisas destacam o lugar da infância em experiências comunitárias de comunicação social, a utilização de ferramentas e

---

<sup>46</sup> CARVALHO, 2010; OTRE, 2015; ARAÚJO, 2015; LUZ, 2011; SILVA, 2005.

<sup>47</sup> JANE, 2006; CONTEÇOTE, 2008; SILVA, 2010; LEMOS, 2011.

<sup>48</sup> FRANCO, 2009; ANSELMO, 2009; LIMA, 2009; GOMES, 2014; PINTO, 2008; BUENO, 2013; JANES, 2007; RODRIGUES, 2008; CARNICEL, 2005; MARQUES, 2011; FILHO, 2011.



tecnologias da informação e comunicação nos processos comunicativos e a implantação de projetos educativos à distância, sejam eles como políticas públicas de Estado ou resultado de iniciativas de instituições educativas em geral e que produzem espaços de articulação e empoderamento de sujeitos.

- Enfoque nas **Mediações**<sup>49</sup>: alguns trabalhos partem da perspectiva de que os meios de comunicação social constituem-se como espaços de encontro e construção, onde ocorrem e são mobilizadas vivências e movimentos culturais. No caso da comunicação comunitária, podem compor cenários em que emissores e receptores situados num universo cultural e ideológico, dialogam, negociam e produzem sentidos. Trata-se de práticas enunciativas que tendem a valorizar o contexto e os cenários enunciativos de quem é protagonista do discurso.

### **3.2 Um olhar sobre a RadCom a partir do campo da Educação: diálogos e multiálogos<sup>50</sup>**

Nas produções acadêmicas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no período de 2005-2015, destacam-se as discussões que partem da perspectiva que a RadCom tende a ser um tipo de mídia de grande representação e participação social, especialmente quando representam grupos segmentados em termos de abrangência midiática (SANTOS, 2009, p. 36). Tal constatação sugere que elas (as RadCom) poderiam ser espaços onde estes grupos pudessem encontrar lugar para não somente ventilar seus pleitos e demandas, mas onde sua voz pudesse encontrar eco. Além disso, as pesquisas apontam para o fato de que as mídias comunitárias podem representar uma ameaça ao monopólio discursivo e um constrangimento à hegemonia comunicativa dos veículos de comunicação de massa, e da cultura de massa de modo geral, na medida em que teriam potencial para possibilitar novos agenciamentos coletivos de produção de subjetividade, sendo seu produto resultante de processos de cooperação (LEMOS, 2011, p. 59).

Além do mais, os trabalhos ressaltam o potencial educativo e transformador e, de certa maneira, subversivo, das Rádios Comunitárias, tendo em vista os discursos ou produtos que elas geram, os processos e experiências criativas que em torno delas são desencadeados, e os tipos de interações que nelas podem ser constituídos. As RadCom tenderiam a contribuir para um processo educativo comprometido com a constituição de sujeitos autônomos e participativos. Tais veículos de comunicação poderiam possibilitar aos envolvidos no

---

<sup>49</sup> RIBEIRO, 2015; SILVA, 2005; BENZI, 2014.

<sup>50</sup> Por Multiálogos Borba (2004, p. 304) designa o acontecimento de diversos diálogos entrecruzados, como os ocorridos, por exemplo, em salas de bate-papo, com os membros envolvidos em várias discussões simultâneas.

processo de criação “reconhecer-se nas próprias palavras e imagens que produzem, dessa forma ocorre uma experiência pedagógico-formativa de forte impacto na constituição auto e sociodeterminada do sujeito” (LIMA, 2009, p. 25).

Mesmo que a comunicação popular, alternativa e comunitária, esteja encerrada de forma equivocada na esfera da legalidade, os benefícios e a aceitação da comunidade e na cultura em que está inserida podem constituir sua legitimidade. Para Ferreira (2009, p. 24), a Lei 9.612/98, que legaliza as emissoras de RadCom no Brasil, apesar de incluí-las no domínio da legalidade, tende a exercer um “papel castrador”, visto que impõe duras restrições no que tange ao financiamento e estrutura, o que em volumosos casos, inviabiliza sua existência e manutenção. O autor sugere a inserção da internet como ação política de ampliação da atuação da RadCom e como linha de fuga capaz de desterritorializá-la, contribuindo para o processo de democratização da comunicação.

A infância tem lugar na comunicação comunitária? E que lugar é esse? É o que discute Luna (2014), tentando perceber qual o espaço ocupado por diferentes sujeitos sociais, inclusive as crianças, na condição de produtores ou a partir das representações produzidas sobre elas em veículos de comunicação alternativos. A autora afirma que a comunicação comunitária, seja ela audiovisual ou escrita, que assume uma vinculação estreita com o social, território onde está situado o sujeito e suas vivências, e mediada por aqueles que vivem e se relacionam diretamente com o local, inclusive sob o ponto de vista da infância enquanto sujeitos do mundo da cultura, pode ser pensada como um “espaço-janela”, que dialoga com as práticas cotidianas a partir de “um território de contradições e diversidade” (LUNA, 2014, p. 106).

As políticas públicas relacionadas à educação e cidadania em contextos atravessados pelas mídias também são alvos de pesquisa. É o caso do trabalho de Maranhão (2007), que acena para o fato de que as ações públicas direcionadas à educação devem necessariamente incorporar interações participativas que incentivem a problematização discursiva do real e do local e a superação do paradigma informacional e instrumental em direção a uma matriz comunicativa e dialógica. A promoção de práticas pedagógicas que fazem uso de ferramentas tecnológicas no ambiente escolar não pode estar restrita ao desenvolvimento cognitivo do educando e afastada de seu envolvimento político e de sua inserção social. É neste sentido que o autor advoga na direção de valorizar as organizações comunitárias e de comunicação local no sentido de “promover o diálogo entre escola e comunidade criando comunidades políticas de comunicação” (MARANHÃO, 2007, p 123).

Rodrigues (2008) opta por tentar compreender os processos pedagógicos realizados em ambientes comunicacionais e mobilizados por políticas públicas, tendo em vista os impactos observados na audiência. O autor faz uma análise das cartas recebidas dos ouvintes do programa Escola Brasil financiado pelo então Ministério das Comunicações e empresas privadas e distribuído à emissoras de todo o país. O uso do rádio na educação à distância tem sido marcado, segundo o autor, por fracassos e preconceitos, sendo considerado por muitos uma “coisa chata” quando utilizado como recurso didático. Invariavelmente seguem o formato marcado por uma concepção bancária de educação, de um discurso unidirecional, distante, portanto, das questões pertinentes ao cotidiano e das demandas dos sujeitos que interagem de alguma forma com os programas. Para Rodrigues (2008, p. 125), a tendência destes projetos radiofônicos é serem reduzidos a uma quase assessoria de comunicação dos poderes públicos e canais de reprodução das posições dos seus financiadores privados e não espaços regidos pelo diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo.

Os estudos acerca da RadCom fundamentados na teoria das mediações também têm lugar no campo da educação. Nesta matriz, a recepção não é tratada apenas como um outro ponto de vista dos acontecimentos a ser considerado, mas se configura como um lugar onde emergem as dinâmicas culturais, os processos de mobilização social e o cotidiano, instituições, hábitos e modos de vida que se estruturam em sociedade, no coletivo, e que estão em constante transformação. Para Silva (2005), mais do que os conteúdos da programação que gera, é pela participação, pelo envolvimento dos sujeitos (situados em ambientes socialmente plurais e complexos) no processo de gestão coletiva das emissoras comunitárias que se torna possível perceber os arranjos sociais que nelas estão representados ou que por elas são agenciados e mobilizados. Fatores contextuais como as normativas jurídicas, a economia e a política local, as potencialidades e fragilidades do associativismo civil de caráter popular, as afirmações identitárias, como a religiosidade e a memória histórico-cultural do lugar, além do projeto e da articulação coletiva, bem como da capacidade técnica e de mobilização político-social, e a integração com sistemas de ensino e formação presentes no cenário local, configuram-se como mediações que tornam a RadCom um sítio de “trocas simbólicas, resistências sociais, manifestação de velhas e novas demandas por cidadania nos (e a partir dos) espaços locais” (SILVA, 2005, p. 249). Os movimentos sociais e as formas de comunicação alternativas e comunitárias que são engendradas em seu seio passam a ser vistos como fenômenos que coadunam comunicação, cultura e cotidiano. Uma comunicação que não se explica nem se encerra nos processos comunicativos, mas se expande para o complexo universo da cultura com a qual os discursos estão em constante diálogo.

### **3.3 A comunicação comunitária e a Radiodifusão Comunitária nas teses em Educação**

As teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação que enfocam as relações entre educação e comunicação e que o fazem a partir da perspectiva da comunicação comunitária e da RadCom trabalham apoiadas em diferentes pontos de vista. No entanto, em todas elas é possível perceber que os ambientes investigados, sejam eles relativos às experiências de Jornal Comunitário (CARNICEL, 2005), Rádio escolar (PEREIRA FILHO, 2010), programas radiofônicos (LIMA, 2009) veiculados em rádios diversas ou as próprias experiências de RadCom (OLIVEIRA, 2002), são tomados como espaços de formação, de interação, de produção coletiva e de vivências culturais.

Carnicel (2005), por exemplo, que se dedicou a analisar experiências que mostram o processo de produção de um jornal comunitário em regiões periféricas<sup>51</sup> como estratégia de educação não formal e a utilização do jornal em sala de aula, afirma que, primeiro, a educação não-formal não deve ter como pretensão se contrapor aos métodos formais de ensino, nem tampouco se reduzir a desferir críticas à educação escolar tendo em vista que ambas são vivências que coexistem no campo dos processos educativos. E, segundo, que não raras são as experiências comunitárias de comunicação que possibilitam um trabalho de integração, de aprendizado e de mobilização social, e sendo dotados de elementos que fazem das ferramentas de comunicação comunitária “instrumentos capazes de despertar e fortalecer as noções de pertencimento social na comunidade que conduzem a um sentimento de cidadania e identidade” (CARNICEL, 2005, p. 215).

Para o autor, o sucesso dos projetos comunitários é contingente à participação efetiva e ao envolvimento, inclusive psico-afetivo dos sujeitos implicados no projeto. Isso quer dizer que o espaço comunitário de interação e produção discursiva, no caso do cenário da pesquisa, um jornal, pode constituir-se em um espaço-fórum, onde as mais diversas posturas ideológicas, leituras de mundo e posicionamentos político-sociais podem encontrar lugar de manifestação. O jornal comunitário é considerado um lugar de encontro, uma roda de conversa ampliada, um espaço onde se encontram vozes que compartilham um universo comum e ao mesmo tempo plural, cultural e ideológico, não limitado geográfica ou institucionalmente. Nesse sentido, tem a potencialidade de promover releituras de posturas em termos pessoais e coletivos, visto que pode ser vencida uma série de discriminações que

---

<sup>51</sup> As experiências pesquisadas dizem respeito às atividades realizadas em forma de oficinas de Jornalismo Comunitário em três bairros populares da periferia de Campinas (SP) - Vila Costa e Silva, Jardim Campineiro e Vila Castelo Branco- entre 2001 e 2004 envolvendo adolescentes e a produção de Jornais Comunitários.

envolvem os sujeitos que, num olhar raso, são até “mal vistos” pela sociedade ou considerados inúteis no seio familiar, mas que em ambientes favoráveis para o seu desenvolvimento mostram suas potencialidades e sua palavra. Assim, afirma o autor, embora as experiências analisadas tenham sido desenvolvidas em bairros periféricos, com sujeitos em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, a proposta é “válida para outras comunidades e entidades que estejam dispostas a construir um espaço favorável à produção de novas formas de comunicação, entretenimento, manifestação, mobilização, e mais do que isso, de relacionamento social e de aprendizado comunitário” (CARNICEL, 2005, p. 221).

Com foco em uma experiência de Rádio Escolar realizada com alunos de Educação de Jovens e Adultos, Pereira Filho (2010) mostra a proximidade entre educação e comunicação e chega a afirmar que “ambas são parte da mesma natureza” (PEREIRA FILHO, 2010, p. 5). Segundo o autor, para que compreendamos de forma clara o papel das mídias nas sociedades atuais, se faz necessário um duplo procedimento de desmitificação e desmistificação a fim de que não se caia em uma posição de *midiolatria* (apologia) nem de *midiofobia* (demonização). Ou seja, em primeiro lugar é preciso entender que a mídia, ela própria constitui-se num centro de poder, uma força em certo sentido quase hipnótica que, muitas vezes, conduz o sujeito a um estágio de fantasia em torno de si e dela, ao criar mitos e “seres extraordinários”, verdades vendidas como absolutas ou trabalhar na lógica do “modelo” que deve ser seguido. Quebrar este “encantamento” é um passo para entender as relações concretas da mídia com a realidade, seus mecanismos de funcionamento, suas intenções sócio-políticas e as vozes sociais que por ela se manifestam. “Queremos afirmar que é preciso o domínio dos meios pelos sujeitos, e não o contrário, evitando-se a sobreposição do primeiro pelo último” (PEREIRA FILHO, 2010, p. 37). Em segundo lugar, o autor propõe a desconstrução da tese de que apenas alguns sujeitos possuem a prerrogativa da produção de mensagens midiáticas, e de que estes o fazem apenas com a finalidade de propagar a ideologia dos grupos que controlam os meios. É preciso considerar, segundo o autor, que as mídias fazem parte de um cenário de embate de forças, constituem-se um valor onde, também, de alguma forma, muitos sujeitos se manifestam em sua individualidade ou a partir de uma história e cultura.

O autor, depois de explicitar os pontos teóricos e epistemológicos sobre os quais se apóia, especialmente a partir da matriz crítica da pedagogia do oprimido midiático, relata as potencialidades pedagógicas de uma rádio escolar como ferramenta de apoio educativo em ambientes escolares, em especial, em contextos que envolvem sujeitos de periferia. Uma experiência acompanhada pelo autor, na condição de pesquisador-participante, mostrou que em ambientes educativos e que fazem uso de estratégias metodológicas que promovem o

encontro de sujeitos, favorece contextos onde “todos são capazes de se situar num duplo fluxo do saber, que é aprender-ensinar e ensinar-aprender” (PEREIRA FILHO, 2010, p, 130). Além disso, promove a elevação da auto-estima dos envolvidos, elemento essencial para o processo de aprendizagem, valoriza a produção coletiva do conhecimento e o respeito às linguagens, cultura, enfim, o universo vivido pelos envolvidos, fazendo com que eles se reconheçam como sujeitos sociais e políticos. Propiciar oportunidade de se pronunciar, dialogar, ou simplesmente falar pode ser uma das grandes virtudes de uma rádio escolar. “No rádio escolar tiveram voz e vez, disseram o que queriam dizer, e o mais importante, participavam do processo de escolha do que queriam tratar” (PEREIRA FILHO, 2010, p. 142). O autor aponta o potencial que o rádio oferece como meio de intervenção também em ambientes de educação escolar.

Nas duas teses apresentadas (CARNICEL, 2005; PEREIRA FILHO, 2010), os autores optam por compreender as íntimas relações entre educação e comunicação situadas em cenários escolares (a escola como ambiente de pesquisa) e tendo por base a pesquisa-intervenção. Lima (2009), por sua vez, se propõe a analisar, em ambientes diversos (escolares e não escolares), o fenômeno das produções coletivas de comunicação tendo por base as ações capitaneadas por dois projetos<sup>52</sup> que trabalham nesta dimensão compreendida como Educação pelos meios de comunicação. Ao descrever o envolvimento e a elaboração de produtos de comunicação, como programas de rádio, veiculados em canais de comunicação comunitários, realizados inteiramente por crianças e adolescentes, a autora, que faz uso da pesquisa-ação, destaca que práticas de emprego dos meios de comunicação a partir de produções coletivas permitem aos sujeitos reconhecerem-se nos processos de produção e nos produtos resultantes desses processos. Dessa maneira, não se trata apenas de juntar as pessoas e fazer um produto, no sentido fabril do termo, mas o foco é no processo de produção em que ocorrem os embates de ideias e os sujeitos se veem como agentes ativos e co-autores das mensagens midiáticas que emitem num processo coletivo de criação.

Tendo em vista a perspectiva da Educomunicação, Lima (2009) afirma que os processos coletivos de produção de comunicação possibilitam experiências ricas de contato e interação com o repertório cultural de seus realizadores, pelo fato de que o processo não visa suprir qualquer tipo de carência (postura característica de processos assistencialistas e benevolentes), mas enquanto possibilidade de que os sujeitos, ao se encontrarem, possam se

---

<sup>52</sup> A tese vale-se das atividades desenvolvidas ao longo de mais de uma década, desde o ano de 1995, pelo *GENS-Serviços Educacionais* e pelo *Projeto Cala a Boca já Morreu - porque nós também temos o que dizer* em espaços não escolares e nas escolas públicas de municípios do estado de São Paulo.

envolver numa ação direta de dizer algo. A educação tratada como sinônimo de criação coletiva. Processos que permitem conhecer o universo simbólico da cultura dos interlocutores envolvidos ao passo que “as palavras que nascem sob esta égide saem carregadas de sentidos” (LIMA, 2009, p. 123). Nas produções coletivas há, segundo a autora, um contato estreito entre os sujeitos o que fortalece a criação de vínculos, o diálogo, onde a palavra toma várias direções assumindo as feições a ela dadas pelo grupo. Desta maneira, o trabalho permite concluir que produções coletivas de comunicação podem contribuir para uma educação comprometida com o fortalecimento do indivíduo e dos grupos, pois “o produto guarda a memória de um tempo ‘especial’ para o grupo. As imagens, as palavras e os sons que nele se eternizam são representações da coexistência de várias histórias num só material” (LIMA, 2009, p. 126).

Por fim, passamos a dialogar com a única tese que encontramos no recorte temporal que estabelecemos para a elaboração do Estado do Conhecimento produzida em Programa de Pós-Graduação em Educação e que elege como *corpus* de sua pesquisa exclusivamente emissoras de RadCom. Trata-se do estudo de Oliveira (2002), que toma Rádios Comunitárias FMs<sup>53</sup>, organizadas por movimentos sociais e culturais populares, para tratar acerca do lugar que a cultura ocupa nas emissoras de cunho comunitário e em que medida suas propostas comunicativas desencadeiam processos de educação não-formal nos envolvidos com a produção e nas suas audiências. Servindo-se da pesquisa participante e utilizando como recursos entrevistas com comunicadores, análise da “grade” de programação e da gravação de programas, além da pesquisa de recepção com a pretensão de penetrar no universo cultural que envolve os ouvintes das emissoras, a autora buscou, nas Rádios Comunitárias selecionadas, compreender o movimento da cultura especialmente no espaço popular e através delas poder pensar uma função educativa para este meio.

Um elemento que consideramos importante nos apontamentos da pesquisa diz respeito ao fato de que, para Oliveira (2002), mesmo sem que tenham desaparecido os elementos políticos nos processos de comunicação comunitária, eles convivem atualmente também com elementos e demandas que envolvem os cenários culturais dos sujeitos, sejam eles oriundos de movimentos sociais populares ou da produção cultural industrializada. Tais especificidades culturais nos permitem pensar as diferentes formas de acesso e relações dos sujeitos com os meios de comunicação e entre si a partir desses meios. As Rádios Comunitárias deixam de ser

---

<sup>53</sup> As emissoras onde foi realizado o trabalho de campo da pesquisa foram a *Rádio Mandacaru FM*, situada em uma região de periferia da zona norte do Município de Fortaleza, capital do Ceará e a *Rádio Casa Grande FM* situada na cidade de Nova Olinda, no interior do estado, distante 600 Km da capital Fortaleza.

eminentemente porta-vozes de grupos políticos ou de posições políticas definidas, para incorporar expressões culturais em sua programação e em suas ações. Isto significa dizer que as práticas radiofônicas comunitárias fazem um “cruzamento dos processos de mobilização dos movimentos sociais com elementos dos processos de massificação e mundialização da indústria cultural” (OLIVEIRA, 2002, p. 55). Ao explorar essa heterogeneidade cultural presente na sociedade, as Rádios Comunitárias tematizam as mobilizações sociais em conjunto com outras formas de lazer e hábitos de consumo e suas interações com a comunicação de massa. Isso inclusive poderia representar uma nova forma de fazer política, que abrange também a vida cultural e suas relações. Mesmo transitando neste contexto de interação entre o massivo e o popular, as Rádios Comunitárias atuam em uma outra lógica, a de não estarem submissas simplesmente aos interesses políticos hegemônicos ou aos interesses mercantis, como o fazem as emissoras comerciais. Estes laços com o massivo, por outro lado, não representam uma “quebra no trabalho das rádios, mas uma evidência de sua inserção no universo sociocultural, no qual as emissoras estão situadas, bem como no cotidiano do público que desejam atingir” (OLIVEIRA, 2002, p. 73).

Ao compreender o fenômeno e as experiências concretas de Radiodifusão Comunitária com base da dinâmica político-cultural em movimento no seu interior, a autora evidencia que, primeiro, é possível pensar processos educativos de maneira ampliada, não orientados por objetivos e técnicas didáticas ou escolares, mas baseados em suportes comunicativos que se realizam através de experiências culturais e que se estendem nos movimentos sociais e populares e se expandem de acordo com a continuidade das vivências culturais nos cotidianos dos receptores. Segundo, a pesquisa mostrou que é “fundante repensar as reflexões sobre as propostas de educação não-formal que se desenvolvem nas emissoras” (OLIVEIRA, 2002, p. 253). Nessa seara, aponta que a educação fora do espaço escolar, que envolve o trajeto dos movimentos sociais populares em suas lutas e processos de aprendizado, tem um alcance maior à medida que é considerada a importância das linguagens que se constituem no universo dos grupos populares e sua expressão marcada pela diversidade cultural. “Não é unicamente o conteúdo dos programas que pode estimular vivências culturais, mas uma lógica comum compartilhada entre as Rádios Comunitárias e os grupos socioculturais populares existentes na sociedade (OLIVEIRA, 2002, p. 195).

Diferentemente das emissoras comerciais, que também têm, em muitos casos, objetivos educativos e propostas de educação não-formal, mas que seguem uma lógica que enfatiza valores e comportamentos indispensáveis aos interesses do sistema hegemônico da sociedade de consumo, e que apresentam uma “programação diversificada que procura, com



poucas variações ou a partir de uma estrutura de variabilidade padronizada, atingir a maior diversidade de gostos possíveis compatíveis com as demandas do mercado de bens simbólicos e da esfera de consumo” (OLIVEIRA, 2002, p. 254), as Rádios Comunitárias analisadas, mesmo flertando com uma cultura de massa, trilham uma proposta comunicativa e educativa “na perspectiva de uma lógica que não prioriza a segmentação, como o fazem as rádios comerciais, voltadas para a exploração dos consumidores de um mercado de bens simbólicos. O propósito das emissoras comunitárias é apresentar a pluralidade cultural para dar visibilidade às manifestações culturais” (OLIVEIRA, 2002, p. 258).

### **3.4 Percorrendo um caminho em obras**

Observando os enfoques das pesquisas acerca da Comunicação Comunitária e da RadCom, é possível identificar algumas perspectivas teórico-epistemológicas e práticas se descortinam. Alguns dos cenários muito presentes nas pesquisas referem-se à *Literacia para as mídias; Educomunicação; Mídias na educação* e o *Rádio na escola*, especialmente no tocante à importância dada pelas pesquisas à proximidade entre a comunicação em geral, e especialmente aquela de cunho comunitário, com o desenvolvimento de processos educativo-formativos. Diversos vieses levam-nos a reconhecer que a vizinhança entre esses dois campos aponta para um conjunto de possibilidades investigativas e corroboram os pressupostos iniciais de nossa pesquisa. Reafirmamos a centralidade das mídias na vida e no cotidiano das pessoas e a presença ostensiva dos discursos midiáticos em nossas formas de viver e pensar. Além do mais, parece-nos consolidado o papel pedagógico atribuído às mídias nas sociedades atuais tendo em vista o fato de que desencadeiam um processo de difusão de informações e hábitos, elaboração e apreensão de novas ideias, produção de sentidos, troca de conteúdos e mensagens.

No caso específico das mídias comunitárias, um dos focos principais das pesquisas recai sobre as mensagens que são produzidas e transmitidas e que potencialmente podem desencadear processos cognitivos e sociais marcados pelo empoderamento político e pela preocupação com o desenvolvimento de uma consciência crítico-reflexiva dos sujeitos envolvidos nestes processos comunicativos alternativos. Todavia, o olhar sobre as mensagens nos provoca também a pensar acerca dos discursos que são produzidos em espaços midiáticos alternativos e comunitários. Estes discursos carregam consigo histórias, sujeitos, culturas, conflitos, vozes entremeadas e linguagens entrelaçadas no diálogo que forma-se em um

processo concreto e permanente e sempre que são acionados (re)inauguram novos movimentos semânticos.

Tendo em vista o horizonte aberto pelo Estado do Conhecimento e pela exposição iniciada na introdução deste trabalho acerca da constituição do conceito de Radiodifusão Comunitária até aqui tratadas, nossa proposta investigativa toma corpo e forma. Partimos da premissa de que o espaço da Comunicação Social Comunitário e, especificamente, em nosso caso, as experiências de RadCom podem ser compreendidos e analisados sob o enfoque da produção de sentidos<sup>54</sup> e a partir do reconhecimento da pluralidade de vozes que marcam os discursos que circulam nesses espaços linguisticamente mediados tendo como pano de fundo territórios compartilhados.

Sentido e discurso encarados como fulcro, lugares centrais da investigação sobre educação e mídias; produção de sentido e de discursos como o lugar de uma luta ideológica. O ambiente do ideológico é o espaço social, aparece em um terreno interindividual, em uma situação concreta de comunicação discursiva e de negociação de sentidos. É de fundamental importância pensar o discurso midiático em ambientes alternativos e seus sentidos múltiplos, que se dinamizam na pluralidade de vozes que compõe os discursos e se configura na tessitura social face à natureza dialógica, conflituosa que permeia a produção, o texto, os contextos dos processos comunicativos.

Com base nessa compreensão, podemos pressupor o fato de que as experiências de Radiodifusão Comunitárias, em face de determinadas condições e práticas sociais concretas, se constituem em ambientes potencialmente dialógicos na perspectiva da heteroglossia. Investigaremos mediante quais condições essa perspectiva se efetiva. Eis o que nos parece ser um ponto nevrálgico de convergência com a questão educacional e o que poderia trazer uma contribuição ao atual cenário das pesquisas no Brasil.

---

<sup>54</sup> Utilizaremos o conceito *Produção de sentidos* na perspectiva bakhtiniana a partir da tradução do russo de Paulo Bezerra na sexta edição de *Estética da Criação Verbal* indicada na introdução do livro. De acordo com Bezerra (2011, p. XI) “Bakhtin não trabalha em nenhum momento o conceito linguístico de significado, mas com o de sentido. Isto se deve à prevalência que tem em seu pensamento a categoria de diálogo, do qual o sentido participa, o significado, não. Para ele, só o sentido responde a perguntas; o significado não responde e por isso está fora do diálogo. Em português não existe adjetivo para o substantivo sentido, por isso traduzi o adjetivo russo *smislovói* por semântico, vinculado a sentido”

#### 4. DIÁLOGOS COM A TEORIA: UMA COMPREENSÃO DA MÍDIA NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

*Quanto a mim, em tudo ouço vozes e relações dialógicas entre elas.*

(BAKHTIN, 2011, p. 409).

*Escolhemos uma teoria não em função de sua verdade, mas em razão do que pretendemos responder em nossa pesquisa.*

(FIORIN, 2013, p. 45).

Em busca de um aporte teórico que pudesse dar suporte ao processo investigativo recorremos a Mikhail Bakhtin, um dos autores mais proeminentes do século XX em se tratando de linguagem e comunicação. O mobilizamos como uma força teórica que atende, particularmente, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009) e *Estética da Criação Verbal* (2011), a muitas de nossas demandas no que concerne ao objeto de pesquisa que perseguimos, a saber, a Radiodifusão Comunitária, bem como os fenômenos discursivos presentes nestes espaços, os processos de produção de sentido que nestes ambientes alternativos estão em movimento e as condições em que eles se instalam.

Neste capítulo serão apresentadas as razões que nos levaram a travar uma interlocução com Bakhtin, alguns dos principais conceitos de seu arcabouço teórico que mobilizaremos no decurso da tese no intuito de construir inteligibilidades ao nosso objeto e, por fim, propomos um modo de compreender a comunicação social e as mídias a partir desse referencial teórico.

##### 4.1 Por que travar interlocução com Bakhtin?

Os estudos de Bakhtin, embora tenham se dirigido à literatura (e seu gênero favorito é o romance), movem-se em esferas fronteiriças, podendo ser tomadas de empréstimo para compreender fenômenos de outras disciplinas, em suas junções e interseções. Para nós, “não há dúvidas de que Bakhtin detém um potencial enorme não apenas para os estudos literários, mas também para as ciências humanas em geral” (RENFREW, 2017, p. 200). De acordo com Agger (2010, p. 403), “o escopo de sua teoria não se encontra limitado à linguagem da literatura, mas também é válido para os gêneros de discursos do dia a dia”. Ribeiro e Sacramento (2010, p. 9) destacam que o nome de Bakhtin é uma “referência fundamental para diversas teorias que, de uma forma ou outra, discutem e problematizam a questão da comunicação hoje”.

Mikhail Mikhailovitch Bakhtin nasceu em 1895, em uma cidade chamada Orel (Oryol), localizada a 360 km ao sul de Moscou. Em sua infância e juventude, transitou com a

família por diferentes regiões da então czarista Rússia, por lugares como Vilna, capital da Lituânia, Odesa e São Petersburgo (centro nervoso da Revolução Russa), em sua grande maioria marcados por ambientes plurais em se tratando de língua, cultura e produção intelectual. “Durante o tempo em que viveu em cidades do interior, entre os anos de 1918 e 1924, engajou-se em uma série de círculos de estudo, quando escreveu seus primeiros trabalhos importantes” (HIRSCHKOP, 2010, p. 95). Pluralismo e diversidade marcam o estilo e a forma e estão presentes nos conteúdos de suas obras, o que nos leva a reconhecer o quanto se pode notar, na constituição dos sujeitos, a presença ostensiva do tempo, do lugar em que se vive e dos outros com quem se convive. “De 1925 a 1929, Bakhtin viveu em Leningrado, com empregos irregulares, trabalhando com literatura ou como professor, e ‘apareceu’ para o público a partir de uma série de livros e artigos publicados conjuntamente com seus amigos<sup>55</sup> Valentin Volochinov e Pavel Medvedev” (HIRSCHKOP, 2010, p. 95). Para Fiorin (2006, p. 15), há neste horizonte um Bakhtin interacionista, que tratou fundamentalmente das relações do eu e do outro, não necessariamente a partir de um encontro face a face, mas nas “relações que se estabelecem entre posições sociais, e de toda a comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” e entre sujeitos que se encontram numa situação real, concreta, em torno da linguagem.

Infelizmente, as próprias palavras de Bakhtin não foram respeitadas pelo poder, pois a relativa heteroglossia dos primeiros anos da Revolução Russa estava sendo substituída pelas inflexibilidades monológicas do stalinismo. No mesmo ano em que *Marxismo e Filosofia da Linguagem* foi editado, Bakhtin foi preso. Aparentemente a prisão de Bakhtin não foi tanto pelo conteúdo dos seus escritos como pelo fato de ele pertencer a grupos filosófico-religiosos suspeitos pelo regime. Bakhtin foi preso em 1929 sob diversas acusações, inclusive de fazer parte de um grupo religioso ilegal (Irmandade de São Serafim) e fazer exposições que ‘corrompiam os jovens’. Como sua saúde estava se deteriorando, e como houve uma campanha para sua libertação, Bakhtin recebeu uma sentença relativamente ‘leve’: seis anos no exílio, na cidade de Kustanai, no Casquistão (STAM, 1992, p. 35).

---

<sup>55</sup> Um dos temas muito discutidos em torno de Bakhtin é o da autoria de certos livros e artigos que foram inicialmente publicados, ora com a assinatura de Bakhtin, ora de Voloshinov, ora de ambos. É o caso de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicado em 1929 que saiu sob o nome de Voloshinov. Na década de 1970 o linguista russo Ivanov afirmara que o referido texto teria sido escrito por Bakhtin, ou em todo o caso ele seria seu coautor principal e que, por razões políticas, ele não pôde publicar esse e outros trabalhos em seu nome. Daí em diante a questão tem-se mostrado de difícil solução. Para Fiorin (2006), os estudiosos da teoria bakhtiniana dividem-se em três posições: 1. Aqueles que consideram Bakhtin autor de todos os textos que Ivanov atribui a ele; 2. Aqueles que afirmam que Bakhtin deva ser considerado autor apenas dos textos publicados em seu nome; e 3. Aqueles que atribuem a obra aos dois autores, assim, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* deveria aparecer como sendo de Bakhtin/Voloshinov. Sem que tenhamos pretensão de nos ater nessa discussão consideraremos (1) o que propõe Brait (2013): “está definitivamente estabelecido que Mikhail Bakhtin não escreveu sozinho o conjunto das obras que compõe o que denominamos pensamento bakhtiniano”; (2) e indicaremos na exposição da pesquisa apenas o seu nome quando nos referirmos à obra em questão.

Bakhtin viveu, portanto, durante um período de revolução, opressão e guerra, passando por dificuldades físicas e psicológicas. Estreou como crítico em 1919 e morreu em 1975.

Mas por que mobilizar Mikhail Bakhtin para entender os processos comunicativos desencadeados em mídias alternativas e comunitárias e seus significados para o campo da educação? Primeiro, porque, mesmo sem mencionar diretamente o fenômeno da comunicação de massa, campo não explorado pelo filósofo russo que se dedicou, sobretudo, à literatura a partir de sua teoria da linguagem, o autor oferece elementos teóricos com base nos quais é possível estabelecer um posicionamento compreensivo acerca das mídias e suas contribuições aos processos de inteligibilidade do mundo e constituição do sujeito. Contribui, precisamente, por causa do olhar que lança para os aspectos dialógicos dos enunciados e dos discursos, também a nosso ver, os midiáticos, tendo em vista a dialogia que está em ação em toda e qualquer comunicação discursiva.

Para Agger (2010, p. 400), mesmo que o arcabouço teórico bakhtiniano esteja focado na literatura e, em especial, no romance, e que provavelmente o autor não tenha pretendido alcançar uma amplitude a tal ponto de emprestar os elementos de sua teoria a pesquisadores de outros campos do estudo, geralmente é potencial estabelecer paralelismos e analogias entre suas análises e as análises da mídia e de outros processos comunicativos. O autor alerta, no entanto, que é preciso tomar alguns cuidados quando da transferência de conceitos de um campo para outro (esse movimento levanta questionamentos quanto ao seu alcance e eficácia), e a prudência é igualmente imperativa quando se pretende estabelecer alguns paralelos a fim de que se evitem reducionismos e simplificações. Para isso, é importante lembrar que a “sistematização pode ser um momento fundamental para o processo de esclarecimento conceitual” (AGGER, 2010, p. 402), sempre levando em conta que a teoria bakhtiniana constitui-se um todo e deve ser tratada de acordo. Agger (2010, p. 401) é otimista quanto à versatilidade e à potência dos conceitos, pois, “no caso de Bakhtin, a ambição filosófica inscrita à teoria parece facilitar esta utilização mais ampla”.

Em segundo, a mobilização desse autor em nosso trabalho deve-se ao fato de que Bakhtin pode amparar e animar uma visão dialógica dos processos midiáticos, visão esta que escapa da leitura pessimista em torno da manipulação, que considera os “meios de comunicação como a voz da hegemonia burguesa, instrumento de reificação capitalista ou máquinas de influenciar que provoca pouca resistência” (STAM, 2010, p. 331)<sup>56</sup>. Por outro

---

<sup>56</sup> Parece-nos relevante apontar a crítica que Stam (2010) faz, por um lado, à atitude, segundo ele, hostil da esquerda em relação à cultura midiática, “ora apoiando o entretenimento sem criticá-lo e, às vezes, lamentando o

lado, escapa também das ingênuas defesas dos acrílicos apologistas. Para Stam (2010, p. 29), por exemplo, o pensamento de Bakhtin permite romper com as falsas dicotomias e “perceber na mídia a ambivalência entre hegemonia e resistência”. Ao mesmo tempo em que reconhece o peso próprio do sistema e do poder, também percebe brechas para a insubordinação.

O pensamento bakhtiniano pode apontar caminhos para uma transcendência das dicotomias estéreis e dos paradigmas esgotados. Sobretudo, as conceituações de Bakhtin sugerem a possibilidade de uma crítica cultural radical, aplicável aos meios de comunicação de massa, que seja capaz de cristalizar o impulso do desejo coletivo, permanecendo atenta à sua expressão degradada, uma crítica cultural que não exclua nem o riso, nem o prazer, tampouco a subversão (STAM, 2010, p. 356).

Essa perspectiva pode nos ajudar a ampliar a compreensão das mídias, pois oferece uma lente para compreender os processos midiáticos com base em uma perspectiva dialógica, processual e dinâmica, sem uma exaltação cega e ingênuas, mas também sem sacrificar a luta contra qualquer tipo de dominação.

#### **4.2 Bakhtin: a palavra e o enunciado**

Isto posto, iniciamos nosso percurso teórico com a compreensão de que não temos acesso ao que nos rodeia, aos contextos, aos sujeitos, de forma direta. Nossa relação com o mundo, com a cultura e com os outros é mediada, marcada pela palavra, pela linguagem. Não há acesso ao “mundo em si”, mas a um universo discursivo. A compreensão do mundo e a compreensão que temos dele é atravessada por processos comunicativos, por enunciados, por discursos, por narrativas. É neles e por eles que também nos tornamos reais, concretos no mundo, não apenas no sentido biológico, físico, mas enquanto consciência no universo da cultura e da história.

Deste modo, a linguagem cria um espaço de constituição do sujeito. Não como um lugar estranho ou mágico, mas como uma forma de habitar o mundo, compreendê-lo e compartilhá-lo com os outros.

Entendemos que a constituição da consciência e dos sentidos do próprio sujeito e do seu entorno, assim como foi descrito por Bakhtin, é um fato sócio-ideológico e se realiza numa situação de interação verbal. No entanto, não há uma linguagem autônoma, independente de sujeitos, falantes e ouvintes, da história, da cultura e da ideologia. Não há um

---

contentamento que o público de massa encontra nos espetáculos alienados” (STAM, 2010, p. 355). Para ele, o marxismo puritano joga fora o prazer junto com a ideologia como se fosse “jogar fora a criança junto com a água suja”. Por outro lado, segundo ele, é pragmaticamente deficiente a ampla hostilidade capitalista americana ao socialismo, difundindo a ideia de que as sociedades socialistas são “cinzentas”, “melancólicas” e “antieróticas”. Para Stam “uma abordagem bakhtiniana valoriza o fato do prazer midiático ao invés de deplorá-lo, abraçando-o como um amigo em potencial e criticando, ao mesmo tempo, a sua alienação” (STAM, 2010, p. 355).

discurso separado dos falantes. São sujeitos que se cruzam, se comunicam, se encontram e o resultado disso são processos discursivos e semânticos. Além disso, o sujeito fala, enuncia invariavelmente de algum lugar, alguma coisa, sempre a partir de algo e endereçado a alguém, de quem espera uma resposta. Não é, pois, a palavra que fala, são sujeitos, vozes e consciências independentes e imiscíveis, marcadas pelas peculiaridades do seu universo cultural, que emergem através da linguagem. Assim, como não há sujeito sem palavra, não há palavra sem história, sem sujeitos.

A **palavra**<sup>57</sup> é, portanto, viva e os sujeitos através dela dialogam com os valores da sociedade. Ela é instrumento mediador entre o falante e o interlocutor em diálogo. Um território comum entre locutor e interlocutor. Para Bakhtin (2009, p. 37), a palavra é “o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana”. É a “arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios” (BAKHTIN, 2009, p. 14). No entanto, “as palavras não são de ninguém” (BAKHTIN, 2011, p. 290), em si mesmas nada valorizam. Por seu turno, o que faz da palavra uma palavra é o seu sentido. Ela só adquire valor social quando se torna expressão, ou seja, seus sentidos “surgem unicamente no processo de seu emprego vivo em um enunciado concreto” (BAKHTIN, 2011, p. 292). “A palavra é signo ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2009, p. 58), reitera Bakhtin, mas é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Não possui expressividade por ela mesma. Quando assume um valor social (todo o signo é social por natureza) entra no horizonte da ideologia, não no sentido marxista ortodoxo do termo, como falseamento da realidade ou “efeito de ilusão ou alienação que se produz como mascaramento necessário à dominação de classe” (AMORIM, 2004, p. 143), mas como espaço de contradição, forma de inteligibilidade do real, um ponto de vista. Tem caráter semântico. Assim deslinda Amorim (2004, p. 143): “uma voz é sempre ideológica porque ela traz um ponto de vista constituído num determinado lugar e não em outro”.

Dessa maneira, toda a expressão nasce do ponto de contato da palavra com uma realidade concreta de comunicação discursiva e nas condições de uma situação real, como “produto da interação viva das forças sociais” (BAKHTIN, 2009, p. 67). O seu “colorido expressivo só se obtém no enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 292). Ganha expressão e sentido quando entra em uma corrente de interações que envolve a situação imediata de produção de discursos, a sociedade, a história, a posição social dos interlocutores e seus lugares sociais,

---

<sup>57</sup> Destacaremos em “negrito” alguns dos conceitos centrais da teoria bakhtiniana que contribuem para a inteligibilidade do objeto de investigação da tese e, que, posteriormente, serão mobilizados no trabalho de campo.

bases, raízes e fundamentos de um processo complexo e ininterrupto de produção de sentido. Ora, os sentidos não pertencem a uma palavra em si, mas a uma palavra enquanto elemento de cruzamento e ponto de encontro entre os sujeitos interlocutores, em um contexto de uso e em diálogo com a corrente de discursos à qual pertence. Emergem assim de uma situação social, pois, afirma Bakhtin (2009, p. 99), “não são palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada com um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial”.

As palavras são o conteúdo dos **enunciados**. Estes, por seu turno, concretizam-se naquelas. O enunciado revela a posição do locutor em relação ao interlocutor e ao assunto de que trata, reflete a interação social do falante, do ouvinte e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles. Neste modo de conceber a linguagem, sob um ponto de vista histórico, cultural e social, Brait e Melo (2013, p. 65) afirmam que, para efeito de compreensão e análise dos enunciados, “incluem-se a comunicação efetiva, os sujeitos e os discursos nele envolvidos”. Para as autoras, “o enunciado deve ser enfrentado na sua historicidade, na sua concretude, para deixar ver mais do que a dimensão exclusivamente lingüística”, tendo em vista que ele aponta para lugares além do referido e pretendido pelo seu autor.

Além do mais, o enunciado singulariza-se pelo fato de dirigir-se a alguém, por estar voltado para um **destinatário**. “Esse destinatário tem várias faces, vários perfis, várias dimensões. Pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana: um destinatário concreto [...], ou um destinatário presumido [...] que se instala a partir da circulação do enunciado” (BRAIT; MELO, 2013, p. 71). Na leitura de Amorim (2004, p. 115) o destinatário é um destinatário segundo, tal como o supomos a partir de sua presença no enunciado, “ele representa a instância de pertencimento social da obra”, do enunciado. Conforme Bakhtin (2011, p. 333), um destinatário cuja compreensão responsiva o autor do enunciado procura e antecipa. O(s) destinatário(s) participa(m) do enunciado como parceiros do diálogo. Perguntas como “a quem se dirige o enunciado?”, ‘como o locutor percebe e imagina seu destinatário?’, ‘qual é a força da influência do destinatário sobre o enunciado?’ ajudam, da perspectiva bakhtiniana, a compreender a composição e o estilo dos enunciados, apontando, para os traços de autoria, tanto para o que há de extraverbal na constituição do verbal” (BRAIT; MELO, 2013, p. 72). Isso, para Bakhtin, decorre da própria natureza da palavra que, enunciada, quer ser ouvida, respondida, apreciada, reapreciada. Significa que “é



determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN, 2009, p. 117).

Além dos destinatários mais próximos, todo o enunciado se desenvolve na presença de um outro que está situado para além dos pares, um sobredestinatário, que não tem nada de místico ou metafísico, mas que se configura como um momento constitutivo de todo o enunciado: um outro não concretizado, indeterminado, que não se estanca na imediatez do enunciado, e impulsiona a compreensão para um horizonte ilimitado. Um horizonte social, histórico e cultural que determina a criação ideológica de um grupo social de uma época à qual pertencemos.

Em outras palavras, cada enunciado situa-se em relação a uma voz que carrega, a vozes a quem se destina e a um horizonte a que visa e que o engendra. O destinatário, pois,

[...] pode ser um parceiro (participante-interlocutor) direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público (auditório) mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um superior, um inferior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; ele também pode ser um outro totalmente indefinido, não concretizado. (...) Todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a que tal enunciado se refere. (BAKHTIN, 2011, p. 301).

Ora, o destinatário e o sobredestinatário ajudam a compreender a composição e participam da produção dos sentidos dos discursos, deixando sua marca no enunciado. O autor, participante igualmente do diálogo, por sua vez, não é passivo e, no entanto, não possui o controle do que enuncia, visto que não há como dizer que aspecto do discurso será captado e de que maneira o será pelo interlocutor, participante do diálogo. Dessa forma, “o interlocutor (seja leitor, espectador ou ouvinte) é um personagem ativo do processo de comunicação, que age, que trabalha, sobre o que lhe é ofertado” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 14). Logo, o enunciado não tem vida isoladamente e não constitui um sistema fechado, morto, engessado, num mundo sem lutas ou mudanças. “O sentido não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro” (BAKHTIN, 2009, p. 137).

O enunciado tem uma natureza social e dialógica. Reflete a interação do falante e é determinado pela situação real mais imediata, ou seja, pelas condições reais de **enunciação** que permitem a elaboração do enunciado. São carregados de referências, têm uma história sociocultural. Não falamos apenas frases ou orações, morfemas ou palavras, mas produzimos textos, sentidos concretos em diálogo direto com o momento histórico em que se situa e

considerada a interação em que ele se dá. A diferença é que “palavras e orações são impessoais, de ninguém e a ninguém estão endereçadas, o enunciado tem autor e destinatário”, diz Bakhtin (2011, p. 301).

Cada sujeito tem um **auditório social** próprio no qual transita, ao qual se volta e do qual participa ativamente. Auditório que o constitui como consciência e que é constitutivo e condiciona seus enunciados. Nesse auditório social, nessas situações sociais mais imediatas, podem ser conhecidos os lugares ou papéis sociais dos interlocutores e a posição de uns em relação aos outros. Podem-se identificar as esferas de atividades e os ambientes a partir dos quais os participantes da interação agem socialmente. Trata-se do plano das organizações sociais de uma determinada sociedade, de suas instituições formais e/ou informais.

Ademais, precisamos pressupor que se integra aos enunciados uma situação social mais ampla, um lugar histórico e social, um **horizonte social** “que abrange a cultura em geral, as relações entre as culturas, os grandes períodos da história, o espírito de época bem como a relação entre diferentes épocas” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1083), o que contribui para a compreensão da sua historicidade.

Isto tudo significa dizer que numa situação verbal está sempre implicada uma situação não-verbal. Quando (ou se) separados de seus contextos de enunciação, ou seja, das situações concretas que o condicionam, organizam e orientam, das condições de produção que permitem sua elaboração, os enunciados perdem seu sentido, ou têm alterada sua condição semântica. Para Geraldi (2015, p. 86), “o enunciado abstraído de sua enunciação perde os laços que o ligam à vida: palavra morta que somente recebe novo sopro vivificador quando reintroduzida em novo processo de enunciação”. Qualquer interação verbal donde emergem os enunciados e dentro de onde estes enunciados são possíveis, está vinculada a situações sociais concretas. Para Bakhtin (2009, p. 43), essas situações são sempre situações sociais, logo, o enunciado e a situação social (inclusive as pressões sociais e institucionais) em que se inserem estão umbilicalmente ligados. A enunciação, puro produto da interação social, está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado. Ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo e, ao mesmo tempo, seu caráter único e singular.

O contexto e a alternância dos sujeitos no discurso emolduram o enunciado. Desse modo, a experiência discursiva individual se forma e se desenvolve em uma interação constante, conflituosa, tensa e intermitente com os enunciados dos outros e em cenários e situações singulares. Da mesma forma, não há enunciado isolado, “ele sempre pressupõe enunciados que o antecederam e o sucedem” (BAKHTIN, 2011, p. 371). Eles assumem a

plenitude do seu sentido na situação concreta de fala e pelas condições em que a interação acontece. Não há discurso separado do falante, de sua situação, de sua relação com o ouvinte, nesse caso um interlocutor, e das situações que o vinculam. Para compreender qualquer fenômeno comunicativo, seja ele mediado tecnologicamente ou não, é preciso situar os sujeitos, emissor e receptor do som, e o próprio som, no meio social, bem como a forma como as vozes são colocadas para dialogar e em quais espaços essas vozes transitam.

#### **4.3 Bakhtin: o dialogismo, o discurso e a voz**

Os enunciados fazem parte de uma corrente de comunicação verbal contínua. Eles constituem apenas uma fração de um **discurso**, de uma discussão ideológica, em grande escala. “Ele [o enunciado] responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc” (BAKHTIN, 2009, p. 128). A fala, o texto, a palavra, constituem-se um produto da comunicação verbal quando tomados enquanto enunciados. Tornam-se discursos quando entram numa corrente histórica, numa rede de relações dialógicas estabelecidas e assumidas por um sujeito e que são expressas na linguagem a partir de um ponto de vista. Só podem ser compreendidas no contexto de seu uso e em diálogo com a corrente de discursos à qual pertencem. Geraldi (2015, p. 80) indica que discursos “são constrangidos pelo já-dito, pelo pertencimento dos sujeitos a determinadas posições sociais e são marcados por instituições onde ocorrem”. É por isso que podemos falar em discurso midiático, discurso científico, discurso religioso e discursos em outros campos da atividade humana, e não se pode falar em discurso do sujeito.

O discurso não se confunde com a fala, com o texto ou com a língua, mas, como afirmam Sobral e Giacomelli (2016, p. 1078), “usa a língua, falada ou escrita, e constrói textos. [...] Só pode ser entendido se soubermos, além do texto, quem usa a língua para se dirigir a quem, em que contexto, incluindo momento, local, interlocutores e suas relações sociais, ambiente”. Ele [o discurso] usa frases para criar enunciados, cria sentidos. Frases que se concretizam na voz de diferentes sujeitos convertem-se em enunciados, saem do plano da língua e entram no campo do discurso. Assim afirma Bakhtin (2011, p. 274): “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir”. Não se pode falar em discursos sem que compreendamos as posições axiológicas dos sujeitos, em suas interações com outros sujeitos e nos atos concretos da vida. Acrescenta Bakhtin (2011, p. 300):

[...] discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. Uma visão de mundo, uma teoria, uma opinião, têm sempre uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para os discursos do outro sobre ele.

O domínio do discurso inclui não somente o estritamente vocalizado, o “discurso coloca o sujeito em relação [...], inclui a história, o já conhecido, mas também o acontecimento, o ‘aqui e agora’ do enunciado” (GERALDI, 2015, p. 78). Discursos constituem-se por uma multiplicidade de vozes sociais, por diferentes posicionamentos, ideologias, intenções, posturas e pontos de vista de sujeitos histórica e socialmente constituídos.

Para Bakhtin, o enunciado é a unidade real da comunicação discursiva e é produzido dentro de uma determinada esfera de atividade que elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados. As maneiras como os interlocutores se dirigem uns aos outros nas interações são estabelecidas, em termos composicionais, pelas características próprias dos diversos ambientes formais e informais de atuação do sujeito, as chamadas esferas de atividade. Toda a esfera de atividade humana possui formas de expressão que lhes são próprias. Ou seja, os enunciados, concretos e singulares, são proferidos por sujeitos “desse ou daquele campo da atividade humana. (...) Refletem [portanto] as condições específicas de cada referido campo” (BAKHTIN, 2011, p. 261), dos ambientes culturais por onde os sujeitos transitam e das instituições onde ocorrem. Essa característica constitutiva e composicional do enunciado Bakhtin denomina “gênero do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 262).

O discurso adquire sentido também face ao gênero. Esta ancoragem do discurso indica as suas particularidades discursivas (marcas), aponta para contextos mais amplos (extralinguísticos) e permite reconhecer o gênero a que pertence o enunciado e os gêneros que nele se articulam. Na leitura de Agger (2010), os gêneros tendem a assumir certos pontos de vista, modos de pensar e são concebidos como fenômenos coletivos. “Falamos através de gêneros discursivos. [...] Até mesmo no bate papo mais descontraído e livre moldamos nossos discursos por determinadas formas de gêneros, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes, mais flexíveis, plásticas e criativas” (BAKHTIN, 2011, p. 261). Acrescenta Bakhtin que os gêneros do discurso, comparáveis à lógica-formal da língua, “são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele, mas dados a ele” (BAKHTIN, 2011, p. 285). Marchezan (2014, p. 118), ao relacionar a singularidade dos diálogos sociais com os gêneros do discurso, afirma que

[...] os diálogos sociais não se repetem de maneira absoluta, mas não são completamente novos, reiteram marcas históricas e sociais, que caracterizam uma dada cultura, uma dada sociedade. Por meio do conceito de gênero, aprende-se a relativa estabilidade dos diálogos sociais, ou seja, assimilam-se as formas *pregnantes* que manifestam as razoabilidades do contexto sócio-histórico e cultural.

Essas formas (formatos e dinâmicas típicas dos discursos), como afirmam Sobral e Giacomelli (2016, p. 1084), são estáveis até certo ponto (relativamente estáveis), pois vão mudando ao longo do tempo: “Alguns mudam pouco, como os formulários do Imposto de Renda, e outros mudam quase infinitamente, como as obras literárias. [...] Ao longo do tempo, os locutores vão usando os gêneros e aos poucos, vão mudando seus elementos”. É notório que eles conservam certos aspectos, quanto à forma e ao estilo ocasionais do enunciado, mas sempre se alteram a cada uso, porque os locutores, interlocutores e contextos se alternam ou se alteram. Os diálogos nos gêneros “são mais fortemente estabilizados, institucionalizados, mas continuam a receber dos diálogos cotidianos, mais permeáveis a mudanças sociais, o alimento de mudança e transformação” (MARCHEZAN, 2014, p. 118). Dessa forma pressupomos que os gêneros acumulam um corpo de conhecimentos maior do que qualquer indivíduo<sup>58</sup>. Há de se ressaltar que, pela multiplicidade de atividades humanas, os gêneros são heterogêneos, tendo em vista que sua diversidade é determinada pelo fato de que eles são diferentes em função da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação” (BAKHTIN, 2011, p. 283).

Bakhtin aponta em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* que o “diálogo é uma das formas, senão a mais importante, da interação verbal. Diálogo em sentido amplo, como toda a comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN, 2009, p. 127). Muito além de um encontro de sujeitos, para Bakhtin, é dialógico o princípio que constitui a linguagem. Em *Estética da Criação Verbal*, ele reafirma que “duas produções de discurso, enunciados confrontados entre si, entram em um tipo especial de relação semântica que chamamos dialógica” (BAKHTIN, 2011, p. 324). Essas relações dialógicas não podem ser reduzidas a “relações lógicas, linguísticas<sup>59</sup>, psicológicas ou mecânicas, nem a nenhuma relação natural”

---

<sup>58</sup> Ao comentar o conceito de gênero e sua utilidade para os estudos acerca da mídia, Agger (2010, p. 407) afirma que o rádio (também a televisão e os computadores) “usados como multimídia, são, talvez, indiscutivelmente, os meios mais ‘faladores’ e, de certo modo, os meios mais intertextuais já inventados. Um programa sinaliza para o próximo, os anúncios tentam aparecer no meio dos programas, as características específicas de um gênero fundem-se com outras e depois ressurgem novamente”. Assim como, segundo o autor, a interatividade tem potencial de mudar radicalmente nossas classificações básicas de gênero, tornando-os ainda mais plásticos e flexíveis, “ao romper o modo unilateral de comunicação até hoje dominante nos meios de comunicação de massa” (AGGER, 2010, p. 408).

<sup>59</sup> “O objeto da lingüística é apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva mas não a própria comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as relações entre eles, nem as formas de comunicação, nem os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2011, p. 324).

(BAKHTIN, 2011, p. 330), mas só são possíveis com personagens que ocupam uma posição significativa (ideológica) em um território compartilhado.

O **dialogismo**, para Bakhtin, diz respeito às diversas relações de alteridade existentes em qualquer discurso. “O papel dos outros, para os quais o enunciado se elabora é muito importante. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real - e, com isso, real para mim - não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2011, p. 301). O dialogismo é a condição do sentido do discurso, da tensão insuperável e mobilizadora pela busca da compreensão e núcleo fundante do sujeito livre e reflexivo.

Bakhtin, em sua reflexão, elege como unidade fundamental da comunicação discursiva, não a oração, privada de sentido, mas, como dissemos anteriormente, o enunciado, cujo critério para a identificação de suas fronteiras consiste precisamente no sentido. Para Bakhtin (2011, p. 286-289), o dialogismo está assentado: 1) na ideia de que o enunciado solicita sempre uma resposta, que ainda não existe, mas que sempre se aguarda como compreensão responsiva ativa; 2) na incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(a) no enunciado; e 3) de que o sujeito, constituído pelo conjunto de relações sociais e culturais de que participa, não é nem assujeitado ou submisso às estruturas sociais, nem uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. O dialogismo é o princípio de constituição do sujeito e seu princípio de ação. A consciência e os sentidos do mundo se constroem na comunicação social, em um horizonte social, nos espaços de mediação cultural, e apontam para regularidades, estabilidades e instabilidades, ancorados no âmbito da linguagem e alimentados no que é social e histórico.

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados. Isto decorre, segundo Bakhtin, da própria natureza da palavra: “ela quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim, *ad infinitum*” (BAKHTIN, 2011, p. 334). Todo enunciado deve ser visto como uma resposta aos enunciados precedentes (responde, exprime a relação do falante com os enunciados dos outros e não só a relação do enunciado com o objeto). Nesta relação criadora não existem “palavras sem voz, palavras de ninguém” (BAKHTIN, 2011, p. 330). Em cada enunciado há diversas **vozes**, de sujeitos “distantes, anônimos, quase impessoais, quase imperceptíveis e vozes próximas, que soam concomitantemente” (BAKHTIN, 2011, p. 331). Cada sujeito ocupa em relação aos sentidos do enunciado uma “posição ativa responsiva” (BAKHTIN, 2011, p. 291). Esta intersubjetividade constrói não apenas os sentidos dos enunciados, mas também os próprios

sujeitos. O sujeito é social, dialoga com os diferentes discursos da sociedade. Estas diferentes vozes sociais fazem do homem um sujeito histórico e ideológico.

Os sentidos são produzidos a partir de um lugar social e histórico, de espaços compartilhados. Não são determinados teoricamente, mas têm como horizonte um contexto cultural e ideológico. O não-dito compõe o enunciado como parte constitutiva da sua estrutura de sentido e participa do processo de inteligibilidade do dito. A enunciação tem uma natureza sócio-histórica e se dá inevitavelmente numa interação, ou seja, pressupõe o outro, e um mundo concreto. Todo o enunciado igualmente é um diálogo com o passado, com o presente, com o que já foi dito, com as expectativas que anteveem um futuro, de forma que nenhuma enunciação pode ser compreendida fora de uma situação concreta.

Do ponto de vista do discurso, afirma Geraldi (2015, p. 47), não há para nos garantir um terreno estável, nem um sujeito pronto e acabado que se apropria de uma língua supostamente pronta, acabada e transparente. Para o autor, o sujeito emerge num mundo discursivo e “o evento discursivo só tem consistência ‘real’ na singularidade do momento. A relação com a singularidade é da natureza do processo constitutivo da linguagem e dos sujeitos do discurso” (GERALDI, 2015, p. 47). Isto não implica pressupor que cada evento e cada sujeito explicam-se a si próprios e em si se fecham. Ao contrário, “porque cada evento faz parte de uma corrente contínua de eventos [e cada enunciado faz parte de uma corrente de enunciados], todo o evento só encontra sua completude nas remessas que faz ao seu exterior” (GERALDI, 2015, p. 86).

Com a linguagem não só representamos o mundo, mas construímos uma realidade sobre ele. Uma realidade que, uma vez nascida, passa a ter histórias, narrativas e sentidos que não são a reprodução idêntica de si mesma. Construímos compreensões a partir de atos singulares, eventos únicos. No entanto, alerta Geraldi (2015, p. 48), ao aprofundar as riquezas da diversidade é preciso estar atento para não cair na insensatez das regras fáceis de que tudo vale. Nesta seara, Geraldi (2015, p. 99) afirma que

[...] reconhecer a unicidade de cada sujeito, a singularidade de cada momento, o desprezado cotidiano em que os enunciados circulam nas enunciações cada vez únicas, e onde se praticam ações ora conducentes, ora não, à memória de futuro imaginada (...) implica em construir novos caminhos do olhar perscrutador que deseja captar nas ‘grandezas do ínfimo’ os movimentos diminutos em direções cada vez mais múltiplas e desiguais.

Tendo em vista que no enunciado é possível perceber a presença de muitas vozes, muitos são os traços de tensões, relações interdiscursivas e intersubjetivas, lutas entre tendências, visões de mundo. É um tecido de muitas vozes que se entrecruzam, se completam,

divergem, convergem, polemizam e respondem umas às outras. Dado o papel compositor do lugar de onde vemos, da construção histórica que compõe o enunciado, do lugar de onde pronunciamos, dos espaços que promovem a mediação, do destinatário a quem intencionamos atingir e da repercussão que pretendemos alcançar, o discurso do sujeito é sempre permeado por outras vozes autoras, interlocutoras e se constitui como material simbólico na atividade do diálogo entre o autor, o ouvinte e o contexto extraverbal.

Sendo assim, são muitas as vozes presentes no enunciado, que por seu turno é sempre situado e, por isso, contingente, histórico, e permeado tanto pela hegemonia quanto pela resistência, pelo consenso e pelo conflito, pela produção e pela reprodução.

Quando Bakhtin afirma: “quanto a mim, em tudo ouço vozes e relações dialógicas entre elas” (BAKHTIN, 2011, p. 410), pode estar a dizer que a voz é a vida da palavra. É nela que encontramos, em toda a sua integridade, posições, sujeitos, pontos de vista, posições ideológicas. As visões de mundo personificam as vozes. “Há vida na voz que fala, há vida no ouvido que escuta” (PONZIO, 2016, p. 9).

A **voz** é, assim, a fonte de um sentido personalizado. É a posição do falante em uma atuação concreta de comunicação discursiva. Junto a ela há um sujeito pessoa. Mas não se trata de uma “metafísica da presença”, de sentidos pré-existentes e imóveis, “nem de algo fantasmagórico, mas de um constante devir do sentido permanentemente gerado pelo ato-resposta, que vai sendo modificado no tempo ao ser retomado por outros participantes no diálogo” (BUBNOVA, 2011, p. 274). É a presença do homem total no diálogo, o modo discursivo de um sujeito, social e historicamente constituído, um modo singular de manifestação. É a encarnação de um sujeito concreto. Em uma palavra soa a voz de quem disse antes. “Na palavra há duas vozes, há dois pontos de vista, duas opiniões, duas intenções que entram em conflito” (BUBNOVA, 2011, p. 277), em uma relação dialógica. Os sujeitos enfrentam as palavras não enquanto palavras naturais da língua, despovoadas de palavras alheias, mas estas lhe chegam saturadas e povoadas de vozes de outros, de contextos e de sentidos alheios.

O autor de *Estética da Criação Verbal* acrescenta, ao falar acerca da voz: “aqui entram ainda a ideologia e o destino do homem. O homem entra no diálogo como voz integral. Participa dele não só com seus pensamentos, mas também com seu destino, com toda a sua individualidade” (BAKHTIN, 2011, p. 349).

Assim, afirma Bakhtin (2011, p. 348):

Viver significa participar ininterruptamente de um diálogo: interrogar, ouvir, responder, discordar, concordar, provocar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro, com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o



corpo, os atos. (...) Cada pensamento e cada vida se fundem no diálogo inconclusível.

O termo voz, em Bakhtin, para Bubnova, (2011, p. 276) tem um sentido metafórico, pois não se trata de uma mera emissão vocal, mas da “maneira semântico-social depositada na palavra”. São vozes sociais que, em confronto no horizonte dialógico, se constituem a partir da relação com vozes anteriores e, por sua vez, dirigem-se a outras vozes. Para a autora, o “enunciado, que na comunicação discursiva é a unidade mínima do sentido (que pode ser respondido), em sua versão russa está ligada ao falar, articular, argumentar; em uma palavra, trata-se de dar voz a alguém, tanto em seu processo, quanto em seu resultado. [...] Vozes são as palavras no sentido de enunciados” (BUBNOVA, 2011, p. 271).

Comprendemos que voz, com base em Bakhtin, se refere à consciência falante presente nos enunciados. Sua peculiaridade fundamental é que ela sempre carrega um juízo de valor, um ponto de vista, considerando que o enunciado é composto por diferentes pontos de vista, ou seja, por meio de diferentes consciências falantes ou vozes. Há no enunciado sempre, e no mínimo, dois olhares, que não se misturam que não se fusionam, duas vozes. E “quando se ouvem vozes, ouvem-se também, com elas, mundos” (AMORIM, 2014, p. 105).

#### **4.4 Bakhtin: o monologismo e a heteroglossia**

Todo o discurso é o resultado de um processo dialógico complexo e inacabado (inconcluso) de interação entre emissor e receptor. Falante/ouvinte não são papéis fixos, mas intercambiáveis, resultam da mobilização discursiva. São posições ideológicas, consciências, vozes, sujeitos que se defrontam, entrechocam no interior dos enunciados e que produzem inteligibilidades aos próprios sujeitos e ao mundo que os rodeia. Conforme afirma Bezerra (2005, p. XXV), “em cada palavra há a existência de uma segunda voz”, ou mesmo de uma multiplicidade de vozes. Esta diversidade de vozes presentes no discurso se encontra no próprio interior do discurso, não apenas na voz do falante individual, mas encarnada nos sentidos produzidos no encontro com outros falantes e ouvintes. O falante não é produtor autônomo do discurso ou dos sentidos que nele são construídos, mas seu enunciar carrega “vozes do passado que se cruzam com vozes do presente e fazem seus ecos se propagarem no sentido do futuro” (BEZERRA, 2013, p. XII), num diálogo sem fim. Esta situação é “primeiramente um fato social, descreve a condição fundamental do discurso, abrangendo todas as formas de interação verbal, literárias ou de outro tipo” (RENFREW, 2017, p. 131). Então, os sujeitos que interagem constituem um vasto universo social em formação, assim

como em formação permanente se encontra a consciência do próprio homem, inconclusa, irreduzível a definições engessadas e determinadas.

Por trás desse contato está “um contato entre indivíduos, e não entre coisas [...], por trás do texto sempre há vozes” (BEZERRA, 2013, p. XVIII). O discurso pertence ao campo do aberto, das questões não resolvidas, que não se fecha em si mesmo. Nem o sujeito nem mesmo o enunciado estão sozinhos; em vez disso,

[...] existe uma heteroglossia conflituosa que permeia a produção, o texto, o contexto e o leitor/observador, [...] esse processo é conflituoso, envolve uma orquestra de diversas vozes responsáveis pela elaboração do texto, um processo que deixa marcas e discordâncias no próprio texto (STAM, 2010, p. 334).

Assim, o texto é um enunciado, o diálogo entre textos é um diálogo entre enunciados e por trás do enunciado existe o falante.

Mas em que condições essas vozes estão postas no discurso? Diferentemente do que imaginara Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2005) quando, tratando acerca do romance polifônico, afirmava que essas vozes poderiam estar em “pé de igualdade”, a possibilidade da existência de uma multiplicidade de vozes “plenivalentes<sup>60</sup>” constituem, de fato, apenas “a peculiaridade fundamental nos romances de Dostoiévski” (BAKHTIN, 2005, p. 4).

Para Faraco (2009, p 78), por exemplo, confundir polifonia e heteroglossia limita “a percepção de que os discursos que circulam socialmente têm um peso político diferenciado, e de que no jogo dos poderes sociais há discursos que ambicionam se impor como um centro”. Nas interações verbais concretas não estão excluídas as relações de poder. Em toda a parte, a linguagem entra nos arranjos hierárquicos de poder. Não há uma igualdade absoluta. Primeiro, porque “todas as formas de comunicação verbal são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pelas estruturas sócio-políticas” (BAKHTIN, 2009, p. 44), e condicionadas “tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições em que a interação acontece” (BAKHTIN, 2009, p. 44). Significa dizer que todo enunciado é condicionado pelas situações materiais da existência dos indivíduos e por suas posições sociais. Talvez por um horizonte social de uma época, ou em uma situação concreta, é incontestemente “o componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação” (BAKHTIN, 2009, p. 43-44).

---

<sup>60</sup> “Que mantêm com outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo” (BAKHTIN, 2005, p. 4).

Os discursos revelam as tensões da luta social, de uma luta que é de classe, onde a ideologia dominante procura assumir o controle das narrativas e da produção dos sentidos. “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classes, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 2009, p. 48). Bakhtin alerta para o fato de que se a compreensão acerca da dialogicidade da comunicação verbal for colocada às margens da luta de classes, “irá infalivelmente debelar-se [...], tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade” (BAKHTIN, 2009, p. 48). A participação das falas dos sujeitos na composição dos sentidos dos discursos está marcada por sua entonação, por seu colorido, pela posição social do interlocutor. São muitas as maneiras pelas quais o poder modula os diálogos e configura sua representação. Em situações concretas de conversação existem padrões claros de supremacia e tendências ideológicas. Cada palavra transforma-se numa arena onde competem entonações sociais e os sentidos nascem de uma batalha campal de embates políticos. Desse ponto de vista, as vozes estão em condições desiguais. Para Stam (1992, p. 31), “a empregada se dirige à patroa como ‘senhora’, enquanto a patroa chama a empregada de ‘você’. A mesma palavra sendo pronunciada por um camponês, um operário, um intelectual ou um empresário, não é exatamente a mesma palavra”. Assim, acrescenta o autor: “a noção de polifonia, com suas conotações de simultaneidade harmoniosa, deve ser complementada pela noção de heteroglossia, com suas insinuações de conflito social baseado não em dissonâncias individuais aleatórias, mas nas profundas divisões da vida social” (STAM, 2010, p. 348).

Newcomb (2010, p. 361) sugere que muitas formas de comunicação “apresentam como ‘natural’ aquilo que é socialmente motivado e politicamente implementado”. Ou seja, não se pode desconsiderar a “tentativa, por parte de grupos dominantes de, consciente ou inconscientemente, impor um sentido, restringir a prática e a interpretação, enquadrar os termos do processo de comunicação e seu conteúdo, ou de manipular o acesso à capacidade interpretativa” (NEWCOMB, 2010, p. 367).

Aquilo que falamos ou o que é comunicado por vias tecnológicas, midiáticas, é apenas o conteúdo de um discurso, mas o discurso de outrem pode entrar no discurso como uma unidade integradora de sua constituição. Yaguello (2009, p.14) afirma, nas notas introdutórias ao texto *Marxismo e Filosofia da Linguagem* de Mikhail Bakhtin, que a comunicação, e o que resulta dela em termos semânticos, “implica conflitos, relações de dominação, adaptação ou resistência a hierarquias, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc.”. O enunciado, a palavra, a linguagem, estão intimamente ligados às condições de

comunicação que, por sua vez, estão ligadas às estruturas sociais. Toda a enunciação é elemento de um diálogo, de natureza social e, portanto, ideológica. As palavras assumem a função de signo e estas e a situação social estão umbilicalmente ligadas e são expressões das relações e das lutas sociais, ao mesmo tempo em que sofrem e veiculam os efeitos dessas lutas.

A essa altura de nossas reflexões, cabe abrir um parêntese para localizar duas passagens de *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 2011, p. 342 e 354) em que Bakhtin elabora uma dura crítica ao sistema capitalista. Na primeira, fazendo referência à obra de Dostoiévski, afirma que o capitalismo “criou as condições para um tipo especial de consciência permanentemente solitária” (BAKHTIN, 2011, p. 342). Para ele, a consciência é essencialmente plural e, mesmo considerando o fato de que em situações concretas as diversas vozes sociais encontram-se em situação de desigualdade em face de um contexto marcado pela existência de classes sociais, o autor se opõe “a ideologias que reconhecem a uma consciência superior o direito de avocar-se a decidir pelas consciências inferiores, transformando-as em coisas mudas” (BAKHTIN, 2011, p. 343). Em outra passagem, Bakhtin aponta que o excedente de visão do outro, presente na constituição da consciência do eu e nos seus enunciados, nunca é uma emboscada, não é para reificar ou concluir, mas um excedente aberto e honesto que se revela dialogicamente. Para o autor, “a reificação do homem na sociedade de classe, (é) levada ao extremo nas condições do capitalismo. Essa reificação é realizada por forças externas que agem de fora e de dentro sobre o indivíduo; é a violência em todas as formas possíveis, econômica, política, ideológica” (BAKHTIN, 2011, p. 354).

A riqueza da multiplicidade, da diversidade de vozes que compõe os enunciados da realidade, nos quais estão fixados os sentidos, no nível dos discursos, com reificação do homem levado ao extremo no capitalismo, é atacada sob o atropelo dos sentidos únicos. O homem, nessas condições, é assim pensado apenas como ser produtivo e consumidor. Para Geraldi (2015, p. 72), “na exploração produtiva, na acumulação do capital, [...] na fragmentação do tempo, organizando-o segundo as necessidades da produção, reduziram-se ao silêncio discursos divergentes, ora qualificados como ‘selvagens’ e ‘pagãos’, ora como ‘atrasados’ ou ‘inverídicos’”. Ainda de acordo com Geraldi (2015, p. 73),

[...] à tradução dos sentidos para o sentido do discurso hegemônico do presente, opõe-se a negociação de sentido através do diálogo, do qual saem enriquecidas as culturas que entram em contato. Traduzir tudo para um mesmo sentido é empobrecer a humanidade. Negociar sentidos é enriquecer a experiência humana como um todo e a vida de cada um.

A linguagem e os sentidos não são produto da consciência individual, mas sempre nascem nas práticas sociais. A atmosfera social da palavra atribui a ela uma história marcada por conflitos e negociações. Bakhtin não nega que, por conseguinte, a classe social continua sendo uma categoria significativa, e mesmo indispensável, para entender a “plurivalência social do signo ideológico” (BAKHTIN, 2009, p. 47). Não se ignora, obviamente, a tentativa de grupos dominantes de impor sentidos. Existem padrões de supremacia, claras tendências hegemônicas, produções discursivas que podem incluir a produção de relações sociais exploradoras que operam no nível da linguagem, mas também nos níveis da política e da ideologia. É preciso considerar questões como hegemonia, concentração dos meios de difusão da palavra e a existência de discursos massivos.

No entanto, a partir desse reconhecimento, presumir que a tentativa é sempre bem-sucedida é menosprezar que as palavras carregam uma história de conflitos e de negociação social (e que quando são usadas entram novamente no curso desse conflito) e que nem autor ou espectador são passivos, mas sujeitos que interrogam, provocam, respondem, concordam, discordam, resistem, pressionam, decodificam, agem sobre o que lhes é ofertado, enfim, negociam sentidos. A própria atividade de produzir sentidos cria resistência aos discursos hegemônicos. O que o outro faz com o que eu digo é imprevisível<sup>61</sup>, não há controle absoluto e qualquer tentativa de dominação nunca é completa. Imaginar que tal tentativa de manipular o acesso à capacidade interpretativa é sempre bem-sucedida é perder o essencial da crítica bakhtiniana. Respostas não podem ser previstas. Os sentidos não estão dados, são criados, negociados em uma arena social. A produção de sentidos é o lugar da luta ideológica, visto que a linguagem está sempre se transformando na medida em que nasce das práticas sociais e das interações verbais. “Mesmo quando as mensagens mais poderosas, mais controladas, estão dominantes, elas têm que se defrontar com a ‘palavra’ de resposta do espectador e com o mundo de experiência” (NEWCOMB, 2010, p. 384). Há sempre a possibilidade da criação de um “espaço social transgressivo” (GARDINER, 2010, p. 244).

Partindo dessa compreensão, Stam (2010) afirma que Bakhtin não trabalha com a metodologia que é característica do racionalismo ocidental, com uma dicotomia maniqueísta do tipo “verdadeiro ou falso”, “certo ou errado”, “bom ou ruim”, “consciente ou alienado”, “produção e recepção”. Sua perspectiva implica uma lógica alternativa “de oposições não

---

<sup>61</sup> Para Newcomb (2010, p. 367), “a linguagem (a comunicação) é, ao mesmo tempo, material e social. Portanto, mutável. Produtores e usuários, escritores e leitores, transmissores e receptores podem fazer diversas coisas com a comunicação que não tinham sido pretendidas, ou planejadas ou, na verdade, desejadas”.

excludentes e contradições permanentes” (STAM, 2010, p. 351), de um diálogo criador que está em ação permanente num processo de construção de sentidos.

Stam (2010) aponta que tal lógica reconhece a pluralidade, mas, ao mesmo tempo, tem afinidade com tudo o que é marginal, pois tende a criar um cenário textual em que as vozes dos mais diversos grupos, sujeitos, coletivos, movimentos sociais, saberes, que não se excluem um ao outro, mas, em vez disso, entrecruzam-se, poderiam ser ouvidas ou visibilizadas em toda a sua força e ressonância.

Diferente de muitas grades teóricas, a metodologia bakhtiniana não precisa ser ‘esticada’ para dar espaço aos marginalizados e excluídos; ela lhes convém perfeitamente. Em vez de ‘tolerar’ a diferença com um espírito condescendente, a abordagem bakhtiniana respeita e celebra a diferença. Em vez de expandir o centro para incluir as margens, ela interroga e desloca o centro a partir das margens. O pensamento de Bakhtin não representa uma fuga do radicalismo; ao contrário, ele chama a atenção para todas as hierarquias opressivas de poder, não só aquelas derivadas de classe, mas também aquelas geradas por gênero, raça, idade (STAM, 2010, p. 351).

É necessária e produtiva a complementaridade de visões, compreensões, sensibilidades. Tornar “audíveis” vozes abafadas pelo poder das forças sociais hegemônicas. Não acredita na existência de uma verdade única e “aposta no papel produtivo do paradoxo e do conflito” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 16), em oposição a qualquer cânone. Desse modo, para ele, a linguagem é “inerentemente anarquizante e milita contra a sistematização rígida” (STAM, 1992, p. 62).

Bakhtin (2011) mostra-se avesso a toda concepção monológica (em que o diálogo é mascarado e apenas uma voz se faz ouvir) ou à tentativa de abafar ou ocultar as vozes e forças sociais quaisquer que sejam elas. **O monologismo**

[...] não é limitado de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal), nem relação imediata com enunciados alheios, não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do outro falante, isto é, de suscitar resposta (BAKHTIN, 2011, p. 278).

Segundo ele, a enunciação monológica carece da capacidade de gerar uma resposta, nega o que está fora de si. “Não se dirige a ninguém” (BAKHTIN, 2011, p. 323) ou melhor, até se dirige, mas o

[...] outro permanece inteiramente como objeto da consciência e não outra consciência. Dele não se espera uma resposta que possa modificar tudo no mundo da minha consciência. O monólogo é conclusivo e surdo à resposta do outro, não o espera nem reconhece nele força decisiva. Passa sem o outro e por isso, em certa medida, reifica (coisifica, objetifica) toda a realidade. Pretende ser a última palavra (BAKHTIN, 2011, p. 348).

A crítica bakhtiniana alerta para o fato de que o advento do encontro e a complexa e tensa luta ideológica têm sido ignorados pelas ciências humanas e pelos processos

convencionais de comunicação, especialmente aqueles orientados por matrizes mercadológicas que de alguma forma tendem a transformar o outro em adversário, de modo a empreender uma batalha para destruí-lo, suplantar suas posições ou silenciar sua voz ou simplesmente convertê-lo em ouvinte, contemplador, objeto. “Reduzir o outro a um objeto é ignorar-lhe a característica principal: a saber, que é justamente um sujeito, ou seja, alguém que fala” (TODOROV, 2011, p. XXXI). Para Bakhtin numa forma monológica do saber, há apenas um só sujeito e a ele se contrapõe uma coisa muda. Ora, “o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa, porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode ser tornar mudo” (BAKHTIN, 2011, p. 400).

Tomamos por princípio que todo o ato comunicativo é um ponto de cruzamento de forças e que a produção de sentidos é inerente à palavra, à interação entre as pessoas e ao enunciado. Ou seja, a comunicação é, de fato, um terreno de interações balizadas pelo horizonte social de uma época, de grupos determinados (e isso não significa que exista à parte dos sujeitos, mas no sujeito e na história), ou seja, entremeados por pressões, determinações e balizamentos que são próprios destas épocas, lugares, instituições e grupos. Como afirmam Ribeiro e Sacramento (2010, p. 15), comunicação não é nem um sistema de regras a ser transmitido ou decodificado nem uma “ação de sujeitos livres que expressam suas vontades”, mas se dá no interior de processos concretos e de intercâmbios socioculturais que são tensos por natureza e carregam histórias de conflito e negociação social. Isso quer dizer que consideramos o fato de que os sentidos produzidos nos atos comunicativos carregam os contextos de sua existência histórica, sujeitos enunciadore e interlocutores, situações ideológicas, interesses e instituições sociais e são marcados por disputas ideológicas. Dessa forma, os sentidos não coincidem com os componentes puramente verbais e linguísticos da expressão, assim como a consciência do sujeito não pré-existe ao processo de interação verbal, mas constituem-se dialogicamente no social e, portanto, a partir das ações intersubjetivas e que se dinamizam na tessitura do social e em relação às mais variadas atividades humanas nas quais os sujeitos estão envolvidos. Os enunciados e os discursos nascem, portanto, nas práticas sociais e se enraízam na consciência, quer dizer, tanto a linguagem quanto os sujeitos estão sempre em transformação e em diálogo vivo com interlocutores e valores sociais.

Reconhecer a atmosfera de tensões sociais inerente à palavra, cujos sentidos só podem ser compreendidos considerando os espaços em que os sujeitos se movimentam e as posições que assumem em instituições de que participam, permite pensar o sujeito discursivo não como unitário e fixo, mas “em constante devir e em diálogo constitutivo com a alteridade, sendo

parte de um todo em processo perene de acabamento” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 12). Bakhtin (2011, p. 300), aponta para o fato de que o discurso é inevitavelmente um palco de encontros “com opiniões de interlocutores imediatos ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias”. A própria “compreensão dos enunciados é sempre de índole inevitavelmente dialógica”, conclui reiteradas<sup>62</sup> vezes Bakhtin (2011, p. 332). Relações de alteridade estão presentes em qualquer discurso e para o autor estas tensões mobilizadoras e insuperáveis são condições para a produção de qualquer discurso, princípio de constituição do sujeito e a raiz de suas ações.

Este dialogismo inerente ao discurso contrasta com o que Bakhtin chamou de “monologismo” (BAKHTIN, 2011, p. 348), que subverte e distorce a lógica do diálogo e mesmo que constitua um elemento da comunicação verbal, um elo da cadeia dos atos de fala ou esteja orientado para uma leitura no contexto da vida científica no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante. Como ele mesmo afirmara em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2009, p. 101), na prática cotidiana é uma possibilidade real, pelo menos enquanto tentativa de mascarar o diálogo, fazer com que apenas uma voz seja ouvida ou ocultar vozes e forças sociais quaisquer que sejam elas. O monologismo “é, de fato uma abstração, visto que os fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica concreta foram cortados” (BAKHTIN, 2009, p. 106). Age no sentido de reduzir o outro a um objeto, ignorando sua principal característica e que o torna humano, a de ser alguém que fala. É conclusivo e pretende ser a última palavra, tenta aplacar sentidos monovalentes e ocultar ou abafar a participação dos sujeitos na composição dos sentidos dos discursos que dão inteligibilidade ao que o cerca e a si mesmos.

Isto significa dizer que, no âmbito teórico, o dialogismo é elemento essencial da constituição dos discursos e da existência humana, uma perspectiva que oferece uma lente importante para o reconhecimento dos processos dinâmicos de produção e recepção no âmbito das mídias (também das artes, da literatura e da educação). No entanto, uma produção discursiva concreta em experiências e práticas sociais reais de comunicação pode incluir a produção de relações sociais exploradoras tendo em vista que os discursos e os sujeitos adquirem sentidos a partir das relações sociais e políticas em que eles acontecem e não somente a partir de sua forma linguística. Já dissemos que os discursos não se configuram a partir de sistemas fechados em um mundo sem lutas ou sem mudanças, e como afirma

---

<sup>62</sup> Bakhtin reforça esta afirmação em outras três oportunidades no livro *Estética da criação Verbal* (2011). “A compreensão é sempre dialógica” (p. 316); “a própria compreensão já é dialógica” (p. 327); “a compreensão do enunciado pleno é sempre dialógica” (p. 331).



Newcomb (2010, p. 367), “todas as vezes que a pesquisa ou a análise se confronta com a experiência real, a luta tem que ser reconhecida”.

Portanto, a possibilidade de imposição do monologismo é real, não como uma atitude subjetiva em relação à certas situações, o que significaria reduzir uma situação social à consciências que dela tem o sujeito que enuncia, mas a partir de forças sociais que se impõe como forças ideológicas que buscam manter certas formas de discursos. Esta é a tese de Hirschkop (2010, p. 93-127), que busca ampliar as discussões bakhtinianas, afirmando que o “dialogismo significa tanto uma característica essencial a todo o discurso como também uma prática específica de um dado discurso” (HIRSCHKOP, 2010, p. 110). A implicação desta tese é de que “o discurso e as relações sociais podem se tornar monológicos, ou quase” (HIRSCHKOP, 2010, p. 107). Para Hirschkop, dialogismo e monologismo significam também situações diferentes do discurso. Para o autor, no lugar de atitudes subjetivas, as condições da luta ideológica, a vida social do discurso, as relações sociais e políticas onde ocorrem os discursos e onde eles adquirem sentido, bem como os espaços institucionais onde eles transitam é que definem a forma tomada pelo dialogismo ou pelo monologismo. “O dialogismo não é um padrão lingüístico identificável, é uma categoria de certas situações discursivas” (HIRSCHKOP, 2010, p. 116). O autor ao afirmar que os discursos nascem fundamentalmente nas práticas sociais aponta para o fato de que é nestas práticas que a luta entre o dialogismo e o monologismo se revela, luta essa que ocorre contínua e furiosamente. A perspectiva da **heteroglossia** permite a Bakhtin, segundo Renfrew (2017, p. 119), elucidar o “dialogismo como um fenômeno social, universal, para além (mas sempre abarcando) da estrutura imediata das interações eu-outro”.

Dessa perspectiva depreende-se que em toda a produção discursiva, em todos os espaços de interação verbal, ou na institucionalização destes processos, por exemplo, na comunicação midiática, nos espaços escolares, os discursos estão dispostos para uma orientação política, ou seja, da lógica dos discursos participa a lógica da interação social. Portanto a heteroglossia não está garantida. O monologismo deve ser levado em conta, assim como o dialogismo já é. Hirschkop nos convida a investir na crítica bakhtiniana reconhecendo a natureza dialógica essencial de todas as formas de comunicação, mas, no exercício de reconstrução e análise dos diálogos que estão em ação, aconselha que se evite tanto “uma superestimação do dialogismo como ‘forma natural’ da interação social quanto uma subestimação do poder do monologismo em enunciações baseadas na opressão” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 20). O autor exemplifica situações em que é possível perceber as pressões onde o monologismo tenta se impor. Citando o poder da linguagem oficial,

Hirschkop<sup>63</sup> indica que também Bakhtin via em qualquer formalização ou padronização da linguagem uma forma de imposição da estrutura sobre o discurso, ou seja, sua existência marginalizaria a linguagem popular. “Dentro da cultura oficial, mantêm uma forma única e ‘correta’ de discurso; fora dela, são uma ‘presença não presente’, definindo o popular como marginal ou fora de padrão” (HIRSCHKOP, 2010, p. 117). Em outro momento de sua análise, o autor adverte que as próprias instituições sociais e os modos de interação que possibilitam podem oferecer aos indivíduos a oportunidade de formas diferentes de existência e de ação e que favorecem ou não a promoção na prática de interações dialógicas. Ele considera, “como não especular sobre o fato da dominância ideológica das linguagens oficiais ser assegurada por instituições como a escola e dicionários”? (HIRSCHKOP, 2010, p. 121).

Por fim, o autor sustenta que a heteroglossia não se efetiva nem quando “o discurso está livre de qualquer repressão política explícita nem quando desfruta da participação da maioria do povo, mas sim graças ao tipo específico de ‘ação comunicativa’ que impõe” (HIRSCHKOP, 2010, p. 122) e que é preciso definir o terreno dessa luta como um espaço político, e não apenas no nível linguístico. Afinal, conclui ele, “no tempo presente, pelo menos, o diálogo é algo pelo qual devemos todos lutar, ao invés de tê-lo como certo” (HIRSCHKOP, 2010, p. 125).

Entendemos que, mesmo nas exaltações mais ansiosas das tecnologias modernas de comunicação e informação, nas quais talvez poderíamos encontrar as lógicas com as quais a heteroglossia poderia estar sintonizada, as construções discursivas podem ser extremamente conservadoras tendo em vista as possibilidades variadas de seus efeitos, inclusive a de traduzir tudo para um único e mesmo sentido que marginaliza e desabona certas vozes, numa tentativa de abafar ou ocultar as falas dos sujeitos na composição dos sentidos dos discursos. Pensar que o diálogo na “vida real do discurso”<sup>64</sup> pode ser mascarado e de que é possível reduzir ao silêncio discursos divergentes é reconhecer que o diálogo pode ser escamoteado por uma pseudo unilateralidade e nas quais estão necessariamente presentes a produção de relações de poder reificadoras e que necessariamente só podem ser alteradas caso as relações sociais e políticas em que elas ocorrem também se alterem.

---

<sup>63</sup> Hirschkop sustenta que a obra de Bakhtin contém tanto valiosos conteúdos políticos quanto aspectos abstratos e idealistas, e de que para se ter uma visão mais realista das relações sociais, e politicamente mais consequente, é preciso levar em consideração a possibilidade da imposição do monologismo. Diz o autor, “em sua forma dialógica, o mundo histórico e social não é uma condição externa, mas sim algo que nos coloca questões e exige respostas (HIRSCHKOP, 2010, p. 123).

<sup>64</sup> Newcomb (2010, p. 382) afirma que é possível substituir a expressão “vida real do discurso” por, por exemplo, discurso midiático, ou em qualquer outro campo da atividade humana.

É neste lastro que Bakhtin, não obstante que seu otimismo possa parecer ingênuo, até mesmo superficial, segundo Gardiner (2010, p. 248), depositou uma grande fé no potencial libertador das formas culturais populares e alternativas mesmo durante os momentos mais difíceis da repressão, no caso do stalinismo. Gardiner (2010, p. 247) afirma que Bakhtin “sentiu ser necessário combater o desejo monológico de supressão das diferenças sociais e compreender como essa diversidade e heterogeneidade eram sustentadas pelas práticas lingüísticas, culturais e sociais no dia a dia”. Sendo assim, via nos símbolos e costumes dos movimentos populares e alternativos e em outras oportunidades experiências discursivas, formas de resistência às pressões e aos ataques desferidos pelo monologismo e parte de uma política contra-hegemônica capaz de desafiar e recriar as estruturas autoritárias das modernas sociedades burocratizadas.

Pois bem, ao considerarmos que o diálogo é algo pelo que devemos lutar ao invés de dá-lo como certo e que todo o ato comunicativo é um ponto de encontro da ação e do cruzamento de forças, consideramos que nas mídias convivem de forma ambivalente hegemonias e resistências, mesmo que em relações desiguais e assimétricas. Para Stam (2010, p. 29), o objetivo de uma crítica de teor bakhtiniano não é apenas “identificar a presença de um ‘potencial utópico’, mesmo que reprimido nos textos midiáticos, mas também tornar audíveis ‘vozes abafadas’ pelo poder das forças sociais hegemônicas”, sem desconsiderar as lutas sociais de uma época.

Nesta acepção, a “luta contra qualquer tipo de opressão deve levar em conta a heterogeneidade” (STAM, 2010, p. 355). Assim, afirma Bakhtin (2011, p. 369), “no silêncio nada ecoa (ou algo não ecoa), no mutismo ninguém fala (ou alguém não fala)”.

O outro precisa chegar a ser palavra, quer dizer, “iniciar-se num contexto verbal e semântico possível para se revelar. Restaurar o espaço do sentido significa, portanto, devolver ao sujeito não apenas o seu discurso, mas a autoria de sua palavra e o lugar do seu desejo no confronto com a realidade” (JOBIM e SOUZA, 1994, p. 52). No entanto, a heteroglossia não consiste apenas “na mera aparição de um representante de um grupo dado, mas na criação de uma conjuntura textual onde a voz daquele grupo possa ser ouvida com força e ressonâncias totais” (STAM, 1992, p. 99); caso contrário, estaríamos correndo o risco de promulgarmos uma pseudoheteroglossia.

Em vista disso, sua afinidade com o que é marginal, com o periférico, com “as vozes não oficiais” (STAM, 2010, p. 347), torna o pensamento e as categorias bakhtinianas especialmente potentes à análise de práticas e experiências de comunicação contestadoras e

alternativas e singularmente apropriadas para a inclusão dos discursos historicamente marginalizados.

Destas reflexões depreende-se inicialmente que:

1) os sentidos construídos pelos sujeitos em interação são plenos de tonalidades dialógicas. “São divididos entre vozes diferentes” (BAKHTIN, 2011, p. 320). Constituem-se como um tipo de relação semântica. Sentido é o efeito da interação do locutor e do receptor, “nasce do encontro de dois sujeitos, e esse recomeça eternamente” (TODOROV, 2011, p. XXXII);

2) os sujeitos não são mudos, privados de palavra, nem tampouco ouvintes passivos, mas participantes ativos na comunicação discursiva. O ouvinte também é portador de palavra, “ocupa uma posição ativa responsiva em relação ao discurso e ao emissor: o ouvinte torna-se falante” (BAKHTIN, 2011, p. 271). O espectador é “ativo, aceitando, rejeitando ou modificando aquilo que lhe é oferecido” (NEWCOMB, 2010, p. 381) e é para a participação desse interlocutor, nesse processo de produção de sentidos, que devemos também nos voltar a fim de redimensionarmos nossas noções do papel da comunicação de massa no diálogo social;

3) não há um sentido em si, “não pode haver um sentido único” (BAKHTIN, 2011, p. 382). Todo o sentido é dialógico e são “totalmente determinados por seu contexto. Há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis” (BAKHTIN, 2009, p. 109). Assim, “os sulcos abertos no ar pela palavra enunciada não levam aos ouvidos sentidos prontos e acabados: levam impulsos à compreensão participativa” (PONZIO, 2016, p. 8);

4) qualquer ato de fala (escrito, verbalizado ou sob forma de produto midiático) é “parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN, 2009, p. 128); e por mais significativa e completa que seja constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação ininterrupta;

5) a noção de heteroglossia pressupõe que o discurso é um território compartilhado no qual diferentes vozes se misturam à voz do sujeito implícito na enunciação e “existem em relação cambiante e multivalente de oposição” (STAM, 1992, p. 101). O monologismo é conclusivo e surdo; já a heteroglossia situa-se no campo do inacabado, do aberto, do inconcluso, da compreensão, da contrapalavra, do cruzamento e pontos de encontro, da produção de sentidos;

6) os discursos estão intimamente ligados às estruturas sociais, e as tensões sociais que nelas se encontram participam da sua composição numa negociação pelos sentidos empreendida pelos sujeitos falantes e expressivos. Ou seja, não se excluem, em qualquer análise das mídias, as forças sociais e as disputas de poder assentadas em um horizonte ideológico. A atividade de produzir sentidos, no entanto, cria resistências aos discursos ditos hegemônicos e, mesmo admitindo-se a existência de uma luta desigual, a dominação nunca é absoluta. Há espaço para a transgressão, a subversão, a rebeldia, o discurso alternativo, pois os sentidos não são dados de antemão, cristalizados pela estrutura sócio-política, mas ao se confrontarem com o mundo das experiências concretas, situadas, contingentes e históricas, permeadas pela hegemonia e resistência, são constantemente transformados, reapreciados, ressignificados, distorcidos, amplificados, desordenados em um campo cultural que se transforma constantemente;

7) à visão monológica dominante, Bakhtin contrapõe uma visão de mundo pluralista e heteróglota, que sugere a inclusão dos discursos e práticas comunicativas em algum momento condenadas ao ostracismo. Sua inclinação ao que é marginal nos aponta para um diálogo que combate a seletividade imposta pela cultura de massa, para dar vazão ao periférico e aos sujeitos e vozes historicamente abafadas e excluídas nas batalhas pelo sentido, pela inteligibilidade do mundo e dos próprios sujeitos.

#### **4.5 Um modo de olhar, uma maneira de interrogar, com base em Bakhtin, a comunicação, a comunicação social e as mídias**

Bakhtin (2011) aponta para a existência de uma dialogia essencial e complexa presente em todas as formas de comunicação, o que também poderia ser percebido nos discursos midiáticos. Os sentidos que emanam da linguagem, a partir deste ponto de vista, resultam de uma luta, de um encontro de diferentes ou de uma multiplicidade de vozes que se dá no interior de um processo de comunicação interativa.

Sendo assim, em qualquer análise que se faça das mídias, não se pode desconsiderar as lutas sociais de uma época, as posições ideológicas dos sujeitos envolvidos nos processos comunicativos e as vozes que dão o tom dos discursos, visto que “todo ato comunicativo é contextual, situado por sujeitos, instituições, tempos e espaços definidos” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 14). Não pode haver “um discurso separado do falante, de sua situação, de sua relação com o ouvinte e das situações que os vinculam” (BAKHTIN, 2011, p.

384). A partir deste mirante, a perspectiva da comunicação como um processo linear e mecanicista, onde há um falante que produz uma mensagem e transmite a um ouvinte que se restringe a recebê-la, agoniza. A comunicação não é um fenômeno de mão única. “Comunicar é um processo dialógico. Não se trata apenas de dizer alguma coisa para alguém, mas para alguém e com outrem. Ou seja, leva-se em conta a alteridade, o interlocutor, os modos e as circunstâncias da interação verbal” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 14). A comunicação é um terreno de interações, conflitos e disputas, entrecruzamentos estabelecidos entre produção e recepção, entremeados por tensões e determinações de cada instituição, às quais os sujeitos estão vinculados, num auditório social definido e no horizonte social de cada época e lugar.

Situados neste mirante bakhtiniano, compreendemos as mídias como um território compartilhado, um terreno de discursos conflitantes e vozes rivais e cambiantes, atravessado por múltiplos enunciados, em que qualquer ato de troca verbal ou cultural tem a potencialidade de transformar ambos os interlocutores. Podem ser vistas, desse modo, como espaços de circulação e produção de discursos onde a ênfase recai na construção de sentidos no interior de comunidades interpretativas. Ou, também, encaradas como mediadoras de sentido, de forma que produção e recepção, emissor e receptor, ensinante e aprendente se encontram em espaços que promovem a interação verbal constituindo-se como partes de um processo de produção de sentidos e inteligibilidades.

Encaramos os processos midiáticos como processos complexos, vivos, permanentemente inconclusos, cultural e socialmente constituídos, ambivalentes, constituídos por uma rica trama de vozes que não se fundem em uma única consciência, mas que fazem parte de um campo de forças e disputas no qual vozes são justapostas e contrapostas de modo a gerar algo para além delas mesmas.

Para compreender os processos de produção de sentidos em ambientes midiáticos é imprescindível considerar os discursos, os contextos sociais e culturais, a posição e as relações de poder que se estabelecem no entorno dos enunciados, do enunciador e do interlocutor, tendo em vista que os indivíduos envolvidos nos processos de significação de mundo e de si mesmos têm suas vozes marcadas por um universo histórico, social e ideológico. Primeiro, porque são os contextos extraverbais dos enunciados que permitem que estes sejam compreendidos pelos participantes do processo interativo, cenário onde a troca verbal é tornada possível. Segundo, porque a intertextualidade constitui-se como o princípio do diálogo comunicativo. Há um contexto ilimitado que interage com o texto, com os enunciados, perpassam os discursos e diálogos e que os constituem, modificam e os tornam

inacabados, incompletos e nunca resolvidos, e, outrossim, território onde sentidos são produzidos. E, terceiro, porque os sujeitos não são “mudos” (mesmo que seja assim que alguns os desejem), não são interlocutores abstratos, ao invés disso, são parceiros ativos e responsáveis de um processo de comunicação discursiva, mediado tecnologicamente ou não.

Parece-nos clara, nesta altura, a crítica, a partir desta leitura bakhtiniana, aos esquemas convencionais de comunicação que se fundam em uma relação mecânica entre “emissor” e “receptor” como sujeitos plenos ou preenchidos, onde os meios são apenas ferramentas para transmitir ou divulgar mensagens e onde comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, construído, de um pólo ao outro. Para Figaro (2013, p. 14), o tradicional esquema linear da comunicação – emissor, mensagem/canal, receptor –, embora didático e funcional para se tratar de troca de informações entre máquinas e homens e entre máquinas e máquinas, é muito restritivo e inadequado para tratar da comunicação como processo de interação e constituição humana. Neste esquema, o enunciado e os sentidos que nele engendram são considerados apenas a partir do ponto de vista do falante. “Sugere-se um esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte” (BAKHTIN, 2011, p. 271). Neste caso, o outro é levado em conta apenas como ouvinte que atende passivamente ao falante. Para Bakhtin, este esquema falante-ouvinte existe como uma ficção, “dá uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 271). O esquema é apenas uma abstração e não um fenômeno complexo real, de tal forma que

[...] não se pode dizer que esses esquemas sejam falsos e que não respondem a determinados momentos da realidade; contudo, quando passam ao objetivo real da comunicação discursiva eles se transformam em ficção científica. Neste caso, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva[...]. Essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início (BAKHTIN, 2011, p. 271).

Nesta abordagem dialógica das mídias, não se pode pressupor, portanto, que há um discurso dado, uma significação pré-determinada e sujeitos isolados. O enunciado não tem vida isoladamente, e não constitui um sistema fechado, morto, engessado, num mundo sem lutas ou transformações. Nem se pressupõe sujeitos fixos, essenciais ou inflexíveis, mas em processo de formação numa esfera social onde se encontra o universo da palavra. Sendo assim, o espectador não é um assistente passivo, nem tampouco o enunciador o é, mas exercem ambos uma atividade participativa no processo de construção do sentido, ora aceitando, rejeitando ou modificando aquilo que lhe é oferecido, modificando igualmente os

seus discursos e a si mesmos, num processo de formação ininterrupto, complexo e inacabado. Para Hirschkop (2010, p. 100), essa é a utopia<sup>65</sup> de comunicação para Bakhtin: o discurso como “a atividade pela qual as consciências dos sujeitos criam e transformam umas às outras”.

Destarte, a busca por compreender os sentidos do enunciado, do discurso, em que pese a mediação da mídia, implica distanciar-se de qualquer dicotomia existente entre o “eu” e o “outro”, entre o emissor e o receptor, enfim, locutor e ouvinte, mesmo que isso não suplante a posição de cada um em sua trincheira de luta pelo sentido.

A teoria bakhtiniana exorta-nos a pensar os processos comunicativos para além dessas dicotomias. Em consequência disso, o objetivo de um olhar crítico acerca das mídias “não seria apenas identificar um ‘potencial utópico’, mesmo que reprimido nos textos midiáticos, mas também tornar audível ‘vozes abafadas’ pelo poder das forças sociais hegemônicas” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 29).

É inegável a presença das mídias na constituição dos sujeitos e nos processos de produção dos sentidos, ao mesmo tempo em que não se pode subestimar o poder dos sujeitos em reinventar e identificar as contradições do processo de comunicação e em qualquer situação de fala. Tal tensão é inerente ao encontro, ao dialogismo. Quando o *eu* se anuncia, ele já está marcado pelo *tu* numa relação de discursos. Para Ponzio (2016, p. 50), “o diálogo é condição transcendental da constituição do “eu” e também impedimento ao seu fechamento na identidade<sup>66</sup>, [...] impede o enrijecimento, o fechamento, a esclerose da identidade. [...] um impedimento à sua definição e ao seu acabamento”. Acrescenta o autor: “estar vivo já é colocar-se em uma direção, em uma situação de interconexão com o outro, com outra forma de vida. Não podemos prescindir do outro, assim como não podemos abrir mão do diálogo” (PONZIO, 2016, p. 60). Na perspectiva de um eu alargado que está em constante diálogo com outros, a linguagem configura-se como um produto vivo das relações sociais e das condições

---

<sup>65</sup> No texto *O Carnaval de Bakhtin: a utopia como crítica*, Gardiner (2010, p. 211-256) discute a perspectiva bakhtiniana acerca do conceito de utopia. Bakhtin não repete, para o autor, a concepção, estreita e até mesmo pobre da reiterada noção de utopia como reprodução totalizante de uma sociedade ideal e perfeita, o que sugeriria utopia como especulação ou como forma de escapar dos problemas e exigências impostos pelo mundo concreto. Utopia é entendida “como um ‘lugar privilegiado’ de onde se pode ter a visão de nossos ‘arranjos sociais’, porque eles estão subitamente sendo vistos sob uma nova e diferente luz” (GARDINER, 2010, p. 227). Desta maneira o que o autor chama de utopia crítica tem como função a “recusa a aquiescer à legitimidade do sistema social estabelecido, o que é a marca da utopia de oposição” (GARDINER, 2010, p. 230), e “é um impulso contra-hegemônico que se dá pela projeção antecipatória de um mundo socialmente transformado, um mundo que só realiza-se completamente correndo o risco de sua própria negação” (GARDINER, 2010, p. 243).

<sup>66</sup> Para Ponzio (2016), a identidade é armadilha constante. Escapamos dessa armadilha pela alteridade. Os encontros com outros impedem a instituição de uma identidade concluída e estável do eu. O diálogo é a condição sem a qual o eu não pode subsistir (PONZIO, 2016, p. 11).



materiais e históricas de cada tempo. É, em vista disso, “mediadora e constituidora das concepções de mundo, da existência do sujeito (de nós) no mundo” (PONZIO, 2016, p. 8).

As mídias, então, não se constituem como meios de transmissão de discursos, mas espaços onde os sujeitos se encontram a fim de travar uma luta pelos sentidos e pela inteligibilidade do mundo e de si mesmos. Além do mais, os sentidos que emanam deste processo são resultados da luta de uma multiplicidade de vozes, sociais e históricas, que não são estáticas, pois a interação social é constante no processo de comunicação, numa ação entre sujeitos, entre falas (diversas vozes sociais), e que, em espaços concretos, no diálogo, negociam sentidos.

Compreendemos que a discussão acerca dos processos de negociação e produção de sentidos mediados midiaticamente pode também contribuir para pensar as questões educativas e os processos de formação do homem em nosso tempo. Pensar a comunicação é uma forma de pensar a constituição dos sujeitos. Deste ponto de vista, reiteramos que a produção midiática pode ser entendida como um terreno de cursos conflitantes, um conjunto de enunciados onde uma multiplicidade de vozes disputa e negocia a inteligibilidade do cenário que os cerca e elabora socialmente entendimentos sobre si próprios.

É neste cenário que buscamos compreender o fenômeno e as experiências comunicativas da Radiodifusão Comunitária no Brasil e em que condições ela compõe ambientes de produção de sentidos numa perspectiva dialógica e heteróglota. Ou seja, não somente pela presença de várias vozes de diferentes sujeitos nos discursos na produção e na recepção, mas tendo em vista a forma como as vozes foram historicamente e são colocadas para dialogar e os sentidos que a partir destas interações são gerados. A heteroglossia não se define estritamente pela existência de várias vozes, ou mesmo na permissão para que elas existam, mas é preciso considerar a forma como elas são postas para dialogar, na criação de um cenário onde elas podem ser ouvidas em toda a sua força e ressonância, visto que “simulações dialógicas podem, em determinados contextos, se constituírem mais em estratégias comerciais do que em práticas realmente polifônicas” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 29).

Os sentidos produzidos nesta interlocução são subsidiários de uma situação experienciada e dos horizontes ocupados pelos envolvidos no processo comunicativo. Deste mirante, encaramos (1) os processos de comunicação não mais de maneira linear, unidirecional; (2) as mídias como terrenos de discursos conflitantes e vozes rivais, baseados não em dissonâncias individuais aleatórias, mas, face às divisões da vida social, em um campo cultural que se transforma constantemente e onde as vozes se enfrentam; e (3) os discursos

midiáticos, veiculados na programação, como enunciados situados, “como enunciados impregnados com as possibilidades comunicativas do dialogismo, mas como situado, contingente, histórico, permeado tanto pela hegemonia quanto pela resistência” (STAM, 2010, p. 334).

Assim sendo, desafiamo-nos a compreender os fenômenos discursivos presentes na RadCom como práticas comunicativas de produção de sentidos, e, desse modo, potencialmente dialógicas e heteróglotas, e como sendo o resultado de uma confrontação e negociação de muitos atores produtores de cultura e que, em nosso caso, o fazem em espaços alternativos, contestadores, marginais de comunicação social, midiática, de caráter comunitário.

## 5. A HISTORICIDADE E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS EM CENÁRIOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

*O rádio ensina, o rádio educa, o rádio diverte e entretém, o rádio consola, o rádio conversa. O prazer de ouvir rádio está diretamente ligado à característica de natureza pessoal e íntima do próprio mídiun.*

(BURINI; MOURA; AFFINI, 2011, p. 43).

*Radiodifusão: É a palavra portuguesa equivalente à inglesa Broadcasting, que significa algo como semear aos quatro ventos.*

(FERRARETTO, 2001, p. 22).

Neste capítulo procuramos reconstituir a historicidade do fenômeno do rádio e especificamente da Radiodifusão Comunitária, além das condições em que os discursos nesses ambientes são elaborados. Trataremos das origens históricas das RadCom, dos propósitos sócio-políticos e ideológicos que as regem, dos ideários que se movimentam no seu interior, dos pressupostos pedagógicos aos quais essas práticas comunicativas são aderentes e, por fim da legislação, que as regulamentam. Traçamos também um diagnóstico da situação atual do movimento em interlocução com os cenários de enfrentamento a que elas estão expostas. Nosso objetivo é apontar as singularidades do fenômeno e recompor a arena em que historicamente vozes, posições ideológicas, pontos de vista, sujeitos se encontram, a fim de fazerem ecoar suas posições, demandas, expectativas em espaços de comunicação alternativos e de caráter comunitário.

### 5.1 Um olhar sobre o rádio e a Radiodifusão Comunitária

Na paisagem multimidiática em que nos encontramos, entremeado a um universo de plataformas tecnológicas de comunicação social, a radiodifusão, precocemente dada como plataforma anacrônica, parece conservar atualmente um papel, uma utilidade e trunfos específicos, bem como um crédito ainda respeitado. Ela, cuja derrocada como meio de comunicação influente era prevista, face ao surgimento da televisão no Brasil, na década de 1950, e ora, face aos meios digitais, pode ainda ser notada como um meio vivo, pertinente e que proporciona a experiência do ouvir, do falar, do imaginar, do dialogar sobre o cotidiano. O rádio, ademais, conserva, em muitas situações e espaços, uma carga de credibilidade<sup>67</sup> e

---

<sup>67</sup> Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 (publicada em 29/08/2016 pela Secretaria Geral da Presidência da República), encomendada pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal, 57% dos brasileiros dizem confiar sempre ou muitas vezes no conteúdo veiculado pelo Rádio e 54% quando o conteúdo é veiculado pela

amplitude por ter a capacidade de estar próximo das pessoas, ainda que distante fisicamente, sendo irrigado pela palavra, viva e móvel, que exige espaço, tempo e lugar para sua expressão.

Tecnicamente, pode-se definir a radiodifusão como a “transmissão de ondas de radiofrequência moduladas propagadas eletromagneticamente através do espaço” (NEUBERGER, 2012, p. 16)<sup>68</sup>. No entanto, para muito além de um olhar sobre a técnica, o que nos vem à mente imediatamente quando falamos do rádio é o fato de que estamos diante de um fenômeno histórico que se construiu e se fundamenta em torno da palavra, da mensagem que, enunciada de alguma forma, quer encontrar a outrem com o qual procura estabelecer uma interação, essencialmente ansiosa de respostas, seja ela de que tipo for ou em que condições ocorra. Oliveira e Prata (2015, p. 18) afirmam que “ainda há uma sintonia onde o rádio ou mais genericamente as produções sonoras continuam a frequentar nosso imaginário”, e isto bastaria para que os trabalhos acadêmicos e científicos nesta seara continuem fazendo sentido.

Desde as primeiras experiências de radiodifusão no Brasil realizadas entre 1892 e 1894 pelo Padre Landell de Moura, quando, em São Paulo, utilizando uma válvula amplificadora inventada por ele<sup>69</sup>, transmitiu pela primeira vez a palavra humana através do espaço eletromagnético, até os dias atuais, quando se discute a digitalização dos serviços radiofônicos<sup>70</sup>, o rádio ainda conserva uma presença importante na vida das pessoas<sup>71</sup>. Essa presença é constante, ainda que ocorra de forma menos eufórica que outros meios de

---

TV. 63% dos entrevistados dizem ouvir rádio pelos meios/aparelhos tradicionais e 30% afirmam ouvir todos os dias. Dentre os que ouvem rádio, que somaram 89% dos entrevistados, ouvem em média 187,9 minutos por semana. A pesquisa foi realizada com a população de 16 anos ou mais da área em estudo. O tamanho total da amostra Nacional foi fixado em 15.050 entrevistas, distribuídas em todo o país. O relatório completo está disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 15 jul. 2018.

<sup>68</sup> A legislação vigente no Brasil define Radiodifusão como “o serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (radiodifusão sonora), destinada a ser direta e livremente recebida pelo público” (BRASIL, 1963).

<sup>69</sup> Em 1903 e 1904 Landell de Moura conseguiu nos Estados Unidos as patentes de três inventos: o transmissor de ondas (hertzianas ou landellianas), o telefone sem fio e o telégrafo sem fio (NEUBERGER, 2012, p. 53).

<sup>70</sup> Sobre a história do Rádio e da Comunicação Social de um modo geral dois textos nos parecem importantes, a saber, JEANNENEY, Jean-Noël. *Uma história da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar, 1996 e NEUBERGER, Raquel Severo Alves. *O Rádio na Era da Convergência das Mídias*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

<sup>71</sup> Seja na busca de informações, entretenimento ou como companhia, o rádio é uma mídia essencialmente móvel e alcança 89% das pessoas nas principais regiões metropolitanas brasileiras, o que equivale a 52 milhões de indivíduos, segundo a pesquisa regular de audiência do rádio da Kantar Ibope Media de fevereiro de 2017. Sua volatilidade permite que o ouvinte o carregue para onde for (pela portabilidade oferecida por exemplo pelos telefones com recepção de sinal FM) e o escute a qualquer momento, tanto que segundo a mesma pesquisa, em média, o brasileiro passa 4h36 sintonizado diariamente, o que representa cerca de 20% do seu dia. A pesquisa aponta também que o rádio ainda é mais ouvido em casa, mesmo que haja uma parcela muito significativa de pessoas que o façam em seus automóveis. Pesquisa Book de Rádio 2017 disponível em <https://www.kantaribopemedia.com/o-ouvinte-de-radio-nunca-visto-antes/>. Acesso em: 01 jul. 2017.

comunicação massivos, como a televisão e a internet. A resistência em manter-se vivo e presente ocorre não apenas por razões técnicas, mas por sua natureza adaptativa, impulsionada e irrigada por seivas sempre novas a partir da potencial interatividade que pode estabelecer no processo de narrar o cotidiano e dar fluência à trama dialógica das diferentes vozes do tecido social, condição indispensável para romper com os fluxos lineares de comunicação alicerçados numa perspectiva dualista de emissor-receptor, tão cara ao paradigma informacional e transmissor.

Partimos, pois, do ponto de vista de Balsebre (2012) que ao tratar da existência de uma linguagem radiofônica, afirma que é preciso superar a limitadora identificação do rádio como um simples “*medio de difusión de información*” e deve-se considerá-lo como “*um medio de comunicación*” (2012, p. 10). Isso significa dizer que tanto o meio quanto o tipo de linguagem presente em seus processos comunicativos não se resumem a meros suportes ou instrumentos de transmissão de informações (verbal ou musical) à distância entre pessoas, mas podem ser considerados como um sistema semântico complexo de comunicação que aglutina tecnologia, emissor e receptor e uma linguagem característica, mesmo que não estereotipada. O autor ainda reivindica para o rádio “*una función estético-comunicativa, que empiece en la belleza de lo sonoro y termine en la interacción comunicativa emisor-receptor*”<sup>72</sup>(BALSEBRE, 2012, p. 15).

Compreender a produção de sentidos, discursivamente constituída e mediada midiaticamente, portanto, tendo como pano de fundo um meio que não se resume a um suporte de comunicação a distância entre pessoas, mas um meio de comunicação e expressão que se funda num universo aberto à construção de inteligibilidades, coloca-nos diante do fato de que é possível pensar tal mídia como um espaço que, potencialmente, promove ambientes de interações e negociações no campo do discurso, mesmo que nas brechas do massivo. Trata-se de um processo de interação em que emissores e destinatários se fazem reconhecíveis e organizam-se em uma complexa rede de signos ideológicos, situados no interior de ambientes múltiplos.

Que nesse processo encontra-se imbricada a lógica mercantil não se tem dúvida, bem como não se ignora a tentativa de grupos dominantes de impor um sentido. No entanto, não se pode pensar os interlocutores apenas como destinatários de um discurso ou numa posição de receptores passivos, anestesiados, nem ao menos como aqueles que produzem apenas em reação à dominação.

---

<sup>72</sup> “Uma função estético-comunicativa, que começa na beleza do som e termina na interação comunicativa emissor-receptor” (Tradução nossa).

Desta forma, no horizonte de nossa pesquisa, reafirmamos que o rádio não está sendo tratado a partir de suas características técnicas, ou constituição física, mesmo que estas tenham ao longo do tempo possibilitado que ele se tornasse parte do cotidiano das pessoas. Nem tampouco será analisado enquanto meio técnico, como se tivesse vida própria, mas observado a partir de um conjunto de mediações que existe entre ele e a sociedade e as relações que se instituem em torno ou a partir dele. O interesse desloca-se dos meios para um lugar onde são produzidos sentidos: os enunciados constituídos pela multiplicidade de vozes presentes nos discursos. Ou seja, a partir da compreensão de que as mídias participam no processo de significação do real num cenário de conflitos concretos e batalhas no terreno da linguagem e das ideologias.

Podemos pensar os processos de comunicação a partir da cultura e dos processos formativos que engendram, o que significa, segundo Martín-Barbero, deixar de pensá-los a partir das disciplinas e dos meios. “Significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 285). Significa que a comunicação se tornou questão de mediações mais do que de meios, uma questão de cultura e não apenas de meios e mensagens. Para ele, falar de comunicação é muito mais do que falar de meios (ou dos meios), “pues hablar de comunicación es hablar de actores de prácticas sociales, procesos sociales y políticos”<sup>73</sup> (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 33).

Para Martín-Barbero (1997), referindo-se não só, mas também ao rádio<sup>74</sup> e às possibilidades abertas a partir das diferentes mediações tecnológicas em cenários multiculturais, a competência textual e narrativa não se acha apenas presente ou não é

---

<sup>73</sup> “Porque falar em comunicação é falar de atores de práticas sociais, processos sociais e políticos” (Tradução nossa).

<sup>74</sup> No texto *Dos Meios às Mediações*, Martín-Barbero (1997, p. 315-316) descreve experiências radiofônicas locais no Chile e na Colômbia. Destaca como o “operário pôde encontrar no rádio uma orientação para a existência nas cidades, e o migrante, por sua vez, modos de se manter ligado à terra natal, e a dona de casa, um acesso às emoções que de outro modo lhe são vedadas. [...] Aquele meio que para as classes populares estaria preenchendo o vazio deixado pelos aparelhos tradicionais na construção de sentido”. Os relatos apontam para a existência em Lima, por exemplo, de diversas modalidades de radiodifusão em funcionamento: àquelas *locais* que “fazem com que uma programação nitidamente comercial se veja perpassada pela presença de necessidades da região e por apelos à participação coletiva em ações de apoio às demandas populares; aquelas *populares urbanas*, no qual o popular tem um espaço próprio, embora, muitas vezes, constituído de vozes populistas, convoca e ativa dimensões da vida cultural do país desconhecidas ou negadas nas emissoras de corte transnacional; e as *provincianas*, que colocadas no ar em horário fora de programação, tem músicas da região e felicitações de aniversário, informações sobre festas ou acontecimentos da região, atividades do grupo regional na cidade e propaganda dos produtos feitos pelas pessoas da coletividade, onde milhares de imigrantes usam como espaço de identificação que não é só evocação de uma memória comum, e sim produção de uma experiência profunda de solidariedade”. Estes elementos, para Martín-Barbero (1997, p. 317) “provam-nos fatores que vão desde a audiência do programa até a forma de fazer publicidade e o fato de converter o rádio num ponto de encontro e partida para uma ‘indústria cultural’ paralela”.

unicamente condição da emissão, ou das tecnologias envolvidas no processo, mas também da recepção. Para o autor, isso significa que o enunciado coloca em marcha um processo cognitivo de reconstrução do texto em função de um contexto e de outras vozes que o constitui, possibilitando aos interlocutores reescrevê-lo a partir de uma nova condição. Ainda, o ouvinte “*sabe* quando um texto/relato foi interrompido, conhece as formas possíveis de interpretá-lo, é capaz de resumi-lo, dar-lhe um título, comparar e classificar narrativas” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 302). Nesse sentido, o ouvinte, além de decodificar, relaciona o que está sendo dito com o que ele está presumindo, com a realidade em que está envolvido e prepara uma resposta ao enunciado.

O esquema, segundo Martín-Barbero (1997), no qual tudo “transcorria entre emissor-dominante e receptor-dominado, sem o menor indício de sedução nem resistência, e na qual, pela estrutura da mensagem, não atravessavam os conflitos nem as contradições e muito menos as lutas” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 15), é insuficiente para compreender como se dão os processos comunicativos e o que deles resulta. “O modo como as pessoas produzem o sentido de suas vidas e como se comunicam e usam os meios, não cabe no esquema” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16). A comunicação é um espaço onde se articulam diversidades, complexidades e pluralidade, sem que sejam deixados de lado as contradições, as relações de poder, os conflitos concretos e as batalhas travadas no campo do econômico e no terreno do simbólico. Martín-Barbero afirma que é preciso abandonar o “mediacentrismo” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 292) e compreender os fenômenos midiáticos como parte de outros sistemas de maior envergadura, como o econômico, o político ou o cultural. Por isso, ao invés de falar de meios, a comunicação é uma questão de mediação, no momento em que deslocamos o espaço de interesse dos meios “para o lugar onde é produzido seu sentido” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 269), da lógica da produção e dos usos, para o movimento social da comunicação. Enfim, a comunicação social enquanto mediação, compreendida como um processo de interação, como momentos de negociação de narrativas, “lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 292).

Newcomb (2010, p. 381), em *Sobre os aspectos dialógicos da comunicação de massa*, contribui com a discussão afirmando que “numa perspectiva dialógica de comunicação, o espectador é ativo, aceitando, rejeitando ou modificando aquilo que lhe é oferecido”. O autor aponta para o fato de que é para a participação dos sujeitos envolvidos (a emissão e a recepção) neste processo de construção de sentido, tendo em vista suas condições sociais de

enunciação e de recepção que devemos nos voltar, a fim de depurar nossas noções do papel da comunicação de massa no diálogo social e na constituição da consciência e do próprio sujeito.

Desse modo, o fenômeno das mídias e, especificamente no âmbito da radiodifusão tendo em vista nosso interesse investigativo, deve ser visto como um fenômeno da comunicação, ou seja, um tipo de relação social que implica uma interlocução constante entre emissor e receptor, direta ou indiretamente. Mesmo considerando necessariamente os condicionantes estabelecidos pelos grupos economicamente dominantes, principais grupos produtores das mensagens midiáticas, produzidas ou reproduzidas pelos meios radiofônicos, é preciso considerar, por outro lado, que emissão e recepção constituem-se como lugares de criação e produção de sentidos e configuram-se como espaços de significação e ressignificação ou possibilidades de transformação dos significados atravessados pelas mídias. Afinal de contas, “enquanto humanos nos tornamos autores dos nossos discursos, entretanto autores polifonicamente constituídos, de vozes tantas que respondemos quando utilizamos a linguagem” (GIOVANI; SOUZA, 2014, p. 93).

Entendemos que as mídias não são apenas meios de transporte de pontos de vista e/ou comunicados, mas espaços de mediação onde se negociam sentidos e significados num jogo permanente e infinito em que os discursos se configuram como o lugar dessa construção. Essa perspectiva estabelece um rompimento com um modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo ao outro. A produção, difusão e recepção não compõem uma estrutura linear, mas fazem parte de um complexo processo de criação e negociação de sentidos, ancorados no universo da palavra e situados numa cultura mediada tecnologicamente.

## **5.2 A Radiodifusão no Brasil: um diagnóstico da concentração dos meios e os processos de monologização<sup>75</sup> dos discursos**

A Radiodifusão no Brasil é normatizada pela Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, texto que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, e regulamentada pelo Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963. Por esta legislação vigente atualmente, o serviço de radiodifusão pode ser executado diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão

---

<sup>75</sup> Quando introduzimos o conceito de monologização o assumimos a partir da compreensão bakhtiniana como processo que instaura um monologismo. Um “monólogo é conclusivo e surdo à resposta do outro, não o espera nem reconhece nele força decisiva. Passa sem o outro e por isso, em certa medida, reifica (coisifica, objetifica) toda a realidade. Pretende ser a última palavra (BAKHTIN, 2011, p. 348). Segundo o autor, o enunciado monológico carece da capacidade de gerar uma resposta, nega o que está fora de si, o diálogo é mascarado, e apenas uma voz se faz ouvir. Este debate foi realizado na seção 4.4 *Bakhtin: o Monologismo e a Heteroglossia*.



da mesma<sup>76</sup>. Primeiramente é preciso perceber que quando se opera com o serviço de radiodifusão, faz-se dentro de uma esfera pública, concedida e controlada pelo poder público, devendo estar submetido, portanto, pelo menos em tese, aos interesses públicos. Essas concessões devem ser orientadas pelos princípios constitucionais que as normatizam, tais como o direito à comunicação, à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica, dando preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas (BRASIL, 1988). Depreende-se também que é dever do Estado garantir, promover e assegurar o acesso à informação e à comunicação ampliando a oportunidade de participação democrática da sociedade civil também no espectro radiofônico.

O serviço de radiodifusão no Brasil pode ser dividido em três modalidades, cada qual com uma legislação específica, com estatutos e prerrogativas legais que as definem e as normatizam, a saber, Radiodifusão Comercial, Radiodifusão Educativa<sup>77</sup> e Radiodifusão Comunitária. Ainda é definida de acordo com o tipo de modulação e a tecnologia que utiliza para transmissão das mensagens - AM (estação radiodifusora que realiza as suas emissões com modulação em amplitude) ou FM (estação radiodifusora que realiza as suas emissões com modulação em frequência), as quais também se diferenciam pelos seus estilos comunicativos e linguagens utilizadas.

De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC)<sup>78</sup>, pode-se definir Radiodifusão Comercial como aquela controlada por uma

---

<sup>76</sup> Vigil (2003) aponta uma concepção errônea que justifica e justificou durante muito tempo os monopólios estatais da radiodifusão que se prolongaram na Europa até bem poucos anos e a distribuição discricionária que muitos governos latino-americanos fazem das frequências de rádio e televisão. “A quem pertence o espectro radioelétrico, quem é o dono de suas faixas e frequências? Costuma-se responder: ‘O Estado’. Não. Essas frequências são um bem público e coletivo, patrimônio comum da humanidade. Um patrimônio limitado, escasso, e, por isso mesmo, submetido à administração pública para um melhor aproveitamento. O Estado o administra, mas o titular do espectro radioelétrico é a própria sociedade, pertence-nos a todos e todas (VIGIL, 2003, p. 395).

<sup>77</sup> Não trataremos da Radiodifusão Educativa, mas consideramos importante caracterizá-la brevemente. De acordo com a Portaria 4.335/2015 (BRASIL, 2015) Radiodifusão Educativa é tida como aquela que se destina única e exclusivamente à divulgação de programação em tempo integral de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas. As rádios caracterizadas legalmente como educativas, podem atuar conjuntamente com os sistemas oficiais de ensino nos diversos níveis e modalidades que vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional. Um número muito significativo destas emissoras legalmente constituídas como educativas estão em operação ou mantêm algum vínculo com Instituições de Ensino Superior e, por isso, são nomeadas como Rádios Universitárias. São conhecidas como Rádios Públicas aquelas operadas por órgãos públicos, como é o caso da Rádio MEC.

<sup>78</sup> O Ministério das Comunicações (Minc) funcionou de 1967 à 2016 e tinha como atribuições de acordo com o Decreto-Lei 200/1967 regular os serviços de radiodifusão, serviços postais e telecomunicações e suas entidades vinculadas, bem como promover e gerenciar as políticas públicas nacionais em áreas correlatas como a inclusão digital. Foi extinto pela Medida provisória 726/2016, convertida na Lei 13341 de 29 de setembro de 2016, assinada pelo então Presidente da república Michel Temer. A estrutura passou a integrar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/index.html>.

sociedade anônima de caráter privado. O seu objetivo principal é gerar lucro e ela o faz mediante a venda de espaços publicitários ou captando verbas públicas. A “roda” é movida pelo lucro e a partir de padrões dominantes de conteúdos. Mesmo que a legislação limite que, no máximo, 25% da programação seja destinada à publicidade comercial, o mote destas emissoras é a arrecadação financeira. Trabalham invariavelmente na lógica do capital, considerando os ouvintes como consumidores em potencial, e os anunciantes, interessados em atingir um grande número de pessoas, como clientes que, alugando espaços, custeiam a programação. Ferraretto (2001) define assim esta relação: “as Rádios comerciais sobrevivem, buscando patrocínios de seus clientes. O ouvinte recebe, portanto, programação e publicidade. Paga pela primeira, ao consumir os serviços e produtos veiculados. Por sua vez, o anunciante, alugando o espaço, custeia a programação” (FERRARETTO, 2001, p. 46). Em entrevista à *Revista Educação*, Laurindo Leal Filho, afirma que “o conceito de educação está na origem do rádio, no entanto, como nosso modelo institucional é o comercial, a idéia inicial foi sendo substituída pelo entretenimento e pela informação” (PAVAN, 2001, s.p.).

A lógica da atividade dos veículos comerciais não se resume ao seu aspecto financeiro, obviamente que a ele, neste cenário comercial, tudo está subordinado. Ao identificarmos uma concentração dos veículos nas mãos de um grupo restrito de pessoas, percebemos o quanto é limitada a diversidade de vozes na constituição dos discursos que neles circulam. Num cenário marcado pelos interesses do capital e pela concentração dos meios de comunicação muitas vozes não se ouvem.

Isto pode ser explicado, em parte, a partir de um tipo específico de distribuição de outorgas por parte de sucessivos governos no Brasil, que têm favorecido a instauração de um perfil político-ideológico aos veículos de radiodifusão marcado pelo conservadorismo, pelo patrimonialismo (distribuição da propriedade entre familiares) favorecendo a difusão de padrões dominantes no conteúdo e nos discursos. Há uma relação mercadológica e político-ideológica em relação às outorgas. Mesmo admitindo a crescente fragmentação do saber em se tratando de apropriação, a quem se destinam, a que lógica obedecem e os condicionantes de produção dos Meios de Comunicação de Massa, é possível perceber um oligopólio dos meios e uma monologização do discurso. Marinoni (2015), no documento *Concentração dos Meios de Comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil*, produzido pelo Coletivo Intervezes (Coletivo Brasil de Comunicação Social), afirma que o

[...] problema da concentração em seu aspecto político-ideológico ficaria mais evidente se pudéssemos dar conta ainda do “discurso único” da mídia, um sistema de reprodução de informações e pontos de vista que compartilha as mesmas fontes, agenda os mesmos temas e legitima os mesmos pontos de vista, no geral, com

informações e declarações hegemônicas pelas classes dominantes (MARINONI, 2015, p. 17).

O que se conhece é que o mercado global de mídia é controlado por não mais do que duas dezenas de megacorporações multinacionais. Estas, no mínimo, ao construírem uma razoável quantidade das notícias e informações veiculadas e repetidas ao redor do planeta, elaboram narrativas e dão inteligibilidade ao mundo, acabam por atuar como os “guardiões” para o que entra na agenda<sup>79</sup> de boa parte dos debates públicos. As chamadas “super companhias de mídia” concentram considerável parte daquilo que é produzido, distribuído e comercializado em termos de notícias, cultura e entretenimento, o que pode ser sentido em quase todos os países. Na medida em que as corporações midiáticas se tornam ainda mais concentradas em sua propriedade, centralizadas em seu caráter discursivo e globais em seu alcance, haverá razões para a preocupação de que o importante papel da mídia como fórum para o discurso plural, a expressão do contraditório e o diálogo social, seja restringido. Isso pode representar uma ameaça ao pluralismo de ideias, à participação dos sujeitos na constituição do ambiente que o rodeia, do discurso público, tão imprescindível às sociedades democráticas e capaz de apontar para as diferentes possibilidades de escolha do indivíduo livre e autônomo.

A pesquisa *Media Ownership Monitor*<sup>80</sup> (MOM - Monitoramento da Propriedade da Mídia), organizada pela *Reporters Without Borders* (Repórteres Sem Fronteira), fornece um mapeamento dos veículos de maior audiência no mundo e no Brasil (e que tem maior potencial de influenciar a opinião pública) e dos grupos que os controlam. Segundo o estudo cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram a metade dos veículos no Brasil: Grupo Globo, Grupo Bandeirantes, família Macedo (considerando o Grupo Record), Grupo Folha e grupo de escala regional RBS. Os dados disponíveis e continuamente atualizados buscam responder à questão *Quem controla a mídia?*, além de produzir indicadores do risco ao pluralismo e à independência da mídia, dentre os quais estão a concentração da audiência,

---

<sup>79</sup> A Teoria do Agendamento (*agenda setting*) pressupõe que as notícias são como são porque os veículos de comunicação *nos dizem* em que pensar, como pensar e o que pensar sobre os fatos noticiados. A teoria do agendamento defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos. Fonte: <https://teoriasdacomunicacao2.wordpress.com/teoria-do-agendamento/>. Acesso em: 15 maio 2018.

<sup>80</sup> O estudo completo está disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Os dados atuais foram apresentados no dia 02 de fevereiro de 2018. No Brasil, a coordenação do estudo foi feita pela Intervezes, entidade da sociedade civil que atua em defesa do direito à comunicação. Ao todo a pesquisa mapeou 50 veículos e redes de comunicação selecionados com base em índices de audiência e no potencial de influenciar a opinião pública, o chamado agendamento. O Brasil apresenta, de acordo com o estudo, os piores indicadores para a pluralidade na mídia entre os 12 países em desenvolvimento ora analisados, dentre eles, Peru, Sérvia, Filipinas, Tunísia, Marrocos, Ucrânia e Mongólia.

a concentração da propriedade e a existência ou não de controles externos. Outro exemplo de indicador é a transparência: o risco ao pluralismo se torna ainda maior quando não fica claro para a audiência - e mesmo para os jornalistas - quem tem controle sobre cada veículo, que outros negócios possuem e que interesses podem guiar a produção de notícias. No Brasil, o resultado indica alerta vermelho, preocupante. Nosso sistema de mídia, de acordo com o estudo, mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas. Algumas das muitas observações apresentadas pelo estudo revelam o cenário atual da comunicação comercial no Brasil: 1) alguns poucos grupos ou famílias concentram mais da metade dos veículos; 2) entre os interesses econômicos há grupos com negócios nos setores de educação, saúde, imobiliário, financeiro, energia e agrário; 3) os interesses dos grupos impedem a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes; 4) a mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos.

A percepção acerca da concentração da propriedade dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos e indivíduos no Brasil tem suscitado também leituras informais sobre a questão, como mostra a charge a seguir (Figura 5).

Figura 5. Charge: Mapa das “Capitanias Hereditárias da Mídia” no Brasil

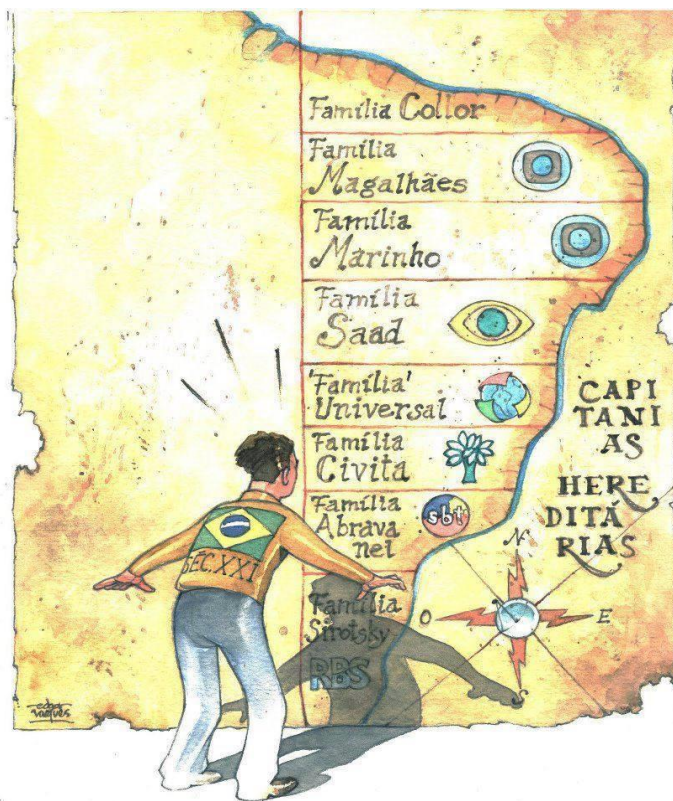


Figura extraída do perfil no Facebook de Jornalistas Livres<sup>81</sup>

Nesta configuração, os meios de comunicação, em especial os veículos comerciais, dentre eles os que se dedicam ao serviço de radiodifusão, se ocupam com o debate acerca dos temas de interesse público geralmente sob a lógica do capital e de forma incipiente mobilizam ações no campo das lutas democráticas de forma plural e dialógica. Invariavelmente são pouco acessíveis às vozes e aos discursos da maioria (ou das minorias) da população. Ou seja, os problemas do país, as situações reais e as condições sociais mais imediatas do horizonte social dos sujeitos são pouco esclarecidos e acabam invisibilizados nos discursos que circulam na “grande” mídia comercial, e, quando estão presentes, os sentidos produzidos se limitam à participação restrita das populações atingidas, reiteradamente considerados apenas como consumidores, o que agrega pouco significado ao repertório dos que os acompanham.

Essas questões, quando abordadas, são feitas dentro de um esquema de referenciação e contextualização a partir dos pressupostos e condicionantes das políticas e posições ideológicas adotadas pelos interesses dos proprietários e financiadores desses veículos. Isso quer dizer que as narrativas produzidas não contêm, ou contêm em grau mínimo, as muitas vozes dos diversos sujeitos que, no processo de interação social, participam da composição semântica dos discursos e dos sentidos. Uma realidade que provoca, instaura e consolida a exclusão, produz a subalternidade e que reduz ao silêncio os muitos discursos divergentes. A interação humana, a situação social dos sujeitos, o horizonte compartilhado pelo falante e pelo ouvinte, a situação concreta na qual os enunciados são pronunciados, acabam obscurecidos ou bloqueados por um “produto contingente de decisão autoral” (RENFREW, 2017, p. 106), crença nascida de uma concepção idealista de consciência singular ou autônoma e de um “monologismo ideológico característico da cultura dos tempos modernos” (BARROS, 2003, p. 2). A realidade da vida passa a ser explicada a partir de um discurso que se pretende único. Uma leitura de mundo que tendeu “a obscurecer mais do que revelar as raízes dialógicas de seu objeto” (RENFREW, 2017, p. 114).

A concentração dos meios nas mãos de grandes grupos empresariais<sup>82</sup>, seus vínculos com as elites políticas<sup>83</sup> e econômicas e sua subordinação às lógicas do capitalismo global,

<sup>81</sup> Figura postada por Jornalistas Livres no Facebook no dia 06 de maio de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/a.292153227575228.1073741829.292074710916413/526533917470490/?type=3&theater>. Acesso em: 15 de maio 2018.

<sup>82</sup> Conforme Marinoni, o grupo Globo, por exemplo, segundo levantamento feito em 2008 pela pesquisa “Donos da Mídia”, controlava direta e indiretamente 52 rádios AM, 76 FMs, 11 de ondas curtas, 105 emissoras de TV, 33 jornais, 27 revistas, 17 canais e 9 operadoras de TV paga. Dessas concessões, apenas cinco são próprias do Grupo Globo, sendo que 118 são de outros grupos. Enquanto a “rede” representa 22,6% (praticamente 1/4) do total de 543 outorgas no Brasil, as 5 pertencentes ao Grupo Globo representam 0,009% (cerca de 1/100) (MARINONI, 2015, p. 9). O nome “redes”, reservamos, na radiodifusão, para nos referir à “verticalização da

tira do foco da mídia importantes questões públicas, locais e educativas e, apesar de serem bens públicos, esses meios encontram-se subordinados à hipertrofia da lógica privada e do capital. Para Ignacio Ramonet (2003, p. 246-247), não é um discurso que tenha a vocação ética de educar ou mesmo de informar o cidadão, no amplo sentido da palavra, pois está vinculado essencialmente e antes de mais a uma perspectiva comercial, portanto, próxima a uma prática do tipo monológica.

No Brasil, historicamente, constata-se que há uma concentração dos meios de comunicação social de massa nas mãos de grupos privados de mídia que, comandadas de forma vertical, reproduzem e amplificam ideias, concepções, valores para um universo gigantesco de pessoas. Como expressa Guareschi (2005, p. 80), “[...] a constatação a que se chega é que a voz da maioria dos cidadãos é silenciada”, marginalizada, numa tentativa de excluí-la da corrente discursiva em que se negociam sentidos e inteligibilidades. As mídias ditas hegemônicas, orientadas por um viés mercadológico, tendem a encarar os indivíduos, de forma geral, não como participantes efetivos e ativos de um diálogo, mas sim, como espectadores de um discurso de “mão única”, que mobiliza uma resposta previsível e orientada. Aos sujeitos, nessa lógica, caberia tão somente a ação despectar, isto é, assistir, participar quase que de modo mecânico e reproduzir determinado discurso ou narrativa midiática, com algumas poucas exceções atuando na contracorrente. Seu papel resultaria reduzido a tão somente escolher entre receber as informações deste ou daquele veículo de comunicação.

“Nem todo mundo sabe, mas rádios e TVs abertas no Brasil operam com concessões públicas. É comum as pessoas pensarem que as emissoras de rádio e TV são donas dos canais

---

programação”, ou seja, à reprodução, por diferentes empresas, do conjunto de conteúdos estruturados em uma grade de horários por outra empresa. Embora a palavra rede tenha uma dimensão ideológica que sugere ou dá margem à possibilidade de se pensar em circulação de conteúdos entre agentes igualmente disposto sem um conjunto, o que se tem observado na prática é basicamente um fluxo unidirecional, de um único centro produtor para os demais pontos, com algumas poucas “contribuições” atuando no contrafluxo (MARINONI, 2015, p.6).

<sup>83</sup> Reportagem de 31 de janeiro de 2019 do site *Congresso em Foco* aponta que “Donos de rádio e TV formarão bancada de pelo menos 26 parlamentares no novo Congresso” fazendo referência à bancada do Congresso Nacional e do Senado na legislatura 2019-2022. Segundo levantamento realizado Pelo Interozes são 20 deputados federais, seis senadores (além de um governador) nominalmente vinculados a veículos de comunicação nesta nova legislatura, além de outros que mantêm ligações familiares e/ou profissionais com grandes redes de comunicação. O Artigo 54 da Constituição Federal é taxativo ao dizer que deputados e senadores não poderão “firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes”. No entanto concluídas quase duas décadas do novo século, a Justiça brasileira não deu nenhuma resposta definitiva e republicana ao chamado “coronelismo eletrônico”. Reportagem disponível em [https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/donos-de-radio-e-tv-formarao-bancada-de-pelo-menos-26-parlamentares-no-novo-congresso/?fbclid=IwAR0EeFINZDI6\\_EmK0cLHRPF4UIWbFP1sA5QqKO8zkW0v1CB0p0dAQ9KtIo](https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/donos-de-radio-e-tv-formarao-bancada-de-pelo-menos-26-parlamentares-no-novo-congresso/?fbclid=IwAR0EeFINZDI6_EmK0cLHRPF4UIWbFP1sA5QqKO8zkW0v1CB0p0dAQ9KtIo). Acesso em: 31 jan. 2019.

e que podem fazer deles o que bem entendem” (BARBOSA, 2007, p. 3). Isso significa dizer que o conteúdo transmitido pelo rádio e pela TV trafega pelo ar, no chamado espectro eletromagnético, um bem público e finito.

No entanto, a impressão que se tem é que, ao conceber os indivíduos não como participantes expressivos de um diálogo, mas sim, como meros espectadores, os Meios de Comunicação Social de Massa de caráter comercial e monopolista reduzem a amplitude da voz da maioria dos cidadãos, restringem suas possibilidades de participação nos processos de significação do mundo e impõem limites às experiências democráticas e emancipatórias, cerceando a possibilidade de exercerem amplamente “a sua capacidade de escolha e de formar suas próprias opiniões de tal modo que se possa aprofundar a vivência democrática” (NASCIMENTO, 2009, p. 145). De maneira geral, assim que atuam os Meios de Comunicação Social de Massa hegemônicos tendo em vista que, invariavelmente, tendem a difundir, a partir de uma lógica mercantil a públicos cada vez mais homogêneos e semelhantes, um discurso padronizado, único em termos semânticos e acabado (monológico) rendendo-se, em certa medida, a uma orientação advinda da sociedade de massa e da cultura do consumo. No caso do rádio neste cenário, Balsebre (2012, p. 13) afirma que “lo uso de la radio como objeto de compra-venta de mercancías (información, música, anuncios-productos) há devaluado la función expresiva y estética del medio”<sup>84</sup>. Para o autor a uniformidade de programas, conteúdos temáticos e o limitado repertório de mensagens apresentados por grades de programação e rotinas engessadas e dirigidas a públicos cada vez mais semelhantes e homogêneos, característica da indústria audiovisual concentrada nas mãos de grupos multimídia e atenta à lógica do investimento rentável, aponta para o desaparecimento da concepção do rádio como meio de expressão e comunicação.

Tal diagnóstico indica que o “imperialismo midiático”<sup>85</sup> tem alcance para obstruir os espaços públicos de interlocução, contribuindo, de certa maneira, para que as escolhas de estilos de vida dos sujeitos sejam alienadas, irreflexivas, consolidando biografias não coerentes ou nem ao menos minimamente revisadas. As mídias, nestas condições, ofertam-

---

<sup>84</sup> “O uso o rádio como um objeto de compra-venta de mercadorias (informação, música, anúncios-productos) desvalorizou a função expressiva e estética do meio” (Tradução nossa).

<sup>85</sup> Expressão utilizada pelo ex-presidente do Equador Rafael Correa em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar em 2012. Correa se refere ao que ele chama de “massacre comunicacional que um reduzido contingente de impérios de comunicação produz ao esconder, minimizar, aumentar, distorcer ou inventar fatos, além de, não raro, censurar divergências”. Para ele não é “censura” querer que as mídias em termos globais se tornem mais plurais. E vai além, afirmando que “a fome, a miséria e a injustiça que ainda flagelam parte imensa da humanidade sustentam-se nas versões dos fatos que são contadas, na falta de pluralidade na comunicação”. A entrevista completa encontra-se disponível em <https://blogdadacidadania.com.br/2012/07/imperialismo-midiatico-o-maior-problema-da-humanidade/>. Acesso em: 28 nov. 2017.

nos uma pseudo-esfera pública, criando um ambiente de meras relações públicas ao invés de ser geradora de um reflexivo e plural debate público formativo, dialógico.

Neste horizonte é preciso atentar para o fato de que em qualquer esforço de análise das mídias, sejam elas comerciais ou alternativas, não se pode furtar da tarefa de levar em conta a concentração econômica dos meios, as relações de poder (ideológico, político e cultural) e as disputas sociais de uma época e as que são travadas também em ambientes comunicativos. Quem produz? Que mensagens e discursos são produzidos? Com qual intencionalidade? Quem controla os que produzem as mensagens veiculadas pelas mídias de massa? A quem se destinam e em que lógicas trabalham? Que tipo de resistências se constroem nestes ambientes? É preciso considerar tais condições de produção sob as quais estão engendrados os discursos midiáticos, visto que boa parte da recepção está de alguma forma condicionada, tocada, orientada pela produção tanto em termos econômicos, políticos, mas ainda mais em termos narrativos ou semânticos.

### **5.3 Apontamentos acerca da constituição e das raízes históricas da Radiodifusão Comunitária: cenários de enfrentamento**

Os movimentos de comunicação alternativos de caráter popular que nascem nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, como afirma Cogo (1999), primeiramente eclodem como portadores das insatisfações de movimentos sociais e populares, especialmente aqueles ligados à Igreja Católica progressista, alinhadas à Teologia da Libertação, como as Comunidades Eclesiais de Base (Cebes), Pastoral da Terra e Pastoral Operária, e de setores da sociedade civil organizada, sindicatos e organizações não governamentais (ONGs). Esses e outros atores coletivos e individuais protagonizam movimentos de enfrentamento das mazelas sociais que atingiam grande parte da população no continente latino-americano e viam na comunicação social alternativa uma “arma” de luta. Em segundo lugar, colocam-se em oposição aos regimes ditatoriais implantados na América Latina no período para os quais a comunicação massiva se constituiu em um dos principais instrumentos para a propagação e manutenção de seus programas políticos de poder.

Além disso, o movimento de comunicação alternativo e de faceta popular (e a Radiodifusão Comunitária como um tipo específico de mídia no interior deste campo) caracteriza-se, em sua origem, como um movimento imbuído de uma carga de enfrentamento em relação ao modelo comunicativo predominante da época, em contraposição a uma



supremacia no campo discursivo de grupos dominantes nos espaços midiáticos e de resistência a uma crescente concentração da propriedade destes veículos de comunicação.

Malerba (2016) indica a existência de três vertentes (as quais também denomina artérias que alimentam a história da RadCom brasileira) que, na sua concepção, constituiriam a biografia da RadCom no Brasil: a *eclesiástica*, a *livre* e a *comunitária*.

Em relação à vertente *eclesiástica*<sup>86</sup>, o autor destaca a movimentação das forças políticas dentro da igreja católica que se alimentavam de ideias ecumênicas e progressistas, especialmente aquelas ventiladas pelo Concílio Vaticano II e que preconizava a possibilidade da utilização dos meios de comunicação com fins educativos e de mobilização social.

Tal movimento contou com o entusiasmo de intelectuais das fileiras da Igreja Católica ligada aos movimentos sociais, às Comunidades Eclesiais de Base e à Teologia da Libertação, que viam a necessidade de dinamizar as organizações populares a fim de que os indivíduos tivessem condições de entender as funções sociais dos meios de comunicação de massa e reconhecer o fato de que estes poderiam ser instrumentos de dominação num cenário de luta de classes, mas por outro lado, tinham a potencialidade para serem espaços e instrumentos de resistência e mobilização popular.

Esta mobilização deu origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 1961, que fazia uso do rádio na promoção de ambientes educativos. A ação foi inspirada em iniciativas ocorridas na América Latina, especialmente na experiência colombiana, onde desde 1947, a partir da Rádio Sutatenza<sup>87</sup>, havia fomentado a implantação de uma nova proposta educativa de inspiração progressista que fez uso das tecnologias a fim de gerar um processo de ensino à distância de camponeses. Seu objetivo, além de contribuir para a diminuição do analfabetismo, era de promover um modelo pedagógico mais participativo e

---

<sup>86</sup> Também chamada, segundo o autor, de vertente igrejaieira. O termo igrejaieiro é utilizado sem conotação pejorativa. Assim eram conhecidos, no interior dos movimentos pastorais cristãos progressistas e de viés marxista, os seus membros (MALERBA, 2017, p. 306).

<sup>87</sup> Uma experiência radiofônica coletiva (1947-1989) nascida por iniciativa conjunta dos camponeses de Sutatenza, povoado isolado no interior da Colômbia, localizado no departamento de Bouycá, e integrantes da Igreja Católica, que, além da transmissão e recepção de programas de rádio voltados para a produção rural preocupou-se com a alfabetização e educação de jovens e adultos. Conforme Gutiérrez (2011) a Rádio Sutatenza “fue pionera, al dedicarse, a un sector poblacional no reconocido y marginado históricamente: los campesinos, en un periodo en el que ningún gobierno de la región había hecho nada sustantivo por ellos. En ese sentido, fueron demandas políticas y sociales que impulsaron la utilización de la comunicación radiofónica para el cambio social. Fue a partir de esta visión que se le situó en la corriente de la comunicación para el desarrollo. Pretendía-se que, por intermédio da comunicação e da educação “hacer del campesino analfabeto, marginalizado e incomunicado un agente social” (GUTIÉRREZ, 2011, p. 260). Segundo Cogo (1998), o Projeto da Rádio Sutatenza, mesmo que tenha adotado um modelo funcional de educação, não estava limitado a uma proposta de educação formal, mas inclinava-se a mais do que ensinar os camponeses a soletrar as palavras, estava orientado a contribuir para que o “rádio-estudante” pudesse interpretar o mundo em que vivia para compreendê-lo e transformá-lo (COGO, 1998, p.62).

horizontal, levando em conta o ambiente sócio-econômico partilhado pelos envolvidos no processo com vistas à construção da cidadania.

Num sentido crítico, intelectuais passaram a defender a utilização das tecnologias da comunicação em favor de um processo educativo que, por meio da utilização da metodologia problematizadora de Paulo Freire, promovesse a possibilidade da promoção do protagonismo dos oprimidos então sujeitos às injustas condições impostas pelo sistema capitalista e pudesse contribuir para a reflexão, a consciência crítica, o empoderamento e a solidariedade. A ideia do MEB e que esteve presente em muitas iniciativas de RadCom era de que os ouvintes, através de movimentos sociais organizados ou não, se tornassem produtores ou interlocutores e fosse implantado um tipo de rádio que pudesse se tornar um serviço e um instrumento de organização popular. O MEB reflete a preocupação de parte da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), articuladora do movimento, e de movimentos sociais quanto às injustiças sociais, especialmente, no campo, entre elas o analfabetismo e a necessidade de pensar mudanças estruturais na sociedade e que só se efetivariam com a participação popular e com sujeitos conscientes da realidade em que estão inseridos.

Os meios já não mais são vistos como protagonistas, mas potenciais espaços onde sujeitos interagem e podem produzir conhecimento e consciência crítica. O modelo tradicional de emissão radiofônica deixava de se caracterizar como um ofício de especialistas, mas, doravante, grupos organizados passam a exercer o direito de se valer de meios de comunicação de massa para se aproximarem uns dos outros, “identificando o que tinham em comum no modo de viver e, especialmente, nas condições de trabalho e no tipo de relações que mantinham com seus patrões” (LIMA; SOARES, 2016, p. 60).

Para Fávero (2006), o que diferenciou o MEB foi a introdução da cultura popular nas aulas radiofônicas e uma maior participação dos ouvintes no processo de produção. Eram produzidos, por exemplo, cursos de geografia e história da comunidade, sobre o fenômeno da seca, educação de base cooperativista, higiene e saúde, matemática moderna, dentre outros. Foi introduzida a preocupação com a mobilização social. Em encontros presenciais, discutiam-se as lições e seus significados no cotidiano, e não apenas os conteúdos como propunha o modelo centralizador e unidirecional de outros programas semelhantes, como o SIRENA<sup>88</sup> e o Minerva<sup>89</sup>. Essas experiências educativas pelo rádio, que contaram com o

---

<sup>88</sup> SIRENA (Sistema Rádio-Educativo Nacional) criado em 1958 e que consistia na produção e distribuição de cursos elementares de alfabetização, educação sanitária e agricultura destinados às populações do interior do país. Foram criadas escolas radiofônicas com grupos de escuta e explicação presencial. As lições eram em áudio e impressas. No entanto, não deixavam espaço para que o “explicador” dialogasse com a realidade dos seus alunos. As experiências do SIRENA foram muito criticadas “pela centralização da produção das aulas e pela

apoio e/ou influência da Igreja Católica, enraizaram diversas experiências de Radiodifusão Comunitária que se espalharam pelo Brasil.

A vertente *livre*, também denominada *autonomista* por Malerba (2016, p. 311), é marcada por iniciativas juvenis e universitárias e tem também uma conotação fortemente política. Isto quer dizer que, mesmo as ações isoladas, como foi o caso daquela que é considerada a primeira Rádio livre do Brasil, a *Rádio Paranóica*, colocada no ar em fevereiro de 1971 e fechada de forma violenta seis dias depois de entrar em funcionamento pela polícia sob a alegação de que poderia ser uma ação comunista com o objetivo de desestabilizar o regime militar, e outras similares, ou seja, mesmo as experimentações radiofônica mais inocentes, são ressignificadas “política e verticalmente no momento em que o Estado reprime e nega um direito humano fundamental que, ao contrário, deveria promover” (MALERBA, 2016, p. 13). A eclosão das Rádios livres em finais da década de 1980 e início de 1990 gera posteriormente muitas tipologias de emissoras, que vão desde os grupos anarquistas que utilizam o rádio para divulgar suas ideias libertárias, até a proliferação em grande escala e em velocidade espantosa, das emissoras de caráter evangélico, que “formam um grupo fechado, quase à parte de todo o movimento de Rádios livres, ainda que algumas se juntem ao movimento pela democratização da comunicação” (MALERBA, 2016, p. 15).

Por fim, o autor identifica uma vertente, denominada *Comunitária*, marcada por um projeto político consistente, que foi capaz de desencadear experiências coletivas plurais e com um enfoque que vai, não se distanciando do plano das desigualdades sociais, econômicas e políticas (sem que elas sejam excluídas do debate), trabalhar fundamentalmente no terreno da diversidade e sua possibilidade de expressão e reconhecimento. Uma matriz que extrapola os movimentos populares, embora eles continuem em muitos casos a se configurar como tais ou a representar um canal de comunicação desses movimentos, ou ainda, no mínimo, a ter vínculos orgânicos com os mesmos. Nesse sentido, as experiências radiofônicas que passaram a ser denominadas “Comunitárias” abarcam um leque mais amplo de atores e bandeiras como participação, democratização da comunicação, pluralidade/diversidade e minorias.

---

inadequação às necessidades da população rural” (FÁVERO, 2006, p. 37). O conceito de educação presente neste universo ainda está muito ligado à ideia de escolas radiofônicas, visto que durante muito tempo, emissões radiofônicas foram utilizadas para transmitir educação formal, isto é, aulas pelo rádio.

<sup>89</sup> Em 1967, já durante o Regime Militar, foi implantado o Projeto Minerva considerado o mais abrangente programa de ensino formal pelo Rádio do Brasil. Mais do que atender aos seus objetivos iniciais que indicavam que ele deveria destinar-se à complementação do sistema oficial de ensino, atuou como um substituto, uma vez que ao se inscrever no programa os alunos poderiam prestar exames a fim de serem certificados com diplomas de 1º e 2º graus (cursos supletivos). Os pontos de escuta e a formação dos monitores eram de responsabilidade dos Estados. Para Pereira Filho (2010, p. 20) o rádio, neste sistema, “funciona como um ‘professor eletrônico’, a exibição do programa é para o aluno o início do processo de ensino-aprendizagem. Geralmente é elaborado por uma equipe extragrupo, de retaguarda, e na frente do Rádio ficam os alunos/ouvintes ou potenciais aprendizes”.

A partir dos 1980, o termo *Comunitária* procurará “unir o disperso”, mas mantendo suas singularidades: se a maioria das experiências surgidas nos 60/70 estiveram impulsionadas por quadros marxistas e cristãos, as rádios que expressam esta perspectiva [comunitária] terão como protagonistas grupos (...) que farão comunicação alternativa desde outro lugar e com outros objetivos. (...) Não que tais bandeiras já não estivessem anteriormente presentes, mas sob o leque do comunitário novos sujeitos passam a protagonizá-las. É quando começa a aparecer no campo da rádio alternativa um enfoque que vai se distanciando [alargando] do plano das desigualdades sociais, econômicas, políticas para trabalhar fundamentalmente no terreno da diversidade e sua possibilidade de expressão e reconhecimento (MALERBA, 2016, p. 323).

De todo o modo, independentemente da matriz à qual a iniciativa ou a experiência esteja atrelada, é possível afirmar que o movimento carrega em seu projeto uma dimensão eminentemente político-comunicacional e educativa. Configura-se, outrossim, em segundo lugar, conforme Cogo (1999, p. 32), em reação ao modelo convencional de comunicação fundamentado na ação mecânica de comunicação como mera transmissão de fontes ativas para receptores passivos, sistema cimentado num processo comunicativo, de modo geral, rígido, verticalizado, unidirecional, verbalista e não participativo, características marcantes dos convencionais meios de comunicação de massa comerciais. Uma comunicação de resistência, de contestação ao sistema vigente de comunicação de massa, acusado de ser utilizado como instrumento de manipulação e de controle social, cultural e econômico e de propagação de uma cultura massificada.

Ademais, levando em conta que o século XX pode ser caracterizado como um tempo em que as mídias se convertem em esferas privilegiadas de gestão das demandas e das reivindicações políticas e culturais das sociedades contemporâneas, o modelo de comunicação de massa soterra ou compromete os discursos daqueles que não controlam os meios de comunicação e exclui, dessa maneira, ou sonega do debate público o acesso a temas e visões de mundo que não têm simetria com os discursos hegemônicos.

Na sua raiz, esses movimentos estão imbuídos de um ideal libertário e atuam com vistas à construção de uma sociedade mais igualitária e socialmente justa. Esse ideal passaria inevitavelmente pela ocupação ou criação de espaços de comunicação social. Para Gimenez (1979, p.60 *apud* PERUZZO, 2008, p. 370), esse movimento “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”. Considerando que os sentidos de um fenômeno também se constituem em oposição a outros (ao mostrar-se a si mesmo evidencia seu contrário), os movimentos de RadCom carregam em sua constituição histórica uma dimensão crítica em relação aos processos comunicativos que se fundamentam na transmissão de conteúdos de um pólo ao outro, sejam eles mediados tecnologicamente ou não.

Inúmeras foram as emissoras que se desenvolveram em contextos diferenciados na Europa e na América Latina. Estas experiências, ao serem observadas a partir de seus objetivos e significados, nos possibilitam uma noção alargada da amplitude, da complexidade e da historicidade do movimento, bem como suas repercussões no campo da comunicação e da educação.

As primeiras experiências de radiodifusão alternativa de que se tem notícia ocorreram na década de 1920, na Europa. “Presume-se que a primeira rádio livre tenha sido uma emissora sindical que, em 1925, foi ao ar na Áustria” (PERUZZO, 2004, p. 241). Ainda em 1941, na Espanha, foi colocada em funcionamento a *Rádio Espanha Independente*, com o objetivo de estabelecer um enfrentamento à ditadura franquista. As primeiras experiências efetivas de radiodifusão livre no continente europeu parecem ter sido encampadas por movimentos de resistência, combativos e por entidades que congregavam trabalhadores organizados, ainda que de forma embrionária.

Estas experiências pontuais surgiram no início do século XX, mas é a partir da década de 1970 que começa a emergir um movimento mais consistente, mesmo que não organizado, mas com uma pluralidade de facetas. Inicialmente começam a ser colocadas no ar emissoras que se posicionaram de forma alternativa ao monopólio estatal de comunicação de massa. Estas experiências podem ser divididas em dois grupos. Havia aquelas que tinham interesses comerciais, visavam à exploração do espaço como um negócio lucrativo, assemelhando-se ao fenômeno existente na mesma época nos Estados Unidos. E outras experiências radiofônicas absolutamente inéditas, “dirigidas para uma autêntica gestão alternativa da informação e para o exercício direto da democracia, através de sua ligação com movimentos contestatórios” (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 63<sup>90</sup>), visando romper ou subverter o fluxo de informações geradas pelos porta-vozes do poder.

Neste cenário, a que ganhou maior notoriedade na Itália por seu ativismo no movimento e que ficou, além disso, famosa pela sua atuação contra a repressão aos estudantes no âmbito das universidades e contra o monopólio da Rádio e TV Italiana (RAI), foi a *Rádio Alice*, fundada em 1976 em Bolonha. Colocada no ar por um grupo diretamente dedicado à ação política, a *Alice* caracterizou-se, antes de tudo, pela recusa em assumir uma postura político-partidária definida em termos convencionais e por trazer a público temas para debate amaldiçoados pela época, como o corpo, o desejo, a preguiça. “Seus articuladores buscavam interromper a transmissão de informações políticas produtivas e subverter o fluxo de

---

<sup>90</sup> Um dos primeiros e referenciais livro sobre o tema no Brasil: MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres: a Reforma Agrária no ar*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

produção e circulação de signos emitidos pelas várias instâncias de poder” (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 69). Segundo Machado, Magri e Masagão (1986) a emissora utilizava a linguagem ora em sua forma instrumental, visto que os microfones eram abertos aos ofendidos de toda a espécie, ora a experiência da linguagem se dava em sua dimensão poética e reinventada numa perspectiva criativa, mas em outros momentos explodia como uma “operação de guerrilha no seio das mídias dominantes” (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 70) transmutando a lógica da circulação de mensagens no espaço eletromagnético<sup>91</sup>.

A Rádio *Alice* atuou de forma intensa nas manifestações estudantis ocorridas em 1977 em Bolonha, que resultaram em confrontos violentos entre estudantes e o governo, operando de forma transversal em todas as mobilizações, transmitindo informações ao vivo, a partir de comunicados enviados pelos próprios estudantes envolvidos, ora noticiando a movimentação da polícia e dos focos de repressão, ora informando e esclarecendo os objetivos do movimento a fim de conquistar adeptos ao movimento. A atuação da emissora no movimento foi considerada intolerável por parte das autoridades policiais e ela foi invadida e silenciada em março daquele mesmo ano. A invasão foi reportada ao vivo até o último momento. Seu exemplo fez florescer outras tantas *Alices* pela Europa, o que fez com que seu slogan fosse revigorado em diversos outros locais: “Que cem flores murchem! Que mil transmissores floresçam” (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 71). Apesar dos imensos problemas, as experiências de radiodifusão livre na Itália serviram como pontos de referência quase que obrigatórios para todas as tentativas posteriores que procuraram reinventar o rádio numa perspectiva alternativa, coletiva e discursivamente pedagógica.

Em Portugal, nos anos 1970 e 1980 desenvolveu-se um fenômeno intenso, e que segundo Eco (1982) esteve inserido em uma nova era, caracterizada pela liberdade de expressão, baseada na palavra direta e de livre acesso, marcada pelos chamados meios de comunicação de proximidade, as Rádios Livres<sup>92</sup>. As Rádios Livres em Portugal nascem “num

---

<sup>91</sup> “L’única regola di Radio Alice era: tutto deve basarsi sulla creatività e sulla spontaneità. Non ci deve quindi essere alcun tipo di filtro o di censura nei confronti di persone, linguaggi o idee; non ci deve essere nessun tipo di struttura organizzativa o un palinsesto predefinito. Lo slogan era: dare voce a chi la voce non l’ha avuta mai”. “A única regra da Rádio Alice era: tudo deve ser baseado na criatividade e na espontaneidade. Portanto, não deve haver qualquer tipo de filtro ou censura contra pessoas, linguagem ou ideias; não deve haver nenhum tipo de estrutura organizacional ou cronograma definido. O slogan era: dar voz àqueles que nunca tiveram voz” (Tradução nossa). Depoimento de um dos idealizadores da Rádio Alice para o Documentário *Alice è in paradiso* de Guido Chiesa de 2002. Disponível em <http://www.artribune.com/progettazione/new-media/2016/02/documentario-radio-alice-bologna-anni-settanta/>. Acesso em: 7 mar. 2017.

<sup>92</sup> Depois de instituída a legislação que regulamenta o serviço no ano de 1988, as que se ajustaram aos critérios e exigências estabelecidas pela lei foram enquadradas na categoria de *Radiodifusão Sonora Local*, ou simplesmente, Rádios Locais.

contexto pós-revolucionário impulsionadas pela liberdade de expressão entretanto conquistada no país e que tinham como objetivo a criação de um palco para o discurso alternativo e de caráter local” (BONIXE, 2012, p. 315). No caso português, foi a aproximação às comunidades locais que caracterizou o fenômeno nos primeiros anos da sua existência e numa perspectiva nomeada de *medium* democrático. Tal concepção remete-nos para um cenário em que “as rádios locais significariam um palco alternativo para o debate das questões públicas e que normalmente não são difundidas pelos *media*<sup>93</sup> pertencentes ao Estado ou aos grandes grupos econômicos” (BONIXE, 2006, p. 158). Segundo Bonixe (2012a, p. 46), as “Rádios Locais portuguesas representaram, e em alguns casos ainda representam, importantes veículos de expressão do sentir das populações locais, ora tratando os assuntos mais próximos, ora abrindo os microfones para a participação direta dos ouvintes”.

Movimentos com características análogas, mas nascidos num espaço próprio e com traços e caráter singulares, portanto, com matizes próprias, ocorreram na América Latina, onde diversas emissoras livres atuaram em períodos de guerra ou estiveram nas mãos de sindicatos, movimentos sociais organizados ou mesmo espontâneos. Ou seja, o surgimento e a proposta política de constituição e manutenção de emissoras de radiodifusão livres no continente estiveram muito ligados às lutas revolucionárias e sindicais.

Este foi o caso das rádios mineiras na Bolívia. As experiências pioneiras da *Rádio Sucre*, assim como muitas outras, por exemplo, a *Bolívar* e a *Voz do Mineiro*, surgem no cenário revolucionário de 1952, e são deveras significativas, visto que, atuando ao lado dos mineiros bolivianos, se convertem em núcleos de aglutinação política e cultural desses trabalhadores. As Rádios mineiras bolivianas caracterizavam-se por uma programação de resistência, transmitindo informações sindicais e esportivas, bem como apresentavam o cotidiano do universo cultural dos mineiros amalgamado com a divulgação da luta sindical propriamente política. Segundo Machado, Magri e Masagão (1986, p. 101) outra questão importante a se destacar é a passagem de um plano de escuta de oposição, palavra de oposição, para uma prática da oposição, uma prática em que a própria comunidade é engajada.

Em Cuba também se desenvolveu uma experiência de radiodifusão que serviu como instrumento de combate e uma arma de resistência. Trata-se da *Rádio Rebelde*, idealizada por Che Guevara, em 1958. Através da emissora cubana, a população tinha acesso a informações distintas daquelas emitidas pelo governo de Fulgêncio Batista e ficava “por dentro” das ações

---

<sup>93</sup> No contexto e no cenário lusófono português utiliza-se o termo “os *Media*” para designar este conjunto de plataformas de produção, distribuição e consumo de conteúdos por meios tecnológicos. Poderíamos traduzir para o português do Brasil como “os Meios de Comunicação” ou “as Mídias”.

dos rebeldes. Mesmo que seja possível questionar os fundamentos das propostas do levante popular afirmados pela revolução cubana, a existência de um meio de comunicação através do qual vozes dissonantes das oficiais podiam ser ouvidas, rompe com o monopólio de dominação por séculos das oligarquias espanholas. Che, em um discurso, apresentado por Machado, Magri e Masagão (1986, p. 96), afirma o potencial e a força da palavra. Disse ele: “[...] num momento em que todos os habitantes de uma região ou de um país ardem na febre de combater, a força da palavra aumenta essa febre e se coloca a cada um dos combatentes. Ela explica, ensina, excita, determina entre amigos e inimigos as futuras posições”. Para ele, uma pequena verdade, mesmo quando tem pouco efeito, é preferível a uma grande mentira vestida de gala. Nesse sentido, a experiência cubana aponta para o fato de que um meio de comunicação alternativo pode assumir eficazmente o papel de elaborar uma contra-informação ou fazer desmoronar o edifício da posição ou das posições oficiais, favorecendo a elaboração plural dos significados. As ondas hertzianas transformam-se em campo de batalha ideológico-semântica.

Movimentos de caráter alternativo em cenário de guerra civil também puderam ser vistos na Nicarágua e em El Salvador, onde as emissoras de Rádio livre de certo modo mostram a força popular em países que vivem historicamente processos de conflitos intensos. A produção dos discursos e os conteúdos emitidos por essas emissoras ocorrem em um clima de guerra, em regiões onde há pontos controlados pelo governo e outros controlados pelas guerrilhas, além daqueles que podem ser considerados “terra-de-ninguém”. Na década de 1980, destacaram-se a *Rádio Farabundo Martí*, da Nicarágua, e as *Rádios Venceremos* e *Unidad*, de El Salvador. As populações costumavam se engajar na defesa e manutenção destes canais de comunicação, visto que eram considerados como formas de resposta aos bloqueios à liberdade de informação e difusão de ideias alternativas àquelas impostas pelos regimes militares ou mesmo pelas milícias que controlam o país. Também, na década de 1980, foi implantada na Colômbia a *Rádio Sutatenza*, precursora das rádios educativas colombianas, inclusive inspirando movimentos semelhantes no México, no Peru e no Brasil. *Rádio Educativa*, como ficou conhecida a emissora, tinha por objetivo maior a educação informal a distância dos camponeses e foi precursora das conhecidas *radioescolas* no país.

Com esse ideário, eclode, assim, uma quantidade imensa de emissoras de radiodifusão alternativas no período (início da década de 1970) na América Latina, em meio a uma conjuntura de insatisfação profunda por parte dos movimentos sociais organizados e de acentuadas restrições às liberdades de expressão. Foi quase “como se dissesse um ‘basta’ à concentração absoluta dos veículos de comunicação de massa nas mãos dos grandes grupos



controladores do poder econômico e político e, ao mesmo tempo, um ‘precisamos do rádio para fazermos programas voltados para o desenvolvimento de nossas comunidades’” (PERUZZO, 2004, p. 222).

Neste horizonte, sujeitos marginalizados nos processos de produção da comunicação de massa criam seus próprios canais de comunicação social numa tentativa de ampliar os debates sobre os problemas do seu cotidiano e na reelaboração de modos de ver o mundo.

#### **5.4 Possibilidades e constrangimentos na compreensão do fenômeno e na composição dos discursos em ambientes de RadCom relacionados à legislação**

O texto legislativo estabelece formas mais ou menos estáveis e mecanizadas de definição e ordenamentos prescritivos, ainda que, por sua natureza, se mostre limitado e em consequência disso sempre insuficiente no sentido de abarcar a totalidade dos sentidos do acontecimento, mesmo que se aproxime do objeto a que se refere. A legislação é uma tradução de vontades, de consciências e de enunciados temporais, espaciais e valorativos, e, portanto, por princípio, não ideologicamente neutra. É um texto marcado por ecos e vozes sociais que se enfrentam numa arena jurídica, num campo de batalha concreto, num mundo (re)feito pela linguagem. Não é possível uma sinalização “pura” da realidade, pois a redação de qualquer texto legislativo é orientada pelo contexto e pelos discursos ideológicos em que sua construção está envolvida. É possível compreender a lei a partir de sua orientação em um contexto específico e em uma situação específica onde as palavras assumem sentidos enquanto signos sociais e elementos visíveis destes embates. Portanto, o texto legislativo é um gênero do discurso que carrega consigo diversos discursos outros (sociais, políticos, culturais, econômicos, etc.), uma memória do passado e uma expectativa quanto ao futuro. Nele (no texto da lei), diversas vozes se encontram, inspiram, influenciam, divergem ou convergem, atendem ou antecipam vozes do passado e do futuro e os interesses e expectativas dos atingidos pela respectiva legislação enquanto destinatários.

Ao tratar da constituição da historicidade do fenômeno da Radiodifusão Comunitária é de extrema relevância voltar nosso olhar de maneira atenta às possibilidades e constrangimentos impostos pela legislação que instituiu e rege o serviço e que impactam fortemente nos processos discursivos nestes espaços de comunicação. No caso específico da RadCom, por mais burocrática, limitada, tradicional ou legalista que possa parecer esta legislação, exprime em parte um movimento de embate de posições, de forças políticas e vozes dissonantes e antagônicas social e historicamente localizadas. De forma alguma isto

implica dizer que a multiplicidade de vozes que participaram na elaboração da lei (e nas suas modificações) estiveram (ou estão) em iguais condições no enfrentamento ideológico que resultou na elaboração do texto legislativo. É preciso perceber que a própria representação político-legislativa é sempre desigual e também reflete as forças econômico-sociais que atuam no cenário político, forças que tendem a manter desequilibrado o confronto. E mais ainda, o texto nunca está “morto”, não é uma obra fechada, um mundo sem lutas ou mudanças. Isso decorre da própria natureza da palavra que busca sempre ser ouvida, respondida, reapreciada. Ele se renova constantemente a partir da complexidade dos sujeitos e dos contextos nos quais incide sua aplicabilidade numa situação concreta, real.

Não se pode negar a existência da luta pela constituição do enunciado e do sentido. Não há consensos definitivos nos enunciados da lei, mas conclusões provisórias e incompletas e um diálogo que se revela permanente. Não significa dizer, por outro lado, que há uma luta entre o bem e o mal. Não existe um maniqueísmo, mas um pluralismo, uma relação complexa, inconclusa, mesmo que numa perspectiva não horizontal no tocante à sua autoria tendo em vista o cenário de hierarquias e convenções sociais, classistas, em que estas batalhas semânticas são travadas. Cada ideia é uma ideia de alguém, de algum grupo, e situa-se em relação a um sujeito que a carrega, numa multiplicidade de pontos de vista, estreitamente relacionados com um horizonte a que visa. Significa dizer que a multiplicidade de vozes que estão contempladas em maior ou menor grau na redação da legislação em vigor, nos seus princípios constitutivos (ser e dever ser) e ao que ela se refere e contempla, continuam a anunciar as posições que as engendram.

Em nosso caso, no tocante à implantação de uma legislação relativa às RadCom, de um lado estão as entidades empresariais e deputados<sup>94</sup> ligados ao setor da comunicação que respondem pelo controle político e econômico dos canais de comunicação de massa no país e dos discursos veiculados nestes meios. Tais forças sempre possuíram e possuem um *lobby* titânico no Congresso Nacional, e agem, em grande medida, no sentido de evitar qualquer mudança na legislação vigente que restrinja sua influência sócio-política na sociedade e impacte negativamente em seus ganhos financeiros. Neste sentido, mesmo admitindo o imparável crescimento do movimento das rádios livres surgidas na década de 1970 esforçaram-se ao máximo para restringir sua atuação.

---

<sup>94</sup> No período da tramitação da lei, 70% (40 dos 51) dos parlamentares membros da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática no congresso onde os debates sobre a regulamentação do serviço de Radiodifusão Comunitária foram travados eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (COSTA; HERMANN JUNIOR, 2008, p. 104). Segundo Coelho Neto (2002, p. 29), este dado afigura-se como um indício de que o tema não está preso a um aspecto de legalidade, mas também a contingências políticas e econômicas.

Constituindo-se como outra instância, temos o Estado, enquanto força legalmente instituída em uma sociedade democrática, responsável, pela sua natureza republicana, por promover e assegurar o acesso à informação e à liberdade de expressão e com o dever de regular a distribuição equitativa do espectro radioelétrico no sentido de ampliar as oportunidades de participação democrática da sociedade civil. No entanto, muitas vezes o Estado é aparelhado por grupos que se apropriam dele e que utilizam seu poder e recursos para proteger interesses políticos e econômicos setoriais, o que pode acentuar a desigualdade na distribuição e controle das ondas eletromagnéticas.

Sob outra perspectiva, neste embate estão mobilizados grupos periféricos, marginalizados em se tratando de meios de comunicação, organizados ou não: representantes de movimentos sociais, religiosos e políticos com a participação de intelectuais de diversas correntes políticas; entidades sindicais; grupos de resistência ao monopólio da comunicação e defensores da democratização da comunicação<sup>95</sup> que enxergaram e enxergam na comunicação comunitária oportunidades de ampliar os mecanismos de participação popular e cidadã e um precioso espaço pedagógico no sentido de formação política das populações, especialmente às excluídas e condenadas até então ao ostracismo; e representantes de populações marginalizadas socialmente como camponeses, imigrantes, negros e populações de baixa renda. Grupos heterogêneos em sua constituição e representando uma pluralidade complexa de posições ideológicas e sócio-políticas. Neste cenário é que a legislação brasileira acerca da RadCom foi gestada<sup>96</sup>, depois de um longo período em que reinou um vazio legal.

A legislação brasileira começou, portanto, a reconhecer e conceituar tardiamente o fenômeno da radiodifusão livre<sup>97</sup> e seu marco institucional. Se, por um lado, instituiu

---

<sup>95</sup> Não por acaso o slogan do movimento pela democratização dos meios de comunicação nos anos 1980 era: “*Reforma Agrária no Ar*”. Silvio Mieli, jornalista e professor da faculdade de Comunicação e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), em entrevista ao Jornal Brasil de Fato afirma que a concentração de poder nos meios de comunicação é um espelho da (análogo à) concentração fundiária. “Os primeiros grilaram terras públicas ou compraram terras de grileiros. Os últimos se apossaram do espectro eletromagnético por favorecimentos políticos e pelo poder econômico, ou ambos os casos.” A entrevista completa está disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/10978/>. Um dos primeiros textos que trata do movimento das rádios Livres: MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres: a Reforma Agrária no ar*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, contempla em seu título este slogan e acrescenta: “Piratas são eles: nós não estamos atrás do ouro”. O livro completo pode ser acessado em <https://dodopublicacoes.files.wordpress.com/2009/03/radioslivres.pdf>.

<sup>96</sup> É importante que conste pelo menos alguns dos momentos marcantes neste processo que desembocou na discussão e elaboração da Lei de 1998. Em 1989 foi realizado o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, quando aparece pela primeira vez a expressão “Comunitária” que acabou sendo adotada por todas as correntes do movimento. Em 1990 começaram a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação. Em 1991 foi lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres. Em 1993 o movimento de rádios livres entrou oficialmente para a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

<sup>97</sup> Rádio Livre é aquela que entra no ar sem permissão legal, ou seja, ocupa certa frequência do *dial* mesmo sem possuir (as vezes nem mesmo pedir) a concessão de canal a órgãos governamentais competentes.

legalidade aos movimentos, sob outro ponto de vista, estabeleceu uma “mordação” ao desenvolvimento do serviço e à constituição de espaços alternativos de comunicação. A legalização se deu em 1998, com a Lei nº 9.612<sup>98</sup>, pela qual foi criada a figura da Radiodifusão Comunitária, caracterizada desde então como: “radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço” (BRASIL, 1998). É desta maneira que o marco legal conceitua, sob a perspectiva do discurso legislativo, a RadCom.

É preciso sempre atentar para o fato de que, primeiro, conforme afirmam Brock e Malerba (2013, p.1), não se pode definir com uma resposta única a pergunta acerca do que é uma Rádio Comunitária, “pelo contrário, Rádios Comunitárias são experiências sempre singulares e apresentam diferentes trajetórias de práticas e conceitos”. Ou seja, não se pode reduzir as múltiplas experiências no campo da RadCom a um conceito pleno e acabado. Até porque não é razoável diluir os sentidos em conceitos. Determinar uma identidade conclusiva é sempre, pois, uma armadilha. Isto significa dizer que o enunciado legislativo que define sob o viés legal o serviço de RadCom é apenas uma abstração, dentre as muitas possíveis, e não uma definição finalizada, concreta e real do fenômeno. O significado que ele produz é sempre limitado. Ainda existe, para além deste, outros sentidos vivos, em formação e em mudança.

No entanto, é preciso levar em conta que a perspectiva legal, mesmo dado o seu aspecto abstrato e inconcluso, é elemento constitutivo de um quadro contextual que se impõe enquanto parte das dinâmicas, das lógicas e das condições de produção dos discursos que por ali circulam.

O escopo da lei que delimita uma noção de RadCom se realiza a partir de dadas condições de uma determinada época, mas não pode ser totalmente explicado ou deduzido de tais condições, pois foi preparado antes do seu nascimento e continua a “viver” e a desenvolver-se após o seu nascimento, ressoando em cada época e cultura. Nesse sentido, mesmo que o conceito legal trate acerca do fenômeno, ele próprio é restritivo e, para a realidade atual, obsoleto<sup>99</sup>, visto que não contempla em sua descrição as tonalidades político-sociais do movimento, muito menos os aspectos educativo-ideológicos que estão na origem

---

<sup>98</sup> A Lei 9.612/1998 na íntegra está disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm).

<sup>99</sup> A Lei praticamente permaneceu inalterada desde sua criação em 1998. As únicas alterações efetivas da lei brasileira de Radiodifusão Comunitária ao longo destes quase 20 anos foi o projeto de lei que ampliou seu prazo de outorga de três para dez anos (Lei 10597/02) e a Portaria 4334/2015 que alterou em alguns pontos o processo de concessão e da renovação do serviço. Para Coelho Neto (2002) é impossível julgar o hoje reduzido a ótica do passado lembrando o fato de que o Direito está sempre defasado no tempo e no espaço. No entanto o autor ressalta que a vanguarda conta hoje com uma aliada importante, a tecnologia, que está a frente do Direito virtualizando as ações que extrapolam o primarismo do escrito e combatem dogmas antigos.

da proposta desse tipo de processo de comunicação. Além do mais, a legislação não abarca ou protege a diversidade de práticas e experiências que constituem a comunicação popular e alternativa em âmbito político e ideológico e que proporcionam formas mais plurais de comunicação dirigida por e para pequenos grupos e centrada nos aspectos combativos dos movimentos sociais e que hoje, aos poucos, vão incorporando novos conteúdos e linguagens<sup>100</sup>.

Até a aprovação da lei 9.612/98, as rádios livres e comunitárias (hertzianas<sup>101</sup> ou de alto-falantes<sup>102</sup>) se encontravam numa situação definida por alguns juristas como "alegal". Exerciam o direito de emissão amparados pela Constituição Federal de 1988 especialmente em seu artigo 5º (inciso 9º) que diz: "é livre a expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença" (BRASIL, 1998), mas não tinham uma regulamentação específica. O atraso na regulamentação contribuiu para o aparecimento do estigma ou rótulo de "ilegais", "clandestinas" ou mesmo "piratas"<sup>103</sup>, que passou a fazer parte da trajetória das emissoras. Preconceito amoldado, inclusive através de bombásticas campanhas difamatórias e boatos catastróficos, sem que, até hoje, se apresente uma única prova. Algumas campanhas chegaram a afirmar que emissões advindas de rádios livres e comunitárias teriam potencial para interferir nas comunicações entre torres de comando dos aeroportos e os aviões, pondo em risco o tráfego aéreo, ou que poderiam afundar navios e interferir em serviços de emergência<sup>104</sup>.

---

<sup>100</sup> Para Peruzzo (2006, p. 7), em decorrência das dificuldades para se fazer demarcações precisas consistentes entre ambos os processos, é aconselhável captar as experiências e teorizar sobre elas a partir de casos concretos.

<sup>101</sup> É o formato utilizado pela radiodifusão convencional. Baseada em uma estação de rádio (transmissora) que possui estúdios, equipamentos, técnicos e um aparelho chamado transmissor que se encarrega de transformar as emissões dos locutores, músicas e outros sons em ondas eletromagnéticas que são enviadas para a atmosfera através de uma antena. O rádio (receptor) é um aparelho que tem a função de receber estas ondas eletromagnéticas através de sua antena e transformá-las em sons compreensíveis ao ouvido humano. Ambas tem alcance limitado de sinal. Atualmente podemos falar ainda das Web Rádios. São rádios digitais que realizam sua transmissão exclusivamente via Internet.

<sup>102</sup> Experiências de comunicação sonora alternativa que se caracterizaram por transmitir a programação radiofônica através de caixas de som e bocas amplificadoras instaladas geralmente em postes. Modelo praticamente extinto nos dias atuais. O sistema de alto-falantes era chamado ainda de Rádio-corneta ou de Rádio-poste.

<sup>103</sup> A diferença de Rádio Livre e Rádio Pirata é discutida por diversos autores. Santos (2014) afirma que "as nominadas 'piratas' eram aquelas que emitiam sinais de rádio diretamente de barcos na costa de países europeus onde a publicidade era proibida nas emissoras estatais – as únicas existentes até então. Como os transmissores ficavam situados dentro de barcos, e estes estampavam bandeiras, acabavam lembrando os antigos navios piratas. Daí surgiu este rótulo" (SANTOS, 2014, p. 87). Conforme Machado, Magri e Masagão (1986) estas emissoras eram piratas também em um outro sentido: buscavam o ouro através da conversão do rádio num veículo comercialmente lucrativo. Eram financiadas basicamente por multinacionais como a Ford, Lever ou a American Tabaco que tinham interesses no mercado europeu e precisavam fazer com que seus informes publicitários perfurassem o todo poderoso monopólio estatal das telecomunicações vigentes na Europa em meados do século XX.

<sup>104</sup> Um alerta que ainda permanece publicado no site da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), entidade que congrega as emissoras de rádio e TV comerciais no Brasil, dirigido aos seus associados,

Estas campanhas difamatórias e sistemáticas encampadas e patrocinadas por instituições favoráveis à continuidade dos monopólios da comunicação comercial e do modelo mercadológico do sistema midiático brasileiro não só aterrorizam a população menos informada, mas também influenciam na postura de repressão dos órgãos fiscalizadores, bem como cooptam e condicionam, em diversas situações, a produção dos discursos produzidos em emissora comunitárias, dado o caráter ameaçador e catastrófico destes discursos. Com uma boa dose de ironia, Coelho Neto (2002) indica um trecho do relatório da Frente Parlamentar em defesa das Rádios Comunitárias onde consta que:

[...] cada um desses serviços (telefonia celular, aviões, ambulâncias, navios) opera dentro de uma faixa de frequência. As emissoras comunitárias operam na faixa de 89,9 a 108 Mhz. Se algum sinal aparece fora desta faixa é uma falha de equipamento que não interessa a ninguém. Afirmer que põe em risco milhares de vidas é, no mínimo insensatez, uma agressão à inteligência. Enfim, se Rádio Comunitária derrubasse avião, terrorista não comprava bomba e nem se preocupava em colocá-la dentro de aeronave, comprava um transmissor de FM (COELHO NETO, 2002, p. 85).

Em meio a esse cenário é que foi instaurado no Brasil um projeto radiofônico de proximidade de modo muito particular em um horizonte social e ideológico que marca sua constituição histórica e sua configuração conceitual. Primeiro, pelo fato de atribuir às fundações e associações comunitárias (Art. 1º<sup>105</sup>) e não a empreendedores individuais a competência e autorização para prestarem o serviço, emitirem programação e realizarem o gerenciamento da emissora. Todo esse processo, desde a implantação até a avaliação da programação, deve ser acompanhado por um Conselho Comunitário<sup>106</sup> (Art. 8º), composto por pessoas de entidades representativas da comunidade local. Essa ferramenta tem como objetivo aferir o acompanhamento do projeto comunicativo na prática cotidiana, considerando o atendimento aos interesses da comunidade e garantindo ao maior número possível de vozes o

---

solicita o apoio dos radiodifusores nas ações de fiscalização às chamadas “rádio piratas” e afirma que “a atuação de rádios piratas desorganiza o espectro radioelétrico, interfere em serviços de segurança pública e de controle do tráfego aéreo, principalmente durante o pouso e a decolagem de aeronaves, momentos críticos da operação”. A campanha publicitária está disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/2013-05-22-13-33-19/2013-06-08-04-03-27>. Acesso em: 13 dez. 2017). No mesmo espaço a Associação oferece um spot a ser veiculado na programação de seus associados no qual afirma que as rádios que não se enquadram na legislação “atrapalham na comunicação de aviões, da polícia e dos serviços de saúde”, conclamando a população a não contribuir com esse “crime”. Áudio disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/bibliotecas/biblioteca-demidias/item/alerta-contra-radio-ilegal>.

<sup>105</sup> Os artigos citados referem-se à Lei nº 9.612/98 que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil.

<sup>106</sup> Definido atualmente pela Portaria 4334 de 2015, seção II, o Conselho Comunitário é um órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Composto por entidades de classe, beneméritos, religiosas ou de moradores da região de abrangência da emissora. Tem por objetivos, dentre outros, fiscalizar a programação da emissora; fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada; realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida; receber reclamações, denúncias e elogios; e produzir relatórios contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

acesso ao espaço eletromagnético disponível, a fim de que suas narrativas de mundo e seus pontos de vista também encontrem lugar para manifestação.

Outra peculiaridade do serviço está no fato de que a lei impede que a associação prestadora do serviço mantenha vínculos que, conforme o Art. 11, a “subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromisso ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais” (BRASIL, 1998), proibindo proselitismos de qualquer natureza. Ou seja, ninguém deve falar por elas e ninguém deve, por elas, ser impedido de falar.

Há uma intencionalidade ressonante na legislação no sentido de tentar garantir que a multiplicidade e a complexidade de ideias, posições políticas, hábitos culturais, presente na realidade local em que as emissoras estão inseridas sejam representadas e contempladas nos meios comunitários de radiodifusão. Do mesmo modo, as emissões e os discursos que transitam nos espaços das ondas hertzianas ocupadas pelos meios comunitários não devem estar aprioristicamente atrelados ou condicionados a aspectos que tendem a diminuir ou aniquilar a pluralidade valorativa dos enunciados, mesmo que, por sua natureza dialógica, os discursos estejam ideologicamente marcados e constituídos.

Para Malerba (2016, p.536), não se pode negar os avanços resultantes da lei, ainda que restritos, para a situação geral da pluralidade e diversidade da comunicação no Brasil, visto que

[...] frente a um processo de coronelização eletrônica iniciado pelo menos desde a ditadura militar e que foi concentrando concessões de rádio e TV nas mãos das oligarquias regionais e locais, a legislação de Rádio Comunitária garantia alguma participação no cenário midiático de grupos antes aliçados dos meios massivos eletrônicos: ainda que isso fosse possível na ilegalidade, a institucionalidade garantia legitimidade e não ser reprimido pelo Estado.

No que tange às finalidades do serviço de Radiodifusão comunitária (Art. 3º) a legislação preconiza, dentre outras orientações, que os veículos devem atender à comunidade beneficiada com vistas a dar oportunidade à (I) “difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade”, (II) “oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social” e (V) “permitir a capacitação e formação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível”.

Além disso, o Artigo 4º sinaliza sob quais princípios devem se nortear a programação das emissoras comunitárias, numa intenção de garantir o caráter comunitário da emissão, a saber:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias (BRASIL, 1998).

A legislação reconhece a importância da presença dos canais de Radiodifusão Comunitária visto que considera a comunidade onde uma emissora presta serviço como a maior beneficiada. No entanto, se utiliza de um conceito no mínimo discutível de comunidade, a identificando a partir de um horizonte apenas geográfico e utilizando-se de uma definição teórica negativa, ou seja, de que o serviço não deve expandir-se para além da “comunidade de um bairro e/ou vila” (§2). Esconde, implicitamente, uma definição que acarreta dificuldades e constrangimentos ao funcionamento e financiamento do meio e nega o fato de que comunidade, num sentido equidistante, abarca agrupamentos humanos vinculados por características socioculturais e/ou interesses comuns que independem ou vão muito além dos vínculos territoriais. A geografia por si só não junta as pessoas. Para Malerba (2012), é possível desconfiar dos interesses ocultos<sup>107</sup> em tal atrelamento “comunidade e território físico” quando justamente os marcos legais que aceitam uma maior amplitude do conceito são aqueles que menos impõem restrições aos meios comunitários. Segundo o autor, o Brasil possui “um dos marcos legais em Radiodifusão Comunitária mais restritivos e incompatíveis com o que é sugerido pelos padrões interamericanos de boas práticas legislativas para a diversidade, pluralidade e democracia na comunicação” (MALERBA, 2012, n.p.), especialmente no que concerne à definição legal, potência e alcance das transmissões e possibilidade de sustentabilidade. Para Kat (2014, p. 24), por um lado, os processos de outorga das Rádios Comunitárias são muito morosos e burocráticos, e, por outro, não consideram que a mídia livre e comunitária é um movimento de emancipação social e cultural que existe autonomamente e as leis são incapazes de reconhecer esta condição.

As restrições se aplicam também ao aspecto técnico. O diploma legal permite, por exemplo, uma potência máxima de 25 watts (§1 do Art.1) ou um “quilômetro de alcance”<sup>108</sup> e

<sup>107</sup> Segundo Luz (2011) o extraordinário é que coube à Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) que congrega as emissoras comerciais definir os principais dispositivos da lei. Do anteprojeto de decreto presidencial elaborado a partir do II Encontro de Rádios Livres e Comunitárias de 1996 ocorrido em São Paulo para a regulamentação da RadCom no país, só se conseguiu aprovar 10% dos itens definidos. Os bastidores e a movimentação política que antecedeu a aprovação da lei 9.612/98 é descrita por Coelho Neto (2002) no capítulo “3. Do Movimento das Rádios Comunitárias” do Livro *Rádio Comunitária não é crime* (COELHO NETO, 2002).

<sup>108</sup> Esta limitação não constava na Lei 9.612/98 e foi incluída pelo Decreto 2615 de 03 de junho de 1998 que regulamentou o serviço de Radiodifusão Comunitária.



destina um único e específico canal na faixa de frequência (Art.5)<sup>109</sup>. Ainda estabelece proibição quanto à formação de redes (Art.16) e só admite patrocínios sob a forma de apoio cultural (Art.18). Conforme Malerba (2012), é inviável que comunidades de grande extensão, como muitas das favelas metropolitanas brasileiras, sejam atendidas por uma Rádio Comunitária cujo alcance esteja limitado ao raio de um quilômetro. Se pensarmos em comunidades tradicionais amazônicas (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc.), em que muitas habitações estão distantes quilômetros entre si, essa limitação inviabiliza de início o funcionamento de uma emissora comunitária no local. Enfim, “com esse conjunto de parágrafos, no ano 1998 foi costurado um ‘colchão’ bastante estreito que não permite compartilhar os conteúdos dos programas com muitas pessoas” (MARTINS, 2014, p. 3).

No que diz respeito ainda à prerrogativa legal, Coelho Neto (2002) discute e aponta possíveis inconsistências e pontos polêmicos na Lei 9.612/98. Dentre eles, o primeiro versa sobre uma possível inconstitucionalidade da legislação no que concerne à sua competência ao afirmar que, tomando o fato de a amplitude da RadCom estar restrita a uma determinada localidade, deveria ser regida por leis municipais, e quando muito por leis federais apenas no que diz respeito a assuntos gerais, deixando as particularidades para legislações municipais. Para o autor, a interferência da União em assuntos municipais causa graves constrangimentos legais quando provoca ingerência em temas essencialmente municipais, visto que a legislação se refere aos bairros e vilas e embaraços técnicos ao ignorar as “peculiaridades geográficas locais como montanhas e outros acidentes que possam impedir a condução das ondas” (COELHO NETO, 2002, p. 125).

Nesta seara, Silveira (2000) defende a tese de que tanto o alcance da emissão quanto o perfil do serviço deve ser definido de acordo com cada realidade local. A competência municipal nestes casos é evidente, primeiro em relação ao

[...] alcance da Rádio Comunitária – que, em princípio, deve ficar vinculada aos limites do município; e, segundo, em relação ao perfil das Rádios Comunitárias que deve ser definido pelo povo do município, que vai dizer que tipo de Rádio Comunitária aquela comunidade aceita e tem como ótima para ele, porque o que é bom para o Rio de Grande do Sul, pode não ser bom para o Nordeste, o que é bom para São Paulo não é bom para o interior de Minas. A mesma lei não pode regular uma pequena cidade como Cachoeira do Sul e Porto Alegre. São realidades distintas (SILVEIRA, 2000, p. 2).

<sup>109</sup> O Senado Federal aprovou no dia 10 de julho de 2018 projeto que aumenta a potência das RadCom (Projeto de Lei 10637/18). A redação final prevê a ampliação de 25 para 150 watts. Pela proposta, haverá também aumento do número de canais disponíveis em cada localidade, de um para dois. O projeto, de autoria do Senado, segue agora para a Câmara dos Deputados e enfrenta forte resistência das entidades que representam os interesses das emissoras comerciais. Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2018-07/senado-aprova-aumento-de-potencia-para-rádios-comunitarias>. Acesso em: 13 nov. 2018. A proposta será analisada pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

Em segundo lugar, para Coelho Neto (2002), a legislação teria conseguido a proeza no âmbito do Direito, talvez uma das únicas com este teor no mundo, em que o governo cria um serviço atendendo aos apelos de uma comunidade e se exime de sua proteção, que a lei em tese está tentando garantir (o autor se refere ao Art. 22 da Lei 9.612/98 que diz “operarão sem direito à proteção contra eventuais interferências causadas por outros serviços de telecomunicação”). Além disso, por exemplo, no “aparente afã de dar um cunho comunitário à norma, o Poder Executivo acabou tratando de forma discriminada os dirigentes das Rádios, quando obriga estes a residir nos limites de 1 Km sob pena de serem punidos” (COELHO NETO, 2002, p. 129).

As punições, segundo a lei das Rádios Comunitárias, observam um diploma legal remanescente da ditadura militar<sup>110</sup> que segue todos os modelos autoritários da época e dá preferência aos instrumentos penais, punitivos e repressivos como detenção, ao invés de sanções civis ou administrativas, num claro objetivo de criminalizar estas práticas alternativas de comunicação. Coelho Neto (2002), inspirado nas palavras de Silveira (2000), afirma que, ao contrário da maioria das nações republicanas onde o Legislativo faz as leis para defender os interesses dos povo, o Executivo executa as leis e o Judiciário defende os interesses da população nos tribunais, no Brasil, “o Legislativo faz as leis para assegurar os privilégios de grupos corporativos, o Executivo trabalha em defesa destes privilégios e o Judiciário pune os que tentam exercer direitos autênticos contra privilégios corporativos” (COELHO NETO, 2002, p. 165). Trata-se da ocupação de um bem difuso, um exercício de direito que se tenta exercer através das ondas eletromagnéticas e que, como tal, deveria estar sujeito à proteção do Estado e não, ao contrário, à sua repressão.

### **5.5 Um encontro com as vertentes pedagógicas do movimento da Radiodifusão Comunitária: um movimento pedagógico e o pedagógico em movimento**

A estes elementos descritos na seção anterior que tomamos como tendo servido de insumo às iniciativas e condicionantes à comunicação alternativa e popular e, de forma especial, às experiências de radiodifusão livres e posteriormente caracterizadas como

<sup>110</sup> Lei 4117 de 27 de agosto de 1962. Apesar de uma decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal em setembro de 2013 de não criminalizar Rádio Comunitária de baixa potência (no julgamento do caso o Juiz Ricardo Lewandowski apelou ao princípio da insignificância, segundo o qual a Justiça não pode ser acionada em casos de menor gravidade, onde não há grande risco para a sociedade e não considerou para efeitos de improcedência por exemplo qualquer princípio sob o qual poderia estar garantido o direito à comunicação ou expressão, etc.), não são raros os casos de práticas de criminalização de dirigentes, locutores e colaboradores de Rádios comunitárias no exercício de suas funções por parte do judiciário e da polícia federal.

comunitárias, agrega-se estreitamente uma proposta de caráter educativo. O movimento de RadCom não se resume a um fenômeno político-social ou comunicativo, mas têm raízes profundamente pedagógicas. E é isso que nos interessa desenvolver neste momento. Não que isso seja alguma grande novidade, visto que desde o ideal de Roquete-Pinto<sup>111</sup> até as legislações atuais<sup>112</sup> os meios de comunicação radiofônicos já eram pensados em certa medida em sua relação com a educação. No entanto, neste momento, face a estas experiências de RadCom, educação e comunicação se cruzam e se articulam de tal forma que não está em discussão apenas uma nova proposta de ensino à distância por meio das tecnologias da comunicação, mas o debate sobre a própria lógica discursivo-formativa presente nos processos comunicativos, nos espaços escolares e não escolares, e que desencadeiam

---

<sup>111</sup> Edgar Roquette-Pinto (1884 - 1954) foi um médico legista, professor, escritor, antropólogo, etnólogo, ensaísta, membro da Academia Brasileira de Letras e é considerado o pai da radiodifusão no Brasil. No início de 1923, convicto da importância educativo-cultural do rádio, sensibilizou com suas idéias o presidente da Academia Brasileira de Ciências e fundou, em 20 de abril daquele mesmo ano, a primeira estação de rádio no Brasil, a Sociedade Rádio do Rio de Janeiro, instituição de caráter basicamente educativo-cultural que funcionava como uma sociedade real, sobrevivendo das doações de seus sócios. Considera-se a Rádio Sociedade como o berço da idéia do rádio educativo – uma idéia que amadureceu enquanto Roquette-Pinto era seu diretor. Em 1934 fundou a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, emissora de caráter estritamente educacional atuando nos vários níveis de ensino. Em 1946 a Rádio Escola passou a se denominar Rádio Roquette-Pinto. Fonte: <http://www.radioroquettepinto.rj.gov.br/index.php/controladorhistorico>. Roquete-Pinto doou a Rádio Sociedade do RJ ao governo federal pois, primeiro, na década de 30 não reunia mais condições financeiras para manter a emissora funcionando com programação voltada somente à educação e cultura após a introdução e normatização da publicidade na radiofonia brasileira, e, segundo, negava-se em transformar a emissora em uma estação comercial. O Governo federal recebeu a doação e a emissora passou a ser responsabilidade do então Ministério da educação e Saúde. Em 1937 pela lei 378, foi instituído o Serviço de Radiodifusão Educativo, destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo. A História do Rádio Público no Brasil está retratada em ZUCOLOTO, Valci. O Rádio Público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das Rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In.: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (Org.). *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetórias e cenários*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e sociedade da Universidade do Minho, 2015.

<sup>112</sup> No tocante à educação, a Lei 4.117/1962 preconiza, logo em seu Capítulo II, no art 3º, que “os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, [...] sendo permitida, apenas, a exploração comercial dos mesmos, na medida em que não prejudique êsse interesse e aquela finalidade” (BRASIL, 1962). As concessões, autorizações e permissões para exercer o serviço de radiodifusão devem obedecer a alguns requisitos e preceitos, dentre eles o definido pelo artigo 38, alínea b, que afirma categoricamente que “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País” (BRASIL, 1962). A legislação reconhece, portanto, textual e formalmente, a finalidade inerentemente educativa e cultural da radiodifusão que, segundo ela, está na razão de ser e na própria constituição do serviço. Além disso, obriga a subordinação de qualquer outra finalidade, seja ela comercial ou de outra ordem, à preocupação educativa e cultural. Esta prerrogativa é reafirmada no Decreto de 1963, que recebeu nova redação em agosto de 2017 pelo Decreto 9.138, quando em seu Capítulo IV, Seção I, artigo 11, define que o direito de uso de um canal de radiodifusão por parte de quem recebeu a concessão será garantido àqueles onde todos os programas radiofônicos, sejam eles informativos, de divertimento, publicidade ou propaganda estiverem subordinados às finalidades educativas e culturais e que reservem 5 (cinco) horas semanais na programação para a transmissão de programação educativa. Em outro trecho do Decreto ainda se ressalta o caráter educacional do serviço, como no caso do artigo 67 (BRASIL, 1963). Mesmo que em boa parte das práticas radiofônicas prevaleça o caráter comercial sobre o educativo, em vista dos interesses mercadológicos que se apoderaram de grande parte desses veículos de comunicação e os interesses privados que se sobrepõem aos interesses públicos, a perspectiva educacional sempre esteve presente no universo radiofônico, a começar pela legislação.

determinados processos educativos para os quais convergem as propostas político-sociais e comunicativas anteriores.

Admitamos que o que se viu em muitas práticas de RadCom, em parte ou integralmente, tenha sido a reprodução dos padrões da mídia comercial em termos de interesses econômicos e políticos, o que teria distanciado muitas experiências das perspectivas que marcaram suas origens e seus ideários. Em outras tantas, mesmo que a partir de uma extensa pluralidade de estilos e formatos, pode-se constatar a geração de experiências e espaços que possibilitaram enormemente o desenvolvimento de uma das mais vitais necessidades dos seres humanos, sua expressividade. Trata-se de um movimento que reconhece o vigor da palavra e a importância nevrálgica da comunicação enquanto partes essenciais de qualquer processo educativo. Parece-nos pertinente e necessário, então, identificar e descrever os pressupostos epistemológicos e teóricos que nortearam tais processos comunicativos em sua gênese e que, em muitos casos, ainda os orientam.

Diversos autores vêm afirmando que as concepções freireanas de educação estiveram nas bases dos movimentos de comunicação popular, mesmo que ele não tenha tido pessoalmente uma preocupação ostensiva e direta com o tema. Para Cogo (1999, p. 30), a proposta pedagógica de Paulo Freire não fica restrita à educação formal, sendo a principal inspiradora de experiências de comunicação popular, especialmente aquelas vinculadas a movimentos sociais, sindicais e a comunidades eclesiais de base nas décadas de 1970 e 1980. Martin-Barbero (1997a) também aponta o autor brasileiro como o teórico mais importante para o pensamento latino-americano na área, destacando que suas contribuições deixaram ressonâncias no sentido pedagógico e político em diversas práticas sociais. Para Káplun (1999a), as concepções freireanas acerca da comunicação estão na raiz das propostas e das experiências de comunicação popular na América Latina. Burgos (2012) também salienta que o pensamento pedagógico de Freire contribuiu de maneira decisiva para a formulação de uma proposta de comunicação potencialmente mais horizontal e democrática e suas proposições formuladas a partir da educação tiveram, especialmente na América Latina, impacto significativo nas teorias da comunicação em geral. A comunicação e a educação, segundo o autor, (re)adquiriram com Freire uma dimensão política. Para Peruzzo (2017), inúmeros conceitos freireanos possuem uma aderência à práxis de comunicação popular e comunitária, visto que seus principais escritos (entre 1960 e 1980) referem-se a um contexto vivido no Brasil, marcado pela “opressão política vigorante na ditadura militar, pelo analfabetismo acentuado, pela extrema pobreza e desigualdade social crescente, além da condição de manipulação político-ideológica da população” (PERUZZO, 2017, p. 3).

Freire se referiu explicitamente à comunicação no texto “*Comunicação ou Extensão?*”, escrito no Chile, onde se encontrava na condição de exilado. Nele tratou acerca da postura do agrônomo e do professor em geral e os processos comunicativos e educativos acionados em suas práticas. Posteriormente, ele assume, ao tratar especificamente do uso dos meios de comunicação na educação no texto “*Sobre educação: diálogos II*” (1984)<sup>113</sup>, que os considera (os Meios de Comunicação Social) ou os considerou dentro do horizonte de sua teoria. Assim afirmou Freire: “mesmo quando não falo diretamente sobre eles, eu os considero, por exemplo, dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento que venho desenvolvendo nos meus trabalhos sobre educação” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 17). Freire não se preocupou em estudar ele mesmo os fenômenos e as práticas midiáticas. No entanto, refere-se explicitamente à problemática mais ampla da comunicação humana, de modo que é possível inferir de suas concepções pedagógicas uma crítica às formas sob as quais se configuram os meios de comunicação de massa e indicações acerca das possibilidades pedagógicas abertas pelos meios alternativos e comunitários.

Freire frequentemente mostrava-se indignado com a mídia convencional brasileira e sua visão conservadora no trato das questões sociais e com o pouco espaço que ela dedicava às questões ligadas à educação, a ponto de diversas vezes “negar-se a dar entrevistas, por ver suas respostas desfiguradas no contexto da programação comercial” (MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 33). A crítica de Freire sempre esteve muito mais relacionada às formas de utilização e transmissão das mensagens do que aos meios em si, dado que as mídias não são consideradas em suas reflexões como instrumentos puramente técnicos, mas políticos, pelo uso que se faz delas. Por isso a necessidade de se encarar o universo dos meios de comunicação social enlaçado na conjuntura política e socioeconômica. Em uma nota de rodapé na *Pedagogia do Oprimido*, ele afirma: “não criticamos os meios em si mesmos, mas o uso que se lhes dá” (FREIRE, 2017, p. 189). Ao mesmo tempo em que não os demoniza, também não os diviniza. Nas vezes que se referiu diretamente a eles, por exemplo, em uma das cartas que compõe o texto *Pedagogia da Indignação* (FREIRE, 2000, p. 47-50), intitulada *Alfabetização em Televisão*, Freire atribui uma conotação ideológica aos meios de comunicação social, afirmando que, assim como qualquer atividade pedagógica, também eles não são neutros, mas se encontram envolvidos por orientações e opções políticas. Não são bons

---

<sup>113</sup> O livro foi publicado em parceria com Sérgio Guimarães (FREIRE; GUIMARÃES, 2011). Na terceira edição o texto ficou com o título “*Educar com a mídia: Novos diálogos sobre educação*. À esta edição foram acrescentados dois capítulos, a saber, “*Diante da mídia e do jornalismo*” e “*Internet, telefone celular ... E agora?*”, escritos com Paulo Guimarães e um anexo “*A alfabetização em televisão*”: texto elaborado para uma conferência dada por Freire em 1996 e posteriormente publicado originalmente na segunda parte do *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (FREIRE, 2000).

nem ruins em si mesmos. São expressões da criatividade humana, o resultado do avanço da tecnologia. Tanto no ato político quanto no ato educativo trata-se de compreender em torno de que ou a favor de que e do quê, a quem servem, enfim, “a serviço de quem se acham, e, portanto, contra quem e contra o quê desenvolvem suas atividades políticas” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 32). Não se trata de empreender uma luta contra a mídia, para ele “uma luta sem sentido, mas [um esforço em] como estimular o desenvolvimento da curiosidade e do pensar críticos” (FREIRE, 2000, p. 49).

Comunicar, informar e educar não podem ser compreendidos como instâncias separadas, antagônicas ou momentos distintos de um processo hierárquico. Freire e Guimarães afirmam que não há uma “fronteira geográfica do tipo ‘até aqui eu informo, a partir daqui eu passo a educar [...]’. Não existe essa questão do ‘eu simplesmente informo’, ou ‘eu faço mais do que isso, eu educo’” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 152). Comunicar, informar e educar constituem-se, de uma forma ou outra, para os autores, como partes de um amplo e complexo processo pedagógico. Isto quer dizer que, mesmo não considerando os meios de comunicação como formalmente educativos, na realidade eles estão de sobremaneira, ainda que não de forma sistemática como a escola o faz, desenvolvendo um papel educativo, seja ele de que forma for<sup>14</sup>.

Embora a crítica freireana atribua um papel decisivo e ideológico aos emissores na construção da comunicação, Freire ressalta que, nesse cenário, uma postura crítica e desperta do receptor não pode faltar tendo em vista que é do que, em um primeiro momento, nós dispomos, face ao fato de que a mídia, quando em poder de grupos dominantes, busca estabelecer “verdades sonoras e coloridamente proclamadas” (FREIRE, 2000, p. 49). Ele afirma, referindo-se à televisão, o que pode ser estendido para outros meios de comunicação de massa, que

[...] não podemos nos dispor diante de um aparelho de televisão ‘entregues’ ou disponíveis’ ao que vier [...] e isso não é fácil. Mas, se não é fácil estar em

---

<sup>14</sup> Ao analisar comparativamente os conteúdos programados pelas escolas e os emitidos pelos meios de comunicação social de massa, Freire e Guimarães salientam “o caráter lógico-linear e sistemático dos primeiros, em contraposição à estrutura ‘caótico-global’, assistemática, dos segundos. A primeira vista, os conteúdos sistematicamente dispostos parecem ganhar superioridade sobre os demais. A aprendizagem, porém - é o que constata a ciência psicológica nessa área -, não constitui processo lógico-linear, mas realiza-se pela formação de estruturas móveis e cada vez mais abrangentes” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 211). A partir desta premissa, os autores defendem que às aprendizagens encaminhadas de maneira fragmentada se sucedem atividades integradoras, num processo de progressão circular, não linear. Para eles, aproveitando “o conjunto de informações fragmentadas que os meios de comunicação de massa veiculam, a escola pode exercer um importante papel de canalização desses elementos de forma a integrá-los, possibilitando que seus alunos construam com eles estruturas mentais coerentes. Esse trabalho não apenas auxiliaria a população estudantil a compreender melhor a realidade refletida nos meios, mas lhe permitiria também identifica as possíveis defasagens existentes entre o mundo descrito pelos meios e a realidade que estes porventura deixarem estampar” (FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 212).

permanente estado de alerta, é possível saber que, não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar, o televisor diante do qual nos achamos não é tampouco um instrumento que nos salva (FREIRE, 2000, p. 50).

Em Paulo Freire, parece-nos que a afirmação de que comunicação é um ato pedagógico e a educação é um ato comunicativo pode encaminhar a uma compreensão da complexidade e ao mesmo tempo das inter-relações entre comunicação e educação e, de modo especial, do cenário da Radiodifusão Comunitária. Isto significa dizer que, para o autor, todo o ato comunicativo é um ato pedagógico por excelência e toda a ação pedagógica reclama um ato comunicativo. Trata-se de um movimento de criação, de partilha, de sujeitos que falam e ao mesmo tempo se constituem nesse processo de comunicação. Essa cumplicidade entre os dois campos ultrapassa as instituições de ensino para penetrar no campo dos meios de comunicação de massa, mas também nas experiências de comunicação engendradas no contexto das práticas associativas, alternativas e comunitárias.

Mesmo que ao falar de mídia Freire ainda comumente se referisse aos meios, se pode extrair de sua teoria do conhecimento, ao longo de toda a sua obra e, mais precisamente, em *Pedagogia do Oprimido* (2017<sup>115</sup>) e *Comunicação e Extensão?* (1977<sup>116</sup>), elementos que nos auxiliam a tecer reflexões acerca dos processos de comunicação<sup>117</sup>, a fim de compreendermos o quanto suas posições epistemológicas inspiraram as práticas comunicativas no campo da Radiodifusão popular e comunitária.

Sua crítica versava sobre a utilização da mídia não como meio de comunicação, mas quando se prestava e se reduzia à transmissão de informações e comunicados. O fenômeno comunicativo, para o autor, não se esgota em conceitos ou critérios como canais, meios, códigos, mensagens ou informações, mas se configura a partir do modo como os homens, por meio da palavra, instauram o mundo e a si mesmos. Propunha, desta forma, a necessidade de se pensar epistemologicamente, quer dizer, considerar a matriz dialogal como ancoragem normativa para o processo de comunicação, seja ela mediada tecnologicamente ou não. Tal perspectiva abriria caminhos para legitimar a construção e a sustentação de processos comunicativos coletivos e comunitários nos quais os sujeitos pudessem “re-existenciar

---

<sup>115</sup> O texto original foi escrito em 1970. Nós utilizaremos a 64ª edição, publicada pela Paz e Terra em 2017.

<sup>116</sup> O livro foi publicado em 1969 sob o título *¿Extención o Comunicación?* pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, em Santiago de Chile. Em nossa exposição utilizaremos 13ª edição, com tradução de Rosisca Darcy de Oliveira publicada em 1977 pela Paz e Terra.

<sup>117</sup> Em entrevista concedida à Faraco (MEDITSCH; FARACO, 2003, p. 41), Ana Maria Araújo Freire, viúva de Paulo Freire e depositária de sua obra, ao ser perguntada se Paulo teria se dedicado teoricamente à questão da comunicação social, ela afirma que “quando ele fala na escola, na educação ele está falando também nos meios de comunicação de massa”.

criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer sua palavra” (FIORI, 2017, p. 17).

No que diz respeito às propostas basilares da teoria freireana, Peruzzo (2017) identifica elementos que podem ter deixado ressonâncias no sentido político e pedagógico nas práticas sociais ao longo das últimas décadas especialmente àquelas ligadas aos movimentos de comunicação alternativos e populares. A autora começa identificando a crença de Freire na capacidade do ser humano como “realizador e protagonista” (PERUZZO, 2017, p. 6). Para ela, Freire destaca-se pelo fato de insistir na ideia de que aprendemos uns com os outros, numa relação de sujeitos que agem a partir de suas condições objetivas de vida e a partir de sua vocação para serem sujeitos que se realiza na comunicação. A autora afirma que no interior da dinâmica da sociedade e ao longo da história, além de situações de conformidade e submissão, fazem parte atitudes críticas e as reações perante cenários de opressão. Por exemplo, antes mesmo do esgotamento do regime militar no Brasil, “paralelamente ao controle dos grandes meios de comunicação pelas forças econômicas e políticas do exercício do poder surgem manifestações de comunicação do próprio povo” (PERUZZO, 2017, p. 7), apontando para os movimentos de comunicação alternativos, populares e comunitários, inclusive no campo da radiodifusão, que passaram a produzir e a difundir mensagens que não encontravam espaço nas mídias convencionais.

Em uma pesquisa apresentada em 2015 no 24º Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação) intitulada *Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária*<sup>118</sup>, Peruzzo (2017) aponta o que considera como pressupostos e princípios freireanos aderentes à práxis da comunicação emancipatória e que foram incorporados pela comunicação popular e comunitária. Estes elementos nos parecem constituir uma contribuição muito significativa para pensarmos a ancoragem das propostas pedagógicas freireanas às práticas sociais levadas à cabo pelo movimento de comunicação popular e pelas RadCom.

Para a autora, fica claro que um dos mais explícitos pressupostos freireanos aderentes à comunicação popular é a *democratização da cultura*. Isto não significa dizer que ele defendia uma vulgarização ou popularização dos bens culturais, ou de que seja necessário doar ao povo aquilo que é produzido em ambiente acadêmicos. Trata-se, isso sim, do

---

<sup>118</sup> O campo de observação do estudo foram o Pólo Sindical da Borborema (Território da Borborema - semiárido da Paraíba), a Cooperativa de produção Agropecuária União da Vitória, um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Paranacity - estado do Paraná) e o movimento comunitário de Heliópolis por intermédio da União de Núcleos e Associações dos Moradores de Higienópolis e região (Unas), Heliópolis, capital de São Paulo.



reconhecimento de “que o povo também é produtor de cultura” (PERUZZO, 2017, p. 3), pois cultura é toda a criação humana. Não bastam, portanto, palavras bonitas sobre comunicação e educação se elas não forem incorporadas às práticas sociais. Não menos importante, outro pressuposto citado pela autora refere-se à *consciência crítica*, ou seja, a necessidade de que os sujeitos se tornem protagonistas da cultura e da história a partir de um processo educativo que “ultrapasse o ler e o escrever palavras, mas possibilite também a leitura de mundo” (PERUZZO, 2017, p. 4) de modo que o conhecimento tende a se aperfeiçoar na problematização crítica da realidade. Peruzzo aponta para o fato de que Freire insiste na *crítica à cultura do silêncio* e ao mudismo instituído na cultura brasileira desde os tempos coloniais. Considera que a educação das massas não tenha uma roupagem domesticadora, mas que favoreça aos sujeitos “sair da condição da desinformação, manipulação e ignorância” (PERUZZO, 2017, p. 5). Por fim, ao tratar dos pressupostos freireanos aderentes à práxis da comunicação libertadora, Peruzzo lembra a fala de uma senhora que participou de um curso de alfabetização popular no Recife, no qual ela afirmou que ler e escrever lhe permitiria “*deixar de ser sombra dos outros*” (PERUZZO, 2017, p. 5). A leitura do mundo e da palavra tem a ver com a re-escrita do mundo e sua transformação.

Peruzzo ainda destaca que alguns dos princípios freireanos foram incorporados pelas diversas práticas de comunicação popular, inclusive pelas RadCom, mesmo que isso não tenha sido realizado de forma generalizada. Para a autora, a comunicação popular incorporou o *princípio do diálogo* “ao introduzir a horizontalidade, ao transformar receptores em emissores-receptores e ultrapassar a ideia de que existe comunicação apenas quando ela se dá por intermédio de artefatos tecnológicos ou de ‘meios’ de comunicação” (PERUZZO, 2017, p. 9-10). Ela reafirma a ideia de que a interlocução com a sociedade se amplia com a apropriação das tecnologias da comunicação que podem fazer ressoar as vozes dos segmentos subalternos quando estes os usam para falar dos seus problemas, anseios, conquistas, demandas, e concepções de mundo advindas de fontes diversas não apenas com a finalidade de construir consensos, mas espaços de diálogo na diferença. A comunicação comunitária pode ser um espaço de produção de conhecimento, um lugar de encontro no espaço da vida cotidiana, quando, segundo a autora, atende ao *princípio da pessoa-sujeito*. Peruzzo argumenta ainda que a comunicação, no contexto dos movimentos populares e comunitários, se ancora no direito do sujeito de comunicar a partir de sua própria voz, de seus saberes e de seu contexto. Segundo ela, “o próprio resgate da voz, do poder de se manifestar e de ser ouvido, antecede e vai além da utilização dos aparatos tecnológicos, mas os inclui” (PERUZZO, 2017, p. 11). Além disso, o que ocorre são processos comunicativos imersos em

práticas sociais, o que nos leva a inferir que nos processos de comunicação está implicado sempre o *princípio da comunicação-ação* (o que ultrapassa a noção do uso que se faz dos meios de comunicação ou da noção de que eles são instrumentos para determinados fins), pressupondo que os meios são espaços onde se entrelaçam práticas pedagógicas, porque comunicação e educação são dimensões indissociáveis. Por fim, merecem destaque na pesquisa (PERUZZO, 2017) os princípios da aderência à realidade e da comunicação e transformação social. Quando fala em *aderência à realidade*, a autora aponta que é observável em práticas de trabalho comunitário, tanto em conceitos como em dinâmicas de trabalho, o respeito e a sintonia com a realidade das pessoas envolvidas, além do vínculo local como ponto de partida, sempre atento ao alerta freireano em relação à “ênfase localista dos problemas e não na visão deles como dimensão de uma totalidade” (FREIRE, 2017, p. 191). No que tange ao *princípio da comunicação e transformação social*, Peruzzo destaca que a comunicação popular, alternativa e comunitária só pode ser compreendida tendo como mirante as dinâmicas mais amplas de mobilização social.

Não é possível entendê-la se a tomamos apenas como meio, como instrumento, que serve para transmitir mensagens aos outros, apesar de esta ser a noção predominante nos estudos do campo da Comunicação, compreensão derivada de teorias que a entendem como um ciclo que interconecta emissor, canal e receptor. Também não é oportuno esperar uma comunicação popular e comunitária apenas mediática, que se vale de instrumentos tecnológicos, como, em geral, os estudos identificam (PERUZZO, 2017, p. 14).

Isto posto, cabe encerrar esta seção apontando alguns elementos que corroboram a tese de que Freire foi e ainda hoje é uma das mais sentidas influências no que diz respeito à construção de uma epistemologia no campo da educação e que inspirou fortemente boa parte das experiências de Radiodifusão Comunitária no Brasil e na América Latina.

Ele denuncia o efeito silenciador dos discursos dos grupos que controlam os meios de comunicação de massa e que enfatizam uma percepção fatalista da história e imobilista do homem. É contrário a qualquer fatalismo: “destino, sina, fado, vontade divina” (FREIRE, 2017, p. 67). Práticas bancárias de educação e comunicação, segundo ele, tendem a enfatizar tal dimensão fatalista. Defendeu a propagação de práticas educativas e comunicativas que proponham aos homens sua situação como problema, a partir da perspectiva de um homem que tem voz, produz cultura e que é histórico. “Homens em situação” (FREIRE, 2017, p. 117), existencial, concreta, presente, como problema e pauta das preocupações.

Além do mais, para Freire (2017), a educação e a comunicação que se pretendem problematizadoras configuram-se como um movimento de luta pela palavra. Numa realidade excludente, propõe um “enfrentamento ao monopólio da palavra dos dominadores” (FREIRE,

2017, p. 30) e um encorajamento aos dominados para que se esforcem para dizerem sua palavra, nem que para isso tenham que lutar para conquistá-la, construindo alternativas para que ela tenha eco e visibilidade e possa ressoar nos debates públicos pela significabilidade do mundo. Incontáveis são as experiências de RadCom no Brasil que carregam esse propósito, inclusive em seus próprios nomes ou em seus lemas de trabalho<sup>119</sup>. Deste modo justificam-se os próprios “atos de rebelião dos oprimidos” (FREIRE, 2017, p. 59), visto que podem ser compreendidos a partir de um processo de humanização que se apresenta “como subversão” (FREIRE, 2017, p. 63) da ordem estabelecida, do *status quo*, quando este se presta a negar aos homens o direito de dizer sua palavra. “Renunciar, resistir ao ato invasor” (FREIRE, 2017, p. 212). A luta destes se trava “entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar” (FREIRE, 2017, p. 48). Verifica-se, especialmente nos primórdios do movimento de RadCom, a atuação de uma grande quantidade de emissoras (hertzianas e rádio-poste) às margens de qualquer legislação, chamadas de “piratas”, tendo em vista que até 1998 não havia uma legislação específica no Brasil para o serviço e o fato de que os movimentos sociais organizados começam a ocupar espaços de comunicação social antes restritos a grupos de alto poder aquisitivo que ainda hoje controlam as principais mídias, no intuito de contraporem-se aos discursos hegemônicos, mesmo sob um imensurável número de ameaças e pressões.

Freire ressalta a necessidade de valorização do universo cultural e do cotidiano dos sujeitos envolvidos nos processos educativos e comunicativos, premissa que se mostra extremamente cara para os processos de RadCom. O homem e o que ele anuncia não podem ser considerados e compreendidos fora de suas relações com o mundo. O conhecimento e a inteligibilidade do mundo se constituem na interação entre os homens e com o mundo. Os sujeitos se encontram mediatizados pelo mundo, na intenção de pronunciá-lo. “Mundo que impressiona e desafia uns e outros, originando visões de mundo ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos” (FREIRE, 2017, p. 116), que servem de base para os conteúdos programáticos destas experiências de comunicação comunitária.

---

<sup>119</sup> A título de exemplo, cito aqui algumas emissoras que portam esta perspectiva em seus nomes ou lemas: Rádio *A Voz das Comunidades das Zonas Norte e Leste* de Manaus, Amazonas; Rádio *Voz das Comunidades* do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro; Rádio Comunitária *A Voz do Povo*, de Quilombo Santa Catarina; Rádio Comunitária *A Voz: a voz da comunidade* de Carlos Barbosa no Rio Grande do Sul; Rádio Comunitária *Macaíba: a voz da comunidade* de Macaíba, no Rio Grande do Norte; Rádio *Cidade Amiga: a voz da comunidade* de Armazém, SC; Rádio *Voz Soledadense*, de Soledade no RS; Rádio Comunitária *Santa Rita de Cássia: a voz do subúrbio* de Salvador, na Bahia; Rádio *A Voz do Morro* de Porto Alegre no RS; Rádio *Comunitária Liberdade: a voz do povo, a voz da comunidade* de Três Palmeiras, no Rio Grande do Sul.

Riccordi (2000) afirma que o papel básico da comunicação comunitária é o de encadear essas vidas privadas com a história e o meio onde elas são vividas, articulando sentidos e compreensões. A incorporação pela comunidade de meios de comunicação populares lhe permite multiplicar as leituras da própria vila, do bairro, da cidade, da vida, melhor percebê-las, lançar perguntas mais agudas à sua própria realidade, favorecer trocas de saberes. Nas palavras do autor: “a possibilidade de leitura do entorno permite um reconhecimento da própria situação, uma reapropriação do que tradicionalmente tem estado marginalizado” (RICCORDI, 2000, p.2-3).

O campo da comunicação alternativa e popular parece ter se mostrado aderente a essa matriz pedagógica e assumido essa postura ao longo do tempo. Para Burgos (2012, p. 2), o que Freire fez foi “defender que o desafio fundamental para os oprimidos do Terceiro Mundo, consistia em ‘seu direito à voz’ ou seu ‘direito de pronunciar sua palavra’, ‘direito de auto-expressão e expressão do mundo’, de participar, em definitivo, do processo histórico da sociedade”. Desse pensamento, segundo ele, decorrem as lutas de comunicadores, educadores e grupos latino-americanos para configurar uma proposta de comunicação mais horizontal, democrática e participativa.

## **5.6 Panorama atual da Radiodifusão Comunitária no Brasil: um embrionário diagnóstico e o relato de algumas experiências singulares**

Mesmo que os debates, as pesquisas acadêmicas e o interesse em torno da comunicação comunitária ao longo das últimas décadas tenham aumentado consideravelmente, o tema ainda é marginal, especialmente quando o tratamos no campo da educação<sup>120</sup>. Do mesmo modo, ainda não são numerosas as bibliografias, documentos ou trabalhos de pesquisa que se esforçam deliberadamente a mostrar o atual cenário dos veículos de comunicação comunitários, e especificamente em relação ao movimento de nosso interesse, a Radiodifusão Comunitária no Brasil.

Consideramos que não é possível uma descrição homogênea do cenário da Radiodifusão Comunitária no Brasil, face à diversidade de experiências que se proliferam em diferentes regiões. No entanto, é salutar para essa pesquisa que se apontem alguns elementos e/ou situações em termos quantitativos e qualitativos que possam lançar luzes para compreendermos em que situação se encontra, ao menos em termos gerais, o movimento da

---

<sup>120</sup> Esta foi uma constatação mostrada no capítulo 3 *Diálogos com a pesquisa: olhares sobre (da) produção acadêmica acerca da Radiodifusão Comunitária*.

RadCom no país. Um olhar equidistante sobre o todo pode nos ser de grande valor para compreendermos algumas particularidades de um movimento heterogêneo e de grandes proporções. E ao observarmos particularidades podemos ter a noção de algumas práticas e experiências que nos apontam a multiplicidade, diversidade e singularidade do fenômeno. Fragmentos que compõem o todo e o tipificam, assim como, em um movimento dialético, são compostos por ele.

Optamos, então, por apresentar sucintamente alguns dados ancorados em pesquisa documental e bibliográfica, que permitem fazer um diagnóstico em termos quantitativos e em termos de práticas comunicacionais no âmbito da RadCom no Brasil.

Inicialmente é preciso salientar que não há um número preciso em relação à quantidade de emissoras de Radiodifusão Comunitária em funcionamento no país. Em se tratando de quantidade, há sempre uma variação em relação aos dados objetivos. Isto porque, primeiro, a outorga para a concessão dos canais, de acordo com o parágrafo único do artigo 6º da lei 9.612 de 1998, que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária, tem validade de dez anos, permitindo a renovação por igual período caso sejam cumpridas as exigências previstas pela legislação vigente, e as concessões vencem transcorrido o período. E, segundo, um número muito considerável acaba sendo cassada ou tendo sua concessão suspensa por uma série de fatores, dentre eles a acusação de realizar operação fora das especificações impostas pela lei<sup>121</sup>, perseguição política ou criminalização de seus gestores ou colaboradores.

Em 20 de abril de 2016, o então Ministro das Comunicações, André Figueiredo, assinou o Plano Nacional de Outorgas<sup>122</sup> referente à Radiodifusão Comunitária e Educativa, no qual foram apresentados os processos e procedimentos para que municípios que ainda não possuíam canais de Rádios Comunitárias ou possuíam pelo menos uma entidade autorizada,

---

<sup>121</sup> Em resposta a um pedido de informação feito pela ARTIGO 19 (A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU - <http://artigo19.org/>), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), responsável pela regulação dos serviços de comunicação no Brasil - <http://www.anatel.gov.br> revelou que só em 2010, por exemplo, foram fechadas 940 rádios, 363 com mais de 25 Watts de potência e 449 de potência reduzida. Em 2011, o total de rádios fechadas foi 698, 284 operando com mais de 25 Watts e 333 com potência inferior. Importante mencionar que 54% de todas as ações judiciais propostas após o fechamento das Rádios Comunitárias são de natureza penal. Mesmo as que possuem outorga continuam sob ataque do Estado. De acordo com balanço publicado referente a 2012, o então Ministério das Comunicações aplicou 741 sanções (advertência, multa ou suspensão) para emissoras de rádio e TV. Dessas, a maioria (377 ou 50,8% do total de casos) teve como alvo as Rádios Comunitárias. Ainda há que destacar aqui o papel repressivo da Polícia Federal no fechamento de RadCom. Segundo Quintanilha (2014, p. 20) Em vários casos relatados pelos diretores dessas rádios, constatou-se que os agentes sequer apresentam um mandado de busca e apreensão ou documentação pertinente durante as operações e agem de forma violenta, causando danos aos equipamentos.

<sup>122</sup> O Documento completo está acessível em: [http://doarse.com.br/blogcontent/wp-content/uploads/2017/08/PLANO-NACIONAL-DE-OUTORGA-2015\\_2017-1.pdf](http://doarse.com.br/blogcontent/wp-content/uploads/2017/08/PLANO-NACIONAL-DE-OUTORGA-2015_2017-1.pdf)

pudessem ser contemplados. Em sua fala no ato de assinatura do referido plano, o ministro ressaltou que a intenção era universalizar a RadCom e, ao mesmo tempo, ampliá-la para comunidades tradicionais. Povos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados, deveriam ter direito a uma emissora em que pudessem potencializar sua voz e fazer seus anseios e inquietudes serem melhor divulgados. Segundo ele, essas ações visam a potencializar uma mídia mais democrática<sup>123</sup>. Em seu escopo, o plano apresenta algumas estatísticas em relação às outorgas concedidas a Associações Comunitárias sem fins lucrativos que receberam, até 2015, a autorização para realização do serviço e apresenta a relação dos municípios atendidos. Na sequência, o plano expõe a expectativa em relação aos municípios e entidades que deveriam ser atendidos entre maio de 2017 e julho de 2019. Estes dados podem dar uma noção da amplitude e cobertura do movimento da RadCom no país e das carências ainda a serem supridas. De acordo com o diagnóstico exposto no plano, até 23 de setembro de 2015 foram concedidas 4.724 outorgas para o serviço de Radiodifusão Comunitária, sendo que 3.935 municípios são atendidos ao menos por uma emissora (Conforme o Quadro 2).

Quadro 2. Municípios atendidos por canal de Radiodifusão Comunitária em 2016, por Região.

Região	Número Total de Municípios	Municípios com pelo menos uma emissora autorizada	Em %, em relação ao Total de Municípios da Região	Em %, em relação ao Total de Municípios do País
<b>Centro-Oeste</b>	467	346	74,09%	6,21%
<b>Sudeste</b>	1.668	1.245	74,64%	22,35%
<b>Nordeste</b>	1.794	1.211	67,50%	21,74%
<b>Norte</b>	450	291	64,67%	5,22%
<b>Sul</b>	1.191	842	70,70%	15,12%
<b>Total Geral</b>	<b>5.570</b>	<b>3.935</b>	-	<b>70,65%</b>

Fonte: Extraído do Plano Nacional de Outorgas 2017/2019<sup>124</sup>.

Os dados revelam que em 70% dos municípios do Brasil existe pelo menos uma emissora de Rádio Comunitária. Ainda, segundo o relatório, são 4724 canais ocupados por RadCom distribuídas em todas as regiões do país<sup>125</sup> (Figura 6).

<sup>123</sup> A notícia da assinatura do Plano de Outorgas foi publicada no site oficial do governo federal no dia 20 de abril de 2016 e está acessível no link: <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/04/ministro-assina-planos-de-outorga-de-radiodifusao>. Acesso em: 05 jan. 2019.

<sup>124</sup> Fonte: <http://www.ale.am.gov.br/santaizabeldorionegro/wp-content/uploads/sites/93/2017/09/Plano-Nacional-de-Outorga-2017-2019.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Figura 6. Distribuição das outorgas de canais de Radiodifusão Comunitária em 2016, por estado



Fonte: Extraído do Plano Nacional de Outorgas 2017/2019

Os dados oficiais não revelam (ou revelam em parte) a dimensão e amplitude do fenômeno. Se estabelecermos uma definição apenas em termos positivos, mesmo que esta nos sirva de bússola para que nos movimentemos de início a partir de um critério específico, estaríamos negligenciando a diversidade de práticas cotidianas de intercâmbio simbólico entre pessoas e grupos que se caracteriza, na contemporaneidade, pela pluralidade de instâncias de participação da sociedade civil organizada. Enfim, consideramos o fato de que não é apenas a legislação que determina a lógica, a tipologia e as denominações das experiências comunicativas alternativas. Uma emissora comunitária não se define pela sua potência ou propriedade, mas por um conjunto complexo de elementos dinâmicos, dentre eles, os objetivos e o ideário que persegue e se orienta, os propósitos que a regem, os pressupostos político-ideológicos e pedagógicos que a norteiam, bem como o papel social que exerce nas cercanias de sua localização, teremos uma perspectiva mais ampliada, flexível e realista, mesmo que permeada de contradições, em relação ao fenômeno.

<sup>125</sup> De acordo com um levantamento que realizamos em agosto de 2017 junto aos dados disponíveis no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, este número supera em termos de quantidade o número de canais ocupados por rádios FM comerciais no Brasil, que chegam a 3209. Em agosto de 2017 eram 4641 emissoras aptas legalmente a prestar o serviço de Radiodifusão comunitária. Em maio de 2018 o número de emissoras de RadCom no Brasil já chegava a 4852. Fonte <http://www.mctic.gov.br/portal>. Acesso em: 10 ago. 2018.

Para a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)<sup>126</sup>, o número de Rádios Comunitárias em funcionamento no Brasil está muito além dos números oficiais. Estima-se que possam estar em funcionamento entre 10 e 12 mil emissoras. Percebe-se que há ainda um grande número de emissoras comunitárias em funcionamento sem a outorga legal, provisória ou definitiva.

De acordo com Malerba (2016)<sup>127</sup>, algo em torno de 68% das emissoras por ele pesquisadas possuíam outorga, 13% estariam com os pedidos de outorga em andamento e funcionando à revelia da lei, ou em caráter provisório<sup>128</sup>, e 4% estariam em funcionamento e pretendiam solicitar outorga, ao passo que 15% não pretendiam buscar a licença para operação. Esses dados mostram que, para além dos números oficiais, ainda há um bolsão significativo de experiências que se encontram às margens da lei, por dificuldades encontradas no andamento do processo de solicitação da outorga que é muito moroso<sup>129</sup> ou ainda pelo fato de que, mesmo oferecendo uma relativa proteção jurídica às emissoras, a legalização impõe uma série de restrições operacionais, financeiras e às rotinas dos emissores.

Enormes são os desafios à Radiodifusão Comunitária, mesmo entre as emissoras autorizadas a funcionar, o que exige uma rede de solidariedade para superar as dificuldades no

---

<sup>126</sup> A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), fundada em 1983 e com sede no Canadá, é uma associação não governamental internacional que congrega instituições de caráter comunitário e aliados de 115 países. Na América Latina e no Caribe, a AMARC conta com representações das sub-regiões: Países Andinos, América Central, Cone Sul, México, Brasil e Caribe com 18 representações nacionais. A associação reúne mais de 4000 rádios associadas, sendo representativa no cenário mundial, pois exprime uma tentativa de articulação do movimento no sentido de subsidiar e promover as principais bandeiras e pautas que aproximam a radiodifusão Comunitária e participativa em todo o mundo. “Comunitárias podem ser as emissoras de propriedade cooperativa, ou as que pertencem a uma organização civil sem fins-lucrativos, ou as que funcionam com outro regime de propriedade, sempre que esteja garantida sua finalidade sociocultural e sua gestão democrática” (AMARC, 2017, n.p.). Fonte: <http://www.amarc.org/>. Acesso em: 24 ago. 2017

<sup>127</sup> A pesquisa *Rádios Comunitárias no Limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência digital* (MALERBA, 2016) investigou 100 emissoras de Rádios Comunitárias em diversos pontos do país. Esta tese recebeu menção honrosa da CAPES em 2017 na área de Comunicação e Informação.

<sup>128</sup> Depois de transcorrido o processo de análise da solicitação de outorga junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações é emitido um parecer que segue à Presidência da República para revisão e encaminhamento ao Congresso Nacional. Transcorrido um prazo de 90 dias sem apreciação do Congresso, o Ministério autoriza a execução do serviço em caráter provisório até que seja expedido um decreto legislativo autorizando a entidade solicitante a operar em caráter definitivo.

<sup>129</sup> De acordo com o Relatório produzido pelo Grupo Interministerial criado com a finalidade de analisar a situação da RadCom no país e publicado no Diário oficial da União em 29 de novembro de 2005, o tempo médio de outorga entre o atendimento ao aviso de habilitação até a efetiva possibilidade de a emissora entrar em funcionamento é de 3 anos e 6 meses (BRASIL, 2005, p. 19). Num intervalo de mais de 10 anos, a pesquisa de Malerba, realizada em 2016, mostrou que dentre as emissoras pesquisadas o tempo médio ultrapassou os 3 anos (MALERBA, 2016, p. 188). Isto significa que este cenário sofreu poucas alterações na última década. Marcus Vinícius Paolucci, Assessor técnico da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em audiência Pública realizada em 24 de abril de 2017 presidida pelo senador Alexandre Costa, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, afirmou (aos 56' de audiência) que com a implantação do Plano Nacional de Outorgas de 2015, o período poderia cair para menos de um ano. O conteúdo completo da referida audiência pública está disponível em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=10718>. Acesso: 05 dez. 2017.



dia a dia. Em sua grande maioria constituídas por comunidades que dispõem de poucos recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais, essas Rádios são geralmente instaladas em pequenos cômodos, muitas vezes cedidos pela própria comunidade. De forma geral, muitas emissoras sobrevivem do voluntariado, “pessoas que cedem horas diárias no revezamento do microfone e na mesa de som após terminarem suas rotinas de trabalho assalariado. Em alguns casos, um ou outro apresentador recebe percentual do apoio cultural que divulga em seus programas” (BAHIA, 2006, p. 6). Estas situações constituem, em larga medida, condicionantes materiais e simbólicos que nos apontam para algumas características do meio e que contribuem para a composição dos discursos que através delas são produzidos.

Com a necessidade eminente de unificar a luta e colocar-se na defesa da liberdade de expressão, no enfrentamento do monopólio dos meios de comunicação de massa e para fortalecer a resistência à opressão imposta pelas forças repressoras do Estado brasileiro, é criada em 1996 a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, que atende pela sigla sugestiva de ABRAÇO. A associação, segundo seus estatutos, defende que os sujeitos devem apropriar-se tecnologicamente dos mais variados instrumentos de comunicação, inclusive de canais de radiodifusão. A ABRAÇO, que é a entidade mais atuante e representativa das Rádios Comunitárias brasileiras<sup>130</sup>, tem o entendimento de que as “Rádios Comunitárias não são meios de comunicação isolados no cenário político”. Elas só fazem sentido quando são, de fato, “instrumentos por onde escoam as notícias, os debates, as principais discussões de interesse das comunidades onde estão inseridas, bem como dos movimentos e das organizações sociais”<sup>131</sup>, enfim, de todos aqueles que não encontram o espaço e o respeito que merecem nos meios de comunicação convencionais. Esse caráter democrático e diferenciado inerente à natureza e à proposta da RadCom se deve, no entendimento da ABRAÇO, a um processo de construção coletiva, que tende a superar a relação utilitarista da comunicação, reproduzida historicamente entre meios de comunicação e sociedade.

Dentre as milhares de emissoras comunitárias em funcionamento no Brasil, muitas poderiam ser citadas como representativas do fenômeno. No momento parece-nos interessante que mencionemos algumas das que ganharam visibilidade por suas práticas reconhecidas até mesmo internacionalmente e/ou por terem sido objeto de pesquisa acadêmica<sup>132</sup> recentemente.

---

<sup>130</sup> Segundo Malerba (2016), 43% das emissoras por ele pesquisadas mantêm vínculo associativo com a ABRAÇO.

<sup>131</sup> Fonte: <http://www.abracors.org.br/abraco/default.asp?ids=606>. Acesso em: 15 mai. 2017.

<sup>132</sup> Estas emissoras serão citadas pois a partir delas é possível perceber algumas dinâmicas características da RadCom como meios de comunicação alternativos e não somente meios de transmissão de informações e que, em particular, dentre outras, foram objetos de estudo de diversas pesquisas localizadas em nossa Revisão

Experiências e práticas discursivas comunitárias como as observadas na *Rádio Favela* de Belo Horizonte, na *Rádio Heliópolis* de São Paulo, na *Rádio Terra Livre* de Abelardo Luz - SC e na *Rádio RadCom* de Pelotas-RS, podem sinalizar as potencialidades, as dificuldades e as singularidades do movimento radiofônico comunitário e devem ser compreendidas não como modelos, não a partir de conceitos gerais, mas das condições e práticas reais de comunicação e interação que ocorrem nesses ambientes.

A *Rádio Favela*, instalada em Belo Horizonte, funcionou sem autorização entre os anos de 1981 e 2002, quando recebeu a outorga de funcionamento como Emissora Educativa. Nascida em meio à efervescência cultural da década de 1980 e capitaneada por moradores de uma das áreas mais pobres da capital mineira, inicialmente tinha a intenção de ser um espaço de divulgação da música e da cultura negra da periferia. Com o passar do tempo, começou a falar sobre as discriminações sofridas pelos sujeitos da periferia, a combater o consumo e o tráfico de drogas na região, além de colocar-se como um espaço de resistência e mobilização política aberto à população, valorizando a “lógica interna do morro”. Segundo Misael Avelino dos Santos, um dos fundadores da emissora e presidente da Fundação Educativa Favela FM, a *Rádio Favela* surge e encontra significado ao “potencializar a voz do povo para o mundo ouvir<sup>133</sup>”. Em sua trajetória, a emissora foi alvo de inúmeras investidas repressivas e truculentas por parte de órgãos fiscalizadores e policiais do Estado, que chegaram a lacrar os transmissores em diversas oportunidades, isso quando não os destruíram. De acordo com os relatos de Misael, “a repressão vinha, subia o morro atrás do pequeno transmissor, e eles escapavam como podiam para outro lugar. Dessa forma, o grupo de locutores da *Favela FM* peregrinava de morro em morro, de barraco em barraco, sempre com a programação no ar”. Conhecida carinhosamente pela comunidade de um aglomerado<sup>134</sup> que reúne mais de 160 mil pessoas no bairro da Serra como *A Voz do Morro*, a *Rádio Educativa Favela FM* atualmente tem uma programação democrática e independente e que reflete em grande medida a aspiração popular, preenchida com informações úteis à comunidade, temas educativos, política nacional e internacional e bastante música, dando prioridade aos sons e ritmos populares, muitos deles produzidos na própria comunidade. O trabalho realizado pela

---

bibliográfica: OLIVEIRA (2002), AFONSO (2007), FASANO (2011), CONRAD (2013), GOMES (2014), GUINDANI (2014), SEVERO (2014), MALERBA (2016), dentre outras.

<sup>133</sup> Entrevista concedida por Misael Avelino dos Santos ao Jornal A Nova Democracia do Rio de Janeiro. Ano I, nº6, janeiro de 2003. *Rádio Favela* - BH: livre e popular. Disponível em <http://anovademocracia.com.br/no-6/1254-radio-favela-bh-livre-e-popular>. Acesso em: 20 dez. 2017.

<sup>134</sup> O Aglomerado da Serra é a maior favela de Minas Gerais, localizada em Belo Horizonte. Formada por oito vilas: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Santana do Cafezal, Novo São Lucas, Fazendinha, Chácara e Marçola. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>.

emissora, reconhecido e defendido pela comunidade em que está inserida, também ganha visibilidade em âmbito nacional e internacional face ao seu trabalho social e educacional. Em duas oportunidades (1997 e 1998) a emissora foi agraciada com o Prêmio Dia Mundial sem Drogas concedido pela ONU devido à realização de campanhas preventivas e educativas contra o tráfico, o uso de drogas e a violência. Em 2014 foi agraciada pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) com o prêmio de Melhor Programa de Rádio para a Conscientização da Cidadania, uma iniciativa também da ONU. O cineasta mineiro Helvécio Ratton em 2002 levou às telas do cinema a história dos rapazes do morro que criaram a Rádio ao produzir o filme: *Uma Onda no Ar*<sup>135</sup>.

Em uma região também urbana da cidade de São Paulo, altamente povoada (a segunda maior favela da América Latina), e constituída por uma população pobre e excluída, composta em sua grande maioria por pessoas provenientes do Nordeste, está a *Rádio Heliópolis*. A emissora nasceu como Rádio Poste em 1992 e foi batizada de *Rádio Popular de Heliópolis*. Criada e mantida pela União de Núcleos, Associações e Sociedades dos morros de Heliópolis e São João do Clímaco (Unas) é um legado das lutas pelo direito à moradia na favela de Heliópolis. Inicialmente emitia uma programação de duas a três horas aos domingos, a partir de treze alto-falantes instalados em diversas ruas da favela. Conforme Afonso (2007) “até então os membros da Unas precisavam bater de porta em porta para informar aos moradores do programa de distribuição de leite e cestas básicas ou das reuniões para a discussão do mutirão e outros problemas da comunidade” (AFONSO, 2007, p. 76). Em agosto de 1997 a emissora passou a funcionar como Rádio Comunitária FM de baixa potência face ao apoio financeiro recebido de ativistas alemães que, ao tomarem conhecimento das ações da *Rádio cometa* e das lutas da Unas, viabilizaram a aquisição dos equipamentos para a prestação do serviço. Em comum com muitas outras emissoras comunitárias, as dificuldades de manutenção financeira e as ações de repressão políticas e judiciárias que, neste caso, culminaram com o fechamento da emissora em 2006. Reaberta dois anos depois, a emissora contava em 2016 com 28 colaboradores que, voluntariamente ou recebendo apenas alguma ajuda de custo, dedicam algumas horas do seu dia em atividades na programação ou apoio técnico. De acordo com Malerba (2016, p. 47) o foco na luta por direitos “que, no início era a

---

<sup>135</sup> O Filme “*Uma onda no ar*” relata a história da criação, as dificuldades e as lutas da Rádio Favela de Belo Horizonte - “*a voz livre do morro*”, como a denominavam seus idealizadores. A Rádio entrava no ar inicialmente todos os dias no horário do programa estatal A Voz do Brasil. Brasil 2002. Direção: Helvécio Ratton. “Durante a narrativa, Ratton retrata os desafios enfrentados por praticamente todas as Rádios Comunitárias não autorizadas: as dificuldades econômicas enfrentadas para a compra e manutenção dos equipamentos, assim como a relação tensa com os poderes locais e a polícia, que inúmeras vezes fecha tais rádios, apreende a aparelhagem e prende seus líderes” (SILVA, 2017, p. 134).

moradia, com o tempo deslocou-se para a educação” visto o fato de que, não apenas através das ações da *Rádio Heliópolis*, a Unas mantém uma rede de escolas de educação infantil, Centros de Crianças e Adolescentes com foco no processo de transformação da realidade e de politização das pessoas. Gomes (2014), em uma entrevista realizada com Reginaldo José, coordenador geral da *Rádio Heliópolis*, pergunta se, na opinião dele, a Rádio educa. Em resposta ouve um relato sobre a mobilização da emissora em torno do esclarecimento da população acerca da importância do envolvimento da comunidade no Conselho Participativo da cidade de São Paulo, ferramenta que a população pode usar em seu favor para debater e definir o que considera importante para a comunidade. Segundo ele, em geral, a mídia mostra, mas não explica a importância que têm estas ferramentas e na escola não se fala disso. Estas são as palavras de Reginaldo José: “tem muita coisa que nossos órgãos educacionais não discutem, mas na rádio a gente tem essa liberdade de discutir, de debater, de envolver a população e mostrar o papel dela de cidadãos de direitos e deveres. Se a Rádio conseguir fazer isso - e não é em grande escala - consegue informar e formar” (GOMES, 2014, p. 123).

Nascida e mantida em um contexto substancialmente diferente em relação às emissoras anteriormente citadas, a *Rádio Terra Livre* da cidade de Abelardo Luz - SC, é a primeira experiência de Rádio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do sul do Brasil. Localizada no interior do Assentamento 25 de Maio, surgiu em 1996 e é uma emissora que aflora na esteira de um movimento social organizado e com ele mantém estreitas ligações filosóficas e políticas. O acesso e o direito a terra e à promoção da cidadania, para Malerba (2016), foram os insumos aos objetivos e às práticas comunicativas da emissora. Dessa maneira a própria solidez do movimento contribui para a solidificação da formação política de seus quadros. Conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Abelardo Luz é um dos municípios que mais concentra assentamentos no Brasil. Em 2017 eram cerca de 1200<sup>136</sup> famílias assentadas, o que representava praticamente um terço da população da cidade de aproximadamente 17 mil habitantes<sup>137</sup>. Desde sua fundação, a emissora fechou e reabriu diversas vezes, por variados motivos, dentre eles, um sinistro em 2013 que consumiu grande parte das dependências da Associação Cultural Terra Livre, mantenedora das atividades da emissora e que abrigava, na oportunidade, os estúdios da Rádio. O nome *Terra Livre* teria sido escolhido pelos seus idealizadores justamente por “simbolizar ou fazer referência à luta do Movimento contra o latifúndio e a favor da libertação da terra para o povo sofrido” (GUIDANI, 2014, p. 194). O lema da emissora é: “A voz do

---

<sup>136</sup> Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 01 jun. 2018.

<sup>137</sup> Fonte <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/abelardo-luz/panorama>. Acesso em: 01 jun. 2018.

povo no ar”. Em sua carta de princípios a emissora destaca que suas práticas têm a intenção de ser um instrumento para elevar o nível político e cultural das famílias assentadas, produzir valores humanistas de participação, solidariedade, valorização da vida, da biodiversidade, dignidade humana, cooperação, estudo além de servir como instrumento para divulgar as conquistas e as lutas diante dos objetivos do Movimento e de seu projeto de sociedade. Odivan Franco, representante do Coletivo da Juventude do MST do assentamento, em entrevista à Malerba (2016, p. 163) afirma que “a importância da Rádio Comunitária está em se identificar com as pessoas nas realidades em que se inserem, à medida em que vivem esta realidade” e em facilitar a interação, mesmo que não atinja um grande número de pessoas, mas em benefício do povo que a escuta e fala através dela. O contexto histórico de lutas sociais em que se insere a *Rádio Terra Livre* é um forte elemento mediador da ação dos sujeitos, numa esfera cultural e política, de “uma parcela da população que, ao longo de uma história secular, tem o direito à voz negada” (GUINDANI, 2014, p. 315).

Em um ambiente de oposições e polarização política, de embates ideológicos e de mobilização social especialmente capitaneados por movimentos sindicais e estudantis de caráter progressista, nasceu em Pelotas-RS, em 2000, a *RadCom*<sup>138</sup>. A identificação com a militância de esquerda foi o que deu a tonalidade inicial para a Rádio Comunitária instalada na cidade. A emissora, segundo Severo (2014), nasce do encontro de sujeitos interessados em construir um meio de comunicação alternativo que, por meio de uma linguagem engajada, fosse capaz de representar a diversidade cultural e étnica da região, invariavelmente negligenciada pela mídia de larga escala e comercial local. Numa cidade marcada historicamente por extensas práticas escravistas face à atividade econômica predominante até o final do século XIX, as charqueadas, descreve Severo (2014), o “provincianismo” é identificado pelos movimentos contestatórios e progressistas como aqueles elementos “arcaicos”, “atrasados”, “valores de uma burguesia local que baseia seu poder num fechamento de oportunidades de qualquer ordem para aqueles que não participam de seu círculo social” (SEVERO, 2014, p. 72). Desta maneira, passam a se reunir em torno da *RadCom* além de sindicalistas, representantes de outros segmentos sociais, como movimento de *hip hop*, artesãos, ambientalistas, movimento negro<sup>139</sup>, radialistas que não tinham espaço

<sup>138</sup> Para diferenciar o nome próprio da emissora (*RadCom*) do Movimento de Radiodifusão Comunitária (RadCom), utilizaremos o primeiro no formato itálico.

<sup>139</sup> “O movimento negro com uma pauta local contra a imagem romântica das charqueadas que frequentemente apaga os negros da história” (SEVERO, 2014, p. 69). Para Severo (2014, p. 67) há o desejo de criar um “espaço contra hegemônico de comunicação”, com o objetivo de transformação da realidade social. Queriam construir “uma outra comunicação”, contrapondo-se ao que interpretavam como uma hegemonia da comunicação comercial, tradicional e não participativa.

nas emissoras comerciais, enfim, atores que se agregam a um projeto comunicacional em que a diversidade e a pluralidade de perspectivas pudessem ser tratadas. Para Severo (2014, p. 191), a Rádio aparece como “um espaço de pertencimento continuado significativo [...] e constitui-se como espaço de formação rico em termos de diversidade dos militantes e de mobilização”. Conrad (2013) ao analisar a *Radcom* tendo em vista as categorias de mobilização popular e democratização da comunicação afirma que, entremeio aos diversos limites impostos pela legislação e pelo efeitos da globalização nas práticas sociais e comunicativas, na *RadCom* podem ser percebidas intenções no sentido de “construir relações de pertencimento, gestão horizontal, partilha de experiências, debate sobre assuntos públicos, fomento à conscientização dos sujeitos e abertura à participação e ao diálogo como estratégia comunicacional” (CONRAD, 2013, p. 159).

Depois de descritas estas experiências de comunicação radiofônica comunitária, é preciso reconhecer a existência de disparidades e contradições entre as concepções idealizadoras da comunicação alternativa de caráter comunitário e muitas das práticas da Radiodifusão Comunitária. Além das dificuldades técnicas, da falta de qualidade em muitas programações e da ausência de programas educacionais em diversos casos, não são poucas as que reproduzem (intencional ou inadvertidamente, parcial ou inteiramente) o modelo de emissoras comerciais, reservando apenas espaços ínfimos aos diálogos comunitários e de interesse público.

Ao tratarmos dos limites factuais da utilização dos meios de Radiodifusão Comunitária e de seus usos de maneira distorcida, apontamos uma pesquisa realizada pelo Observatório de Imprensa, intitulada *Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo*, publicada em 2007<sup>140</sup>. O estudo apresenta um levantamento acerca das autorizações emitidas pelo então Ministério das Comunicações, entre 1999 e 2004. A investigação mostrou, que com o advento da outorga de licença provisória a partir de 2001, ao Poder Executivo foi concedida “uma possibilidade inédita de barganha política na RadCom. Essa barganha utiliza como mecanismo a aceleração ou atraso do tempo de tramitação dos processos de concessão na Presidência da República” (LIMA; LOPES, 2007, p. 38), o que poderia pôr em risco e em suspeita a prometida pluralidade e a diversidade ideológica, política, religiosa, etc. A referida pesquisa faz o cruzamento dos nomes dos diretores das

---

<sup>140</sup> A pesquisa completa está disponível no link: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo\\_eletronico\\_de\\_novo\\_tipo.pdf](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf). Um artigo onde os autores apresentam os resultados de forma sucinta pode ser acessado na edição 439 do Jornal Observatório de Imprensa disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/>

associações comunitárias detentoras das outorgas as quais têm em seu estatuto o objetivo de “prestar os serviços de RadCom” e seus vínculos políticos. Entre as 2.205<sup>141</sup> Rádios Comunitárias integrantes da amostra foi detectado algum tipo de vínculo político-partidário<sup>142</sup> em 1.106 delas (50,2%). Mesmo que reconheçamos o fato de que nunca há neutralidade política nas práticas humanas e sociais e que todo e qualquer discurso carrega consigo uma marca ideológica e uma posição de enfrentamento em relação a outras e que a filiação político-partidária dos diretores das associações não transfere de forma hipodérmica ou automática uma postura ideológica específica para o cotidiano da emissora, este cenário pode pôr a pluralidade político-ideológica desejada sob suspeita.

A pesquisa do Observatório de Imprensa evidenciou também um considerável índice de vínculos religiosos, presentes em 120 casos dentre as rádios pesquisadas. O resultado obtido certamente subestima a verdadeira prevalência de vínculos religiosos nas Rádios Comunitárias regularmente outorgadas no país, pois, diferentemente do que se pode apurar em relação aos vínculos políticos, os religiosos são mais difíceis de serem detectados. Nesse aspecto, o “proselitismo político e/ou religioso nas Rádios Comunitárias contraria frontalmente as razões que justificam sua existência legal: servir de forma plural e diversa ao interesse público” (LIMA; LOPES, 2007, p. 51).

Ainda em se tratando de limites e distorções encontrados nas práticas de RadCom, Girardi e Jacobus (2009, p. 24) classificam as emissoras que carregam consigo a designação de comunitárias em quatro tipos mais comuns: 1. Aquelas com “C” maiúsculo, que operam conforme o projeto original, que têm a intenção de funcionamento democrático e estimulam a participação da comunidade onde estão inseridas; 2. Rádios Livres: aquelas que, mesmo sem outorga, comumente chamadas de ‘piratas’, têm um importante papel de enfrentamento em relação ao “coronelismo eletrônico”; 3. As Picaretas: expressão empregada para a emissora “comunitária” de intenção comercial e/ou de propriedade de políticos profissionais, ou seja, emissoras que fizeram uso das brechas legais para obterem uma outorga, mas que adotam práticas mais comuns às comerciais, sendo utilizadas em benefício e/ou promoção do(s) seu(s) proprietário(s); e 4. Emissoras Neopentecostais: pertencentes a grupos religiosos, igrejas neopentecostais, evangélicas e/ou católicas, congregações de menor poder aquisitivo, ou

<sup>141</sup> Isto representou 80,44% das Rádios que já haviam sido autorizadas até janeiro de 2007.

<sup>142</sup> A Portaria 4334, publicada em Dezembro de 2015, traz novidades em relação à Lei 9.612/98 e tem como finalidade reger as relações jurídicas entre o então Ministério das Comunicações e as entidades mantenedoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O parágrafo §2 do artigo 24 veda aos membros da direção da entidade o exercício de mandato eletivo em qualquer esfera, o exercício de cargo ou função em órgão de direção de partido político, o exercício de cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio e o exercício de direção entidade que executa serviço de radiodifusão comercial. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-dc-mc/915-portaria-4334>.

mesmo corporações religiosas sem um grande veículo de comunicação à sua disposição. E, neste sentido, compostas por oportunistas de plantão que conseguem outorga de RadCom e utilizam o veículo para fins específicos ou particulares.

Peruzzo (1998, p. 16), por sua vez, agrupa as emissoras de baixa potência que se intitulam comunitárias em:

1) Emissoras que se caracterizam como eminentemente comunitárias, uma vez que as organizações comunitárias são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo. Não têm fins lucrativos. Vivem de apoio cultural, contribuições de sócios, doações e recursos arrecadados mediante a realização de festas etc., às vezes também veiculam anúncios comerciais e prestam serviços de áudio a terceiros. 2) Aquelas que prestam alguns serviços comunitários, mas estão sob o controle de poucas pessoas e, em última instância, servem como meio de vida para seus idealizadores, os quais em geral também são seus donos. Ou seja, são de propriedade privada de alguém. Sua finalidade maior é a venda de espaço publicitário. 3) Há também aquelas mais estritamente comerciais, com programação similar as das emissoras convencionais, sem vínculos diretos com a comunidade local. 4) Existem também emissoras de cunho político-eleitoral, ligadas a candidatos a cargos eletivos e seus respectivos partidos políticos. Essas se proliferam mais rapidamente em períodos pré-eleitorais. Essas estão mais preocupadas em fazer "campanhas disfarçadas" de candidatos. 5) Há ainda emissoras religiosas, vinculadas a setores das Igrejas Católica e Evangélicas. São sustentadas por suas mantenedoras e/ou pela venda de espaço publicitário. Entre elas algumas fazem programação estritamente religiosa e outras incluem programas de caráter educativo, informativo e cultural, o que as aproxima das comunitárias.

Mauro Sá Rego Costa, autor do livro *Rádio, arte e política*, advoga em favor da aproximação entre as Rádios Comunitárias, as experimentações artísticas e a ação política e é um entusiasta em relação ao rádio como um meio de ativismo, considera do por ele como chave para a construção de uma sociedade mais democrática e plural. Mas faz um alerta: “As Rádios Comunitárias acabam fazendo muito a imitação do rádio comercial. Não criam um estilo, uma linguagem própria, na maioria” (COSTA, 2017, p. 178). Deveras, em diversos casos em que a emissora se diz comunitária, ou possui o estatuto legal como tal, se caracterizam como micro-empresa, adotam a mesma lógica de uma pequena empresa. Além de vender espaços publicitários com vistas ao lucro que podem angariar, sua programação é semelhante ou reproduz a mesma lógica e discursos das emissoras comerciais. Mesmo que tenham introduzidos inovações que agradem os ouvintes, têm dono(s), visam lucro, cuja aplicação depende unicamente de decisão de seus proprietários.

Obviamente, a RadCom não se apresenta como “o” projeto de transformação para toda a sociedade, nem pretende sê-lo. Ela é, na concepção de Detoni (2009, p. 11), “consequência de um entendimento que ganhou força com o fracasso do comunismo e o fim das grandes utopias: o de que pequenas ações que transformam o indivíduo e sua coletividade são importantes para a transformação do conjunto da sociedade”.



Nesse cenário, podemos apontar alguns importantes questionamentos que nos serão caros aos futuros posicionamentos acerca do trabalho de campo: a horizontalidade e o caráter comunitário prometidos por esses veículos seriam, então, possíveis? Levando em conta certas práticas, são espaços de autoritarismo e hegemonia ou ambientes dialógicos? Mediante quais condições os Meios de Comunicação Alternativos/Comunitários e, especificamente, as Rádios Comunitárias, por seus mecanismos e práticas, se constituem como espaços educativos e possibilitam experiências de formação do sujeito?

Tais perguntas reacendem a discussão em torno dos elementos que sustentam o processo de apropriação e decodificação das mensagens, produzidas pelas mídias tradicionais, e as propostas comunicacionais que poderiam incentivar e contribuir na promoção da cidadania e da participação política e que favoreceriam, então, processos interativos e formativos. O cenário e as experiências até aqui apresentados sugerem que esses espaços de produção e construção do conhecimento, de mobilização social e de alternativas de inteligibilidade de mundo, por sua dimensão, alcance e complexidade, devem ser melhor compreendidos, explorados e pesquisados, como espaços potencialmente pedagógicos e formativos. Interessa-nos entender em que circunstâncias os processos de produção e recepção e os produtos de comunicação em experiências de mídias comunitárias, como campos de conflito e produção de sentidos, constituem ambientes dialógicos favoráveis à formação do sujeito.

## **6 CONTEXTOS E TEXTOS: APROXIMAÇÕES E INTERLOCUÇÕES A PARTIR DOS AMBIENTES E COM OS SUJEITOS MOBILIZADOS NAS EXPERIÊNCIAS DE RADCOM OBSERVADAS**

*A imersão num determinado cotidiano pode nos cegar justamente por causa de sua familiaridade. Para que alguma coisa possa se tornar objeto de pesquisa, é preciso torná-la estranha de início para poder retraduzi-la no final: do familiar ao estranho e vice-versa, sucessivamente. [...] A atividade de pesquisa torna-se então uma espécie de exílio deliberado onde a tentativa é de ser hóspede e anfitrião ao mesmo tempo. (AMORIM, 2004, p. 26).*

### **6.1 Abordagem metodológica para um estudo de caso**

Nesta seção descreveremos as razões da escolha das experiências concretas de RadCom a serem observadas no trabalho de campo, a abordagem metodológica e o mirante teórico-epistemológico que nos servirá de lente para compreendermos as práticas discursivas presentes em espaços de RadCom e as condições que se evidenciam (ou não) nestes ambientes que favoreceriam processos de produção de sentido mobilizados por uma perspectiva heteróglota.

Pensar uma abordagem metodológica que possibilite compreender a questão que nos colocamos no decorrer de um trabalho bibliográfico e posteriormente de incursão em campo exige-nos coerência epistemológica com a matriz teórica assumida e respeito com as múltiplas experiências, contextos e sujeitos do campo teórico e empírico. Ao mesmo tempo, tal intento reclama uma proposta metodológica fundada na participação efetiva e ativa do pesquisador, incluso no processo de pesquisa e compreensão do campo, visto que a compreensão é sempre dialógica: “Um observador não tem posição fora do mundo observado, e sua observação integra como componente o objeto observado” (BAKHTIN, 2011, p. 332). A perspectiva bakhtiniana exorta que “a compreensão dos enunciados integrais e das relações dialógicas entre eles é de índole inevitavelmente dialógica (inclusive a compreensão do pesquisador de ciências humanas); o entendedor (inclusive o pesquisador) se torna participante do diálogo” (BAKHTIN, 2011, p. 332). A compreensão é um ato ativo e criador. Os sujeitos envolvidos no processo de compreensão são profundamente ativos. Um ativismo de caráter dialógico, que “interroga, provoca, responde, concorda, discorda, etc., ou seja, não é menos ativo que o ativismo que conclui, coisifica, explica por via causal, torna inanimada e abafa a voz do outro com argumentos desprovidos de sentido” (BAKHTIN, 2011, p. 339).

Ao escolhermos caminhos, mirantes, pontos de apoio e observação, assumimos o fato de que o pesquisador nas ciências humanas transita no terreno das descobertas, da comunicação, da produção de sentidos entre o eu e o outro, enfim, da compreensão.

O sujeito da compreensão enfoca a obra com sua visão de mundo, de seu ponto de vista, de suas posições. Em certa medida, essas posições determinam a sua avaliação, mas neste caso elas não continuam imutáveis: sujeitam-se à ação da obra que sempre traz algo novo. [...] O sujeito da compreensão não pode excluir a possibilidade de mudança e até de renúncia aos seus pontos de vista e posições já prontos (BAKHTIN, 2011, p. 378).

Pensamos uma metodologia a ser adotada nesta pesquisa a partir de Bakhtin, que requer: “escutar a alteridade; [levando em conta o fato de que] em ciências humanas não se faz pesquisa sem o outro; pesquisar significa visitar o estrangeiro; excedente de visão sobre o parceiro do diálogo que ele mesmo de seu lugar não pode ter” (GIOVANNI; BASTOS, 2014, p. 68). Neste âmbito, “vale destacar a importância dos segredos, das mentiras, das indiscrições, das ofensas, dos confrontos de pontos de vistas que inevitavelmente acontecem nas relações entre humanos” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p.110).

Além disso, o ato de pesquisar é marcado pela excepcionalidade, ou seja, é um acontecimento único. O pesquisador rompe com uma pretensa neutralidade da ciência e “deixa-se afetar pelas circunstâncias e pelo contexto em que a cena da pesquisa se desenrola” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p.111). Do mesmo modo que, “um enunciado jamais poderá se repetir, é sempre um novo enunciado (BAKHTIN, 2011, p. 313).

Estes fundamentos teórico-epistemológicos nos levaram a optar por um enfoque qualitativo no processo investigativo. Nossas convicções a respeito da adoção de tal paradigma encontram amparo em Minayo (2001, p.14), quando esta afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esteban (2010), mesmo admitindo os múltiplos usos e significados que a pesquisa qualitativa adotou ao longo da história, aponta para uma definição alargada do enfoque: “a pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos” (ESTEBAN, 2010, p. 127). A autora aponta algumas das características fundamentais que devem orientar esta abordagem:

- *Atenção ao contexto.* Os contextos de pesquisa são naturais, não são construídos nem modificados. [...] O pesquisador procura resposta a suas questões no mundo real. [...] - *Caráter interpretativo* – o pesquisador procura justificar ou integrar em

um marco teórico seus achados; os procedimentos metodológicos adotados pretendem que os sujeitos e fenômenos estudados falem por si mesmos; deseja aproximar-se de suas experiências particulares, dos significados e da visão de mundo que possuem. [...] - *Reflexibilidade*: Interpretar, compreender como diferentes elementos linguísticos, sociais, culturais, políticos e teóricos influem de maneira conjunta no processo de desenvolvimento do conhecimento, na linguagem e na narrativa e impregnam a produção dos textos (ESTEBAN, 2010, p. 130)

Essa estratégia de pesquisa vem sendo construída e evidenciada ao longo desse texto. Ao nos voltarmos desde o início do processo investigativo às experiências de Radiodifusão Comunitária, para, a partir delas, empreendermos uma busca pela dimensão discursiva e pedagógica nelas presente, já nos definimos pelo Estudo de Caso como estratégia de pesquisa.

De maneira geral, consideramos a RadCom como uma unidade de pesquisa, um fenômeno que circunscrevemos às experiências brasileiras. Debruçamo-nos largamente até este momento sobre um estudo exploratório e descritivo de caráter bibliográfico e documental como estratégia de produção de informações. Tendo em vista que, segundo Fonseca (2002, p. 33), “um Estudo de Caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social”, miramos inicialmente a RadCom como um objeto reconhecível e definido de tal maneira que pode ser consubstanciado publicamente sob as condições até agora descritas, enquanto um fenômeno único, “contemporâneo, compreendido dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 32), enfim, um “caso”. Esse percurso inicial contribuiu para ampliarmos nossa percepção sobre o tema, apresentarmos os sentidos do fenômeno produzidos ao longo da história, sua proximidade e enraizamento no campo da educação e as características e dinâmicas do meio, bem como os processos discursivos alimentados por estes ambientes. Este horizonte nos conduziu a um segundo momento no processo de pesquisa: uma investigação de natureza empírica com o desenvolvimento de um trabalho de campo.

Temos em vista que cada experiência de Radiodifusão Comunitária constitui-se em um universo de linguagens, códigos e práticas sob uma heterogênea pluralidade de ritmos e lógicas articuladas, em cada cultura, região, localidade e em contextos determinados. As compreendemos como complexos processos matizados por discursos que contam em palavras histórias e experiências, traduzindo e narrando a partir dos sujeitos que se apropriam e ocupam espaços alternativos de comunicação, ideias, expressões culturais, opiniões, reações, enfim, aquilo que constitui a diversidade e pluralidade de cada sujeito em cada lugar. Decidimos, então, analisar algumas experiências concretas de RadCom (que supomos serem únicas em muitos aspectos) procurando compreender o que há nelas de mais fundamental e singular.

A adoção do Estudo de Caso atende as exigências postas pela questão central da pesquisa. Além do mais, acompanha uma matriz usual nas pesquisas sobre o tema da RadCom. Otre (2015), que se debruçou a analisar as pesquisas acadêmicas (dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-graduação em Comunicação entre 1972-2002) acerca da comunicação alternativa, popular e comunitária no Brasil, concluiu que “os trabalhos se valem com frequência de estudos de caso, não generalizáveis, devido às especificidades das práticas de comunicação popular, alternativa e comunitária, o que se deu em 32% das pesquisas” (OTRE, 2015, p. 215). Essa tendência e preferência pelos Estudos de Caso também foi verificada em nossa revisão bibliográfica. Dos 78 trabalhos encontrados no processo de revisão bibliográfica, pelo menos 60% deles fazem uso de Estudo de Caso único ou múltiplo<sup>143</sup>. Nas pesquisas da área da Educação, visualizou-se o mesmo percentual: das 13 analisadas, 8 fazem uso de Estudo de Caso.

A utilização do Estudo de Caso justifica-se também em nosso cenário investigativo pois, de acordo com YIN (2001, p. 27), a estratégia visa “examinar acontecimentos contemporâneos quando não se pode manipular comportamentos”, estuda “eventos contemporâneos dentro de seus contextos na vida real” e pressupõe o fato de que o “pesquisador não controla o ambiente de coleta” (YIN, 2001, p. 92). No Estudo de Caso não criamos uma situação para ser pesquisada, vamos ao “encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento” (FREITAS, 2003, p. 27). Neste horizonte de investigação, o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas compreendê-lo tal como ele o percebe. O Estudo de Caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura “compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador” (FONSECA, 2002, p. 33-34).

Consideramos que cada experiência em particular pode revelar elementos próprios, irrepetíveis e não generalizáveis do fenômeno. Não adotaremos uma lógica de amostragem (“os casos não são unidades de amostragem e não devem ser escolhidos por esta razão” - YIN, 2001, p.54), em que o objetivo é a generalização a populações e universos, ou seja, enumerar frequências (generalização estatística). Nosso objetivo é expandir e generalizar teorias, mediante a escolha de casos que nos “fornecerão uma base convincente para nosso conjunto inicial de proposições” (YIN, 2001, p. 54). Desta forma, como não será utilizada uma lógica

---

<sup>143</sup> Entre eles, Souza (2013); Fasano (2011); Afonso (2007); Conrad (2013); Gomes (2014); Severo (2014); Guidani (2014); Oliveira (2002); Malerba (2017).

de amostragem, Yin afirma que “os critérios típicos adotados em relação ao tamanho da amostra também se tornam irrelevantes” (YIN, 2001, p.72). À vista disso, o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que seja capaz de produzir novas informações.

Para Yin (2001, p. 100), a escolha dos casos “pode ser feita por razões diversas”. Decidimo-nos, então, por selecionar duas emissoras que tendo em vista os elementos teórico-epistemológicos apontados por Peruzzo (2007) as tornam potencialmente singulares do fenômeno e que engendram potencial analítico. Trata-se da *Rádio Comunitária Liberdade FM* da cidade de Três Palmeiras<sup>144</sup>, e da *Rádio Comunitária* de Frederico Westphalen, ambas situadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

A definição pelas referidas emissoras se deu porque de algum modo, identificamos nelas, integral ou parcialmente, os princípios (marcas), ou alguns dos princípios, descritos por Peruzzo (2007). Segundo a autora estas pistas, que descrevemos a seguir, poderiam favorecer processos educativos em espaços de RadCom:

- 1) o veículo deve servir de canal para a expressão do cidadão e das organizações coletivas comprometidas com ações de interesse social;
- 2) instituição de propriedade coletiva e de práticas participativas na gestão e na programação;
- 3) abertura de espaços/canais para participação direta e efetiva do cidadão e de instituições representativas da comunidade;
- 4) prioridade a conteúdos de interesse público local centrados na informação de qualidade - explorar as mensagens educativas sobre assuntos e situações vividos em cada localidade, reservar generosos espaços para assuntos que quase não têm espaço na mídia tradicional, ou apresentar outros pontos de vista sobre assuntos que estão na pauta;

---

<sup>144</sup> A observação junto a Rádio Comunitária *Liberdade FM* foi tratada como um caso-piloto. O caso-piloto, de acordo com Yin (2001) “pode ser conduzido como introdução a um estudo mais apurado, como o uso de Estudo de Caso como mecanismos exploratórios ou a condução de um caso-piloto que é o primeiro de um Estudo de Casos” (YIN, 2001, p. 63). Para o autor o caso-piloto pode trazer informações e evidências que necessitarão de replicação em outros casos individuais, pode revelar inadequações no projeto inicial ou pode ajudar a adaptá-lo, bem como pode auxiliar na seleção dos casos, visto que, a partir dele, “podem surgir novas informações sobre os casos. [...] Essa é uma utilização apropriada e desejável dos estudos-piloto” (YIN, 2001, p. 75). O consideramos como potente para “desenvolver o alinhamento relevante das questões, possivelmente até providenciando algumas elucidações conceituais para o projeto de pesquisa” (YIN, 2001, p.100) tendo em vista que nos forneceu informações relevantes sobre as questões de campo, inclusive sobre a logística da investigação e dos instrumentos, procedimentos e técnicas a serem utilizados, bem como as fontes a serem consultadas. A banca de qualificação do projeto de tese ocorrida no dia 28 de agosto de 2018, de forma pertinente, nos mostrou as adequações que deveriam ser feitas a partir da experiência do caso-piloto para o prosseguimento do processo de investigação. As alterações foram adotadas e aplicadas na observação do segundo caso realizado posteriormente à qualificação.

- 5) oferta de entretenimento que não agrida valores éticos e respeite as pessoas em suas diferenças, bem como a concessão de espaço para a criatividade popular;
- 6) atuação de modo integrado com as organizações sociais sem fins lucrativos da comunidade, bem como a prática do jornalismo público, orgânico e comprometido com as mudanças sociais;
- 7) contribuição na mobilização de cidadãos e entidades sem fins lucrativos para a utilização e empoderamento da Rádio Comunitária e de outros meios de comunicação com finalidade educativa e desenvolvimento cultural;
- 8) operação com formas de arrecadação de recursos e manutenção que não agridam o caráter comunitário do serviço;
- 9) zelo pela participação ativa e com poder de decisão dos cidadãos em todas as instâncias deliberativas de gestão da emissora, pois uma Rádio Comunitária feita coletivamente revela-se extremamente educativa para todos os envolvidos e também para os ouvintes;
- 10) zelo pela autonomia política em relação a empresas, poder público, partidos políticos, igrejas, etc.;
- 11) criação de mecanismos de avaliação de programas e da atuação da rádio como um todo, com participação aberta a pessoas da comunidade;
- 12) difusão de conhecimentos e fatos que, embora gerados fora do âmbito comunitário, façam sentido localmente e possam contribuir para aumentar o nível de informação e consciência crítica (PERUZZO, 2007, p. 76-77).

Além disso, a escolha pelas Emissoras leva em conta o fato de que ambas são, primeiramente, associadas à ABRAÇO<sup>145</sup> e seus membros participam ativamente na associação. Em seguida consideramos as características que lhes são próprias, que as tornam significativas e singulares sob a ótica histórica e social de sua constituição e dos cenários em que estão situadas. A *Rádio Comunitária Liberdade FM* é a única Emissora de rádio na cidade de Três Palmeiras, um município de pouco mais de 4.400 habitantes. Levamos em conta, também, os projetos desenvolvidos<sup>146</sup> pela Emissora junto ao local em que está

---

<sup>145</sup> A ABRAÇO, como já dissemos, é a entidade com maior representatividade e atuação no universo das Rádios Comunitárias no Brasil. Uma representação legal e social das Rádios Comunitárias. A entidade preza para que suas associadas mantenham vivos os projetos de comunicação de cunho comunitário em meio às diferenças que caracterizam cada prática de forma específica, se opondo, assim, às práticas pseudocomunitárias (falsas Comunitárias), ou seja, àquelas que se dizem comunitária, mas que na prática, o são apenas de fachada, enfim, “picaretas” como as caracterizam Girardi e Jacobus (2009, p. 24).

<sup>146</sup> Os projetos comunitários aqui listados são descritos no site da emissora e fizeram parte dos relatos durante as entrevistas realizadas com locutores e a direção da emissora: Biblioteca Comunitária Liberdade do Saber; Liberdade contando minha história; Projeto Plantando liberdade; Ponto de Cultura Liberdade de Expressão;

inserida. A *Rádio Comunitária 87.9 FM*, por sua vez, é uma das três emissoras do município de Frederico Westphalen. Em município de pouco mais de 31 mil habitantes ela é o único canal de comunicação comunitário em funcionamento desde a sua fundação em 2003. Nos municípios de atuação das duas emissoras, a cultura radiofônica é ainda muito forte e presente na vida das pessoas, mesmo que em menor proporção e intensidade nas gerações que nasceram e cresceram na era da internet.

Para Yin (2001), as evidências para um Estudo de Caso podem vir de fontes distintas, assim como são variados os instrumentos metodológicos que possibilitam a produção de informações, “documentos, registro em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos” (YIN, 2001, p. 108). Um consistente Estudo de Caso, segundo o autor, utilizará o maior número possível de fontes. Um ponto forte da produção de dados é a “oportunidade de utilizar muitas fontes para a obtenção de evidências, [...] várias fontes podem revelar melhores resultados avaliativos” (YIN, 2001, p. 120-121). Entendemos que a triangulação de fontes, pela qual as informações do Estudo de Caso são sustentadas, favorece a convergência de evidências e reforça a validade do constructo. Ou seja, partimos da premissa de que “o mundo em que vivemos fala de diversas maneiras, e essas vozes formam o cenário onde contracenam a ambiguidade e a contradição, certezas e incertezas. Somente a tensão entre as múltiplas vozes que participam do diálogo da vida pode dar conta da integridade e da complexidade do real” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 115).

## 6.2 Um modo de interrogar o fenômeno: Análise Dialógica do Discurso

Adentramos no domínio das experiências concretas de Radiodifusão Comunitária com a pergunta principal da pesquisa assim formulada: **partindo do pressuposto de que os Meios de Comunicação Social configuram um campo de negociação, produção e circulação de discursos, mediante quais condições as experiências de Radiodifusão Comunitária, situadas em cenários culturais e histórico-sociais, compõem ambientes de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia?**

Para a realização do processo investigativo de campo fizemos uso da triangulação de fontes, a fim de gerar inteligibilidade para o Estudo de Caso, afinal, o mundo em que vivemos se expressa de diversas maneiras.



Assim, realizamos a incursão no campo com os seguintes procedimentos: 1) realização de *entrevistas com locutores e direção* das Emissoras; 2) entrevistas com ouvintes através de *Pesquisa de opinião pública*; 3) acesso a *registros em arquivos* das Emissoras e de órgãos como o IBGE e SEBRAE e 4) *observação direta* na Grade de Programação das Emissoras com a elaboração de um *Diário de Escuta*.

Com o propósito de conferir inteligibilidades e sentidos a estes dados produzidos em campo adotaremos como norte os parâmetros teóricos-analíticos da denominada Análise Dialógica do Discurso (ADD), de orientação bakhtiniana.

A adoção de estratégias, procedimentos, lentes de análise de nosso objeto requer coerência com os caminhos que trilhamos e as opções teóricas que fizemos até esta altura do processo de investigação. Entendemos que para compreender as singularidades de um movimento concreto e multifacetado como são as experiências de Radiodifusão Comunitária e auscultá-las enquanto fenômeno que é histórico, concreto e circunscrito a dadas situações discursivas e contextuais não é possível, ou pelo menos não nos parece coerente, adotarmos um modelo ou um método de análise rígido, calcado em procedimentos prévios, imutáveis e engessados. Isso não significa advogar em favor da ausência de rigorosidade, mas reconhecemos que a compreensão dos processos comunicativos em espaços alternativos e comunitários requer a adoção de uma proposta de análise, uma via de investigação, uma maneira de interrogar capaz de compreender que sua singularidade implica reconhecer a instabilidade e precariedade próprias da constituição dos sujeitos e dos eventos e a intranquilidade inerente aos enunciados e à compreensão. De acordo com Geraldi (2015, p. 88), ao atribuímos valor crucial ao evento, “assumimos que a relação com a singularidade é da natureza constitutiva dos sujeitos [e dos fenômenos], com a precariedade própria da temporalidade que o específico do momento implica. (...) A instabilidade do sujeito e da história não é um problema a ser afastado, mas ao contrário é inspiração para recompreender a vida”. Fazer ciência é, afinal, construir e ininterruptamente reconstruir sentidos. É olhar os fenômenos não como códigos a serem decifrados, mas enquanto fatos históricos que devem ser compreendidos a partir dos mecanismos dialógicos que os constitui, dos embates e tensões e da pluralidade de vozes que lhes são inerentes, das particularidades, estabilidades e instabilidades onde se enraízam e das condições sociais mais imediatas e do horizonte social mais amplo de sua emergência, para com os quais o pesquisador precisa adotar uma “compreensão responsiva ativa” (BAKHTIN, 2011, p. 291).

Os dados oriundos destes processos serão considerados como enunciados, enquanto discursos materializados, produzidos e verbalizados por sujeitos sociais e historicamente

constituídos, datados, situados, ou seja, enquanto manifestações singulares, unidades de fala, enraizados pelos ambientes e condições de produção a que cada voz se subordina e no interior de uma arena de contradições e lutas. Desta maneira, intentamos localizar e dialogar com as vozes entremeadas nos processos de produção, circulação e no âmbito das audiências nos cenários de RadCom, tendo em vista os elementos constitutivos do discurso e suas marcas discursivas, buscando nelas e com elas construir um olhar sobre os processos educativos que permeiam estas experiências comunicativas de caráter comunitário e em quais condições elas compõem ambientes de de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia.

Beth Brait, em *Análise e Teoria do Discurso* (2014) e *História e alcance teórico-metodológico* (2013), afirma não ser possível atestar que Bakhtin tenha proposto formalmente uma “teoria e/ou análise do discurso” (BRAIT, 2014, p. 9), nem ao menos que o que atualmente se denomina “Círculo de Bakhtin” tenha postulado um conjunto de preceitos organizados cuja finalidade seria de funcionar como uma perspectiva teórico-analítica oclusa. No entanto, a autora aponta para o fato de, tendo em vista a arquitetura do pensamento bakhtiniano e de seu Círculo, é possível encontrar um constructo de conhecimentos e conceitos que fornecem horizontes possíveis para se compreender os discursos, as relações intersubjetivas numa perspectiva dialógica, e assim “enfrentar textos e discursos em sua historicidade, em sua força expressiva e ideológica” (BRAIT, 2013, p. 97). Muito mais do que uma metodologia, uma teoria aplicada ou um conjunto de procedimentos, a ADD se constitui como um modo de olhar, uma via de investigação. A atenção está voltada aos discursos observados em uso, levando em conta sua historicidade, as vozes envolvidas em sua construção, o horizonte social e as condições de sua produção, enfim, não apenas o que ele tem de sistemático, abstrato, linguístico. “As contribuições bakhtinianas para uma teoria/análise dialógica do discurso, sem configurar uma proposta fechada e linearmente organizada, constituem de fato um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a postura dialógica diante do corpus discursivo, da metodologia e do pesquisador” (BRAIT, 2014, p. 9).

Uma análise da ADD, conforme Sobral e Giacomelli (2016), envolve os seguintes passos: *descrever* o objeto concreto em termos de sua materialidade linguística e de suas características enunciativas, a partir do qual o analista “vê seu objeto”; *analisar* as relações estabelecidas entre o plano da língua e do enunciado em um determinado contexto, a fim de produzir conhecimento sobre estas relações, tendo em vista que “enunciado considerado em termos da intencionalidade do locutor diante de seu(s) interlocutor(es)” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1093); *interpretar* que sentidos cria a junção contextual da

materialidade e do ato enunciativo, procurando, a partir disso, identificar os sentidos criados. Os autores ainda advertem que o analista deve evitar “que ele se leia no texto em vez de ler o texto”, de que “os sentidos não são iguais a um composto químico: eles são múltiplos e, de certo modo, inesgotáveis”, e, por fim, que em todos os passos da análise é necessário “validar o que se diz do objeto com as marcas linguísticas e enunciativas que estão no próprio objeto” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1093).

Assumimos a ADD como uma maneira de interrogar o fenômeno da Radiodifusão Comunitária enquanto esfera de atividade humana em que se dão relações interdiscursivas e comunicativas e enquanto espaços que promovem processos educativos, tendo em vista os parâmetros teórico-analíticos bakhtinianos e considerando que:

1. O objeto de análise e o ponto de partida é o enunciado concreto, a língua em uso. A fala e o texto aparecem como produtos da enunciação e só “podem ser abordados e compreendidos como discurso, ou seja, no contexto do uso, em diálogo com a corrente de discursos à qual pertence” (FIGARO, 2013, p. 14); as particularidades (marcas) discursivas apontam para contextos mais amplos, extralinguísticos ali incluídos: a presença de interlocutores próximos ou em potencial; destinatários e sobredestinatários; a situação social mais imediata (auditório social) e o meio social mais amplo (horizonte social); as formas próprias de sua produção dentro de uma determinada esfera da atividade humana (gêneros do discurso); a pluralidade de vozes que no interior desta arena se opõem, convergem, interagem, enfim, negociam sentidos.
2. Na ADD “não há categorias *a priori* aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos, com a finalidade de compreender formas de produção de sentido num dado discurso, numa dada obra, num dado texto” (BRAIT, 2014, p. 14) e sim, parâmetros que possibilitam a observação das regularidades e irregularidades, singularidades do evento, estabilidades e instabilidades discursivas, marcas enunciativas. Uma das características básicas da ADD é “não aplicar conceitos a fim de compreender um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentidos, a partir de ponto de vista dialógico, num embate” (BRAIT, 2014, p. 24).
3. Todo o enunciado é uma resposta a outros enunciados, sejam eles já ditos ou não ditos e que se dirigem a alguém, bem como fazem parte de um projeto de dizer de um locutor e que se modificam, alteram ou subvertem por força da mudança da esfera de circulação. Numa relação dialógica, enunciados “respondem, replicam a

outros, aceitando, contestando, analisando, rejeitando, negando, atacando, etc.” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1089). Nos enunciados se revela uma multiplicidade de vozes de sujeitos “individual ou coletivo, que mobiliza discursos históricos, sociais e culturais para constituí-lo e constituir-se” (BRAIT, 2013, p. 85).

4. Por fim, julgamos que para a ADD é complexa e dialógica também a relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Primeiro porque “as relações dialógicas se estabelecem a partir de um ponto de vista assumido por um sujeito” (BRAIT, 2013, p. 85). Isso pressupõe que toda pesquisa implica opção. Todo processo investigativo é uma ação política. Segundo, por que do ponto de vista dialógico, “o pesquisador participa do jogo, a considerar o enunciado, o texto, como vozes a compreender, com as quais dialoga (BRAIT, 2014, p. 129). Ou seja, os sujeitos envolvidos na investigação nunca se encontram desnudados de palavras e contrapalavras, mas encharcados por meandros ideológicos e posições axiológicas, permeados e constituídos por uma série de discursos povoados por vozes sociais. A pesquisa implica um movimento duplo, uma relação de “tensão entre pelo menos dois lugares: o do sujeito que vive e olha de onde vive, e daquele que, estando fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro” (AMORIM, 2014, p. 101). Neste cenário entendemos que o processo investigativo põe em diálogo pesquisador e pesquisados como sujeitos interlocutores e co-participantes de um processo de construção do objeto de investigação, das questões de pesquisa, da revisão e validação metodológica e dos sentidos do fenômeno. Os sentidos são construídos no processo de interação.

### **6.3 Técnicas, instrumentos e sujeitos acionados para a produção de dados**

Nessa seção identificamos os instrumentos e as estratégias metodológicas de que lançamos mão para a produção de dados no campo empírico, bem como as razões que justificam essas escolhas.

Servimo-nos, inicialmente, da realização de entrevistas, tidas como uma das mais importantes fontes de informação para o Estudo de Caso, tendo em vista que são instrumentos e fontes “essenciais de evidências, já que tratam de questões humanas” (YIN, 2001, p. 114). Para Freitas (2003, p. 34) a entrevista “acontece entre duas ou mais pessoas: entrevistador e entrevistado(s) numa situação de interação verbal e tem como objetivo a mútua

compreensão”. Ou seja, como afirmara Bakhtin (2011, p. 379), primeiro, em ciências humanas “não se faz pesquisa sem outro”, pois “eu vivo em um mundo de palavras do outro” e, segundo, “o objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante” (BAKHTIN, 2011, p. 395). Isto quer dizer que, no âmbito da pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico, o pesquisador e o pesquisado acabam por ser parceiros de uma experiência dialógica. “Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas a sua voz carrega o tom de outras vozes” (FREITAS, 2003, p. 36), e um “horizonte social determinado pelas condições reais da enunciação” (BAKHTIN, 2009, p. 116). Os sujeitos envolvidos (entrevistado e entrevistador) são compreendidos nesta matriz como possuidores de uma voz reveladora da capacidade de construir conhecimento sobre sua realidade, e os sentidos criados nesta interação verbal dependem ademais da situação experienciada e do horizonte espacial-social ocupado pelo pesquisador e pelo entrevistado. De fato, o “homem exprime-se a si mesmo (fala), cria textos, cheira a contextos” (BAKHTIN, 2011, p. 312). O foco não está apenas na fala do sujeito da pesquisa tomado isoladamente, mas na cena dialógica compreensiva que se estabelece entre o pesquisador, o seu outro, e as condições de enunciação, produzindo sentidos, acordos e negociações sobre o que pensam sobre um determinado assunto, em um contexto definido por atos de falas recíprocas. “Na perspectiva bakhtiniana, os sentidos do real não se encontram no interior de uma única pessoa, mas estão na interação dialógica entre pessoas que a procuram coletivamente” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p.115).

Realizamos, num primeiro momento, entrevistas com os sujeitos no âmbito da produção. Quando fazemos referência ao âmbito da produção estamos nos reportando aos sujeitos que exercem alguma atividade na emissora, no caso locutores e diretores da emissora. Tal identificação não tem conotação conceitual. Não os estamos caracterizamos desse modo como àqueles que produzem os discursos em oposição aos que os recebem, ou ouvem. Escolhemos para este empreendimento a estratégia de entrevista semiestruturada, conduzida de “forma espontânea” (YIN, 2001, p. 112), a fim de que os entrevistados, no caso locutores que atuam na emissora e membros da direção, pudessem apresentar sua posição sobre determinados eventos, de “modo que todos possam responder a todos os temas julgados importantes” (ECO, 2006, p. 29). Essa opção leva em conta igualmente o fato de que “cada pessoa tem um horizonte social-orientador de sua compreensão, que lhe permite uma leitura dos acontecimentos e do outro impregnada pelo lugar de onde fala<sup>147</sup>” (FREITAS, 2003, p.

---

<sup>147</sup> Entendemos que os sujeitos produzem discursos quando falam. Para Gerald (2015, p. 77), “nós não falamos orações, palavras, morfemas, ou fonemas, [...] e o que importa quando o sujeito fala não é o reconhecimento do que se repete, do que retorna, mas o sentido que se constrói em cada interlocução.

37). Desta forma, procuramos compreender como as pessoas respondentes percebem o mundo e de qual perspectiva falam, além de permitir ao entrevistado e ao pesquisador um papel ativo na construção e interpretação do fenômeno pesquisado. Assim, a entrevista pôde ser caracterizada como um “texto negociado, resultante de um processo interativo e cooperativo que envolve tanto o entrevistado como o entrevistador na produção do conhecimento. [...] Uma produção desencadeada pelo processo ativo de trocas verbais e não verbais entre o participante e o pesquisador” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 146).

Desse modo, orientamo-nos a partir de uma abordagem amparada na perspectiva dialógica, “compreendendo que o campo nos confronta com eventos de linguagem marcados pela interlocução” (FREITAS, 2003), de maneira que

[...] no diálogo entre o pesquisador e seu outro, a alternância de perguntas e respostas, a perplexidade diante dos atos e discursos alheios, assim como os pontos de vista e valores em jogo, fazem da pesquisa um processo vivo de produção de sentidos sobre os modos de perceber e significar os acontecimentos na vida. O pesquisador, nesse contexto, não apenas pergunta para obter respostas que atendam aos objetivos definidos de antemão, mas, ao perguntar e também responder, se posiciona como um sujeito, que, do lugar de pesquisador, traz perspectivas e valores diversos sobre as experiências compartilhadas com os sujeitos da pesquisa (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 116).

As entrevistas não poderiam se limitar ao universo da produção, mas, coerentemente, como afirma Cogo (2002, p. 209), “é fundamental o aprofundamento do universo cultural dos receptores para concepção, planejamento e avaliação das experiências e projetos de Rádios Comunitárias”. Para nos aproximar do nosso intento, fomos ao encontro dos interlocutores, do pólo da audiência. Quando nos referirmos ao âmbito das audiências, estaremos nos reportando aos sujeitos que não exercem atividades profissionais ou ocupam cargos na direção da emissora, mas que comumente são tratados como ouvintes, ou radiouvintes. Partimos do pressuposto epistemológico de que ambos os sujeitos criam seus próprios textos e participam no processo de construção dos sentidos. O ouvinte não é uma imagem, um objeto apalermado, mudo, receptor passivo, mas possuidor de um discurso, impregnado de pontos de vista, opiniões e horizontes conceituais. O ouvinte não é uma ficção, mas um sujeito real do qual não se espera senão uma resposta, “uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução” (BAKHTIN, 2011, p. 272), ou, em outras palavras, “uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.” (BAKHTIN, 2011, p. 271).

Dado que a compreensão é uma forma de diálogo, “o ouvinte torna-se locutor” (BAKHTIN, 2011, p. 271), de modo que todo o enunciado é caracterizado pela “alternância dos sujeitos falantes, que emoldura o enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 279). Afinal, todo o

discurso dirige-se a alguém, está voltado para o seu destinatário de quem espera uma resposta, “de simpatia, acordo ou desacordo, de estímulo para a ação (BAKHTIN, 2011, p. 291).

Para Cogo (2002, p. 209), por exemplo, um dos limites sentidos nas pesquisas acerca da Radcom é o olhar superficial e, de maneira geral, o espaço marginal dado às audiências. Malerba (2016) manifesta esta mesma preocupação metodológica. O autor, depois de ter realizado 64 horas de entrevistas em 33 dias de visitas a 10 dez Rádios Comunitárias espalhadas pelo Brasil, onde procurou compreender a diminuição do ritmo de surgimento dessas rádios, a perda de protagonismo político junto às comunidades, movimentos sociais e poder público, e os recentes desafios tecnológicos, lamentou: “numa perspectiva autocrítica, consideramos falho esse aspecto de nossa pesquisa de campo: por limitações de tempo acabamos por priorizar as entrevistas com os participantes da rádio em detrimento das/os ouvintes” (MALERBA, 2016, p. 41).

Fizemos, então, com o intuito de trazer uma contribuição ao cenário atual das pesquisas do campo, a opção pela *Pesquisa de Opinião Pública* com ouvintes das emissoras. Entendemos que a pesquisa precisa estar sintonizada com os avanços e desafios do conhecimento e comprometida com a ampliação constante das necessidades de informação. E isso se faz também a partir dos limites apontados por aqueles que trilharam semelhantes caminhos. O lugar do (radio)ouvinte como interlocutor qualificado pode representar uma contrapalavra no sentido de estar numa outra condição ou posição, capaz de resistir, pressionar, decodificar, tendo em vista a pluralidade de vozes que não se fundem em uma única consciência, mas existem a partir de diferentes registros.

Neste horizonte, preocupamo-nos com a validade do constructo, e por isso utilizamos outras “fontes de evidência, de tal forma que sejam incentivadas linhas convergentes de investigação” (YIN, 2001, p. 57), a fim de realizarmos uma triangulação de dados. Além das entrevistas com os sujeitos no âmbito da produção e da pesquisa de opinião pública com os sujeitos no âmbito da recepção, entendemos que as informações documentais, os *registros em arquivos* (YIN, 2001, p. 111), fornecem elementos relevantes que podem dialogar com ou valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Essas fontes de evidências, conforme Yin (2001), apresentam alguns pontos fortes para o processo investigativo: “são estáveis - podem ser revisitados inúmeras vezes, discretos - não foram criadas como resultado do Estudo de Caso, além de conterem nomes, referências e detalhes próprios do objeto de pesquisa” (YIN, 2001, p. 108). Por isso estendemos nosso olhar para os documentos oficiais das emissoras, como é o caso das Atas de Fundação, dos Estatutos das Associações mantenedoras das

emissoras e dos relatórios produzidos pelos Conselhos Comunitários<sup>148</sup>. Além disso, entendemos que o contexto co-participa no processo de inteligibilidade do fenômeno e dos discursos. A compreensão é subsidiária do cenário em que o fenômeno ocorre e os enunciados são sempre situados, assim como qualquer expressão “nasce do ponto de contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real” (BAKHTIN, 2011, p. 294). Descreveremos “dados oriundos de levantamentos, como o censo demográfico” (YIN, 2001, p. 111) dos contextos em que as experiências observadas estão localizadas.

Por fim, acrescentamos às estratégias anteriores a “*observação direta*” (YIN, 2001, p. 115), focada na Grade de Programação da emissora e na elaboração de um *Diário* (Boletim) *de escuta*, interessado em conhecer as atividades diárias da emissora, os processos discursivos desencadeados na programação, as vozes em circulação nestes espaços de RadCom. Transcrevemos aleatoriamente alguns dias de programação e programas específicos que vão ao ar esporádica ou semanalmente nas emissoras, observando dinâmicas, rotinas, programas, “o que é transmitido e quando, qual a duração dos programas, a quantidade de música, fala, participações nos debates, se existem e quais os assuntos tratados” (ECO, 2006, p. 30), sob quais focos, a intensidade, o tempo de participação e o envolvimento da audiência na programação, linguagem, quais as fontes que utiliza e o que é produção própria, etc.

#### **6.4 Relatório do trabalho de campo: o que o pesquisador lê do texto concreto que tem diante de si**

Nesta seção, primeiramente, descrevemos o campo empírico por meio da categorização das Emissoras observadas, no caso, a Rádio Liberdade FM, de Três Palmeiras (a qual nominamos Emissora A<sup>149</sup>), e a Rádio Comunitária FM (a qual nominamos Emissora B), de Frederico Westphalen. A seguir identificamos os sujeitos mobilizados na pesquisa e com os quais estabelecemos interlocução no âmbito da produção e das audiências e descrevemos os instrumentos utilizados para a produção de dados.

O Quadro 3, sintetiza alguns elementos que retratam os cenários das Emissoras observadas no trabalho de campo.

<sup>148</sup> O Conselho Comunitário é definido pelo artigo 112 da Portaria nº4.334 de 17 de dezembro de 2015 que regulamenta a Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998 que instituiu o serviço de Radiodifusão Comunitária. É um órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária e que deve sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, apresentar relatório contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

<sup>149</sup> A utilização das letras A e B não revelam um ordenamento hierárquico, mas apenas, a ordem em que os casos foram observados. A Emissora A corresponde ao Caso-piloto.



Quadro 3 - Quadro-síntese das emissoras observadas no trabalho de campo

<b>Emissora / Prefixo</b>	<b>Cidade / N° habitantes (IBGE)</b>	<b>Associação/ Data Fundação / N° de associados quando da fundação</b>	<b>Entrada em Operação</b>	<b>Outorga</b>	<b>Programação “ao vivo”</b>	<b>Colaboradores</b>	<b>Sítio Emissora</b>
<b>Rádio Comunitária Liberdade FM / 104.9</b>	Três Palmeiras / 4291	Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras / 24 de abril de 2003 / 30	Rádio Web: 2007/ Rádio Antena: 2008	09 março 2010	06:00 as 22:00	4	<a href="http://liberdadetrespalmeiras.blogspot.com/">http://liberdadetrespalmeiras.blogspot.com/</a>
<b>Rádio Comunitária FM / 87.9</b>	Frederico Westphalen / 31.120	Associação Frederiquense de Radiodifusão Comunitária / 22 março 2003 / 84	15 de maio de 2003	25 abril 2007	06:00 as 20:00	9	<a href="http://www.comunitaria.com.br">www.comunitaria.com.br</a>

Fonte: Elaboração do autor

Depois da categorização das Emissoras observadas, procuramos identificar no ambiente da produção e da recepção, sujeitos interlocutores que, além de fornecer informações essenciais sobre a experiência investigada, pudessem apresentar suas próprias interpretações acerca do fenômeno a que nos dedicamos compreender. Conforme Yin (2001, p. 112), quanto mais um respondente auxiliar desta maneira, “mais o papel dele se aproximará do papel de um informante do que de um mero respondente. Informantes-chave são sempre fundamentais para o sucesso de um Estudo de Caso”.

No âmbito da produção, consideramos respondentes bem-informados e qualificados (informantes-chave) os diretores de programação das Emissoras e dois locutores (Quadros 4 e 5), com base nos seguintes critérios: atuam na Emissora há, no mínimo, dois anos ou foram indicados pelo diretor da emissora, e com disponibilidade.

Quadro 4. Caracterização dos entrevistados no âmbito da produção na Emissora A

<b>Sujeitos</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Função e atividade na Emissora</b>	<b>Tempo de atividade na Emissora</b>	<b>Horas dedicadas à emissora diariamente</b>	<b>Atividade anterior ao ingresso na emissora</b>
<b>LOC1-EA<sup>150</sup></b>	27	Ensino Médio	Locutor	8 anos	8 horas	Agricultor
<b>LOC2-</b>	26	Ensino	Locutor	2 anos	8 horas	Sem atividade

<sup>150</sup> Os Sujeitos respondentes no âmbito da produção serão identificados com os seguintes códigos: LOC1-EA (Locutor 1 – Emissora A), LOC1-EB (Locutor 1 – Emissora B) e assim sucessivamente. Nosso objetivo é de que o leitor tenha as condições e as informações necessárias para identificar e localizar os espaços e conjuntura em que foram emitidas as falas e assim poder reconstruir as condições de enunciação que revelam os ambientes, os sujeitos do discurso e os sentidos produzidos a partir deles.

EA		Fundamental				definida
LOC3-EA	44	Ensino Superior incompleto	Diretor-Locutor	11 anos	8 horas	Agricultor

Fonte: Elaboração do autor

Quadro 5. Caracterização dos entrevistados no âmbito da produção na Emissora B

Sujeitos	Idade	Escolaridade	Função e atividade na Emissora	Tempo de atividade na Emissora	Horas dedicadas à emissora diariamente	Atividade anterior ao ingresso na emissora
LOC1-EB	49	Ensino Superior Completo (Administração de empresas)	Diretor - Locutor	15 anos	8 horas	Administrador de empresas
LOC2-EB	31	Ensino Superior Completo (Jornalismo)	Locutor	11 anos	8 horas	Estudante
LOC3-EB	22	Ensino Superior Completo (Jornalismo)	Locutor	4 anos	8 horas	Estudante

Fonte: Elaboração do autor

Para o diálogo com os sujeitos no âmbito da produção<sup>151</sup>, utilizamos a estratégia da entrevista semiestruturada, conduzida de forma espontânea. Tendo por base um roteiro pré-definido, organizamos as questões em 6 dimensões levando em conta os objetivos da pesquisa: *Dimensão histórica; Dimensão local e de proximidade; Dimensão da produção; Dimensão da interlocução com os ouvintes; Dimensão ideológica e política e Dimensão da sustentabilidade e da legalidade*. Apresentamos a seguir a arquitetura do instrumento, destacando os objetivos previstos para cada dimensão.

O objetivo das questões na *Dimensão histórica* é conhecer pelas vozes dos sujeitos que participam do processo de constituição do veículo a história das Emissoras e seus processos de implantação, bem como sua vinculação histórica, social e cultural com as comunidades em que estão inseridas e suas relações com o movimento da Radiodifusão Comunitária. Além disso, buscamos situar os sujeitos entrevistados em relação à história das Emissoras e sua percepção frente ao fenômeno como um todo das RadComs.

As questões referentes à *Dimensão local e de proximidade* buscam entender qual a relação entre a comunidade e as Emissoras comunitárias e quais relações e vínculos se

<sup>151</sup> As entrevistas na Emissora A foram realizadas nos dias 11 e 27 de abril de 2018, e na Emissora B nos dias 19 de novembro e 10 de dezembro, todas nas dependências das emissoras, na oportunidade em que visitamos *in loco* as referidas rádios.

estabelecem entre os veículos e os seus entornos, considerando a diversidade de demandas, interesses e vozes presentes em ambos os ambientes.

Quando tratamos da *Dimensão da produção*, objetivamos compreender como é pensada a programação das Emissoras, bem como a que conteúdos é dada prioridade e com quais enfoques e objetivos. Nossa intenção é conhecer como nascem e são produzidos os enunciados e conteúdos veiculados na programação, bem como os sentidos que eles adquirem dentro da proposta da emissora.

Elencamos questões que tratam especificamente da *Dimensão da Interlocução com os ouvintes*. Assim, no intuito de visualizar estes processos, debruçamo-nos em compreender qual a repercussão das vozes da audiência nos enunciados veiculados na programação e como (ou de que forma) os sujeitos que produzem a programação percebem o envolvimento da comunidade nos processos comunicativos desencadeados pelas Emissoras. Buscamos entender em quais condições esta interação suscita movimentos semânticos em relação à compreensão dos sujeitos envolvidos no processo e seu entorno.

Em seguida, a *Dimensão ideológica e política* busca perceber como são tratadas as diversas vertentes ideológicas, assim como as posições políticas percebidas no âmbito da audiência nos enunciados produzidos na programação das Emissoras. Além disso, buscamos reconhecer quais são os espaços e mecanismos de interação com as audiências em se tratando da gestão das emissoras.

Por fim, nas questões envolvendo a *Dimensão da sustentabilidade e da legalidade*, pretendemos compreender como as emissoras arrecadam recursos financeiros para a sua manutenção e a relação deste modelo de arrecadação com o caráter comunitário do serviço, além de identificar a posição dos entrevistados em relação à legislação que rege a atividade de Radiodifusão Comunitária.

Após o diálogo com os sujeitos no âmbito da produção, estabelecemos uma interlocução com as audiências e o fizemos através da aplicação de uma *Pesquisa de Opinião Pública*. Optamos pela Pesquisa de Opinião Pública por considerarmos que ela nos permitiria interpelarmos um número considerável de sujeitos de modo a nos permitir produzir informações que nos levassem a compreender a percepção, as posições, as experiências discursivas das audiências em relação as emissoras observadas. Alguns pressupostos teórico-epistemológicos e metodológicos nos conduziram na compreensão e na aplicação do instrumento. Primeiro, adotamos a perspectiva da pesquisa qualitativa tendo em vista que esta abordagem permite: 1) que sejam revelados valores, crenças, sensações e atitudes dos entrevistados; 2) não utiliza critério de representatividade amostral, ou seja, as análises e

interpretações dos dados são não levam em conta preponderantemente uma representação numérica ou percentual; e 3) trabalha com um número aleatório de casos a partir de um cálculo baseado em uma amostragem não probabilística a partir da seleção de uma amostra convenientemente selecionada do universo. Segundo, de que a “Opinião Pública” não é uma opinião unânime, nem tampouco a opinião da maioria, mas é uma opinião composta, multiforme, formada pelas opiniões diversas existentes em uma população (ou universo) específica (em nosso caso o universo são os ouvintes das emissoras) e que está em contínuo processo de formação. Consideramos que as audiências não se configuram como um sujeito unitário, mas como um terreno de múltiplas identidades e identificações e sujeitos atravessados por múltiplos discursos. Nossa amostra total, somados os ouvintes das duas emissoras, constitui-se de 44 sujeitos.

Procuramos, por meio dela, compreender de que maneira os ouvintes percebem a atuação da emissora; como eles se percebem em relação à emissora; como se relacionam com os discursos aventados na emissora em relação aos seus; que discursos produzem a partir daquilo que é enunciado na interlocução com a Rádio Comunitária; como eles entendem e que sentidos constroem a partir daquilo que é veiculado e em que medida eles participam da produção enquanto atores e autores polifonicamente constituídos.

A *Pesquisa de Opinião Pública* na Emissora A foi aplicada no dia 27 de abril de 2018 a 22 sujeitos (Quadro 6) escolhidos aleatoriamente no território urbano do município<sup>152</sup>. Os sujeitos respondentes da pesquisa foram interpelados presencialmente em suas casas, estabelecimentos comerciais ou enquanto circulavam nas ruas da cidade no momento da aplicação do questionário<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> Este instrumento foi apresentado, bem como o relatório que fora elaborado a partir dos dados produzidos no caso-piloto (Emissora A), à banca de qualificação, que dentre outras sugestões indicou que a escolha dos respondentes pudesse ser feita de forma direcionada, visto que alguns dos entrevistados não tinham nenhuma relação ou tinham pouca relação com a emissora e de que um número mais significativo de grupos em relação ao gênero, faixa etária e ocupação fosse ouvido.

<sup>153</sup> Pudemos perceber algumas vantagens e desvantagens desse tipo de abordagem. Vantagens: os sujeitos são interpelados *in loco* e há a possibilidade de um diálogo mais intenso e uma interação mais demorada e pessoal em muitos casos entre pesquisador e entrevistado mesmo que o instrumento preveja perguntas fechadas. Desvantagens: alguns sujeitos buscam agradar o entrevistador respondendo o que acham que melhor lhe convém; os sujeitos geralmente não dispõem de muito tempo para responder ao questionário, o que os leva a responder às vezes algumas questões de “qualquer jeito”; alguns ficam inibidos diante de entrevistadores que lhes são desconhecidos; quando as respostas não são gravadas (como foi em nosso caso) há possibilidade de serem perdidas informações ou de que a descrição já contenha impressões do entrevistador no caso de perguntas abertas.

Quadro 6. Codificação dos respondentes da Pesquisa de Opinião Pública na **Emissora A**

Sujeitos	Faixa etária	Escolaridade	Gênero	Ocupação	Local de residência
POP1-EA <sup>154</sup>	35-44	Ensino Médio	M	Empresário	Zona Urbana
POP2-EA	35-44	Ensino Médio	M	Empresário	Zona Urbana
POP3-EA	60 e mais	Ensino Fundamental Incompleto	F	Aposentada	Zona Urbana
POP4-EA	14-24	Ensino Médio	F	Comerciante	Zona Urbana
POP5-EA	14-24	Superior incompleto	F	Estudante	Zona Urbana
POP6-EA	25-34	Ensino Médio	F	Comerciante	Zona Urbana
POP7-EA	14-24	Ensino Médio	F	Comerciante	Zona Rural
POP8-EA	25-34	Ensino Médio	F	Comerciante	Zona Urbana
POP9-EA	60 e mais	Ensino Médio	F	Balconista	Zona Urbana
POP10-EA	45-59	Ensino Médio	M	Comerciante	Zona Urbana
POP11-EA	35-44	Superior Completo	F	Gerente Comercial	Zona Urbana
POP12-EA	60 e mais	Ensino Fundamental Incompleto	M	Funcionário Público	Zona Urbana
POP13-EA	25-34	Ensino Médio	F	Secretária	Zona Urbana
POP14-EA	45-59	Ensino Médio	M	Comerciante	Zona Rural
POP15-EA	25-34	Ensino Médio	F	Comerciante	Zona Urbana
POP16-EA	25-34	Superior Completo	F	Administradora	Zona Urbana
POP17-EA	60 e mais	Ensino Fundamental Incompleto	F	Agricultora	Zona Rural
POP18-EA	35-44	Ensino Médio	F	Comerciante	Zona Urbana
POP19-EA	14-24	Ensino Médio	F	Manicure	Zona Urbana
POP20-EA	45-59	Ensino Médio	F	Aposentada	Zona Urbana
POP21-EA	25-34	Superior Completo	F	Proprietária de Farmácia	Zona Urbana
POP22-EA	14-24	Ensino Médio	F	Atendente de Farmácia	Zona Urbana

Fonte: Elaboração do autor

Na *Pesquisa de Opinião Pública* realizada junto aos ouvintes da Emissora B, adotamos a mesma estratégia de produção de dados, com algumas variações em relação ao modo como os sujeitos foram selecionados e, posteriormente, interpelados. A pesquisa foi realizada entre os dias 20 de dezembro de 2018 e 07 de janeiro de 2019 com ouvintes (Quadro 7) da *Rádio Comunitária* de Frederico Westphalen através de um questionário *on line*. Ao

<sup>154</sup> Os sujeitos entrevistados no âmbito da audiência foram identificados com o código POP1-EA (Pesquisa de Opinião Pública – Sujeito 1 – Emissora A), POP1-EB (Pesquisa de Opinião Pública – Sujeito 1 – Emissora B) e assim sucessivamente. Assim como no âmbito da produção nosso objetivo é de que o leitor tenha as condições e as informações necessárias para identificar e localizar os espaços e a conjuntura em que foram emitidas as falas e assim poder reconstruir as condições de enunciação que revelam os ambientes, os sujeitos do discurso e os sentidos produzidos a partir deles.

todo foram encaminhados 60 questionários<sup>155</sup>. Obtivemos 22 respondentes<sup>156</sup>. O instrumento adotado na produção de dados junto às audiências da Emissora A foi mantido, apenas adaptado à nova estratégia.

Quadro 7. Codificação dos respondentes da Pesquisa de Opinião Pública na **Emissora B**

Sujeitos	Idade	Escolaridade	Gênero	Ocupação	Local de residência
POP1-EB	35-44	Superior Completo	F	Neuropsicopedagoga	Zona Urbana
POP2-EB	25-34	Ensino Médio	M	Vendedor de Gás	Zona Urbana
POP3-EB	60 e mais	Ensino Médio Incompleto	F	Enfermeira Aposentada	Zona Urbana
POP4-EB	45-59	Ensino Fundamental Incompleto	F	Confeiteira	Zona Urbana
POP5-EB	25-34	Superior incompleto	F	Pesquisadora	Zona Urbana
POP6-EB	35-44	Superior Completo	F	Professora	Zona Rural
POP7-EB	14-24	Superior incompleto	F	Estudante	Zona Urbana
POP8-EB	45-59	Superior Completo	F	Professora	Zona Urbana
POP9-EB	35-44	Ensino Fundamental Incompleto	M	Eletricista	Zona Urbana
POP10-EB	45-59	Ensino Fundamental Incompleto	M	Gesseiro	Zona Urbana
POP11-EB	45-59	Ensino Fundamental Incompleto	M	Doméstica	Zona Urbana
POP12-EB	60 e	Ensino Fund.	M	Açougueiro	Zona Rural

<sup>155</sup> Os sujeitos radiouvintes e as informações de seus contatos foram obtidos junto à emissora a partir de pessoas que participaram ao longo da programação nos dias 16 e 30 de dezembro de 2018. Estas pessoas deixaram seus números de telefone celular a efetuarem um contato com a emissora solicitando música, expondo sua opinião sobre algum assunto tratado na programação ou simplesmente ao deixarem algum recado. Significa dizer que a amostra foi escolhida levando em conta o critério da audiência, ou seja, os questionários foram direcionados a um grupo específico. A participação neste processo esteve vinculada ao fato de serem proprietários de aparelho celular e posteriormente para que pudessem responder o questionário terem acesso à internet. O sistema de respostas foi configurado para que o respondente tivesse que identificar uma conta de e-mail para participar da pesquisa o que evitou que os sujeitos respondessem mais de uma vez o questionário. O link que direcionava o ouvinte para o questionário *on line* foi encaminhado via *WhatsApp*.

<sup>156</sup> Observamos que as vantagens desta abordagem, em nosso caso específico, foram maiores do que as desvantagens. Vantagens: alcançamos várias pessoas com características diferenciadas em um curto espaço de tempo; este formato nos permitiu acesso aos respondentes independentemente de sua localização geográfica; facilitou para o respondente expressar determinadas opiniões que não faria pessoalmente (sensação de anonimato); os participantes puderam escolher o ambiente para responder às perguntas (casa ou escritório, por exemplo) e puderam administrar seu tempo para responder a pesquisa; o questionário pode ser melhor pensado antes de ser respondido; e é possível que os sujeitos sejam mais sinceros ao responder questionários *on line*. Desvantagens: a possível falta de habilidade dos respondentes em relação às tecnologias pode ter dificultado o preenchimento ou o acesso ao questionário; ouvintes que não tinham *WhatsApp* ou internet não foram acionados e a impessoalidade que não permite uma interação mais intensa entre pesquisador e respondente. Foram encaminhadas mais que uma mensagem solicitando a participação dos ouvintes na pesquisa, até que se obtivesse um número de respostas próximas ao número de respostas obtidas no caso piloto. O número final de respondentes (22) acabou sendo uma coincidência do acaso.

	mais	Incompleto			
<b>POP13-EB</b>	45-59	Ensino Médio	F	Do Lar	Zona Urbana
<b>POP14-EB</b>	45-59	Ensino Médio	M	Serralheiro	Zona Urbana
<b>POP15-EB</b>	60 e mais	Superior Completo	F	Aposentada	Zona Urbana
<b>POP16-EB</b>	60 e mais	Ensino Médio Incompleto	M	Aposentado	Zona Urbana
<b>POP17-EB</b>	60 e mais	Ensino Médio Completo	F	Aposentada	Zona Urbana
<b>POP18-EB</b>	60 e mais	Ensino Médio Completo	F	Doméstica	Zona Urbana
<b>POP19-EB</b>	45-59	Ensino Fundamental Incompleto	M	Manutenção de Frigorífico	Zona Urbana
<b>POP20-EB</b>	45-59	Superior Completo	M	Professor	Zona Urbana
<b>POP21-EB</b>	25-34	Superior Incompleto	M	Açougueiro	Zona Urbana
<b>POP22-EB</b>	35-44	Superior Completo	M	Servidor Público	Zona Urbana

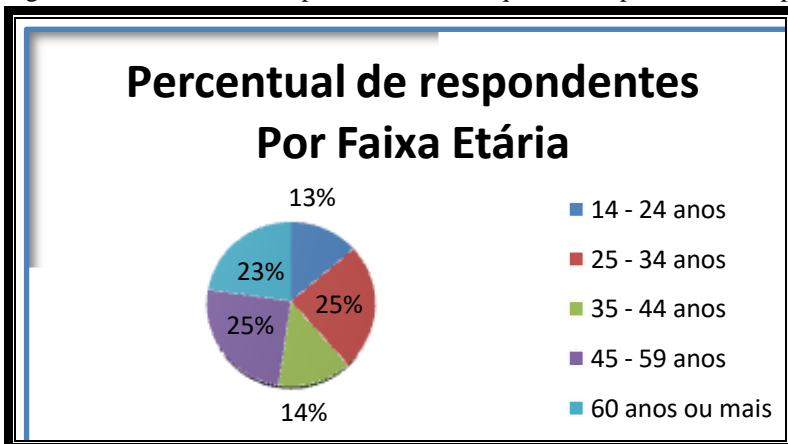
Fonte: Elaboração do autor

O questionário direcionado às audiências, composto por perguntas fechadas, de múltipla escolha e perguntas abertas, foi estruturado de acordo com as informações subsequentes.

A parte inicial do instrumento objetiva identificar os respondentes. Na sequência, as questões tratam do hábito de ouvir rádio. E, por fim, as questões que se seguem passaram a tratar especificamente da interlocução estabelecida entre as audiências e a emissora, tendo em vista: o conhecimento e a percepção do ouvinte sobre a programação; a relevância e/ou importância das emissoras para os sujeitos entrevistados e para a comunidade em que ela está inserida; a percepção da audiência a respeito da presença das demandas da comunidade na programação; o envolvimento/diálogos dos sujeitos com a emissora; a repercussão e as reações provocadas pela programação e pelos discursos veiculados na emissora na audiência e vice-versa; e o que os ouvintes acreditam ser importante que deva ser tratado na programação.

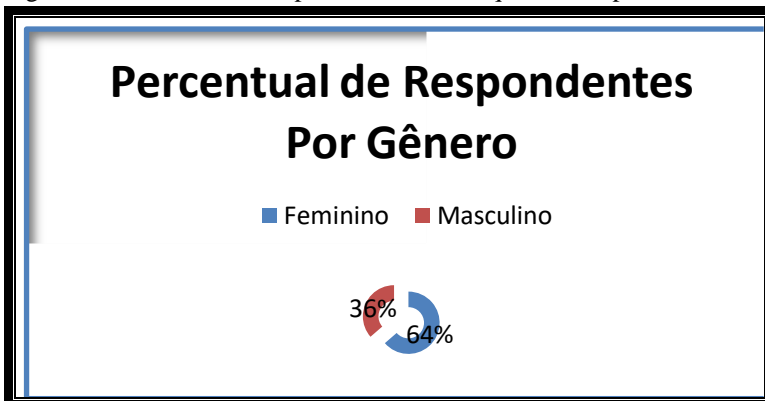
Ao considerarmos todos os respondentes das Pesquisas de Opinião Pública nas duas emissoras observadas teremos a seguinte visão geral dos sujeitos no âmbito das audiências (Figuras 7, 8 e 9):

Figura 7: Percentual dos respondentes das Pesquisas de Opinião Pública por faixa etária



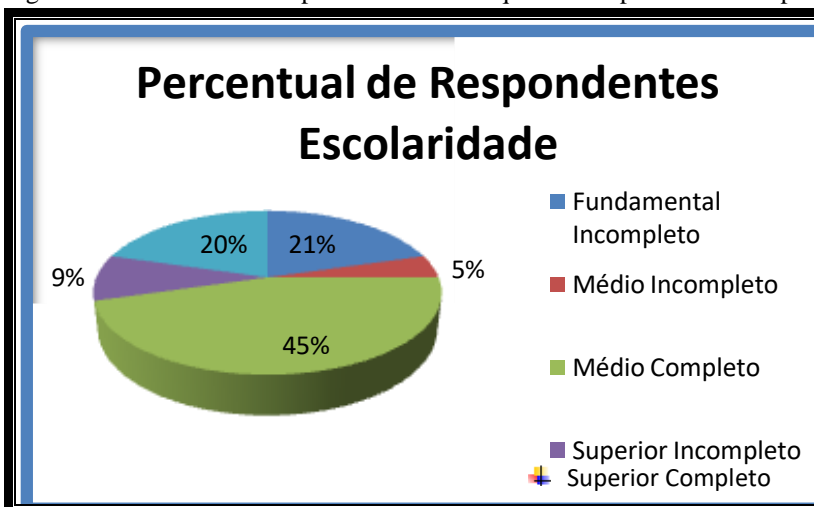
Fonte: Elaboração do autor

Figura8: Percentual dos respondentes das Pesquisas de Opinião Pública por gênero



Fonte: Elaboração do autor

Figura 9: Percentual dos respondentes das Pesquisas de Opinião Pública por escolaridade



Fonte: Elaboração do autor

Consideramos, por fim, a “*observação direta*” da programação das emissoras como elemento essencial para a operacionalização metodológica da investigação. A compreensão



das experiências concretas de RadCom se efetiva a partir da observação de uma tríade composta pela interlocução com os comunicadores (emissores/gestores no âmbito da produção), os radiouvintes (no âmbito das audiências) e o que se veicula de fato na programação. A estratégia consiste na elaboração de um *Diário* (Boletim) *de escuta* interessado em conhecer as atividades diárias da emissora, os processos discursivos desencadeados na programação, como se dá a interação entre locutores e ouvintes e como as vozes que entram em circulação se confrontam nestes espaços de RadCom. Seleccionamos aleatoriamente dois dias de programação em ambas as emissoras. Na Emissora A, dias 06 (quinta-feira) e dia 19 (quarta-feira) de dezembro de 2018 e na Emissora B, dias 06 (terça-feira) e 16 (sexta-feira) de novembro e alguns programas específicos que vão ao ar esporádica ou semanalmente nas emissoras<sup>157</sup> observando, o que, de fato, é veiculado, observando sob quais focos, a intensidade, o tempo de participação e o envolvimento da audiência na programação, linguagem, quais as fontes que utiliza, etc.

### **6.5 Os sentidos que emergem dos sujeitos que narram suas experiências discursivas e a recomposição da arena onde se dá o encontro dessas vozes**

Nesta seção descrevemos inicialmente os lugares de atuação da *Rádio Comunitária Liberdade FM* (Emissora A) no caso o município de Três Palmeiras, e da *Rádio Comunitária FM* (Emissora B) de Frederico Westphalen Os dados objetivos que nos permitem descrever os cenários sócio-políticos e ideológicos em que as emissoras estão situadas são oriundos de levantamentos, como o Censo Demográfico<sup>158</sup> do IBGE e Perfil das Cidades Gaúchas produzido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE)<sup>159</sup>. Os sujeitos com os quais estabelecemos interlocução nas entrevistas no âmbito da produção igualmente indicaram elementos que dão suporte para a descrição das condições de produção dos enunciados veiculados na programação das emissoras.

A seguir, reconstituiremos a historicidade das emissoras observadas, os elementos nevrálgicos que as constituem e o que as singularizam. Para isso, acessamos “dados oficiais” (ECO, 2006, p. 29), registros em arquivos, como, por exemplo, o Estatuto das Associações

<sup>157</sup> Na Emissora B foram selecionados os Programas Rádio Radar, que vai ao ar uma vez por mês aos sábados a partir das 11 horas da manhã e com duração de uma hora, e o Programa da Central Única das Favelas (CUFA), que vai ao ar todas as quintas-feiras a partir das 20 horas e com duração de 30 minutos.

<sup>158</sup> Censo Demográfico - IBGE Cidades, PNAD, Brasil em Síntese. Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-palmeiras/panorama>. Acesso em 15 jun. 2018.

<sup>159</sup> Perfil das Cidades Gaúchas – Três Palmeiras, 2017. Dados disponíveis em: [http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil\\_Cidades\\_Gauchas-tres\\_palmeiras.pdf](http://ambientedigital.sebrae-rs.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-tres_palmeiras.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

Mantenedoras das Emissoras. Nos casos, tivemos acesso às versões que estavam vigentes no momento da realização da pesquisa. Buscamos também os relatórios elaborados pelo Conselho Comunitário em relação à programação. No caso da Emissora A, estes não existiam. A descrição acerca da história, da constituição, das atividades das emissoras, bem como dos contextos sócio-políticos e ideológicos em que as práticas concretas de Radiodifusão Comunitária observadas estão inseridas se constitui também a partir da interlocução estabelecida com os integrantes da equipe de colaboradores que atuam nas emissoras.

O intuito é o de recompor a historicidade e as condições de produção dos discursos nestes ambientes a fim de compreender mediante quais condições os sentidos historicamente construídos e constitutivos da RadCom podem ou não se fazerem presentes.

Partimos para um movimento de descrição do objeto investigado em sua materialidade e a partir de suas características enunciadas pelos sujeitos que o constroem. A fim de que sejam compreendidos os processos de produção de sentidos e em que condições ocorrem, é imperioso identificar os contextos sociais, a posição e as situações concretas nas quais os sujeitos se encontram e interagem, onde se dão os enunciados e as situações extraverbais que condicionam, orientam, organizam e permitem sua elaboração e inteligibilidade.

Movemo-nos tendo em vista a compreensão de que explicitar as condições de enunciação que envolvem as práticas concretas de Radiodifusão Comunitária e a historicidade destas práticas discursivas são imprescindíveis à investigação, afinal, os fenômenos humanos (comunicativos e educativos) se dão em cenários concretos e os enunciados são pronunciamentos de sujeitos reais, datados, posicionados, constituídos histórico e socialmente a partir de cenários socioculturais, políticos e econômicos por eles vivenciados. Estes cenários bombeiam energias desde uma situação de vida às práticas discursivas e fornecem aos enunciados e aos eventos seu caráter singular e único. Isso não implica imaginar que cada evento explica a si próprio e nele se fecha, mas, como afirma Geraldí (2015, p. 87), demandam compreensões a partir dos atos singulares.

Trazer a singularidade dos atos, debruçar-se sobre o evento, sobre o particular produz um regime de pensamento de dupla direção: de um lado se distancia da engrenagem estrutural que reduz cada ocorrência a mero exemplo de abstração; [...] de outro lado permite um enriquecimento constante das compreensões sempre em processo de construção e, através delas, um enriquecimento do mundo da ação, dos atos, dos eventos já que estes não são realizados ignorando as compreensões que os mobilizam.

Ora, nesta ótica, cada experiência passa a ser descrita participativamente. Ou seja, na descrição está implicado o sujeito que a descreve e a linguagem com que descreve. Tomamos, portanto, “a concretude única do evento como ponto de partida e como ponto de chegada de

nossas compreensões” (GERALDI, 2015, p. 86). Descrever o objeto concreto em termos de sua materialidade linguística e de suas características enunciativas é assumir o papel de sujeito discursivo, o que impõe necessariamente uma interlocução com o outro, com o já dito e com a ideologia que orienta o discurso. E essa interlocução não se constrói sem a participação do outro, e sem que ambos saiam modificados nesta relação.

### 6.5.1 Rádio Liberdade FM de Três Palmeiras – RS

O município de Três Palmeiras, área de atuação da *Rádio Comunitária Liberdade FM*, criado em 12 de maio de 1988, está localizado na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente na Microrregião de Frederico Westphalen, distante cerca de 400 Km da capital do estado, Porto Alegre. A economia, de acordo com fontes oficiais do estado do Rio Grande do Sul, é predominantemente agrícola, formada por minifúndios, com produção de soja, milho, trigo e fruticultura. O comércio supre as necessidades locais e a indústria é incipiente.

No olhar de LOC3-EA, o pequeno município, que vive basicamente da agricultura,

[...] tem sua maior renda mensal na produção de leite e na aposentadoria. A renda anual, quem sabe, é o grão. Mas o leite e a aposentadoria representam a maior parte da economia do município, até pelo fato de que a cidade não tem empresas de grande porte que gerem empregos. A maioria que tem empregos fixos moram na cidade mas nela não trabalham. [...] Muitas vezes conflitos impedem que o desenvolvimento aconteça de maneira mais dinâmica. Mas é um município, que por ser pequeno, tem uma estrutura básica que atende a população. Por mais que a gente diz que não atende satisfatoriamente, mas isso não é diferente de outros municípios. E como todos os municípios vive uma situação de crise por falta de investimentos externos. O município não tem uma renda grande que consegue manter a roda girando. Ela depende de investimentos das instâncias superiores, estadual e federal. Nos últimos tempos temos percebido uma redução nesses investimentos e isso afeta diretamente a economia local.

Segundo dados do IBGE, a população estimada de Três Palmeiras em 2017 era de 4457 pessoas. A maior parte das pessoas se concentra na faixa etária dos 14 aos 29 anos e dos 49 aos 70 anos. LOC2-EA, ao ser instigado a descrever a cidade de atuação da emissora, afirma que é uma cidade “boa de se viver, uma cidade bem tranquila, com poucas ocorrências (policiais), onde todo mundo se conhece, mas vaga de emprego não tem. É uma coisa que ainda está precária. Como é uma cidade pequena não tem investimentos de maior porte”. LOC1-EA também afirma que por ser uma cidade pequena “a gente conhece todo mundo e todo mundo se conhece. Você sai na rua e te dizem: estava ouvindo teu programa” (se referindo ao fato de que os ouvintes o interpelam na rua indicando de estavam acompanhando a programação da emissora).

As discussões acerca da constituição da Emissora A, a *Rádio Comunitária Liberdade FM de Três Palmeiras*, começaram em 2002. Em 24 de abril de 2003 foi fundada a Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras (ACCLTP), com o objetivo de executar o serviço de Radiodifusão Comunitária no município. Na época, segundo consta na ata de fundação, a Associação era composta por 30 membros. Em 2007 a Rádio entrou no ar através da internet como *Rádio Web*. O processo de outorga da Emissora para atuar em modo FM durou 6 anos, tendo sido concedida no ano de 2009. Destaca-se que ao processo de solicitação de outorga encaminhado em 2003 ao então Ministério das Comunicações, foi anexado um abaixo-assinado que contou com assinatura de mais de mil pessoas da comunidade três-palmeirense. Número bastante expressivo frente aos aproximadamente 4400 habitantes do município à época.

O prefixo destinado à Emissora foi o de 104.9, o mesmo atribuído a dezenas de outras na mesma região. A Emissora entrou em operação com 25 watts de potência ainda em 2008, quando foram vencidos os trâmites burocráticos junto ao Ministério das Comunicações. Dentre as ações a que se propõe a ACCLTP, de acordo com seus estatutos, destacam-se: a intenção de contribuir na luta pela democratização dos meios de comunicação; dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; combater a discriminação de raça, religião, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias, além de combater o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora<sup>160</sup>.

No ano de 2018, quando da realização da pesquisa, a Emissora possuía um quadro de quatro colaboradores remunerados, que têm o trabalho na Emissora como sua atividade profissional principal, além de alguns colaboradores eventuais que realizam atividades voluntárias, não remuneradas. Dentre os colaboradores remunerados, dois eram agricultores antes de ingressar na Emissora, um profissional liberal e um sem atividade específica. Nenhum desses quatro colaboradores tinha alguma formação técnica, acadêmica ou experiência em comunicação social antes do ingresso na Rádio Comunitária. As dependências e os estúdios de onde a Emissora emite sua programação situam-se em um modesto espaço alugado pela Associação mantenedora do serviço para essa finalidade (Figuras: 10, 11, 12, 13 e 14).

---

<sup>160</sup> Objetivos constantes no Capítulo II – Dos Objetivos, Art. 4º, folhas 2 e 3 do Estatuto Social da ACCLTP, versão de 2007.

Figura 10. Fachada da Emissora Rádio Comunitária Liberdade FM



Fonte: arquivo pessoal

Figura 11: Fachada da Emissora e vista parcial da cidade de Três Palmeiras



Fonte: arquivo pessoal

Figura 12: Estúdio principal da Rádio Comunitária Liberdade FM



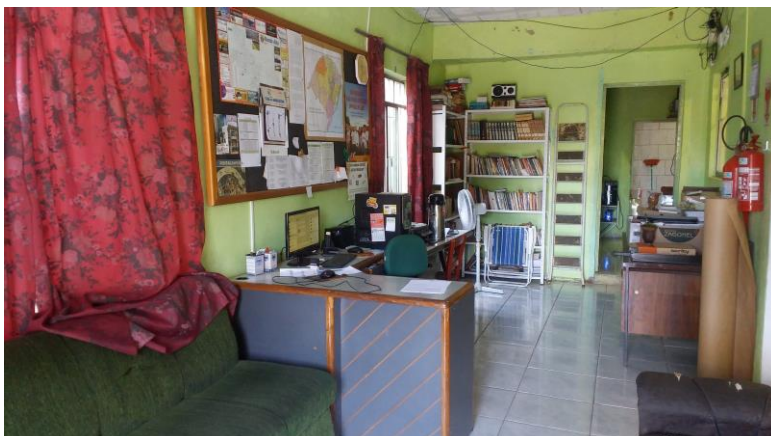
Fonte: arquivo pessoal

Figura 13: Estúdio principal da Rádio Comunitária Liberdade FM



Fonte: arquivo pessoal

Figura 14: Recepção da Emissora Rádio Comunitária Liberdade FM <sup>161</sup>



Fonte: arquivo pessoal

### 6.5.2 Rádio Liberdade: as vozes dos locutores

#### *Dimensão histórica*

Os relatos dos entrevistados dão conta de que a Emissora nasceu de um projeto coletivo com a finalidade de atender aos anseios de uma parte significativa da comunidade do município que pretendia construir um projeto de comunicação que estivesse direcionado às demandas e interesses locais. Nota-se que seu nascimento não foi um fato isolado. Os entrevistados mencionam que “[...] na região já havia experiências de Rádios Comunitárias” (LOC3-EA), as quais (RadCom de Frederico Westphalen, Caiçara, Vicente Dutra) serviram de referência para a sua constituição. Há de se considerar ainda que ela é parte de um movimento que se expandia no país e que se caracterizava pela ocupação do espaço

<sup>161</sup> Além do estúdio principal e da recepção, as dependências da emissora contam com um pequeno estúdio para gravações, uma cozinha e um sanitário.

eletromagnético por forças e movimentos sociais de diversos campos políticos, especialmente aqueles ligados aos movimentos de esquerda, e reclamava por uma “reforma agrária do ar” (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986), a fim de produzir mensagens e narrativas alternativas ou combativas às produzidas e emitidas pelos grandes veículos de comunicação comercial. Tal perspectiva indica que na natureza do movimento da Radiodifusão Comunitária há uma manifesta tensão social e de classe. Isso fica expresso na fala do sujeito LOC3-EA: “[...] a história da Rádio Comunitária é uma luta, de classe. Nessa luta de classe, nós estamos entre a parte menos favorecida”.

#### *Dimensão local e de proximidade*

Ao serem instados a descrever o município de Três Palmeiras, todos os entrevistados mostraram que conhecem o cenário socioeconômico, cultural e político em que a Emissora está situada, ainda que cada qual apresente uma percepção própria a respeito dele. Locutores e ouvintes parecem, neste cenário concreto, compartilhar espaços, situações sociais imediatas, experiências sociais, enfim, encontram-se em ambientes comuns. A proximidade entre locutores e comunidade em geral fica evidenciada quando LOC1-EA afirma que “[...] a gente conhece todo mundo e todo mundo se conhece”. LOC3-EA enuncia que por viverem em

[...] uma cidade pequena praticamente conhecemos todos pelo nome. A gente sabe os gostos que tem, no dia a dia sentimos os gostos da comunidade. Nos sentimos inseridos na casa das pessoas. [...] Aqui os locutores sabem o nome de todas as ruas, onde as pessoas moram. As pessoas se sentem inseridas dentro da programação pela proximidade. Conseguimos interagir direto com as pessoas.

É perceptível o envolvimento dos sujeitos com a comunidade onde a emissora está inserida, interação que vai além do microfone, se estende para a rua e se concretiza também em projetos de extensão. Há uma proximidade muito significativa entre os pólos da produção e da audiência, que até se confundem em alguns momentos.

#### *Dimensão da produção*

Inicialmente é possível perceber o quando este contexto de interação proximal participa de forma decisiva compondo os enunciados dos sujeitos no âmbito da produção e revelam as tensões e negociações pelos sentidos neste processo. O próprio espaço da rua, por exemplo, é indicado como uma espécie de ambiente alongado de interação e comunicação onde os sujeitos se encontram e sentidos são negociados e produzidos. A rua possibilita situações de comunicação que integram os enunciados midiáticos e compõe ambientes de produção de discursos envolvendo diversas vozes sociais. A rua, nesta perspectiva, surge na fala do sujeito LOC1-EA quando perguntado se há algum mecanismo de avaliação da

programação. O entrevistado destaca que, além da ferramenta de avaliação disponível no blog da Emissora<sup>162</sup>, “[...] se você falar alguma coisa dentro da rádio que as pessoas não gostam, você sai na rua as pessoas já estão te cobrando. [...] Porque a gente sabe que as pessoas, mesmo criticando ou elogiando, elas estão ouvindo a Rádio Liberdade e estão tendo um posicionamento”. LOC2-EA assume um posicionamento semelhante e afirma “[...] como a cidade é pequena a gente sai na rua e é todo mundo falando sobre a Rádio, o que aconteceu, enfim, isso ou aquilo”. Destes enunciados é possível inferir que no âmbito da produção há um claro endereçamento dos discursos. O ouvinte é encarado como um interlocutor e dele, também, se espera uma resposta. O ouvinte torna-se falante na medida em que sua voz participa ativamente na constituição dos enunciados e dos sentidos produzidos nas palavras do locutor. Este direcionamento dos discursos é da ordem do inacabado, do fazer-se, do aberto, um processo permanente de negociação de sentidos e produção de inteligibilidades. Quando LOC3-EA é perguntado sobre os meios que a audiência tem a seu dispor para manifestar opinião sobre a programação, ele responde: redes sociais, blog da Emissora, telefone, na rua e acrescenta:

[...] quando você está prestando um serviço público, que é o que fazemos, não prestamos serviço pra duas ou três pessoas, visto que o sinal é jogado no ar e qualquer pessoa pode ouvir ele. Importante que as pessoas tenham oportunidade de avaliar, questionar, participar. O que falamos pode afetar diretamente as pessoas, mesmo que nem imaginamos que isso pode acontecer. Percebemos que não controlamos os efeitos e impactos do que falamos. Temos que nos policiar e é bom quando a audiência se manifesta.

Esta interlocução pressupõe uma atitude de alteridade, um movimento em que o sujeito visualiza o lugar do outro e a partir dele retorna e (re)pensa suas posições iniciais. Este movimento nos parece presente nas afirmações do entrevistado LOC3-EA. Ao ser perguntado sobre o tipo de conteúdos a que é dada prioridade na programação, com que enfoque e objetivos, ele afirma:

[...] se coloque no lugar da pessoa que está em casa. ‘Eu achei isto curioso’. Isso é curioso pra todo o mundo ou só é pra mim. ‘Isso eu achei que é bom as pessoas saberem’. As pessoas que estão ouvindo realmente querem saber ou isso é importante somente pra mim? [...] Sempre se colocar esta pergunta: será que quem está em casa quer ouvir? [...] Eu estou sozinho aqui no estúdio e me chega uma música cheia de ‘palavrão’ e eu achei graça naquilo, mas e as pessoas que estão me ouvindo? Está o vovô com o netinho no colo e daí o vovô está ensinando o netinho que não pode falar ‘palavrão’, que não pode xingar o pai e a mãe, não é pra desrespeitar o vizinho e o rádio está lá no canto falando ‘palavrão’. Eu tenho que imaginar isso. Eu achei engraçado, mas será que quem está em casa ouvindo será que vai gostar de ouvir? Ou temos uma música que tem termos machistas, ofensivos.

<sup>162</sup> A ferramenta de avaliação à qual o entrevistado se refere é uma Pesquisa de Opinião disponível no Blog da Emissora onde os ouvintes podem manifestar sua percepção em relação à programação e aos locutores. Todos os três entrevistados no âmbito da produção fizeram menção a esta plataforma. A ferramenta está disponível em: <http://liberdadetrespalmeiras.blogspot.com/p/opiniao-do-ouvinte.html>. Acesso em: 10 abril 2018.



A mulher que está em casa ouvindo a programação, fazendo almoço, ela quer ouvir uma música ‘ajoelha e chora, quanto mais eu bato mais ela adora’? Será que ela quer ouvir isso?

O olhar e a percepção do outro regulam ações e opções da comunicação discursiva, participa na elaboração dos discursos e sentidos, cobra o que ainda permanece invisibilizado e corrige o que foi veiculado, enfim, mobiliza uma reflexão acerca das posições iniciais. Perguntado sobre o quanto as avaliações dos ouvintes incidem sobre os enunciados dos locutores e no cotidiano da Emissora, LOC-S3 aponta que “[...] eu não consigo me ver errando, mas meu ouvinte sim. No momento em que o ouvinte se expressa apontando onde eu estou errando, consigo avaliar meu erro”.

Nas falas, é perceptível que há uma preocupação constante, por parte dos sujeitos em caracterizar um ideal de RadCom, e, de alguma forma, prospectam o que seja desejável em um veículo de Radiodifusão Comunitária, mesmo que na prática possam estar presentes algumas contradições.

Visualizamos que muito do que é produzido em termos de discurso no âmbito da produção tem origem ou motivação na audiência. O ouvinte é uma importante referência e critério para o enunciado do locutor. A posição da audiência tem reflexos nos enunciados do locutor.

#### *Dimensão da interlocução com os ouvintes*

A interlocução da emissora com os ouvintes parece iniciar a partir da construção de um sentimento de pertencimento e isso aparenta incidir sobre uma possível superação da dicotomia locutor-ouvinte, tão visível nos processos comunicativos convencionais. Em um espaço comunicativo de caráter comunitário, que os sujeitos reconhecem como de propriedade do coletivo, articulam-se diversidades, complexidades e pluralidades. Ao ser perguntado acerca do envolvimento da comunidade em relação à Emissora, o entrevistado LOC3-EA aponta que “[...] pelo menos nas manifestações que nos chegam, a comunidade sente um pertencimento. Como se a Rádio faz parte da comunidade. Sempre tive isso como importante. Não é a tua rádio, a minha rádio, a nossa, da comunidade. É possível sentir, visualizar este sentimento de pertencimento”. Percebe-se, nos enunciados dos entrevistados, que há uma preocupação constante com as demandas da comunidade e de que é a esta comunidade que estão direcionados os seus discursos.

Além disso, quando perguntado se a relação que a Rádio estabelece com as pessoas e as pessoas com a Emissora favorece para que os sujeitos deem um novo sentido para o lugar em que vivem e para si próprios, LOC3-EA responde:

[...] no momento em que as pessoas interagem com um meio de comunicação e em nosso caso o único meio de comunicação local, público, de massa [do município], essa relação é bem amarrada, as pessoas têm um sentimento de que a Rádio é da comunidade e isso provoca em nós também a responsabilidade de ser a Rádio da comunidade. Amarra as duas pontas. Uma via de mão dupla. Tanto a comunidade se sente pertencendo à Rádio, sente que a Rádio é uma parte da comunidade, como nós, que somos do lado de cá, também percebemos que temos uma responsabilidade junto à comunidade, também temos que nos posicionarmos pelo bem da comunidade. Sei que isso é muito difícil. Você tem que abrir mão de alguns conceitos, algumas opiniões porque a tua opinião não deve prevalecer sobre a opinião da comunidade. [...] As pessoas se sentem participantes.

Ainda sobre a perspectiva da interação com as audiências, perguntado como as diferentes vozes da comunidade se manifestam na programação, LOC3-EA foi enfático afirmando: “[...] o que temos tentado fazer – dar oportunidade para que os diferentes se expressem, [...] propiciar que a comunidade tenha espaço, [...] para que as posições se manifestem”.

Não há clareza por parte dos entrevistados dos impactos de seus discursos junto às audiências. Mesmo assim, há uma percepção de que o espaço da comunicação comunitária tem um valor significativo no âmbito da comunidade onde os sentidos dos discursos se constituem.

### *Dimensão ideológica e política*

Este cenário é visível numa afirmação de LOC2-EA. Quando perguntado como a Emissora se envolve com as demandas da comunidade ele ressalta que “[...] a gente sempre foca na comunidade. Infelizmente certas coisas a gente tem que ficar privado de falar, por causa da politicagem”. Quando o entrevistado foi indagado pelas razões deste silenciamento, afirmou: “Uma cobrança do próprio povo, acredito. Porque a cidade é bem dividida. Sobre a política, cada um tem seu lado, enfim, se a Rádio ir de um lado ou de outro, enfim, se a gente cobrar alguma coisa que não é feito pela administração que está, a gente sofre as consequências”. Estas disputas na constituição dos enunciados também estão presentes quando se trata da sustentabilidade financeira das emissoras comunitárias. LOC3-EA foi perguntado se o processo de arrecadação de recursos para a manutenção e funcionamento da emissora impacta em seu caráter comunitário. Ele assim se posiciona:

[...] a questão de depender do apoio cultural, da iniciativa privada para manutenção é prejudicial para a comunicação comunitária. Muitas vezes tu tens que tirar o pé do acelerador em algo que você tem que ser mais incisivo. Choca com os interesses dos apoiadores. Por

exemplo, precisaríamos ser mais incisivos no combate ao uso do agrotóxico, mas temos empresas que são vendedoras de insumos e se nós atacarmos muito os agrotóxicos elas podem cortar o apoio e entramos em crise.

Neste aspecto, LOC3-EA defende que uma das possibilidades para que a pluralidade ideológica prevaleça nos veículos de comunicação comunitários seria o financiamento público, “[...] mas um financiamento público para que a rádio tivesse a liberdade de produzir seu conteúdo, produzir suas campanhas, fazer seu trabalho sem virar agência de publicidade do governo”.

#### *Dimensão da sustentabilidade e da legalidade*

No que diz respeito à legislação, LOC3-EA faz uma analogia para tentar mostrar os limites da Lei 9.612/1998 que regulamenta o serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil, nestes termos:

[...] esta lei, se analisarmos friamente, diz que a Rádio Comunitária pode nascer e respirar. Não pode comer nem tomar água. Se fosse um ser vivo seria esta a analogia. Algumas leis deram oportunidade de tomar água de vez em quando. Nos últimos tempos retiraram o direito de respirar também. É uma legislação que permite apenas a Radiodifusão Comunitária existir. [...] Queremos uma lei que proteja o serviço e que defenda a comunicação comunitária como uma forma alternativa de comunicação.

#### 6.5.3 Rádio Liberdade: as vozes das audiências

Quando adentramos o universo das audiências da Emissora A, destacamos que apenas um dos entrevistados disse não ter o hábito de ouvir rádio, face à atividade profissional que realiza. Todos os demais afirmam que em algum momento do seu dia têm o costume de ouvir rádio. Este dado mostra que, em maior ou menor grau, o rádio continua sendo, em diversos cenários, um meio de comunicação muito presente. Percebemos também que, pelas características do município, a circulação e a produção de informação advêm ainda muito deste processo convencional de comunicação de massa. Quando questionados como o rádio se fazia presente, de algum modo, no cotidiano do entrevistado, as respostas concentram-se em: “[...] ouço para ficar sabendo sobre as notícias e os acontecimentos da cidade” (POP13-EA); “[...] costume ouvir quando começo a cozinhar o almoço” (POP17-EA); “[...] gosto de ouvir à tarde, hora que bebo meu chimarrão” (POP3-EA); “o rádio é um complemento da vida, a vida sem rádio é uma vida triste. Um ambiente sem rádio é um ambiente triste. É preciso sempre ter alguém para conversar (POP20-EA).

Todos os entrevistados disseram ouvir ou conhecer a Emissora A. Ao serem indagados sobre o motivo que os leva a ouvir a emissora, 50% deles afirmam que acompanham a

programação para ficarem “sabendo” sobre as notícias do município e da região, ou porque “[...] a Rádio ajuda o município” (POP3-EA), “[...] gosto de colaborar com a Rádio” (POP4-EA), “[...] conheço os locutores” (POP10-EA). Em relação à população rural do município, a percepção da presença do veículo é ainda maior. Os sujeitos descrevem a Rádio como principal fonte de informação local “[...] que chega ao meio rural” (POP14-EA). Dois entrevistados afirmam que mesmo conhecendo a emissora não se motivam a ouvir.

Quando passamos a tratar sobre a relação entre a Rádio Comunitária e os sujeitos respondentes percebemos que, por ser um veículo local, com claros objetivos de prestar um serviço para a comunidade em que está inserido, a proximidade e o envolvimento da comunidade é muito significativo. Ao serem interpelados para que avaliassem seu envolvimento e proximidade com a emissora em um escore de 1 a 10 (sendo que 1 significa pouco envolvimento e 10 muito envolvimento), a metade dos entrevistados afirmou ser entre 7 e 10. Apenas 2 avaliaram que o seu envolvimento se enquadra no escore 1.

Os entrevistados percebem que há um maior envolvimento dos sujeitos quando temas sociais, culturais e educacionais da comunidade são postos em pauta na programação da emissora. Ao serem perguntados sobre as reações da comunidade quando um assunto é veiculado na emissora, 17 respondentes afirmam que há um envolvimento da comunidade mediante este cenário. Dentre as respostas dos entrevistados destaca-se o fato de que os temas “[...] produzem interesse por parte da população” (POP21-EA), “[...] instigam as crianças e a população em geral” (POP20-EA), “[...] são um meio de integração entre a Rádio e a comunidade” (POP10-EA), “[...] contribui para que as pessoas se engajem com certas causas” (POP4-EA) e “[...] as pessoas conversam sobre eles” (POP2-EA).

Para 75% dos respondentes há na programação da Emissora espaços de interação com a comunidade (Questão 14), especialmente em “[...] programas específicos voltados para as demandas da comunidade” (POP19-EA), quando “[...] as escolas mostram suas atividades na programação” (POP11-EA), quando “[...] a emissora vai até a escola” (POP12-EA e POP4-EA, ou “[...] quando os moradores têm espaço para cantar” (POP18-EA). Para POP14-EA “[...] quanto maior a abertura da emissora à comunidade, maior o envolvimento dos sujeitos”, posição esta reafirmada por POP10-EA ao enunciar que “[...] os espaços que discutem temas do cotidiano da comunidade potencializam a interatividade”.

A importância da Emissora para os sujeitos e para a comunidade de Três Palmeiras fica evidenciada especialmente pelo fato de que para parte dos respondentes (10) ela é um meio de informação que trata de temas considerados de interesse do município, dando a

conhecer a diversidade de posições existentes na comunidade, algo que emissoras regionais e comerciais não costumam fazer ou fazem raramente.

Nas questões 15 e 17 procuramos compreender quais respostas podem ser produzidas em termos de posicionamento pessoal a partir daquilo que é enunciado por meio da Rádio Comunitária e o que pode ser percebido em termos de reflexos no coletivo. Invariavelmente os sujeitos reagem de alguma maneira ao que está sendo veiculado. Dentre os que acompanham diariamente a programação, 10 respondentes ao todo, 9 deles concordam com as informações ou formam opinião a partir delas. Ao serem perguntados se alguma recomendação, fala ou dica veiculada na Rádio Comunitária já foi levada em consideração no seu dia a dia ou impactou de alguma maneira em seu modo de pensar ou nas suas ações, a respondente POP-S20 afirma que para ela “[...] uma informação é confiável depois de ter sido anunciada na Rádio” e acrescenta que quando há algum rumor sobre algum fato que esteja acontecendo costuma dizer: “vamos escutar que vai dar”, referindo-se ao caso de que espera que a situação seja anunciada na emissora para que passe a gerar diálogos sobre o tema na comunidade. Afirmarções como: “[...] o que é veiculado na emissora em muito pauta as discussões tratadas pela comunidade” (POP5-EA); “[...] contribui nas ações das pessoas no cotidiano e, muitas vezes faz efeito” (POP11-EA); “[...] sigo as dicas, estou sempre à espera das dicas e notícias” (POP20-EA); “[...] fala-se muito do que acontece, tem que falar mais do que precisa” (POP5-EA), deixam transparecer que há um movimento semântico em torno da palavra enunciada no espaço da Emissora, tendo em vista que os enunciados encontram sujeitos respondentes e ativos do “outro lado” do rádio. Nas palavras de POP20-EA, “um fato passa a existir quando é noticiado na Rádio. Mesmo que crianças estejam quebrando algo na praça, o fato só passa a ser considerado vandalismo quando a informação surge nas ondas da rádio”. Os pais, segundo a referida entrevistada, “quando o fato é anunciado na rádio, elaboram sentidos aos comportamentos dos seus filhos, mesmo que estes já tenham conhecimento de tais situações”. Os discursos mediados midiaticamente carregam consigo a potência de produzir sentidos, é também através deles que fatos e sujeitos são compreendidos, ganham tonalidades ideológicas.

#### 6.5.4 Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen – RS

Frederico Westphalen, área de atuação da *Rádio Comunitária FM*, foi elevado à categoria de município em 1954. Está localizada na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, distante cerca de 470 Km da capital do estado, Porto Alegre. Com pouco mais de 30 mil

habitantes, sua economia, é alicerçada no setor de serviços, comércio e na agricultura. Parte significativa da população tem entre 15 e 30 anos e entre 45 e 50. O município recebe pessoas de várias regiões do estado e do país, pois concentra 6 instituições de Educação Superior<sup>163</sup>. Mais de 90% de sua população se declara católica segundo o censo do IBGE de 2010.

É neste cenário sócio-político-econômico que, na ânsia da construção de um meio alternativo de comunicação no município, um representativo grupo de pessoas da comunidade idealizou e gestou, durante muito tempo, a viabilidade e a possibilidade de criação de uma Rádio Comunitária no município. O projeto, de longa data, começou a ser concretizado em 22 de março de 2003 com a fundação da Associação Frederiquense de Radiodifusão Comunitária, entidade sem fins lucrativos que teria o desafio da implantação do então sonhado veículo. Após a fundação, foram adquiridos alguns aparelhos que contaram com investimentos particulares dos próprios associados. Estes aparelhos, limitados tecnicamente, puderam pôr no ar, pela primeira vez, em 15 de maio de 2003 um novo veículo de comunicação no município. Por força de assembleia geral da Associação, que na época contava com 84 associados, a rádio recebeu o nome de Rádio Comunitária e passou a operar na frequência de 87.9 FM, frequência na qual a legislação concede a todas as rádios comunitárias que viessem a emitir na região.

À época, quatorze pessoas iniciaram seus trabalhos radiofônicos na emissora, todos inexperientes e em busca de oferecer uma alternativa aos ouvintes. Durante um mês a emissora atuou em caráter experimental. A partir de junho de 2003, a emissora começa a emitir seu sinal das 6 às 19 horas. Com o passar do tempo, de acordo com a viabilidade do projeto, passou em 2004 a estar no ar 18 horas por dia, das 6 às 24 horas. O alcance da emissora abrange o município de Frederico Westphalen, num total de 30 mil pessoas, aproximadamente. Alguns locais de outros municípios sintonizam a emissora, mas esta não é a tônica comum.

A proposta da Rádio Comunitária, presente textualmente nos estatutos da emissora, comum a muitas das emissoras com estas características, é de ser um espaço aberto de difusão de ideias, elementos culturais, tradição e hábitos sociais da comunidade, além de ser prestadora de serviços de utilidade pública e divulgação de informações. A Rádio Comunitária de Frederico Westphalen foi uma das precursoras deste formato de mídia na

---

<sup>163</sup> Três instituições públicas, com campus da Universidade Federal de Santa Maria, do Instituto Federal Farroupilha e da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, uma instituição comunitária, a Universidade Regional Integrada, e dois campi de Universidades que oferecem Ensino à Distância, a Universidade do Norte do Paraná e a Unicessumar.

região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, sendo seguida por diversas outras dos municípios vizinhos.

Durante toda a sua história, ela sofreu com as represálias dos meios de comunicação comerciais e tradicionais da região tendo em vista que representava, segundo aqueles, uma ameaça não só para a sua audiência, o que tenderia a diminuir seus vantajosos lucros, mas para as forças políticas locais que difundiam seus discursos com poucos focos de contestação. LOC1-EB, que participou das tratativas iniciais do projeto de implantação da emissora e que hoje ocupa a função de Diretor de Programação enfatiza que, no princípio,

[...] era uma coisa muito diferente, estranha. O que que era, bom (...) comunicação era rádio. Nós tínhamos um jornal só na cidade. Bom, rádio era Luz e Alegria [se referindo a uma das emissoras comerciais que tem sua sede no município e que atua desde 1957], ligada à igreja, e o resto era uma coisa que na mente das pessoas, bah (...) não poderia dar certo, não tinha como dar certo e se não fosse uma coisa nos moldes como era feita, era uma coisa que parece que não tinha possibilidade de acontecer.

A Rádio Comunitária recebeu, para iniciar suas operações radiofônicas uma outorga provisória via judicial do Ministério das Comunicações e através da Portaria nº. 178, de 23 de abril de 2007 e posteriormente uma outorga definitiva, que autorizou o funcionamento da mesma por dez anos (a emissora estava, no momento do trabalho de campo, em processo de solicitação de renovação da outorga de concessão). Esta liberação foi constantemente contestada pelas rádios comerciais do município e da região que tentaram dificultar de “todos os jeitos” o trabalho das emissoras comunitárias, inclusive, recorrendo a campanhas difamatórias sob o argumento de que elas feriam a legislação ou eram “piratas”.

As disputas pela palavra no espaço eletromagnético começam logo no processo de outorga. A morosidade do processo de concessão do canal e o “choque” de frequências devido ao canal único destinado às emissoras comunitárias aponta para a existência de uma disputa pela propriedade dos meios tecnológicos com vistas à produção de mensagens e narrativas. A destinação de uma mesma frequência a todas as comunidades interessadas em oferecer o serviço de Radiodifusão Comunitária, por exemplo, é uma forma legalizada de tentar abafar as vozes dissonantes, alternativas e próprias das comunidades, o que indica, logo de início, que a RadCom nasce num cenário de enfrentamentos e disputas, como contrapalavra a um discurso uniforme, oficial e protegido. Uma luta de sujeitos que estão nas margens, na periferia e de discursos contestatórios, invisibilizados em suas lutas pela inteligibilidade do mundo e de si próprios.

LOC1-EB aponta que a emissora nasceu com o intuito de ser uma alternativa em termos de veículo de comunicação no município, especialmente no tocante à produção de discursos ao até então monopolizado cenário midiático no município.

Eu acho que a comunidade estava ansiosa pra que surgisse algum outro veículo de comunicação. Me parece que essa coisa da influência, e só aquilo que era dito ali na única emissora que existia era uma coisa que estava já saturando as pessoas. Eu acho que isso foi muito bom porque, mesmo surgindo com esta potência tão pequena, com pessoas que não tinham a menor noção, a ampla maioria, do que é comunicar, e acho que isso foi bom também porque nós não começamos fazendo, embora haja sim uma influência, nós não começamos fazendo o que as outras rádios faziam.

No período em que a pesquisa foi realizada a emissora de Frederico Westphalen contava com nove colaboradores, cinco deles tinham na emissora sua atividade principal e dentre estes, três eram jornalistas. Assim como a Emissora A, os estúdios (Figuras 15, 16 e 17) da Rádio Comunitária ocupam um espaço alugado<sup>164</sup> pela Associação mantenedora e os desafios em relação à manutenção financeira são enormes.

Figura 15: Estúdio principal da Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen



Fonte: arquivo pessoal

Figura 16: Sala do Jornalismo da Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen

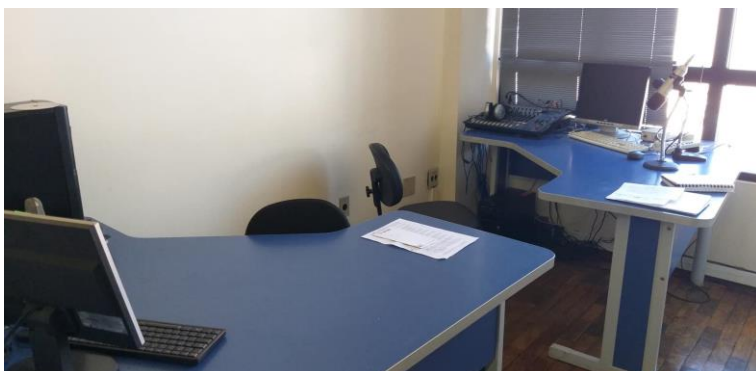


Fonte: arquivo pessoal

<sup>164</sup> Além do estúdio principal, de uma sala para o Jornalismo e de um estúdio secundário para gravações, o espaço ocupado pela Emissora possui uma recepção, uma pequena cozinha e um sanitário. A Emissora ocupa duas salas comerciais no oitavo andar de um edifício no centro da cidade. A Emissora teve de ocupar este andar pois sua antena está instalada no topo do prédio e, de acordo com a lei 9612/98, os transmissores não podem estar a uma distância maior do que 30 metros da antena. Este é mais um empecilho imposto pela legislação à prestação do serviço.



Figura 17: Estúdio secundário da Rádio Comunitária FM de Frederico Westphalen



Fonte: arquivo pessoal

### 6.5.5 Rádio Comunitária FM: as vozes dos locutores

#### *Dimensão histórica*

De maneira aproximada à constituição da *Rádio Liberdade FM*, a *Comunitária* de Frederico Westphalen nasce em um período caracterizado pela efervescência no país de iniciativas populares com vistas à ocupação do espaço eletromagnético da radiodifusão. Muitos desses movimentos estiveram ligados à oposição crescente de grupos sociais organizados ou de alternativas pontuais às políticas neoliberais adotadas pelos governos brasileiros até 2003 e pela expectativa em relação à chegada ao poder de um governo de caráter popular, o que poderia impulsionar a luta pela democratização da comunicação. Em ambos os casos observados, as Associações mantenedoras das emissoras foram criadas no ano de 2003, no entanto, no caso da Emissora B as emissões iniciaram no mesmo ano amparada por uma decisão judicial e na Emissora A só iniciariam em 2008.

Este aspecto militante em relação às causas sociais mobilizou muitos sujeitos a se engajarem em projetos de comunicação comunitária. LOC1-EB, quando perguntado acerca de sua entrada na emissora, afirmou que “a militância e o envolvimento em causas populares, na luta contra as desigualdades acaba levando a gente a se envolver com comunicação comunitária”. Este elemento indica que o movimento da RadCom tem uma dimensão que extrapola as questões da comunicação e se insere num projeto político de enfrentamento social e de disputa de poder em que a linguagem e os discursos têm papel fundamental. Esta perspectiva fica expressa na fala de LOC1-EB quando, ao ser perguntado sobre os principais desafios enfrentados na implantação da emissora, afirma que: “a questão da terra, a questão do possuir, a questão das desigualdades, são coisas que a gente luta e tem muita dificuldade de romper, mudar o que está posto. E a comunicação é uma das grandes armas que é utilizada.

Fazer comunicação num país onde tudo isso é concentrado nas mãos de poucas pessoas, milionárias e que estão a serviço das pessoas que comandam o país, das grandes corporações. Tu fazer comunicação, por mais que seja um veículo pequeno é uma batalha”.

A luta pela democratização da comunicação marca o processo inicial das emissoras pesquisadas e é referida pelos entrevistados no âmbito da produção. É neste horizonte que LOC2-EB destaca que “a gente procura trazer para a comunidade algo que elas não vão ouvir nos meios de comunicação tradicionais”, ou seja, pôr em circulação narrativas de mundo e discursos para os quais os meios de comunicação convencionais costumam manter-se surdos. E, por outro lado, completa LOC2-EB, para que “todas as pessoas possam ter, de alguma forma, acesso aos meios de comunicação [...], fora desse viés comercial, sendo uma opção para as pessoas terem um espaço mais democrático”. A intenção parece ser clara: a de oportunizar um espaço plural para que as pessoas pudessem ter acesso aos meios de comunicação “a fim de que possam nele e através dele se comunicarem”, como destaca LOC3-EB, “não importando qual seu viés, qual sua concepção religiosa, qual seu pensamento político, sua condição social” como sublinha LOC1-EB.

#### *Dimensão Local e Comunitária*

Ao serem instados a descreverem o município onde a emissora está situada os locutores são unânimes em afirmar que a região como um todo é muito conservadora em termos políticos e morais e fortemente tensionada a adotar posturas indicadas pela igreja católica local. Para LOC2-EB a emissora está num município “muito conservador, uma comunidade muito tutelada pela igreja católica (e polarizada politicamente), a gente sabe o meio em que estamos inseridos”. Esta percepção aparece na fala de LOC1-EB, quando diz que “a região é extremamente conservadora e uma região dominada por alguns veículos de comunicação e pelas influências que eles têm, a força que a Igreja Católica tem aqui, o domínio que ela tem sobre muitas pessoas e famílias”. Para ele, é nesse cenário que irrompe a radiodifusão comunitária no município, sendo que “agora existe um outro veículo de comunicação que não é aquele da igreja”.

Os enunciados dos sujeitos são desde sempre produzidos e transmitidos a partir de um lugar social e histórico. O contexto compõe um não-dito de extensão incomensurável presente em qualquer enunciado como parte constitutiva da sua estrutura de sentido. As situações concretas vividas pelos sujeitos se integram aos enunciados e a produção de sentidos ocorre mediada por um contexto sociocultural imediato. Toda a enunciação, portanto, tem uma natureza social, é situada, contingente e histórica. Os contextos deixam suas marcas nos

textos, fazem com que os discursos tenham sentido. Nessa perspectiva, um veículo de comunicação de proximidade, de caráter comunitário tende a ser reconhecido mais facilmente pelos sujeitos como um espaço compartilhado onde podem transitar “coisas que envolvem a vida das pessoas” (LOC1-EB), onde as tensões, os condicionamentos, as posições ideológicas são mais marcantes, onde a interação acaba sendo mais direta.

A proximidade com a comunidade é marca constitutiva do processo de comunicação comunitária da Emissora B, mesmo que na prática algumas situações imponham uma série de dificuldades para que este imperativo se consolide. Os próprios sujeitos reconhecem que, de fato, a interação poderia ser ainda mais efetiva. Para LOC1-EB, a emissora procura estar o mais próximo possível da realidade e das demandas da comunidade em que está inserida e “não se furta de estar participando de tudo que a gente tem condições técnicas e físicas de estar presente”, mas que 1) “a comunidade não aproveita mais por falta de organização, por falta de conhecimento, por falta de ter tido a oportunidade de receber essa informação e essa informação de saber que ela precisa se envolver mais, se organizar mais, e lutar por seus direitos e usar os meios para conquistar as coisas” e 2) “a gente poderia estar fazendo mais coisas, será que não estamos pecando no aspecto de ter ajudado a organizar mais, de levar a informação, se articular e propiciar para que as pessoas pudessem ter sido educadas, ter sido esclarecidas mais?”. A avaliação dos entrevistados em relação ao que é praticado na emissora introduz o elemento de que quanto maior e mais intensa a interação, maiores são as possibilidades de que sejam desencadeados processos formativos e de que estes sejam constituídos a partir de uma pluralidade de vozes e tendo em vista um auditório social próximo e em diálogo com um horizonte social mais amplo.

### *Dimensão da Produção*

A situação, os participantes mais imediatos, as relações sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor dão forma à enunciação. Para Bakhtin, “o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão, não é o interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito inarticulado do animal procede do interior” (BAKHTIN, 2009, p. 125). Os sujeitos entrevistados se encontram em uma interação e num terreno histórico e social compartilhado a partir de uma situação concreta. A comunicação, sob este viés, converte-se num espaço no qual se podem pensar as contradições, os embates, as temporalidades e a pluralidade de matizes culturais que dinamizam uma sociedade e que resultam em processos formativos.

Perguntados a respeito de como é pensada a programação da emissora, a quais conteúdos é dado prioridade e qual a intencionalidade daquilo que vai “ao ar”, os sujeitos destacam o valor da presença dos ouvintes, das suas demandas e das suas posições nos conteúdos e nos discursos veiculados e deixam em evidência o fato de que a emissora procura não ser mera reprodutora de discursos já prontos e materializados em meios de comunicação comerciais e hegemônicos. Tomando emprestada a linguagem corriqueira do universo da informática, LOC2-EB afirma que “a gente não dá Ctrl+c e Ctrl+v”, se referindo à ação de copiar e colar, enfim, repetir *ipsis litteris*. Para LOC1-EB “a gente não é mero reprodutor do discurso tradicional dos grandes veículos de comunicação, então procuramos alternativas”. O entrevistado ainda acrescenta acentuando que “se fosse pra nós virmos pra Rádio pra ganhar pouco, pra sofrer todo o tipo de pressão, pra fazer as mesmas coisas, nós não viríamos; se fosse pra nós virmos aqui ler o que está na Zero Hora ou no Correio do Povo [refere-se a dois jornais de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, o primeiro ligado ao Grupo Globo e o segundo ao Grupo Record], a gente ia fazer outra coisa, tenho certeza”.

#### *Dimensão da Interlocução com os ouvintes*

Os entrevistados destacam que a programação e os temas tratados são pensados no coletivo, não há um modo engessado regulado a partir de pautas pré-determinadas. Para eles, a programação é resultado de uma construção, como afirma LOC1-EB, “nós precisamos nos aproximar da comunidade e procuramos criar programas em que a gente consiga interagir com a comunidade”. Segundo LOC3-EB os ouvintes nos “ligam, nos procuram, sugerem e a gente busca [...] conversamos com eles”. Para LOC1-EB a emissora em sua programação expõe “aquilo que o ouvinte traz, sendo favorável ou contrário àquilo que a gente está dizendo a gente torna público”. A palavra é ponte, o ouvinte torna-se locutor. Isto permite, por exemplo, como afirma LOC2-EB, citando um episódio em que a emissora suspendeu toda a programação pensada para uma determinada manhã para transmitir ao vivo, na íntegra, uma audiência pública que tratava sobre a distribuição de vagas nas escolas de educação infantil do município, “tudo porque a comunidade nos trouxe esse problema, e aqui julgamos que a gente não podia ficar alheio a isso, se a comunidade está se organizando, nós temos que dar voz a esta organização”.

O ouvinte passa a ser encarado como um interlocutor, participa ativamente na produção, fala, ouve, ouve-se, negocia sentidos em um ambiente em que potencialmente as vozes são colocadas para dialogar, não em uma situação isonômica, mas num processo de negociação de espaços, narrativas e sentidos. Não há um sujeito sozinho em um estúdio e

indivíduos mudos do outro lado da Rádio. Há vozes, vivas, posições ideológicas, pontos de vista, muitas vezes silenciadas, e que desejam ser ouvidas, postas em circulação, ativadas, e, mesmo que em condições desiguais, discordam, concordam, são prenes de respostas. O enunciado é o palco desses encontros, das palavras que buscam um sentido, a ser criado, confrontado num tipo de relação social e semântica atrás dos quais estão os sujeitos dos discursos.

A emissora, segundo LOC1-EB tem como proposta, mesmo que ele admita o quanto ainda se tem a evoluir enquanto ambiente de comunicação, ser “um espaço que a comunidade utilize para conversar, para dialogar, para trazer seus pontos de vista, [...] saber o que o outro está pensando, [...] pro enfrentamento, se for o caso”. O discurso midiático, assim sendo, passa a ser o resultado de uma interação entre emissor e receptor. Há uma reciprocidade entre os participantes da comunicação discursiva. Nos discursos transpassados por recursos tecnológicos fatos adquirem sentido, são compreendidos, ganham tonalidades ideológicas. “Sentido é o efeito da interação do locutor com o receptor [...], como uma faísca elétrica que se produz quando há um contato entre dois pólos opostos” (BAKHTIN, 2009, p. 137). Para LOC1-EB a emissora “leva pra muito mais gente aquilo que o outro está pensando, esclarece, aprofunda o seu ponto de vista, modifica, enfim”. O ouvinte participa da elaboração do enunciado do locutor. Ao ocupar uma posição ativa responsiva em relação ao discurso do emissor, o “ouvinte torna-se falante” (BAKHTIN, 2011, p. 271). Os sentidos não emergem nas palavras em si, mas são produtos de uma situação social.

### *Dimensão ideológica e política*

Nesse aspecto, como parte do processo de construção de sentidos, as falas dos entrevistados evidenciam que a emissora neste embate ideológico e semântico não se omite em firmar posição, mesmo que aberta à pluralidade e ao contraditório. Segundo LOC1-EB, “historicamente há uma luta, um desafio das pessoas menos favorecidas, que é a maior parte da população, que menos tem direito e que luta por eles. Ao menos essa é a nossa utopia, um sonho de fazer com que as pessoas entendam o que está acontecendo, e a partir daí elas possam se posicionar e ter os seus pontos de vista”. LOC1-EB aponta ainda que o objetivo principal é desencadear processos de reflexão: “se a gente criar nela (na audiência) a necessidade de fazer uma pesquisa maior sobre aquele tema, pra ela decidir, pra ela ter uma opinião, a partir daí defender estas ideias; se a gente conseguir fazer isso sobre temas diversos eu acho que a gente vai estar alcançando nosso objetivo”. Esta postura político-ideológica é corroborada nas falas de LOC2-EB quando afirma que assumem “uma linha mais

progressista”. Quando indagado em que sentido pode se perceber esta linha de atuação, LOC2-EB ressalta: “a partir do momento que a Rádio Comunitária preza pelo seu público que é o público mais desassistido, daquele público que não se vê e não tem espaço em outros meios, se percebe isso no momento em que diariamente a gente “bate nessa tecla”, defende uma linha de direitos humanos, uma linha em defesa das minorias, uma linha em defesa dos pobres desse país”. Para LOC3-EB, a linha ideológica da emissora tem “uma base social: vejo que a ideologia da Rádio Comunitária é fazer uma comunicação popular, dar espaço às pessoas, sabe, sem botar o dinheiro na frente disso, entendeu?”

Nessa perspectiva é que os entrevistados vão construindo o que consideram ser os destinatários e sobredestinatários dos discursos veiculados na emissora e que os constituem a partir do momento em que o outro se configura como um parceiro do diálogo. É possível perceber o quanto o discurso tem sempre um endereçamento. Estes destinatários e sobredestinatários que estão intimamente ligados a auditórios e a horizontes sociais concretos e históricos, com os quais dialogam ininterruptamente, emolduram os enunciados. Não são palavras de ninguém emitidas para ninguém, de uma maneira mecânica e linear. O “endereçamento do enunciado é sua peculiaridade constitutiva, sem a qual não pode haver enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 300). Dirige-se a alguém, e cria algo que não existia antes dele, novo e singular. O outro como sujeito do discurso, do qual se espera uma resposta “de simpatia, acordo ou desacordo, de estímulo para a ação [...], ele os rejeita, completa, baseia-se neles, subentende-se como conhecidos, de certo modo, os leva em conta” (BAKHTIN, 2011, p. 291; 297). Um discurso que não espera resposta se reduz a meras relações lógico-linguísticas.

Para LOC3-EB a emissora tem ouvintes de “todas as classes sociais, todas as idades, em todos os bairros, [...] a gente sabe que temos ouvintes aqui no Centro, mas temos ouvintes lá no São José, no Núcleo (referindo-se a três bairros da cidade, um central e os outros dois da periferia, respectivamente), também que às vezes não tem o ensino fundamental”. São destinatários concretos e também presumidos, os quais impactam fortemente nos formatos e nos conteúdos discursivos emitidos no âmbito da produção visto que, segundo a referida locutora, o importante é fazer uma comunicação que todos entendam e “que todos possam acompanhar e se sentir parte também”. Nesta seara, LOC1-EB destaca que “a gente imagina que está comunicando especialmente para os trabalhadores, a maior parte são simples, pessoas que estão em seus locais de trabalho, pessoas que estão trabalhando na obra, pessoas que estão trabalhando em casa ou circulando por aí [...] afinal, nossa sociedade é formada amplamente por trabalhadores”. Para LOC2-EB a comunicação se direciona também para aqueles que

“não nos ouvem ou se sentem incomodados com os discursos da emissora” e que se sentem contemplados, como afirma LOC1-EB, “pelos discursos dos outros meios de comunicação do município que são aliados e reprodutores do tradicional jeito de fazer comunicação”. É no enfrentamento, no contraponto e diretamente ligados aos discursos dos grandes meios de comunicação comerciais e suas posturas ideológicas que se refletem outros sobredestinatários dos discursos veiculados na emissora, tendo em vista o permanente diálogo que se estabelece com um horizonte social mais amplo.

### *Dimensão da sustentabilidade e da legalidade*

Por fim, neste esforço de descrever os casos observados com o objetivo de reconstruir a historicidade e as condições de enunciação percebidas nestes ambientes concretos de comunicação social de caráter comunitário, interrogamos os entrevistados em relação aos aspectos da sustentabilidade financeira da emissora e a dimensão legal. Assim como foi constatado no Emissora A, neste caso tal-qualmente para os entrevistados a legislação cria uma série de constrangimentos para atuação da emissora comunitária e impõe empecilhos para a concretização de seus propósitos. LOC2-EB afirma que a legislação limita em diversos aspectos as atividades, desde questões técnicas em relação ao alcance das emissões, até o fato de que ela limita a obtenção de recursos financeiros da iniciativa privada e dificulta, pra não dizer que praticamente inviabiliza, a captação de verbas públicas para sua manutenção e financiamento. O locutor problematiza a própria concepção presente no texto legal que rege as RadCom e como este as define para tentar exemplificar de que modo as restrições legais afetam as atividades na prática. Segundo ele, “somos Rádio Comunitária, não é a nossa forma de arrecadar recursos pra se manter que vai definir se você é Comunitária ou não; o que vai definir é o conteúdo, é o teu jornalismo, tua programação, o teu contato com a comunidade. Não é a forma como você se mantém ou a altura da tua antena que vai dizer se você é Comunitária ou não” O locutor aponta e reconhece, de outra parte, a existência de contextos contraditórios e práticas incoerentes face à confusão de concepções que se instauraram em torno da radiodifusão comunitária: “tem muita ‘Comunitária’ que trabalha como rádio comercial e não querem nem saber”.

Os entrevistados são unânimes ao afirmarem que as disputas de poder marcam o cenário legal. O texto legislativo configura-se como uma arena de lutas em que há a tentativa de alguns grupos de que umas vozes sejam amordaçadas, suprimidas ou silenciadas. Para LOC2-EB a maioria dos deputados e senadores, responsáveis pela elaboração das leis no Brasil fazem parte de grupos que controlam os mais diversos veículos de comunicação, “tem

concessões de ‘n’ emissoras e pra eles não é interessante que a comunicação comunitária se desenvolva, cresça, ou a legislação permita que, daqui a pouco, em um município maior, tenhamos duas Rádios Comunitárias”. LOC1-EB considera que a legislação é um fator que tolhe e põe em risco os projetos comunicativos de RadCom. O locutor relata que na constituição da lei havia um esforço dos movimentos populares para que fossem aprovadas regras que garantisse o funcionamento da comunicação comunitária, mas o que ocorreu na prática foi “uma vergonha”. “A legislação foi feita pra sufocar, não permitir”, seu efeito mesmo que seja normativo tem sido negativo. LOC1-EB também ressalta que há um envolvimento de parte da classe política e de proprietários de grandes veículos de comunicação pra manter o monopólio das concessões de Rádio e TV em “poucas mãos” e, conseqüentemente, “como há uma concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucas pessoas, a informação que é dada para as pessoas ela é a informação que essas pessoas querem que elas recebam”. Diante de tal cenário para LOC1-EB o que a RadCom faz é um “trabalho de resistência”. Para LOC3-EA, “a gente tá resistindo e isso é necessário”.

Ao serem questionados sobre a relação entre a arrecadação de recursos para a manutenção financeira e o caráter comunitário, plural, exigido de uma emissora comunitária, os locutores fazem questão de ressaltar que, mesmo em condições adversas, procuram manter a autonomia dos discursos frente aos apelos do capital e de quem os financia. Para LOC1-EB, é preciso “fazer o trabalho comunitário como tem que ser, independente de onde vem o dinheiro, [...] é construir um entendimento com o empresariado de que a gente precisa ter essa liberdade. Nós podemos divergir, mas ele pode nos apoiar porque também é bom pra ele, [...] tem empresas que compreendem, têm outros que não entendem e acham que somos adversários”. LOC1-EB reforça o fato de que o compromisso da emissora é “contar o que está acontecendo na comunidade, sem a preocupação em, ah (..) se eu disser isso talvez fulano não vá gostar ou tal entidade não vai gostar”. Essa perspectiva é corroborada por LOC3-EB ao afirmar: “a gente dá espaço pra todos aqueles que nos apóiam (financeiramente), mas a gente não tenta agradar quem nos apóia só porque está nos apoiando, [...] não é por isso que a gente vai transmitir a ideologia daquela empresa aqui dentro da emissora”. O primeiro parágrafo do Estatuto da Associação Frederiquense de Radiodifusão Comunitária reforça e prescreve como elemento orientador de qualquer das suas ações que a entidade “manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado e ao poder econômico”.



### 6.5.6 Rádio Comunitária FM: as vozes das audiências

Em nossa incursão no universo das audiências na Emissora B no intuito de situarmos estes respondentes e as interlocuções estabelecidas entre eles e a emissora percebemos de imediato que a pluralidade é uma marca constitutiva desse público. Nossa amostra, constituída por 22 sujeitos, todos declarados ouvintes da *Rádio Comunitária*, é composta por pessoas das mais diferentes idades, escolaridade, ocupação e local de residência. Esta caracterização dos respondentes nos indica, mesmo que isso não seja suficiente para traçar um possível perfil da audiência (e esta não é nossa pretensão), que a emissora estabelece relação, em maior ou menor grau de intensidade, com sujeitos nos mais diversos ambientes, com diversas características e em situações vivenciais múltiplas. Estes variados “lugares” de fala dos ouvintes nos fornecem elementos para compreendermos os diferentes impactos, reações e interações que se estabelecem entre eles e os sujeitos no âmbito da produção, bem como o que é produzido, o que pode resultar em termos semânticos desses encontros e o quanto essa diversidade, os sotaques sociais podem enriquecer a experiência humana e a vida de cada um.

Dos respondentes, aproximadamente 60% deles afirmam que acompanham a programação da emissora por mais de 5 horas diárias em média. Quando avaliam seu envolvimento ou proximidade com a emissora, 78% se dizem muito envolvidos, entre 8 e 10, num escore de 1 a 10 (sendo que 1 significa pouco envolvimento e 10 muito envolvimento). Esta proximidade fica explícita nas respostas ao questionamento acerca do conhecimento e da percepção dos ouvintes sobre a programação. Em particular os ouvintes destacam que têm uma empatia e uma afinidade com a programação, tendo em vista que “é muito informativa e esclarecedora”, conforme POP1-EB, cumpre “com o papel de informar o que é utilidade pública”, de acordo com POP5-EB, e, ainda, segundo POP20-EB é “dinâmica, agradável e diversificada”.

Os ouvintes respondentes dão significativa importância às notícias veiculadas na emissora, que, segundo eles, favorecem a interação locutor-ouvinte visto que, de algum modo, revelam as demandas, preocupações, anseios e mesmo as disputas de poder presentes no cenário local, sem perder de vista os debates mais amplos e históricos a respeito dos temas em questão. A notícia e a informação favorecem a conexão e aproximam locutor e ouvinte, os transformam em interlocutores. Os sujeitos sentem que, de alguma forma, estão presentes direta (socializando seus posicionamentos) ou indiretamente (percebendo que suas demandas, expectativas e posicionamentos são assumidos pelos locutores) na programação e nos discursos veiculados na emissora. De outra parte na fala de POP4-EB fica explícito o

envolvimento também da emissora com as demandas da comunidade: “a emissora está sempre debatendo sobre interesses da comunidade”. Posição corroborada por POP1-EB que afirma que, “indistintamente, a preocupação da rádio é com a comunidade”. Para POP5-EB uma imprensa atuante, especialmente em nível local, “dá voz à comunidade”.

Os ouvintes foram instados também a responder a respeito das possíveis repercussões em seu cotidiano das pautas tratadas e dos assuntos veiculados na programação da *Rádio Comunitária*. Apenas um dos entrevistados apontou que fica indiferente a elas. E mesmo que poucos (apenas três, de um total de 50 respostas já que esta questão aceitava que o respondente indicasse mais de uma alternativa) tenham indicado que costumam participar diretamente enviando perguntas e opiniões aos locutores pelos canais oferecidos pela emissora, todos os outros respondentes, de alguma forma, se mobilizam a partir daquilo que está sendo tratado. Isto significa dizer que há uma responsividade compreensiva por parte dos ouvintes que respondem ativamente ao que está sendo veiculado, comentando os assuntos com as pessoas do seu convívio, refletindo sobre os assuntos tratados, levando em consideração as informações veiculadas em seu dia a dia, formando opinião a partir delas ou buscando saber mais sobre os temas. Os enunciados solicitam sempre uma resposta, colocam os sujeitos em ação e em relação. Isto fica evidente quando POP1-EB relata que “a programação faz questionamentos os quais fazem a comunidade refletir e participar”. Esta responsividade é favorecida porque, segundo POP22-EB, a emissora dá destaque “aos debates sobre temas atuais [...] e assume definitivamente o papel de porta voz da cidadania, fomentando pensamento crítico e reflexivo”, “porque as informações são diversificadas e reais com a vida pública dos cidadãos” conforme afirma POP20-EB, e “porque trata de assuntos relevantes para a comunidade”, de acordo com POP5-EB.

Outro elemento que se compreende nas falas dos ouvintes é a percepção das audiências em relação ao endereçamento dos discursos produzidos no âmbito da Rádio Comunitária, bem como a batalha política e ideológica em que estes discursos estão imersos. POP5-EB afirma que acredita que a emissora “é um importante veículo de comunicação não elitista” e na sequência que sua relevância para a comunidade se dá, dentre outros fatores, pelo fato de “debater política e trazer informações de interesse das classes menos favorecidas”. Esta perspectiva da audiência sobre o posicionamento da emissora se faz presente na fala de POP22-EB que, ao ser perguntado se a comunidade passa a ter um maior envolvimento nas atividades sociais, culturais e educacionais da cidade quando o assunto é discutido na programação da emissora, sustenta que “muitas vezes não é interessante para alguns segmentos da sociedade difundir a informação e as discussões que estão em

andamento”, dando espaço à compreensão segundo a qual na arena de lutas políticas algumas vozes são sufocadas, escamoteadas. Para POP8-EB, “as pessoas deveriam ser mais informadas, deveriam escutar mais (a *Rádio Comunitária*) pra poderem ser mais esclarecidas, porque na *Comunitária* certos assuntos aqui são esclarecidos pra população”.

Ao encerrarmos esta seção em que foram descritos os cenários concretos das emissoras de RadCom observadas em sua materialidade e a partir das marcas enunciativas dos sujeitos que as compõe, elaboramos um quadro com pistas para sobre a relevância formativa dessas mídias alternativas. Essa relevância não reside, pois, apenas nas mensagens que veicula, nem mesmo nos meios em si (no uso da tecnologia para promover processos educativos formais ou informais) ou na ação isolada de qualquer um dos pólos envolvidos no processo, sejam eles emissor ou receptor, mas nos modos de interação que esses espaços podem proporcionar, nas possibilidades de diálogo que são capazes de ocasionar entre sujeitos que falam sobre si e sobre o mundo que os cerca, ou seja, na mediação que possibilita a circulação de discursos, confluência, concorrência de pontos de vista e sentidos que recomeçam indefinidamente.

Destacamos alguns daqueles que se mostram relevantes:

1. Tanto na constituição, em sua historicidade, quanto na atuação diária e nos contextos enunciativos e ideológicos que envolvem a Radiodifusão Comunitária há a presença de um significativo número de sujeitos, de várias origens, lugares sociais, carregados de intencionalidades e que coletivamente constroem e compartilham espaços públicos a fim de fazerem ecoar suas posições, demandas, expectativas e seus projetos de dizer. São sujeitos que se alternam na configuração dos enunciados e o fazem a partir de uma confrontação e negociação de sentidos enquanto atores produtores de cultura envolvidos em uma teia de valores e condicionamentos socioculturais, num cenário de interações, de lutas, que envolvem aceitação, resistência ou transformação dos sentidos das mensagens em espaços alternativos e de caráter comunitário de comunicação social.
2. Há um cenário na comunicação social de enfrentamentos sociais e semânticos, constituídos historicamente, que se reflete na busca de alternativas por parte de grupos excluídos dos processos oficiais ou hegemônicos de comunicação, que possam pôr em circulação discursos e narrativas de mundo alternativas, inusuais e singulares. Geram um estado de coisas alternativo e assim, mais desejável, não no sentido de apontar o “como deveria ser”, mas marcados pela recusa de aquiescer à legitimidade de um

sistema social estabelecido, marcadamente excludente, intolerante e opressor. Há uma singularidade histórica que marca o fenômeno da RadCom visto sua intensa resistência aos ataques dos poderes constituídos e aos sistemas de opressão vigentes. Mesmo que às margens da lei ou sob sua sujeição elas nascem com o propósito de democratizar a comunicação sob o ponto de vista da propriedade dos meios, da constituição dos discursos e dos sentidos produzidos pelos sujeitos envolvidos.

3. O fenômeno da Radiodifusão Comunitária aponta para o fato de que em processos de comunicação social nunca há um sujeito isolado em um estúdio ou com um microfone em mãos e indivíduos mudos do outro lado do rádio ou de qualquer aparelho receptor do som ou da imagem. Há vozes vivas, posições ideológicas, pontos de vista, algumas vezes em condição de silenciamento, e que desejam ser ouvidas, postas em circulação, ativadas, e, mesmo em condições desiguais, ao se encontrarem, discordam, concordam, respondem. Os discursos que congregam essas posições são o palco desses encontros, das palavras que materializam um sentido, a ser criado, confrontado num tipo de relação social e semântica junto aos quais estão os sujeitos dos discursos.

4. Por fim, as experiências de comunicação comunitária, no âmbito da radiodifusão, poderiam, a nosso ver, ser compreendidas não apenas como meios ou ferramentas pedagógicas ou consideradas em sua capacidade de promover uma formação específica enquanto *literacia* (admitindo a relevância das leituras que tratam destes temas). Falar de comunicação é muito mais que falar dos meios, pois diz respeito a atores e práticas sociais, a processos culturais, políticos e semânticos, a situações concretas de produção de sentido, a sujeitos que se encontram em situações verbais diversas e que a partir delas produzem inteligibilidade aos cenários socioculturais em que estão envolvidos e a si próprios, de forma interativa. Aventamos a potencialidade de se constituírem como espaços de encontro de sujeitos produtores de textos, de discursos, de enunciações, terreno favorável de interações, conflitos e disputas sociais entremeados por determinações, condicionamentos e pressões próprias de cada época e lugar, em que os sentidos não são determinados teoricamente, de forma abstrata, mas assumem conotações ideológicas nos contextos e nos cenários em que ocorrem. Enfim, espaço do contraditório onde se negociam sentidos num jogo permanente e infinito, numa interlocução sempre inconclusa e aberta, no qual não morre nenhum dos sentidos.

## 7. CONDIÇÕES EM QUE É POSSÍVEL PERCEBER A CONCRETIZAÇÃO DA HETEROGLOSSIA EM ESPAÇOS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

*Escrever é negociar sentidos, empresa difícil.*  
(GIOVANI, SOUZA, 2014, p. 25).

Durante a exposição, desde o momento em que nos dedicamos a apresentar nossa concepção em relação às interlocuções entre educação e comunicação, transitando pela constituição histórica e pelas condições de florescimento e desenvolvimento do fenômeno da Radiodifusão Comunitária, até chegarmos à sistematização das experiências concretas observadas em campo com base nos diálogos que estabelecemos com os sujeitos no âmbito da produção e no universo das audiências, nos orientamos pela busca da compreensão acerca dos processos de produção de sentido e pelos movimentos educativos que as interações nesses ambientes seriam capazes de desencadear ou promover.

Propomo-nos a compreender **mediante quais condições as experiências de Radiodifusão Comunitária, situadas em cenários culturais e histórico-sociais, compõem ambientes de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia.**

Ao chegar neste momento da exposição dos resultados da pesquisa, precisamos retomar e recompor o conceito que serve como chave de leitura para o fenômeno estudado, que constitui o cerne de nossa pergunta investigativa e que, de alguma maneira, aponta para os elementos propositivos da investigação e para categorias analíticas e descritivas capazes de conferir inteligibilidade à empiria.

Trata-se da heteroglossia. Heteroglossia é uma categoria de certas situações discursivas, que reconhece, favorece, celebra e promove lógicas e práticas de oposições não excludentes e contradições permanentes capazes de não apenas tolerar a aparição de outras vozes, de uma multiplicidade de vozes, mas que salvaguardam que estas ecoem em sua plenitude e que sejam impulsionadas à resistência em face das investidas do monologismo. A heteroglossia é anarquizante e milita contra qualquer tentativa de sistematização rígida, cria resistências, questiona o centro a partir das margens, da periferia, é inclusiva, impulsiona a rebelião, a transgressão e a subversão a partir de uma cultura popular e de vivências comunitárias e alternativas à ideologia dominante e às linguagens “oficiais”, ao invés de combatê-las. Na perspectiva da heteroglossia, os sujeitos são considerados, como afirma Stam (2010, p. 349), “negros e mulheres, por exemplo, não como grupos de interesse a serem ‘acrescentados’ a uma ordem pré-existente” à qual deveriam se adaptar. Esta perspectiva

reflete a criação de cenários discursivos onde as marcas da profunda divisão social não são escamoteadas e os sujeitos são reconhecidos enquanto fontes dinâmicas e geradoras de um “ângulo dialógico” (STAM, 2010, p. 345) e possuidores de discursos enriquecedores da experiência humana como um todo e da vida de cada um. A heteroglossia ganha assim contornos políticos nos quais, em certas instituições, novas relações entre os sujeitos e entre os discursos são estabelecidas tendo em vista as evidentes e intransponíveis lutas pelo sentido em situações reais de comunicação.

Esse processo é conflituoso e as mídias fazem parte desse campo de forças e de disputas. Embates não considerados sob o ponto de vista meramente comportamental, mas baseados num infundável confronto ideológico, e que, em dados momentos, é escamoteado por força do monologismo. Isso significa dizer que, mesmo que consideremos que tudo esteja impregnado pelo seu oposto, é preciso reconhecer os movimentos opressivos do poder e as tentativas de grupos que continuam a marginalizar culturas, vozes, com maior ou menor alcance nos conteúdos midiáticos de massa. Consideramos que as mídias, nesta compreensão, podem ser encaradas como uma “rede complexa de signos ideológicos”, situadas em ambientes múltiplos e que os discursos produzidos nestes ambientes, dada a natureza conflitante do processo, podem apresentar, em situações específicas, “certa proporção de mensagens resistentes ou pelo menos possibilitar leituras resistentes” (STAM, 2010, p. 334). Para Stam (2010, p. 354), este modo de conceber a comunicação social “partilha com a vanguarda um impulso comum à rebelião social, formal e libidinal, uma rebelião aliada à cultura popular, ao invés de hostilizá-la”. O autor percebe que formas comunicativas alternativas e populares podem colocar em evidência a diversidade social e discursiva presente na arena de lutas pelo sentido e serem capazes de desencadear processos comunicativos dinamicamente dialógicos que transcendem o conteúdo individual dos discursos e que põem em circulação vozes marginalizadas, não oficiais, periféricas, assumindo o lugar do dicotômico maniqueísta.

A chave de leitura que utilizaremos para mobilizar as categorias analíticas e descritivas que consideramos adequadas para a compreensão do fenômeno da Radiodifusão Comunitária nos é fornecida por Stam (2010, p. 334). Ele afirma que, numa abordagem bakhtiniana, a programação midiática, e em nosso caso específico, a Radiodifusão Comunitária, pode ser vista como um “enunciado situado”: “como enunciado ela (a programação) está impregnada com as possibilidades comunicativas do dialogismo, mas, como situado, ela é contingente, histórica, permeada tanto pela hegemonia quanto pela resistência”. O que é de fato veiculado na programação (o que “vai ao ar”) reflete e organiza

as intencionalidades, os discursos, as vicissitudes, as contradições, a presença dos sujeitos tanto no âmbito das audiências quanto no âmbito da produção, enquanto sujeitos também históricos, ativos e que interagem produzindo sentidos a si próprios e ao seu entorno. A programação coloca os sujeitos em relação. Por seu turno, os enunciados não são livres, nem tampouco desinteressados, mas atrelados a horizontes sociais e agregados a relações sociais específicas e concretas, no caso, mediadas tecnologicamente. A programação adquire significabilidade também a partir dos enunciados dos sujeitos no âmbito das audiências e da produção, afinal, ela só se efetiva assentada nos sujeitos do discurso que, em suas falas, fixam sua existência, incluem a história, o conhecido, o imaginado, o poder (ou dever) ser e também os acontecimentos que narram, construindo as compreensões dos fatos, tendo em vista uma situação mais imediata de interlocução de que participam e um horizonte social mais amplo com que dialogam.

No trabalho de campo, ao estabelecermos um diálogo com os sujeitos que participam dos processos discursivos (âmbito das audiências e da produção) e dos enunciados efetivamente veiculados (programação) em ambientes de Radiodifusão Comunitária, foi possível evidenciar algumas categorias analíticas e descritivas que identificam o que consideramos como as condições em que a heteroglossia se configura nas práticas e nas experiências comunicativas de RadCom, e ousamos dizer, não exclusivamente nelas, mas de maneira geral, também em outros espaços de comunicação social e em espaços de educação formal.

Realizamos uma triangulação dos dados produzidos no campo empírico, orientada pelos marcos teóricos conceituais da Análise Dialógica do Discurso. Este movimento nos possibilitou enxergar certas situações (marcas discursivas) com maior regularidade, o que nos permitiu elencar tais condições.

Percebemos na Radiodifusão Comunitária, por suas características históricas e sociais, sua vinculação estreita com a educação e sua vocação para o discurso alternativo, terreno privilegiado para práticas discursivas fundamentadas em interações de caráter plural, dialógico e heteróglota que se estabelecem nas práticas aqui investigadas, mediante as condições que passamos a expor a seguir.

- I. Proximidade com o que envolve a vida das pessoas
- II. Experiências comunicativas que favorecem que as vozes ecoem, ressoem
- III. Espaço de tensões (contradições) mobilizadoras e pontos de vista e vozes dissonantes

- IV. Potencial transgressivo à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação
- V. Constituição de cenários de enfrentamento e de processos de resistências
- VI. Opção político-ideológica pelos discursos marginalizados, periféricos, não oficiais (inaudíveis)

Nas próximas seções estas categorias serão apresentadas e tratadas em interlocução com os conceitos nos quais se assentam.

### **7.1 Proximidade com o que envolve a vida das pessoas**

Ao adentrarmos em cenários e práticas concretas de Radiodifusão Comunitária, no campo da empiria, achados nos reportam inicialmente ao que categorizamos como situações de *Proximidade com o que envolve a vida das pessoas*. Consideramos a proximidade como uma condição que não se limita ao aspecto físico-geográfico, pois, assim, bastaria que o veículo de comunicação fosse local para suprir tal condição. Trata-se de uma proximidade que vai, de fato, além do caráter eminentemente geográfico. É o caráter proximal que atinge o cotidiano, o mundo da vida dos sujeitos, dos discursos que se dinamizam na tessitura do social e nos quais são considerados os contextos de sua existência. Essa proximidade evidencia o extratexto que dá vida aos discursos, que falam *da, sobre e a partir* da realidade que envolve e das interações em que se constituem os sujeitos. Trata-se de uma postura de “não-indiferença” (AMORIM, 2003, p. 23) ao que é tema e pauta e daquilo que circunda a vida das pessoas (que é o terreno onde se produzem e reproduzem os conflitos sociais e onde se travam lutas semânticas) e que articula o discurso em solidariedade com o contexto, como um momento único e singular.

A categoria que nominamos de *Proximidade com a vida das pessoas* é elaborada nas falas dos locutores no âmbito da produção quando afirmam sua preocupação com a necessidade de, mediante os processos comunicativos inaugurados nos espaços de comunicação social alternativos, se estabelecer uma interlocução estreita com o que envolve os sujeitos, não apenas em um âmbito adjacente, mas também sob o ponto de vista das particulares relações que são estabelecidas com o que historicamente constitui suas realidades. Ao serem indagados a respeito do que, na programação veiculada pelas emissoras, percebem



como prioridade e quais objetivos os orientam na produção de conteúdos, podemos perceber, nos enunciados dos locutores<sup>165</sup>, que esta preocupação se revela capital.

[...] **A gente procura trazer pra pauta as realidades delas** (fazendo referência às pessoas da comunidade abarcada pelo veículo), aquilo que acontece no bairro dela a gente traz pra cá pra **mostrar que elas também podem se comunicar e podem saber da realidade delas através da nossa rádio** (LOC3-EB).

[...] É a informação, a notícia, algum problema que tenha surgido, alguma coisa que esteja acontecendo, as organizações, os eventos esportivos, essas **coisas que envolvem a vida das pessoas**. A gente procura trazer muita informação, em vários de nossos programas trazem muitas informações do que está acontecendo no meio político. Política que eu me refiro é política de governo, mesmo partidária, **porque tem a ver com a vida das pessoas**. As coisas que estão acontecendo, as ações que os governos estão realizando. **As discussões, os debates sobre temas relacionados a vida das pessoas**. As questões relacionadas à saúde pública, os direitos trabalhistas, previdência social<sup>166</sup>. São coisas que praticamente a gente fala todo o dia (LOC1-EB).

Quando os sujeitos enunciam que a preocupação primeira que os orienta na constituição dos discursos a serem veiculados nas emissoras é “*as coisas que envolvem a vida das pessoas*” (LOC1-EB), “*as realidades delas*” (LOC3-EB), fica sugestionado que as situações mais imediatas e o horizonte social que envolve os indivíduos penetram nos discursos como parte integrante de sua constituição. Ora, os diálogos que experimentamos sensível e concretamente no dia a dia, e que estão relacionados às situações imediatas de existência dos sujeitos se alongam em uma temporalidade mais extensa a um diálogo social mais amplo e relativamente estável. No entanto, mesmo os diálogos mais fortemente estabilizados e institucionalizados continuam “a receber dos diálogos cotidianos, mais permeáveis a mudanças sociais, o alimento de mudança e transformação” (MARCHEZAN, 2014, p. 119). À palavra passiva e solitária se agrega a palavra na atuação complexa e heterogênea dos sujeitos sociais, vinculados a situações de fala vivificadas pelas experiências cotidianas compartilhadas, pelas situações do cotidiano como fontes inesgotáveis que alimentam os diálogos sociais e nas quais se abalroam as tensões entre o eu e o outro, entre os valores sociais e entre as forças sociais.

A interação, sob este prisma, não se configura a partir de gramáticas ou dicionários, nem se reduz puramente aos seus aspectos linguísticos, não se prende tão somente a meras relações formais de comunicação. Sua vivacidade não é determinada teoricamente, mas a

<sup>165</sup> No processo de análise, que ora empreendemos, optamos por não distinguir os dados produzidos junto às emissoras observadas (EA e EB), como fizemos no capítulo 6 quando nos debruçamos a descrever as particularidades de cada experiência. Neste momento do processo investigativo pretendemos compreender as práticas discursivas presentes nestes espaços comunicativos sob o ponto de vista do fenômeno da RadCom como um todo, por isso optamos em tratar os dados em seu conjunto.

<sup>166</sup> O locutor faz referência a alguns temas que estão em voga no período da pesquisa (Proposta de Reforma da Previdência e Aprovação da Reforma Trabalhista e suas consequências) e outros que historicamente são pautas de interesse público, como é o caso da saúde pública.

partir de práticas situadas e entre sujeitos que compartilham espaços, discursos, situações concretas e nelas interesses, pontos de vista, preocupações. Os sujeitos discursivos têm vida real em um universo povoado por uma multiplicidade de sujeitos e de palavras e a partir de relações marcadas pelas peculiaridades do seu entorno. Isto significa dizer que toda prática significativa está marcada e balizada por uma situação social, seja ela mais imediata ou mais ampla, que reitera marcas sociais e históricas que caracterizam uma dada cultura e uma dada sociedade em uma época e em um lugar determinado. Assim afirmara Bakhtin: a “vida não afeta o enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão da existência que circunda os falantes [...], nascendo desse todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível” (BAKHTIN, 2009 apud MARCHEZAN, 2014, p. 115). Negar o espaço concreto da vida dos sujeitos, “o mundo da vida, inacabado, pleno de riscos e mutável pelas ações nele realizadas” (GERALDI, 2015, p. 84) como elemento visceral na constituição dos itinerários comunicativos, na composição dos discursos e nos processos formativos dos sujeitos, é certamente alijar das situações discursivas aquilo que bombeia energia para o discurso verbal. É reduzir estes processos a estruturas pré-existentes, um *a priori* a ser realizado, previsto, que distorce e ofusca a unicidade e a singularidade de cada sujeito e de cada evento. “É o diálogo reificado, finalizado, convertido em monólogo” (MARCHEZAN, 2014, p. 123).

As audiências referem-se a isso quando enunciam nestes termos: “a Rádio (Comunitária) alcança vários públicos; e uma comunidade informada tem mais interesse pelas atividades desenvolvidas no município” (POP7-EB). Na mesma linha de pensamento temos o enunciado: “porque a comunidade toma conhecimento dessas atividades que acontecem, que muitas vezes as pessoas nem têm conhecimento do que está acontecendo na cidade” (POP8-EB). Os enunciados revelam que pautas conectadas, associadas à realidade concreta dos sujeitos e que estabelecem uma comunicação estreita com o auditório social destes tendem a tocar, refletir e transformar os elementos da cultura e da história e a gerar envolvimento, interação e aproximação. É o que evidencia igualmente o enunciado a seguir:

[...] Aqui os locutores sabem o nome de todas as ruas, onde as pessoas moram. **As pessoas se sentem inseridas dentro da programação pela proximidade.** Conseguimos interagir direto com as pessoas. [...] **Quando você trata certos assuntos no microfone as pessoas sentem a necessidade de fazer parte disso.** Comentários veiculados na emissora geram mudanças, ações do poder público e dos sujeitos (LOC3-EA).

Conjecturamos o que é mais ou menos claro até este ponto, ou seja, que é no contexto real do cotidiano dos sujeitos que se conflituam, convergem, divergem, se articulam diversidades, complexidades e pluralidades que são inerentes às relações humanas, as quais se

constituem significativas quando enunciadas pelos sujeitos a partir dos seus modos de ver e dar sentido, nas interações verbais que estabelecem mediadas tecnologicamente ou não e nas instituições sociais de que participam. Sendo assim, o mundo histórico e social dos sujeitos age sobre os discursos como uma tensão interna, coloca questões, exige respostas, movimentos, tomada de posição, procura interlocutores e produz inteligibilidades. Este universo situacional instaura e, do mesmo modo, é instaurado pelo discurso. Ao instaurar discursos, o contexto da vida alimenta sua composição justamente pelo fato de que envolve o sujeito que fala, diferentes sujeitos que criam textos, que encarnam diferentes posições e compartilham ambientes e práticas sociais. Os discursos instauram realidades tendo em vista o fato de que lhes outorgam sentido, as tornam inteligíveis.

Excertos retirados da programação das emissoras a partir do *Diário de Escuta* e descritos na sequência, apontam evidências da presença da realidade vivida pelos sujeitos nos discursos emitidos nos espaços de RadCom e mostram como esta *proximidade com o cotidiano* pode criar um “ângulo dialógico” capaz de fazer transitar os conflitos sociais e as tensões que marcam os processos concretos de comunicação e as vozes que os compõem.

**Excerto 1.** [...] Depois de os locutores fazerem uma saudação inicial e agradecerem o “carinho” da audiência, um deles afirma que no dia é comemorado o Dia do Riso. Os locutores em tom festivo dizem que é para rir muito. Informam que é **Dia Internacional para a prevenção da exploração do Ambiente em tempos de Guerra e de Conflito Armado**. Explicam as razões da criação do dia que tem objetivo de criar normas de respeito ao meio ambiente em tempos de guerra. Um dos locutores afirma: “**tomara que a gente não precise procurar saber mais sobre este tratado**” (DE-EB- 06/11-10h 10min<sup>167</sup>).

**Excerto 2.** [...] Em seguida uma vinheta identifica a Rádio Liberdade como a Voz da Comunidade. Outra **vinheta alerta para a adequada destinação dos resíduos sólidos e líquidos potenciais poluidores do solo e da água e convida à participação na coleta seletiva do município**. Em seguida outra vinheta convida a comunidade para participar da avaliação da programação da emissora (DE-EA-06/12-6h 07min).

**Excerto 3.** [...] Roda novamente uma **mensagem sugerindo que a comunidade, quando for às compras, dê prioridade ao comércio do município** e que todos os cidadãos se cadastrem no programa Nota Fiscal Gaúcha<sup>168</sup>. Na vinheta a Rádio se coloca à disposição da comunidade para auxiliar no processo de cadastramento (DE-EA-06/12-8h 40min).

**Excerto 4.** [...] Loc 2 apresenta, sensibilizado com a tragédia, uma notícia de afogamento de criança, mas não sem antes dizer que **o fato é triste e serve de alerta para todos** na temporada de verão, nas piscinas, em casa, nos clubes, açudes, rios (DE-EB- 06/11-10h 38min).

**Excerto 5.** [...] Loc 1 **informa que a Petrobrás revisou o preço do GLP (Gás liquefeito de petróleo, ou comumente conhecido como Gás de cozinha)** nas suas refinarias em 8,5%. Informa o valor absoluto da alta e o acumulado do ano. Loc 2 diz que o que chama a atenção é o comportamento da população aos aumentos de

<sup>167</sup> Os *Diários de Escuta* serão assim categorizados: Diário de Escuta (DE) – Emissora A ou B (EA ou EB) – Data da Escuta - Horário da vinculação na programação. As passagens da programação (excertos), portanto, serão assim identificadas, como no exemplo que segue: DE-EB-06/11-10h 10min. Todas as datas que indicam os dias em que foi realizada a observação da programação referem-se ao ano de 2018.

<sup>168</sup> Nota Fiscal Gaúcha é um programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que visa incentivar os cidadãos e cidadãs a solicitar a inclusão do CPF na emissão do documento fiscal no ato de suas compras, bem como conscientizá-los sobre a importância social do tributo. Informações disponíveis em <https://nfg.sefaz.rs.gov.br/site/index.aspx>. Acesso em: 10 jan. 2019.

preço. Segundo ele, já se paga (fazendo referência ao valor praticado no município) entre 70 e 75 reais, dependendo do local e forma de pagamento. **A questão do locutor é em relação ao comportamento da população brasileira.** Ele relembra um período de indignação total em relação aos preços da gasolina e gás (fazendo referência aos protestos de 2015 e 2016), e sugere as pessoas a procurarem os valores da época que giravam em torno de 45 reais o botijão, 45 reais e as pessoas estavam muito indignadas. Diz que a gasolina, e orienta os ouvintes que procurem, estava R\$2,89 e o etanol R\$1,79. Na oportunidade em que as pessoas estavam muito (e reforça o “muito”) indignadas com os preços. O locutor segue em sua reflexão dizendo que agora eles estão dando a notícia de que o gás vai aumentar 8,5% e não iremos ver indignação da população. Na sequência deixa uma pergunta no ar: **“Como é que se entende este comportamento?”** Depois da pergunta há um momento de silêncio. Loc 1 se pergunta se a população foi induzida a se indignar naquele período e agora, como não é notícia de capa nos jornais, há um silenciamento. Os locutores afirmam que nos grandes veículos de comunicação este tipo de informação está sendo “escanteada”. Fazem, inclusive referência a jornais do município que publicam tais notícias e em pouco tempo deletam. Loc 1 diz que, às vezes, dependendo de quem liga lá o pessoal volta atrás na divulgação da matéria. Para Loc 2 ficam estes questionamentos. E afirma que não é que as pessoas não devam se indignar em algum momento, se acharem que aquilo não está legal. Mas interroga: “O que faz com que ela fique anestesiada logo no futuro?” Loc 1 diz que em alguns casos se dá a notícia correndo como “ se estivesse com a panela no fogo queimando” e depois não se fala mais no assunto, assim as pessoas esquecem ou querem esquecer. Loc 2 diz que na oportunidade das indignações o dólar não estava nem perto de 3 reais. Para ele foi um momento em que as pessoas estavam muito indignadas, **o pessoal trancou ruas aqui em Frederico, trancaram empresas, colocaram a “peonada” em cima dos caminhões e andaram por aí desfilando e buzinando, indignados.** Loc 2 diz que “agora, não vem ao caso”. Loc 1 diz que “outra coisa que parece que não mais vem ao caso é a indignação contra a corrupção” (DE-EB-06/11-12h 27min).

Nos excertos é possível observar marcas discursivas que evidenciam a categoria da *proximidade* da programação das RadCom com o auditório social em que os sujeitos participantes das interações estão envolvidos e aos quais são endereçados os discursos produzidos nestes espaços. Debates que vão desde a preocupação com a construção de um ambiente saudável a partir do alerta para a destinação correta dos resíduos e da preservação do meio ambiente mesmo em tempos de conflitos armados (excertos 1 e 2), transitando pela preocupação com a valorização do comércio local (excerto 3), o alerta para os riscos que surgem em determinadas épocas do ano (excerto 4), até o controverso comportamento da população, inclusive local, diante de episódios como a incidência da inflação em produtos de consumo das famílias no dia a dia (excerto 5). Pautas que nascem dos contextos vividos, das preocupações e interesses dos sujeitos implicados, com os quais dialogam mediante a intencionalidade de mobilizá-los à participação, à reflexão e à ação. Ignorar o mundo da vida dos sujeitos é como desfazer os laços afetivos existentes entre a linguagem, entre os discursos e a vida. Agir no sentido contrário, ou seja, promovê-los, considerá-los efetivamente, implicá-los em experiências discursivas e oferecer um espaço para sua manifestação é favorecer que, de fato, as vozes presentes, presumidas, destinatárias se coloquem em posições ativas enquanto seres sociais que partilham de um universo cultural e histórico comum, para o qual voltam suas atenções e no qual agem. A *proximidade com a vida das pessoas* não se resume à aparição das temáticas que tocam o mundo vivido dos sujeitos na programação, mas ela compreende também o fato de que estas realidades encontram sujeitos que também as

problematizam. É possível perceber no excerto 5, que trata a respeito do aumento do gás de cozinha (DE-EB-06/11-12h 27min), que nos enunciados estão presentes interlocuções com a história, com horizontes sociais mais amplos, que no caso, trazem para o debate a percepção acerca dos diferentes comportamentos dos cidadãos em episódios assemelhados. As manifestações dos locutores vão na direção de instar as audiências para que também se posicionem e respondam à sua maneira às reflexões.

É no âmago do social que os conflitos se insinuam e que os sujeitos se constituem. O espaço do aberto, do incontornável, do incontornável, do vir a ser, da incompletude pressupõe a presença de uma pluralidade de existências, de vozes sociais, de interações verbais que fazem do homem um sujeito histórico e ideológico. Processos midiáticos que desconsideram em seus discursos a realidade que envolve os sujeitos e o fato de que nelas reflexionam uma multiplicidade de vozes sociais que se entrecruzam em relações de dominação, resistência, adaptação ou subversão a hierarquias, resultam em práticas monológicas. Nas situações enunciativas em que o monologismo se impõe não há “contato imediato com a realidade (com o extraverbal)” (BAKHTIN, 2011, p. 278). Fecha o mundo representado e estrangula sua força de mudança e inconclusividade. O monólogo não nega a realidade, no entanto, não tem relação dialógica para com ela, é conclusivo e pretende ser a última palavra, “em certa medida, reifica toda a realidade” (BAKHTIN, 2011, p. 348). Até tocam a realidade, mas o fazem invariavelmente forçando-a a estabelecer compromissos com algo pré-determinado pelas forças de padronização discursiva e ideológica. Uma realidade enlatada, uma “heteroglossia motivada pelo mercado” como afirma Stam (2010, p. 349), que admite a sua presença, mas que explora as diferenças sociais e seus grupos apenas em favor de seus índices de audiência.

O filme ou o comercial de televisão, nos quais um oitavo dos rostos é sempre negro, por exemplo, têm mais a ver com a demografia das pesquisas de marketing ou com a consciência pesada do liberalismo do que com a heteroglossia, já que a voz negra, em tais instâncias, geralmente é despojada de alma e privada de cor e acento (STAM, 2010, p. 349).

As práticas comunicativas de Radiodifusão Comunitária, quando se alimentam da realidade vivida pelos sujeitos envolvidos nos seus processos discursivos, que por elas são alimentadas e quando a ela se destinam, não como realidades a serem acrescentadas a uma unidade preexistente, mas encaradas a partir de seu “ângulo dialógico”, próprio da experiência humana, criam um cenário promissor para práticas heteróglotas onde vozes se entrecruzam, diminuindo a possibilidade que alguma delas seja excluída, abafada, marginalizada ou desabonada.

Na Emissora B, por exemplo, conforme *Diário de Escuta* (DE-EB-06/11), se destaca uma entrevista de uma série que foi “ao ar” imediatamente após as eleições gerais de outubro de 2018 com os representantes municipais dos partidos políticos que estiveram envolvidos no pleito (DE-EB-06/11-11h 26min a 11h 56min) e uma entrevista com representantes do poder público municipal em que a pauta foi uma investigação do Ministério Público acerca de obras realizadas no município, trazendo a posição da justiça, dos entes públicos e dos ouvintes (DE-EB-06/11-10h 42min a 11h 10min). Em diversas oportunidades, no decorrer da programação, ouviram-se manifestações da audiência, ora questionando os entrevistados sobre suas ações, ora solicitando mais informações e ainda procurando esclarecer dúvidas ou manifestando suas opiniões. Campanhas de esclarecimento e de posicionamento político também são constantemente veiculadas, algumas produzidas pela própria emissora, outras em parceria com instituições e serviços do município ou de âmbito nacional, como é o caso da campanha contra a privatização dos Correios (DE-EB-06/11-6h 59min; 8h 19min; 9h 30min e 16h 40min) e da Caixa Econômica Federal - campanhas que abordam as possíveis consequências da privatização (DE-EB-06/11-14h e 17h), promoção de ações de combate à violência cometida contra as mulheres e ações em defesa dos animais (DE-EB-06/11-14h 30min). Alertas para sensibilização em relação a questões diversas também estão presentes, muitas delas lincadas a informações gerais, como é o caso de um alerta para riscos de afogamento na temporada de verão (DE-EB-06/11-10h 25min), dos acidentes relacionados ao consumo de álcool e à imprudência (DE-EB-06/11-9h 05min), da necessidade de lavar as mãos para prevenir infecções (DE-EB-06/11-7h 20min) e em relação aos riscos de intoxicação alimentar face aos descuidos na preparação e acondicionamento dos alimentos (DE-EB-06/11-16h 30min).

É a partir destes contextos cotidianos que os sujeitos constroem diálogos e sentidos. Sentidos que não nascem de uma consciência individual, mas existem a partir de um processo de interação verbal e que emergem, como sugere Bakhtin (2011), a partir de um terreno interindividual, de um auditório social e de um horizonte social compartilhado. Conforme Stam (1992, p. 30) Bakhtin enfatiza a emissão do discurso que nasce do vivido e de realidades partilhadas pelos sujeitos em interação social e não das emissões possibilitadas por um sistema linguístico.

As falas das audiências corroboram para visualizar a inclusão interessada destes temas e realidades nos cenários discursivos pesquisados. Alguns dos assuntos que surgem nas manifestações dos entrevistados têm a ver, inclusive, com pautas e debates anteriormente trazidos e tratados na programação das emissoras, conforme observado nos *Diários de Escuta*,

mostrando que há uma responsividade das audiências em relação ao que é veiculado na programação. Ao serem perguntados sobre o que consideram importante ser tratado na programação dos veículos comunitários em questão, obtivemos algumas respostas como: “leis trabalhistas, uso de armas (consequências), política atual” (POP14-EB); “falar do que acontece e do que precisa” (POP5-EA); “política em nível local e regional, entrevistas com autoridades, questões relacionadas à gestão de recursos municipais” (POP5-EB); “temas sobre política, situação econômica, reforma da previdência” (POP6-EB); “temas como economia, política, educação, cultura, subsistência, sustentabilidade e solidariedade” (POP20-EB); “a conjuntura atual da política, economia, acesso a serviços públicos, desenvolvimento social, cadeia produtiva, qualidade de vida para a população a nível local, regional, nacional e internacional” (POP22-EB); “eu acho importante falar sobre vários assuntos principalmente sobre saúde e educação” (POP13-EB); e “discutir temas do cotidiano da comunidade” (POP14-EA). Em todas as passagens citadas há um elemento comum: o mundo vivido pelos sujeitos é o que alimenta os processos comunicativos.

Outros enunciados das audiências, quando perguntados sobre o que os motiva a se envolver com a programação das RadCom, com o que é pautado na programação e com os sujeitos do âmbito da produção, evidenciam o fato de que esta *proximidade* é uma importante ponte que os leva a estabelecer uma participação ativa nos processos enunciaativos promovidos nestes espaços midiáticos: “justamente por tratar de assuntos relevantes para a comunidade” (POP5-EA); “por ser informações diversificadas e reais com a vida pública dos cidadãos” (POP20-EB); “pois o que você quer falar pode ser de interesse de muitos” (POP21-EB); “de forma bem tranquila e organizada podemos acompanhar as atividades e pautas de movimentos e entidades realmente representativas da comunidade, interagir e divulgar as matérias de maior interesse” (POP22-EB).

No esforço de sistematização da condição, pode-se dizer que a *proximidade com o cotidiano das pessoas* é perceptível no campo da empiria nas experiências observadas quando: 1) as audiências se reportam aos temas que refletem suas preocupações e que estão presentes na arena social em que participam e as percebem sendo tratados na programação dos veículos comunitários; 2) as lutas e as tensões sociais permeadas por diversas vozes são trazidas para espaços públicos de interlocução e os veículos de RadCom não fazem esta inclusão simplesmente para agregar audiências ou mobilizados por uma possível expansão do mercado publicitário, mas por compreender (e quando compreendem) a sua importância nos tempos atuais e para os sujeitos com quem interagem; e 3) esta proximidade é uma

preocupação mencionada obstinadamente pelos sujeitos que estruturam a programação e a organizam.

Desse modo, a programação dos veículos é algo que não está dado antecipadamente, ela se constrói alimentada pela ausculta do universo social, político e cultural do cotidiano dos sujeitos com os quais co-participa e para os quais se direciona, quase ao sabor dos acontecimentos. Os sujeitos se constituem no social e a RadCom pode ser um necessário espaço plural onde o social mais próximo, em um diálogo intermitente com um cenário mais alongado e relativamente mais estável, problematizados, se torna inteligível e onde os sujeitos travam uma luta pelos sentidos.

Estes elementos nos apontam para a possibilidade de que as RadCom poderiam se constituir em espaços que não apenas toleram as tensões e vozes sociais que marcam o cotidiano dos sujeitos e que favorecem arranjos comunicativos, mas como presenças decisivas que efetivamente compõem os discursos midiáticos nestes cenários alternativos. Este nos parece ser um elemento mobilizador das interações, motor da não-indiferença, potencializador do dialogismo e, por seu turno, condição *sine qua non* para a promoção da heteroglossia.

## 7.2 Experiências comunicativas que favorecem que as vozes ecoem, ressoem

Quando dialogamos com o campo empírico, a partir da observação de experiências concretas de RadCom, pudemos perceber, no plano da intencionalidade dos sujeitos e em situações discursivas específicas, que há uma preocupação arraigada às práticas comunicativas comunitárias de que tais práticas devam estar vocacionadas a propor espaços de contenda, onde as diferentes vozes que compõem o tecido social possam ecoar, sem que se excluam umas às outras, mas, ao invés disso, entrecruzem-se.

Esse elemento está marcado profundamente nas falas dos sujeitos no âmbito da produção, quando descrevem as razões da constituição das emissoras nos municípios em que atuam e quando manifestam sua compreensão a respeito do próprio movimento das RadCom e de suas práticas cotidianas. A intenção de *fazer circular as diferentes vozes* que compõem o tecido social evidencia-se nos enunciados que seguem:

[...] A gente sabe que a Rádio Comunitária está aqui no município há 15 anos. A gente sabe que ela **surgiu dessa necessidade da comunidade ter voz** aqui no município e não ser uma rádio comercial. Porque até então tinham só rádios comerciais aqui. Ela veio com esse intuito de levar uma informação diferente, **dar o espaço pras pessoas da comunidade virem até a Rádio Comunitária e se comunicar**. [...] A gente faz, a gente presta esse serviço e que acredito que o papel da Rádio Comunitária seja realmente isso: trazer as demandas da comunidade e **tentar dar voz a estas pessoas pra solucionar os seus problemas e também**



**ouvir, porque são pessoas que muitas vezes não têm voz de várias formas ou sobre vários assuntos** (LOC3-EB).

[...] A rádio pra servir à comunidade e **dar voz à comunidade**. Propiciar que a comunidade tenha espaço. [...] Quando acontece algo de importante na comunidade **damos espaço pra que as pessoas falem**, disponibilizamos espaço para as entidades venham trazer relatórios de suas atividades. Programas em que as pessoas se manifestem através, por exemplo, da música. Temos um agricultor que faz um programa musical. Ele é que faz. Outros dois programas de música que conta com artistas locais. Quem realmente faz o programa são pessoas da comunidade. Um comerciante e outro agricultor, aposentado, e mora no interior. [...] O que temos tentado fazer: **dado a oportunidade para que os diferentes se expressem** (LOC3-EA).

[...] E a gente fica muito orgulhoso **de poder dar voz a este tipo de organização** (referindo-se a um movimento da comunidade que se organizou para reivindicar melhorias em estradas do interior e a uma ação de pais que não conseguiram vagas pros seus filhos nas creches públicas do município). Porque não adianta só eles lá no conjunto deles lá pressionar se isso não vira notícia, se não chega nos ouvidos de quem tem que chegar [...] Tudo porque a comunidade nos trouxe esse problema. E aqui julgamos que a gente não podia ficar alheio a isso. Bom, se a comunidade está se organizando, **nós temos que dar voz a essa organização** (LOC2-EB).

De diferentes maneiras os sujeitos enunciam que nos processos comunicativos engendrados em espaços de RadCom há uma preocupação intrínseca em “*dar espaço para que as pessoas se comuniquem*” (LOC3-EB), “*para que as pessoas falem [...], para que os diferentes se expressem*” (LOC3-EA), enfim, “*dar voz às pessoas e também ouvir, porque são pessoas que muitas vezes não têm voz de várias formas ou sobre vários assuntos*” (LOC3-EB), “*dar voz à comunidade*” (LOC3-EA), “*dar voz a essa organização*” (LOC2-EB).

Não se contesta o fato de que os sujeitos tenham voz. É da natureza humana que componham, a partir das interações verbais que estabelecem no cotidiano, visões de mundo. No entanto, num embate social, em que predominam determinados tipos de práticas discursivas balizadas em práticas hegemônicas, certo número de sujeitos, grupos e pautas são invisibilizadas e nos debates públicos, silenciados, não participam efetivamente dos diálogos. Não tomamos o conceito de voz reduzido a um ato psicofisiológico, nem como um sistema abstrato de formas linguísticas dadas por uma língua em específico, mas enquanto fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta, como parte de uma discussão ideológica que indica uma posição, um ponto de vista, um sujeito discursivo, uma corrente, uma visão de mundo.

O *Programa Radar*<sup>169</sup> da Emissora B, por exemplo, deixa transparecer esta perspectiva desde sua vinheta de abertura quando um locutor descreve o caráter do programa:

<sup>169</sup> Programa que vai ao ar quinzenalmente aos sábados pela manhã, das 11 às 12 h, na Emissora B.

“Comunicar e aprender; Interagir e adquirir conhecimento; Ideias e ideais em discussão; Ouvir, falar, debater com quem quer um futuro melhor”. O programa observado e descrito no *Diário de Escuta* (DE-EB-10/11-11h as 12h), foi gravado ao vivo em uma escola pública de Educação Básica e reuniu duas turmas de alunos de Ensino Médio, mais uma professora universitária e uma integrante de um Coletivo social para tratar, abertamente, sob a mediação dos jornalistas da emissora, sobre o feminismo. É possível perceber no cenário discursivo promovido pela emissora a intensidade dos diálogos e a expressividade dos sujeitos que participam dos debates por vezes acalorados. Os participantes interessadamente “solicitam o microfone”, pedem a palavra e manifestam suas posições. Essas posições que entram em circulação não apenas no recinto onde se encontram os sujeitos do discurso no momento da gravação no programa, mas são amplificadas a uma arena estendida no momento em que estas suas vozes são emitidas a outras audiências através da veiculação de suas falas na programação da emissora, estabelecendo assim outras interlocuções sociais. Múltiplas vozes compõem os enunciados do programa, então levado ao ar na emissora, e deixa transparecer o compromisso da RadCom com a manifestação da pluralidade das vozes que compõem o tecido social, suas tensões e as negociações de sentido que nestes processos comunicativos se efetivam.

Quando se orienta na perspectiva de trazer as vozes dos sujeitos, as tensões e os temas para o descampado, para o aberto, para o campo do diálogo, para a arena, para um palco compartilhado, a fim de que elas participem na construção de narrativas que tocam o interesse público e não apenas do público, a RadCom pode se constituir como espaço a partir do qual se pensam as contradições, os embates, as temporalidades e a pluralidade de matizes culturais que dinamizam uma sociedade.

Não é “uma questão de falar pelo outro, e sim erguer a voz pelo outro, junto ao outro” (STAM, 2010, p, 349). Os enunciados dos locutores revelam essa perspectiva:

[...] É transportar aquilo que o ouvinte pede pra gente fazer, se não quer fazer ele mesmo, **levar aquilo que ele está querendo que seja passado, a gente leva pra comunidade através do locutor**. Fazendo isso respeitosamente. Entendendo aquilo que talvez pra alguns possa não ser tão importante, mas pra ele e pra uma parte das pessoas relacionadas àquele assunto é muito importante. Talvez a coisa mais importante que ele considere pra sua vida naquele momento. É isso que a gente tem que ter em mente. **Não menosprezar qualquer assunto, porque aquilo é importante pra alguém**. É ele querendo uma solução para aquilo. Externando aquilo. Então a gente procura trabalhar isso (LOC1-EB).

[...] Refletem porque **todas têm espaços, desde as que concordam conosco e as que discordam**. Nós logo após o processo eleitoral realizamos uma série de

entrevistas com todos os partidos envolvidos no processo eleitoral<sup>170</sup>. Isso é um exemplo claro pra *mostrar a pluralidade* aqui da Rádio Comunitária. a gente recebeu de todos os partidos envolvidos. [...] **Microfone aberto** pra eles falarem sobre o processo eleitoral. **Independente se a gente concorda ou não com o que eles dizem o espaço é plural**. Sempre foi (LOC2-EB).

[...] Toda a pessoa que busca a emissora pra falar sobre um assunto que é de pertinência da **comunidade nós abrimos o espaço, independente de partido político, de religião, de opção sexual, de time de futebol**. [...] É claro, opinião construtiva, que venha a trazer alguma coisa útil à comunidade. “Eu quero ir na rádio porque eu quero falar mal do prefeito”. Isso constrói pra comunidade? “Mas ele ficou de arrumar o pátio da minha casa e não veio”. O pátio da minha casa não é público. O particular não é público. Agora se alguém precisa de alguma coisa para o bem público sempre abrimos espaço (LOC3-EA).

[...] Deve ser um espaço que a comunidade utilize para conversar, para dialogar, pra trazer seus pontos de vista. [...] **Um espaço pra comunidade dialogar e saber o que o outro está pensando**. [...] Espaço para conversa, pro enfrentamento, se for o caso. A Rádio tem que servir para isso. Porque ela leva pra muito mais gente aquilo que o outro está pensando sobre aquele tema, esclarece, aprofunda o seu ponto de vista em relação àquilo, modifica, enfim. [...] A gente sempre procura **dar espaço e voz para todo mundo**, independente, enfim, de religião, gênero (LOC3-EB).

Nos enunciados é possível perceber que:

1) Quando LOC2-EB afirma: “*todas (referindo-se à diversidade de vozes que compõem o tecido social da comunidade) têm espaços, desde as que concordam conosco e as que discordam*”; LOC3-EA enuncia: “*nós abrimos o espaço, independente de partido político, de religião, de opção sexual, de time de futebol*”; e LOC3-EB declara: “*a gente sempre procura dar espaço e voz para todo mundo, independente, enfim, de religião, gênero*”, é possível perceber as potencialidades da RadCom para provocar espaços e situações comunicativas que favorecem a manifestação pública dos diferentes sujeitos discursivos que em espaços coletivos e sob determinadas circunstâncias sociais, constroem narrativas de mundo e lhe dão inteligibilidade. Podem ser espaços que, mesmo mediante as pressões sociais, as disputas de poder e as lutas que se estabelecem nos diálogos sociais e que reverberam nos discursos midiáticos, não se descuidam do compromisso com a pluralidade.

2) As falas de LOC1-EB: “*não menosprezar qualquer assunto, porque aquilo é importante pra alguém [...] levar aquilo que ele está querendo que seja passado, a gente leva pra comunidade através do locutor*” e LOC3-EB: “*um espaço pra comunidade dialogar e saber o que o outro está pensando*” apontam para o fato de que estas experiências se fazem ainda mais significativas quando asseguram que as vozes dos sujeitos que enunciam suas

---

<sup>170</sup> Conforme DE-EB-06/11-11h 50min, a emissora já havia realizado entrevistas com representantes municipais do PSL (Partido Social Liberal), partido que formalmente ainda não existia no município no período da pesquisa, e que elegeu o presidente da República, com representantes do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileiro) que elegeu o governador do Estado. No dia observado pela pesquisa foi realizada entrevista com representante do PT (Partido dos Trabalhadores).

posições, convergentes ou divergentes entre si, participem ativamente nos discursos emitidos na programação, seja de forma direta, ou seja de forma presentificada nas vozes dos locutores, que não apenas as toleram, mas as incluem.

Marcas enunciativas percebidas nas falas das audiências reforçam o fato de que os espaços de Radiodifusão Comunitária podem, de maneira privilegiada, pela arquitetônica de sua constituição e pelas experiências discursivas que ensejam, se constituir em espaços possíveis de ressoar e repercutir as mais diversas vozes que compõem o tecido social. Assim os sujeitos enunciam se referindo às possibilidades de participação nos espaços de RadCom: “sempre tem espaço para todos” (POP1-EB); “a emissora tem essa abertura, o que a diferencia” (POP5-EB); “todos podem interagir” (POP17-EA); “sempre há espaço para quem quiser se manifestar, basta querer” (POP6-EB); “o pessoal sempre dá opinião” (POP15-EB); “tem espaços abertos para a comunidade” (POP10-EA); e “podemos interagir e dialogar” (POP13-EB).

Nas experiências discursivas analisadas, percebemos que dar voz, portanto, não significa fazer uma concessão, uma doação de algo a alguém que não a possui anteriormente. Voz não é uma dádiva, um presente, mas a concretização em forma de palavras de um posicionamento dos sujeitos discursivos, social e historicamente constituídos e culturalmente delimitados. Um modo discursivo próprio e que singulariza os sujeitos. Dar voz é criar condições, estruturais e estéticas, que favoreçam aos sujeitos manifestar seus pontos de vista, suas visões de mundo, os quais são resultado das interações, das vicissitudes e das contradições do seu entorno, impregnados pelo horizonte social com o qual seus enunciados dialogam.

“Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre têm uma expressão verbalizada” (BAKHTIN, 2011, p. 300). Os diálogos entre estas visões de mundo, correntes, pontos de vista, reverberam um conjunto de sentidos que são produzidos socialmente<sup>171</sup>. A ressonância (ecos, repercussão) destas posições encarnadas nas palavras não decorre de uma permissão, mas da criação de condições favoráveis para que elas entrem em circulação, participem dos embates públicos. Sentidos estes que não nascem do desenvolvimento de ideias assumidas por uma consciência individual, como sustentam as habituais filosofias típicas do racionalismo ocidental moderno e as atuais tendências inspiradas em seus preceitos lógico-formais, mas elaborados a partir de práticas concretas e

---

<sup>171</sup> Para Bakhtin (2011, p. 294), a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. “Não só o indivíduo é irreduzível ao conceito, mas também o social é irreduzível aos indivíduos” (TODOROV, 2011, p. XXVIII).

experiências comunicativas marcadas pela presença de diferentes vozes e que colocam os sujeitos em relação imediata, nem sempre harmônica ou consensual, mas tensa e conflituosa com a realidade e com outros falantes.

O monologismo, caracterizado por processos e forças que agem explícita ou sorrateiramente para abafar vozes, mascarar pontos de vista, chegam ao ponto, por vezes, de negar a presença do sujeito (reificação do homem) no processo de circulação de discursos, marginalizando suas posições, suas visões ou enquadrando-as em projetos discursivos previamente determinados. E, se não negam, desabonam mediante campanhas difamatórias e de discursos e ideologias com força de padronização e com roupagem de linguagem oficial. Gardiner (2010) afirma que (embora desarticuladamente), Bakhtin sentiu ser necessário que se fizesse um combate às práticas monológicas de supressão das diferenças sociais, das vozes sociais e da homogeneização discursiva e defendeu a promoção de práticas comunicativas capazes de “compreender e encorajar ‘a desconstrução popular’ dos discursos e ideologias oficiais (GARDINER, 2010, p. 247). Para o autor, mesmo que se deva levar em conta as possíveis implicações de um utopismo abstrato, pode-se vislumbrar práticas comunicativas verdadeiramente alternativas e heteróglotas como “espaços sociais transgressivos” (GARDINER, 2010, p. 244). Estas se relacionam a políticas anti-hegemônicas e transformadoras, não como um projeto que se impõe, tendo em vista o perpétuo e contraditório vir a ser do social e da constituição da consciência do sujeito, mas como práticas mais desejáveis, “pois só então poderão as estruturas autoritárias das modernas sociedades burocratizadas ser efetivamente desafiadas e recriadas” (GARDINER, 2010, p. 248).

Para Hirschkop (2010, p.122), a heteroglossia não se configura em práticas comunicativas onde o discurso esteja livre de qualquer pressão política, nem porque desfrutaria da participação da maioria do povo, mas sim, graças ao tipo específico de ação comunicativa a que se propõe. Portanto, situações discursivas não se constituem heteróglotas única e exclusivamente pela licença ou permissão que concedem às vozes a fim de que participem dos processos de produção de sentido, nem pela ausência de conflitos e pressões sociais, mas pela forma como respeitam e celebram a multiplicidade e a arquitetura que oferece para que elas dialoguem.

Junto a estas vozes há sujeitos, concretos, situados, históricos, visões de mundo, pontos de vista, enunciadores que se constituem como produto e veículo do discurso e que carregam consigo tensões da luta social, constrangidos pelas relações de produção e pelas estruturas sócio-políticas que os envolvem. Para Bakhtin (2011, p. 384) “não pode haver discurso separado do falante, de sua situação, de sua relação com o ouvinte e das situações

que os vinculam”. Sujeitos, quando não coisificados, interrogam, provocam, respondem, concordam, discordam, reagem e se alteram constantemente na configuração dos discursos. A voz é o conduto que carrega a posição de um falante em uma situação concreta de comunicação e se materializa em processos de intercâmbio social. Para Bakhtin, não existem palavras sem voz e, junto aos enunciados, estão sujeitos do discurso reais ou potenciais, autores de tais enunciados. “Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2011, p. 274). Só a partir do sujeito falante é possível transformar o mundo material em discursos.

Os sujeitos se humanizam nos atos de fala, na interação verbal. “Como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo” (BAKHTIN, 2011, p. 400). Menosprezar a característica principal do sujeito como alguém que fala em situações discursivas concretas, que produz discursos, que deseja ser ouvido e não ignorado, é reduzir o sujeito a um objeto, é coisificá-lo. Promover a heteroglossia é criar espaços para a manifestação da sua palavra tantas vezes negada, abafada ou marginalizada. É reconhecer a força de sua voz, de suas posições, não como consciência solitária, mas em processo de formação e interação com os outros, que se constitui social e historicamente.

Para Bezerra (2005, p. XI), o que Bakhtin faz é perceber a existência de um projeto (a ser edificado) em que seja possível, ao ouvir as vozes de mundos<sup>172</sup> e as existências inacabadas, ver o mundo como um processo em formação e o homem como um ser em formação neste processo. Segundo o autor, daí decorre a aversão bakhtiniana a toda a ideia de dogmatismo, do monologismo, da conclusão como ponto final. Pensando desta maneira, “as palavras concludentes estariam fora do todo dialógico, coisificariam e humilhariam o ser humano enquanto indivíduo, razão porque se faz necessário escutá-lo, deixá-lo falar, provocá-lo socraticamente para que externe em discurso, e como discurso, a sua visão de mundo” (BEZERRA, 2005, p. IX).

As vozes se configuram na tessitura do social e entram em circulação a partir de situações concretas de comunicação, sejam elas mediadas tecnologicamente ou não, e que favorecem ou não a sua ressonância nos diálogos sociais.

---

<sup>172</sup> “Quando ouvem-se vozes, ouvem-se também, com elas, mundos” (AMORIM, 2014, p. 105).

A heteroglossia pode se configurar em práticas concretas de RadCom quando estas são capazes de constituir ambientes propícios para que as posições dos falantes entrem num cenário discursivo e participem ativamente na constituição dos sentidos.

### 7.3 Espaço de tensões (contradições) mobilizadoras, pontos de vista e vozes dissonantes

Reforçamos nossa posição epistemológica de que, ao pensarmos em práticas comunicativas potencialmente heteróglotas, fica sugestionado que (1) nelas deva estar implicada uma “lógica alternativa de oposições não excludentes e contradições permanentes que transgridem o pensamento monológico do tipo ‘verdadeiro ou falso’, que é típico do racionalismo ocidental” (STAM, 2010, p. 351). Tais práticas, por conseguinte, numa perspectiva bakhtiniana (2) não podem gerar como resultado ou ter a pretensão de impor um só sentido, pois “não pode haver um sentido único, [...] não pode haver um sentido em si” (BAKHTIN, 2011, p. 382). De tal maneira que nelas (3) se reconhece o papel produtivo do paradoxo e do conflito como força motriz do discurso e que podem revelar o *ethos* de uma cultura, de uma sociedade, de um lugar específico e singular.

Sob essa lente analítica, observarmos na programação das experiências comunicativas de RadCom do campo empírico, episódios (representados pelos excertos abaixo) nos quais particularidades discursivas (marcas) apontam para situações discursivas que reverberam e expõem as contradições sociais, explorando-as sob o ponto de vista das suas repercussões no cotidiano dos sujeitos.

**Excerto 6:** [...] Locutor traz a notícia de que futuros deputados devem 158 milhões de reais em tributos. A informação do Jornal O Estado de São Paulo é de que as dívidas incluem pendências previdenciárias e outros tributos não quitados. O locutor aponta que a deputada Elcione Barbalho do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) é a maior devedora em duas empresas de comunicação. Ela é esposa do senador eleito Jader Barbalho que está na lista dos maiores devedores. O locutor diz que o congresso aprovou no início do ano passado (referindo-se à 2017) o REFIS<sup>173</sup>, processo de refinanciamento de dívidas que beneficiou estes devedores. Só os cinco que mais devem respondem por 84% de todo o valor. O locutor ainda destaca outros parlamentares devedores e seus partidos. Com ênfase na locução ele relata que o deputado gaúcho Pedro Westphalen deve para a União 10 milhões de reais. Loc 1 termina a informação ressaltando que 96 dos 513 deputados eleitos devem 158 milhões de reais aos cofres públicos. Segundo ele **a maioria destes que se reelegeram votaram o “tal do REFIS” perdoando, parcelando a perder de vista, isentando as suas próprias dívidas. Loc 1 faz uma afirmação em tom de provocação: “mas quem sabe pra muitos isso não é corrupção, é esperteza, quem sabe”** (DE-EB – 06/11-12h 25min).

**Excerto 7:** [...] Loc 1 (a apresentação do programa Ponto de Vista é dividida entre 2 locutores) informa que Jair Bolsonaro (referindo-se ao então presidente recém eleito do Brasil Jair Messias Bolsonaro) nomeou para a equipe de transição um dos donos da AM4 (Agência Digital), a maior prestadora de serviços de sua campanha.

<sup>173</sup> REFIS é um mecanismo que se destina a regularizar créditos decorrentes de débitos relativos a tributos e contribuições administrados pelos órgãos Federais: Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além das Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais.

Marco Aurélio Carvalho receberá perto de 10 mil reais durante o período de transição. Loc 1 apresenta parte de uma nota da empresa afirmando que todas os gastos, num total de 650 mil reais, foram legais. Loc 1 ainda apresentou que no período eleitoral houveram denúncias de que empresários teriam financiado disparos de mensagens nas redes sociais contra a candidatura do PT (Partido dos Trabalhadores), o que seria configurado como Caixa 2. Na época, segundo Loc 1 a empresa AM4 era a única declarada pela campanha do candidato do PSL (Partido Social Liberal). Loc 1 resume a notícia dizendo que **“o maior fornecedor da campanha do Bolsonaro compõe os 28 nomes que vão comandar a transição do seu governo”**. Loc 2 diz que é um grupo com homens, não há nenhuma mulher e isso é algo que chama a atenção. E **que no grupo tem um deputado que já foi condenado por estelionato e tem algumas acusações de Maria da penha**. Loc 2 suspira e diz em tom desanimador: “enfim”. Loc 1 traz a notícia de que no Congresso Bolsonaro afirmou que tem compromisso com a Constituição **em uma sessão solene em comemoração aos trinta anos dela no Congresso**. Segundo Loc 2 os **jornalistas foram barrados** pela equipe do Bolsonaro. Diz que havia sido feita toda uma varredura no Congresso Nacional e de que eles estão bem assustados. Loc 2 continua contando a história de que o Eunício de Oliveira (então Presidente do Senado federal) liberou os jornalistas, mas que num primeiro momento os jornalistas não estavam podendo acompanhar a sessão. Segundo ele, criou-se um clima entre o Eunício e os seguranças do presidente eleito (DE-EB – 06/11-12h 45min).

**Excerto 8:** [...] A primeira notícia dá destaque a um texto que tramita no Congresso Nacional para a criação de condições que possam viabilizar a produção de alimentos com menos dependência de agrotóxicos que é uma **resposta ao Pacote do Veneno que quer aumentar a utilização de agrotóxicos no Brasil**. A reportagem tenta mobilizar a comunidade para uma ação democrática da população e dos congressistas para que se sensibilizem para os problemas trazidos pelo uso excessivo de agrotóxicos. [...] Logo após estas informações a programação traz os **índices alarmantes em relação ao aumento da desigualdade e da pobreza no Brasil e seus reflexos no aumento desemprego, na economia e nos indicadores de qualidade de vida**. Em seguida uma notícia destaca os números de empregados que estão na informalidade e as consequências deste cenário para os rendimentos do trabalhador (DE-EA – 06/12-8h 45min).

**Excerto 9:** [...] Às 11:27 Loc 2 diz que antes do intervalo traz uma informação rápida. A informação é de que um economista do Banco Santander foi indicado pelo grupo de Jair Bolsonaro para o posto de presidente do Banco Central, no lugar de um que era do Itaú. A informação descreve que o indicado deve ser sabatinado, é bem próximo do Ministro da Economia e terá status de Ministro, portanto com Foro privilegiado. Loc 2 lembra que o indicado é neto de um dos principais nomes do pensamento liberal e defensor do Estado Mínimo falecido a pouco tempo. O avô “do rapaz” já foi ministro do planejamento no governo militar de Castelo Branco. Segundo Loc 2, ao encerrar a notícia: **“agora é o Santander que vai comandar o Banco Central”** (DE-EB – 16/11-10h 55min).

**Excerto 10:** [...] Os Locutores passam a tratar sobre **a repercussão da saída de Cuba do programa Mais Médicos**. Loc 2 lembrou que no programa em várias oportunidades foram trazidos para os ouvintes os objetivos do programa que tenta minimizar o problema da falta de médicos no Brasil especialmente em locais mais distantes e em periferias onde os municípios têm dificuldade para a contratação de profissionais. Loc 2 explica o funcionamento do Programa, as responsabilidades de cada ente federado. Relata como é organizado o programa e como funcionam os editais. Médicos estrangeiros só começaram a participar do programa porque não houve número suficiente de médicos brasileiros interessados nas vagas oferecidas. Loc 2 diz que “pra quem não saiba” Cuba ajuda com médicos e medicamentos sem custos quando há uma calamidade em algum país. Ele relata a criação de brigadas organizadas no país pra atender países com necessidades no mundo. Num primeiro momento os médicos iam sem custos. Em algum momento países começaram a retribuir o serviço. A partir disso segundo Loc 2 foi estabelecido um convênio com a Organização PanAmericana da Saúde (OPS). Esta é a forma como o Brasil se relaciona com estes profissionais. Loc 1 diz que é por isso que no programa tem médicos de outros países. Loc 2 continua dizendo que a responsabilidade pelos profissionais é da OPS. Citou o fato de que alguns morreram e a responsabilidade ficou a cargo da OPS. E que Cuba, sim, tem os médicos como uma forma de arrecadar. Pois, segundo ele tem esse debate e de que o General Mourão disse que o Bolsonaro vai ser conhecido como o cara que livrou mais de 8 mil médicos da escravidão. Por causa dessa coisa que Cuba recebe um valor X, o valor total e repassa pros seus médicos um valor menor. E como o Jair Bolsonaro fez declarações nada simpáticas sobre os médicos cubanos, Cuba resolveu romper o acordo. Essa foi a notícia, esse foi o comunicado oficial do governo cubano. Loc 2 lembra que o comunicado afirma que as razões do fim do acordo teria se dado também pela forma desonrosa com que os profissionais foram tratados. Segundo Loc 2 tem vídeos e é fácil de qualquer pessoa encontrar mostrando o próprio Bolsonaro e outras pessoas afirmando, bom (...) “não tem a formação adequada, não passam de uns enfermeiros”, coisas do tipo. Isso, segundo Loc 2 criou uma situação de rompimento do convênio. Loc 1 diz que Cuba tem médicos atuando em mais de 60 países. Roda uma reportagem da Radio Nacional de Brasília com a informação de que o governo brasileiro tem a intenção de lançar editais



para a ocupação das vagas deixadas pelos cubanos, que são cerca de 8500 das 18 mil vagas do programa. A reportagem apresenta uma fala de Jair Bolsonaro que nega que vai acabar com o programa e uma fala do Conselho Federal de Medicina (CFM) que afirma que a saída dos médicos cubanos não vai afetar o atendimento da saúde da população. Depois da reportagem Loc 1 diz que O CFM foi contra o Programa desde o início e tentou barrar a sua criação. Loc 2 diz que inclusive muitos deputados tentaram barrar o programa, inclusive o Bolsonaro agora eleito presidente da República. Loc 2 diz que “pra quem não lembra” muitos dos médicos cubanos foram recebidos na época com vaias e gritos de grupos de profissionais brasileiros. Loc 1 diz que segundo o Ministério da Saúde vai ser aberto um edital, mas lembra que em editais anteriores as vagas não foram preenchidas por brasileiros. Depois da vinda dos médicos estrangeiros alguns brasileiros se dispuseram, mas em número insuficientes. Os locutores dizem torcer para que as vagas sejam ocupadas, mas Loc 2 diz que o problema é de que os médicos tem que trabalhar de acordo com o que prevê o programa: o dia inteiro atendendo no posto de saúde pelo salário que é proposto. Então cidades que tradicionalmente tinham dificuldade de receber médicos, ribeirinhos, áreas indígenas, era muito complicado receber médicos, mesmo em pequenos municípios. Loc 2 diz, nós mesmo aqui, sugere que as pessoas reflitam: será que teremos médicos que ficarão no posto atendendo o dia inteiro? Loc 1 pergunta: ou irão para estas cidades mais distantes? Tomara, diz Loc 2. Loc 1 traz o exemplo de uma cidade no Amazonas que oferecia 40 mil reais de salário e não tinha médico interessado. Loc 2 diz que, diferente do que algumas pessoas vinham dizendo, são bons profissionais. Em seguida traz um *twitter* de um médico que faz um apanhado da questão do Mais Médicos e afirma que os Cubanos quando chegaram foram avaliados com a aprovação da lei, pela fluência em português e em relação aos conhecimentos da medicina. O médico afirma que é claro que vieram médicos ruins, e diz que é chefe de um pronto socorro que atende pelo SUS e vê também médicos brasileiros ruins. Loc 2 diz que segundo o médico existem em qualquer lugar, como em outras profissões, profissionais bons, medianos e ruins. Loc 2 defende que a questão da saúde não deve ser uma questão de ideologia: ah, porque os caras são lá de um país que eu não gosto do regime deles, ou enfim, eu não aceito aqui. Para Loc 2 os “caras” vieram, homens e mulheres, atendendo da melhor forma possível, com as suas dificuldades, com seus erros, assim como qualquer brasileiro. Loc 1 relata sua experiência pessoal, quando foi atendido por uma médica cubana que diagnosticou seu problema. Depois disso foi procurar outros médicos que deram o mesmo diagnóstico. Loc 2 diz torcer para que as vagas sejam ocupadas, porque há um grande problema na saúde e qualquer gestor que seja minimamente honesto pode confirmar que é muito difícil fazer os profissionais ficarem trabalhando. Loc 2 relata que os profissionais são contratados e é muito difícil os gestores fazerem os profissionais ficarem trabalhando o tempo que foram pagos. Não dá pra generalizar, mas uma boa parte não cumpre horário e quem deveria fiscalizar não o faz. Para ele uma boa parte é sim contratado e não fica no local de trabalho. Atende determinado tempo e vai pro seu consultório. Para ele há todo um conflito. Têm profissionais que são servidores públicos e profissionais que tem atividades privadas, o que é normal, mas que querem estar na estrutura pública, receber o salário e não cumprir o que está contratado. Segundo ele este é um dos problemas da saúde pública. E o Programa Mais médicos, com seus erros e dificuldades, com avaliação altíssima feita pela população brasileira e mostradas por pesquisas inclusive realizadas por universidades. Loc 2 com convicção afirma que “quem faz a crítica a um programa como esse é uma pessoa que não tem a menor noção do que é buscar um atendimento numa estrutura pública de saúde. Quem faz a crítica nunca botou os pés em um posto de saúde. Ter um profissional lá que fique e atenda de forma humana e que atenda durante um bom tempo é algo que muda sim a vida das pessoas”. Diz ele que os números mostram isso. Loc 1 relata que a Confederação Nacional dos Municípios está alertando para uma possível calamidade pública e roda uma reportagem com falas que apontam para esta preocupação. Loc 2 destaca que em municípios onde os médicos estrangeiros são complemento é uma situação, mas em municípios, e são mais de 2500, onde só tem esses médicos, e que não tinham antes, a situação é complicada. Os locutores voltam a desejar que a situação se resolva, pois são milhões de pessoas que ficarão sem assistência. Loc 2 afirma que municípios que não receberão mais médicos pelo programa terão que “puxar do bolso” das prefeituras para contratar profissionais, a que valor? Ele faz uma conta rápida, se forem contratados os 28 (referindo-se ao número de médicos cubanos que estavam trabalhando na região) que se foram, pelo mesmo valor seriam 280 mil por mês e no Estado 2 milhões e 800 mil se não conseguirem através do Programa. Se for no valor do Programa. Antes do programa municípios não conseguiam contratar médicos por este valor. Segundo os locutores, em Frederico são 5 profissionais do Mais Médicos e 4 são cubanos. Eles relatam todos os municípios que tem médicos do programa. Para Loc 2 “essa foi uma grande burrada. Comprar essa briga foi uma coisa idiota. Difícil mensurar uma situação como essa”. Ele relata o quanto contribuem com a comunidade os médicos que estão no município, que custam relativamente pouco aos cofres públicos, algo que estava consolidado e fluindo e que romper com este convênio foi uma grande “burrada”. Se fossem profissionais mal quistos no mundo, mas 60 países têm esse convênio. Loc 1 diz que a emissora entrou em contato com a Secretaria da saúde e que as autoridades do município não sabem ainda o que vai acontecer. A promessa é de que na próxima semana eles se pronunciem. Os diálogos sobre o assunto se encerram às 11:56, depois de 25 minutos (DE-EB-16/11-10h 21min as 11h 56min).

Os excertos apontam que nos enunciados veiculados nas programações das RadCom as contradições sociais são trazidas para o descampado onde ficam visceralmente expostas em seu componente político, ético e discursivo assim podendo ser abordadas, discutidas, questionadas e transformadas. No excerto 6 o debate gira em torno da contradição evidenciada pelos locutores referente àqueles que, eleitos pelo voto popular, deveriam legislar em consonância com os interesses públicos, mas que legislam em causa própria. Dois paradoxos são expostos no excerto 7: o primeiro destaca a nomeação para cargos públicos de indivíduos que financiaram a campanha eleitoral dos eleitos, prática considerada por muitos como o germe da corrupção, e o segundo destaca a censura imposta a veículos de comunicação que se propunham a cobrir um evento que tratava do aniversário da Constituição Brasileira, amplamente conhecida por garantir aos cidadãos as liberdades de expressão e de imprensa. O excerto 8 aponta duas contradições muito graves. Uma delas problematiza o tema dos agrotóxicos no Brasil, que é um dos países do mundo que mais consome esse tipo de produto<sup>174</sup>. Na contramão de países desenvolvidos que debatem acerca das implicações desses produtos para a saúde humana e caminham para a diminuição da utilização, o país caminha em sentido contrário. Além disso, o excerto aponta para um debate muito atual, a saber, as relações entre o desemprego e os indicadores da qualidade de vida. No excerto 9, fica evidenciado um contrassenso típico do neoliberalismo, o controle pelo mercado financeiro de uma instituição bancária pública. Por fim, o excerto 10 destaca um paradoxo preocupante: em um país carente de profissionais da saúde que atendam à população através de um sistema público de assistência, milhares de médicos são dispensados em virtude de diferenças ideológicas.

Nas passagens descritas nos *Diários de Escuta* é possível perceber, de maneira geral, uma imersão dos enunciados nas contradições sociais, e que estas se constituem como elementos mobilizadores para a construção daqueles. Situações sociais que não são apenas apresentadas, mas amplamente exploradas e abertamente debatidas. A programação das emissoras mesmo atreladas às inúmeras restrições corporativas e sociais, sejam elas da ordem ideológica ou financeira, possibilita, ao assinalar as tensões que emolduram as realidades cotidianas, uma experiência de produção de sentidos em que o contraditório esteja presente em sua face pedagógica, como impulso à reflexão, à compreensão responsiva, ao diálogo aberto e informado e em um espaço político alargado às lutas ideológicas.

---

<sup>174</sup> De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), ocupamos o 7º lugar na relação da quantidade de produtos aplicados por hectare de terra cultivada. No volume total, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro informa que estamos em 1º lugar. Informações disponíveis em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621328>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Estes excertos evidenciam que a RadCom, quando realça o contraditório, o elemento discursivo excluído dos discursos monológicos, mesmo ante padrões de supremacia e tendências hegemônicas, configura-se como um “interlocutor polêmico” (BRAIT, 2014, p. 23). Para Stam (2010, p. 334), a questão não é “impor uma interpretação, mas, ao contrário, trazer à luz as vozes abafadas”. O dialogismo é amplificado, possibilitando que outras vozes, visões de mundo, pontos de vista, correntes ideológicas, se juntem aos processos de inteligibilidade da realidade e dos próprios sujeitos discursivos. Essa necessária e produtiva complementaridade de visões, compreensões e sensibilidades constitui o cerne da heteroglossia em qualquer ambiente discursivo.

Quando escamoteadas, distorcidas, censuradas ou ignoradas, essas tensões no campo do discurso dão lugar a consensos nos quais realidades de sobremaneira contraditórias se tornam socialmente aceitáveis, toleráveis. Ou seja, muitas formas de comunicação sugerem como “‘natural’ aquilo que é socialmente motivado e politicamente implementado” (NEWCOMB, 2010, p. 361). São tensões que nas práticas cotidianas, às vezes, se tornam contradições. As contradições que são suprimidas em benefício de um discurso oficial, de narrativas de mundo consensualmente produzidas por forças de padronização discursiva atendem às lógicas de grupos dominantes e que, por um lado, tentam impor um sentido único e hegemônico e, por outro, atuam como forças de silenciamento das vozes divergentes. Práticas discursivas que podem incluir a produção de relações sociais opressoras, nas quais o diálogo é mascarado e apenas uma voz se faz ouvir. Tais práticas, marcadamente monológicas, carecem da capacidade de gerar uma resposta, pretendem ser a última e conclusiva palavra, ignoram e são surdas à pluralidade das forças discursivas que compõem os cenários textuais da realidade concreta dos sujeitos.

A introdução de um “ângulo dialógico” que transcende o conteúdo individual dos discursos revela a necessária e imprescindível resistência aos crescentes ataques dos discursos que têm a pretensão de se imporem como únicos nos diálogos sociais. Apontar as contradições sociais e propor questionamentos sobre elas e sobre os comportamentos dos sujeitos diante delas, mesmo em meio a cenários conservadores em termos políticos e morais, pode indicar uma rica contribuição da Radiodifusão Comunitária aos processos formativos dos sujeitos que se constituem a partir de uma aberta e intermitente disputa ideológica no âmbito do social.

Comunicar, sob este prisma, não se reduz à ação de levar algo de um lugar para o outro, reproduzir um sentido sem considerar as situações verbais concretas e as disputas sociais que nelas estão implicadas. Primeiro, porque os sentidos são irrepetíveis e se alteram

constantemente face ao fato de estarem associados a um enunciador, a uma situação discursiva singular, a interesses e contradições sociais, a um auditório social mais imediato e a um horizonte social com o qual os discursos dialogam. Segundo, tendo em vista que “os sentidos estão divididos entre vozes diferentes” (BAKHTIN, 2011, p. 320), e não possuem uma essencialidade intocável ou qualquer alma governante.

Já apontamos que no Brasil, historicamente, há uma concentração dos Meios de Comunicação Social de Massa nas mãos de grupos privados de mídia que se credenciam como testemunhas e porta-vozes do discurso público e cujos enunciados ostentam uma pseudo-representatividade que lhes permitiria estabelecer o arcabouço fundamental dos sentidos e das narrativas de mundo ou os termos de qualquer debate. Tais meios, comandados de forma verticalizada, (re)produzem e amplificam ideias, concepções, valores para um universo gigantesco de pessoas a partir de um discurso de “mão única” que mobiliza, frequentemente, uma resposta previsível e orientada. Estes discursos são difundidos e espalhados por uma rede de “repetidoras” (oficiais e não oficiais) espalhadas por todo o país que “compram” e assumem como suas as posições que tais veículos de comunicação lhes ofertam, como verdades universais, sem a mínima, ou com uma mínima, contestação. Cria-se assim uma teia de consentimentos em torno de discursos que se pretendem únicos e que se alastram gerando, inevitavelmente, o apagamento das contradições sociais, das lutas sociais de um lugar e de uma época e das vozes dissonantes. Um suposto diálogo é reivindicado nestas estruturas, mas é utilizado sistematicamente apenas para caracterizar um arranjo gramatical ou “empregado no sentido socialmente cristalizado de consenso” (MARCHEZAN, 2014, p. 123). Esta reprodução acrítica não é resultado de atitudes subjetivas em relação a certas situações, mas uma subordinação discursiva definida por um processo de consentimento ideológico que mascara as lutas sociais e afasta os discursos desviantes e contestadores.

Na seriedade superficial e cotidiana de uma imprensa que comenta fatos e prega o discurso hegemônico e com pretensões de ser único, os discursos que apontam as desgraças, as misérias e os sofrimentos são ironizados. De qualquer voz contrária que se levante, cobra-se a proposição de um mundo acabado e sem mazelas contemporâneas. Cobra-se que da proposição surja uma realidade por passe de mágica. Não havendo tal proposição nem sua magia, o discurso é tornado vazio de sentido pela imposição dos sentidos pré existentes. Quer se fazer crer que estamos para sempre presos à racionalidade do mercado e a suas técnicas. A ordem está dada, como se ela não tivesse chegado depois de um longo percurso histórico. [...] O mundo viu desaparecer outros saberes, tornou-se pobre em narrativas e narradores, apequenou-se no grande feito de desqualificar o diferente. [...] Não é pequeno demais o uniforme com que se quis vestir o mundo? (GERALDI, 2015, p. 104-105).

Esta lógica, em muitas situações reais de comunicação, é advogada e reproduzida total ou parcialmente por instituições sociais que se ocupam com a comunicação (notadamente as mídias) quando assumem devotamente estas linguagens oficiais como suas e reproduzem sem qualquer aparente resistência estes discursos hegemônicos e universais. Comportamento típico de discursos midiáticos que, como já mostramos na seção 5.2 (*A Radiodifusão no Brasil: um diagnóstico da concentração dos meios e os processos de monologização dos discursos*), tendem a difundir, a partir de uma lógica mercantil a públicos cada vez mais homogêneos e semelhantes, um discurso padronizado, numa tentativa de torná-lo único e acabado em termos semânticos rendendo-se, em certa medida, a uma orientação advinda da sociedade de massa e da cultura do consumo.

Mediante esse cenário, os enunciados dos sujeitos entrevistados no âmbito da produção revelam movimentos no interior da RadCom que não refletem apenas atitudes resultantes de práticas discursivas procedentes de consciências individuais, mas um acontecimento discursivo que provém de um movimento social, num ambiente de luta ideológica. Ações que reconhecem a singularidade, a unicidade e ao mesmo tempo a diversidade dos pontos de vista, os quais provêm de lugares sociais de conflito e tensão e que encontram espaços para sua manifestação pública favorecendo a produção de sentidos múltiplos, não necessariamente simétricos.

[...] A gente **não quer ser mero reproduzidor** do discurso tradicional dos grandes veículos de comunicação (LOC1-EB).

[...] Fazemos **um jornalismo de contraponto**, trazer informações diferentes dos meios de comunicação hegemônicos. [...] **Coisas de opinião a gente não reproduz**. [...] Por exemplo, a gente nunca vai reproduzir uma coluna de opinião do Correio do Povo, da Folha de São Paulo (LOC3-EB).

[...] O consenso é uma opinião burra. **Tem que haver o contraditório**. Tem que haver o debate. Não pode haver só o consensual. Todo mundo concorda com tudo e ninguém discute. [...] O contraditório é importante. Não sou obrigado a concordar com todo mundo e ninguém é obrigado a concordar comigo. **O importante é estar mais próximo a um entendimento** comum. Colocar a opinião é diferente do que impor a opinião. **A opinião contraditória faz com que os sujeitos possam rever suas posições** (LOC3-EA).

[...] Rádio Comunitária não é mais uma emissora de rádio que toca música e faz propaganda comercial pra ter lucro no fim do mês. [...] Passar pra comunidade algo que elas não vão ouvir nos meios de comunicação tradicionais. **O outro lado, a outra versão** daquela notícia que virou capa do jornal, que virou manchete no Jornal Nacional<sup>175</sup>. [...] **A gente não dá “ctrl + c e ctrl + v”**<sup>176</sup>(LOC2-EB).

Destacamos, a partir dos enunciados, a existência de:

<sup>175</sup> O locutor refere-se ao principal telejornal da Rede Globo de Televisão.

<sup>176</sup> “Ctrl + c e Ctrl + v” é um atalho no teclado do computador que significa copiar um elemento, pode ser um texto, uma planilha, ou até uma imagem. Metaforicamente, é uma expressão utilizada para designar uma ação de “copiar e colar”, repetir *ipsis litteris*.

1) uma *resistência* no tocante às ameaças de subtração das *tensões mobilizadoras* que ligam os discursos ao espaço do aberto, do inconcluso, da produção intersubjetiva de sentidos, dos movimentos em direções cada vez mais múltiplas e inacabáveis que se evidencia nos enunciados de LOC3-EA - “*tem que haver o contraditório*”, e LOC3-EB - “*fazemos um jornalismo de contraponto*”;

2) uma *inquietação* em relação à não reprodução pura e simples de narrativas, conceitos éticos, padrões morais e visões de mundo, o que fica evidenciado nos enunciados de LOC1-EB - “*A gente não quer ser mero reprodutor do discurso tradicional dos grandes veículos de comunicação*” - e LOC2-EB - “*A gente não dá ‘ctrl + c e ctrl + v’*”.

(3) a consequente *insubordinação* aos apelos advindos das práticas de ordenamento dos discursos a ordens dadas e prefixadas, e que lutam para transgredir os processos de consentimento em direção a entendimentos, como evidenciado no enunciado de LOC3-EA - “*O importante é estar próximo de um entendimento [...], a opinião contraditória faz com que os sujeitos possam rever suas posições*”.

A sequência de falas nos aponta que, “mesmo sob peles aparentemente bem comportadas de um mundo desejado uniforme, dos conflitos parecem emergir diferenças insubmissas” (GERALDI, 2015, p. 104-105). Para Geraldi (2015, p. 71), é possível perceber algumas tentativas de esgotar os sentidos em um único sistema de referência antropológico-cultural e ideológico e de explicar a variedade da vida em um só discurso, onde todos os outros sentidos não dizíveis ou intraduzíveis constituem uma teratologia que é preciso apagar ou, no mínimo, esconder. Este movimento, para o autor, empobrece a humanidade. “Conviver com a diferença passa a ser uma condenação, não um enriquecimento das formas de experiência e compreensão do mundo e da vida” (GERALDI, 2015, p. 71).

Isso indica que o monológico é uma possibilidade real de certas situações enunciativas, uma forma de reprodução de um discurso dominante em termos sociais e da tentativa de estruturação da vida social “de cima para baixo”, do centro, mesmo que esse centro esteja mais esparso e difuso na atualidade, para a periferia. Tudo o que lhe escapa é considerado marginal e marginalizado. A dominação política torna-se algo estritamente repressivo, contrasta entre o vir a ser da história e uma estrutura estática que condiciona o pensamento e o discurso. Segundo Ribeiro e Sacramento (2010, p. 28), isso se dá porque

[...] o poder não se exerce somente, nem prioritariamente, pela coerção, mas sim pelo consenso, pelo compartilhamento de valores, visões de mundo, conceitos éticos e padrões morais. [...] A mídia faz parte de um campo de forças e disputas pela hegemonia e do processo dialético de produção de consentimento.

Para Amorim (2014, p.111), Bakhtin é “um pensador das tensões”, as quais não considera como algo negativo, nem tampouco como um elemento a ser superado, como um estágio a ser vencido, ou mesmo como algo que deva ser evitado ou tratado tangencialmente. As tensões, para o autor russo, são inerentes à criação humana, aos fenômenos humanos concretos e aos processos interdiscursivos de constituição dos sentidos e devem ser considerados em experiências de comunicação, tendo em vista que por elas se pode compreender as contradições presentes no âmbito do social e levar os sujeitos a refletir sobre si mesmos e sobre seu entorno. O dialogismo, que não pressupõe nada de harmônico, é muito mais uma arena. Isto não significa dizer que no âmbito dos processos discursivos não é possível qualquer entendimento. “Discussões, discordâncias, mas também um profundo entendimento” (AMORIM, 2014, p. 107). No entanto, mesmo o entendimento, a concordância “é muito rica em variedades e matizes” (BAKHTIN, 2011, p. 331)

Quando os sujeitos se negam a serem reprodutores dos discursos que circulam nos convencionais veículos de comunicação, entram num processo de produção de sentido portando uma contrapalavra com potencial de romper o modo unilateral da comunicação dominante nos meios de comunicação de massa, incluindo, para além do que “já foi dito”, do que “ainda está sendo dito” o que “pode vir a ser dito”. Os sujeitos do discurso, nestas experiências comunicativas alternativas e nestas práticas discursivas, não se apresentam como observadores passivos, expectadores impotentes, mas participantes de um processo vivo, ativo e permanente que se nega a sucumbir à ossificação das práticas monologistas (que não apenas sustentam o consenso, mas ajudam a produzi-lo criando o consentimento). Por outro lado, o cenário revelado pelos sujeitos do campo empírico aponta para práticas comunicativas que se resguardam de adotar uma atitude hostil em relação à cultura midiática, ao mesmo tempo em que se recusam a anuir à legitimidade do sistema social estabelecido (o que pode representar uma utopia de oposição), à reprodução totalizante de uma sociedade ideal e perfeita ou da adoção de categorias abstratas e de universais semânticos, mas com uma grande expectativa no potencial do diálogo infinito e nunca finalizado.

Balsebre (2012), ao tratar da linguagem radiofônica, descreve extensamente o que, segundo ele, constitui a paisagem constitutiva do rádio como um meio de comunicação e expressão e não entendido somente como meio de difusão de informações. Para o autor, o conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos contextos expressivos da palavra, a música, os efeitos sonoros e mesmo o silêncio, compõem um cenário comunicativo singular e dão o tom e o colorido dos processos comunicativos radiofônicos. A linguagem radiofônica, neste prisma, não se resume a um conjunto de suportes para a comunicação à

distância entre pessoas, mas num sentido conotativo, é entendida como uma “montaje de distintas voces y músicas” (BALSEBRE, 2012, p. 28), que possibilita a interação verbal e que cria certas situações discursivas.

Segundo Balsebre (2012), a palavra radiofônica não é somente uma palavra emitida através do rádio. Isto significa dizer que a compreensão do sistema expressivo da palavra radiofônica não se esgota com a significação linguística da palavra. O componente estético da mensagem radiofônica transcende o significado puramente linguístico da palavra veiculada. Ela traz à tona contextos semânticos dos indivíduos falantes a partir do reconhecimento da riqueza expressiva do meio e das mais diversas “cores do som” (BALSEBRE, 2012, p. 40). A palavra em uso assume um vasto colorido expressivo e formas sonoras específicas e se revela a partir de características expressivas próprias, como por exemplo, por meio da música.

O autor está a falar da música que contribui para dar um acento, uma entonação à palavra. Sua forma e conteúdo constituem um material sonoro com uma tonalidade superior à soma de seus componentes, assume uma função expressiva e estético-comunicativa. A música revela e põe em circulação discursos em sua forma específica de produzir sentidos, aponta para contextos mais amplos e é a expressão de uma tomada de posição. Neste sentido, a música é compreendida como um componente essencial neste cenário comunicativo, como um modo de expressão

A música no rádio constitui um importante e significativo material sonoro que carrega um discurso que expressa, comunica “visões de mundo”, “pontos de vista”, “vozes sociais” para dentro da programação.

Quando observamos as músicas que “embalam” as programações das emissoras de RadCom analisadas percebemos que elas têm um papel central no projeto comunicativo das emissoras, como fica evidenciado nos excertos do *Diário de Escuta* destacados a seguir:

**Excerto 11.** [...] Loc 1 afirma que no “Ponto de Vista é assim: informações a todo instante” e chama a música “Tá tudo mudando” com Zé Ramalho. O refrão da música diz: **“Pessoas loucas. Tempo estranho! Estou trancado, Eu não alcanço. Eu me importava, Mas tá tudo mudando...”**. Terminada a música uma vinheta identifica o programa que está sendo apresentado com o seguinte slogan: “Ponto de Vista – você conectado com o mundo” (DE-EB – 06/11-11h 20min).

**Excerto 12.** [...] O programa inicia com a música do Charlie Brown Jr., “Como tudo deve ser”: **“Um belo sonho veio então despertar minha vontade. Tudo vale a pena pra te reencontrar. Me livre de tudo aquilo e consegui mudar. Tudo que foi feito em troca de uma amizade, mas Felicidade é poder estar, Com quem você gosta em algum lugar. É ‘foda’ ser louco, advogado do mundo, mas como tudo deve ser? É ‘foda’ ser tachado de doido, vagabundo, mas como tudo deve ser?”** (DE-EB – 06/11-8h 40min).

**Excerto 13.** [...] O locutor informa que uma ouvinte está precisando de um par de muletas, pois sua mãe passará por um procedimento cirúrgico e vai usar muletas. O programa encerra com a canção do Crioulo, *Subirusdoistiozin*: **“E covardes são quem tem tudo de bom e fornece o mal pra favela morrer. (...) As**



criança daqui tão de HK<sup>177</sup>. Leva num sarau, salva essa alma aí (...) Acostumado com sucrilhos no prato, né, moleque? Falar o quê. Enquanto o colarinho branco dá o golpe no Estado” (DE-EB – 06/11-14h 55min).

**Excerto 14.** [...] Roda a música do Maneva, “Pisando Descalço”: “Escuto meu coração, pois minha razão, muitas vezes atrapalha o meu pensar. E ele me trouxe o discernimento justo no momento em que pensei parar. Saí do dilema, entre o asfalto duro e olhar paredes, prefiro cantar” (DE-EB – 06/11-9h).

**Excerto 15.** [...] A locutora pergunta para os radiouvintes se eles sabem que o Brasil em 2014 saiu do Mapa da Fome e entrou em 2015 para o Mapa da Obesidade e que os maiores índices de doenças da região são a hipertensão, a depressão, o câncer e o diabetes. Em seguida aponta que quanto mais melhora a renda da população mais ela compra e consome alimentos industrializados. Propõe que a população “desembale menos e descasque mais”. Destaca que a alimentação saudável é um dos fatores da qualidade de vida e que muitos desses alimentos podem ser produzidos nas próprias casas ou adquiridos em feiras da agricultura familiar. Ao final da fala a locutora indica instituições que podem auxiliar os ouvintes na produção destes alimentos saudáveis. Em seguida roda a música do cantor nativista Antônio Gringo, *Alimentação Saudável*: “O alimento deve ser remédio e saúde pra viver. Mas quem compra e não sabe o que vai comer pode estar se envenenando pra morrer. Tudo está nas mãos do Agricultor, nas mãos do consumidor. Pra mudar a realidade, Se a gente respeitar a natureza, Teremos vida e riqueza, Saúde e felicidade. O nosso agricultor está cansado, De só viver explorado. Porque os governos locais, Vivem de maracutaías. Que nos tornam cobaias, Das multinacionais. Não aceitam o cabresto, Eles vêm com o pretexto, De aumentar a produção. Para onde esse modelo conduz, Que quanto mais se produz, Mais pobre fica a nação?” (DE-EA – 06/12-13h 25min)

**Excerto 16.** [...] Roda mais músicas e uma delas *Valores* do Cenair Maicá que diz em seu refrão: “Pra que toda esta riqueza acumulada? Tanto vinho, tanto pão numa só mesa. Pra que toda essa imponência aburguezada, se exaltando com os olhos da pobreza? Pra que toda essa corrida atrás do ouro? Pra que toda essa ambição atrás do homem, se as crianças pelas ruas, com os velhos e mulheres, passam frio e passam fome?” (DE-EB-16/11–7h 30min).

**Excerto 17.** [...] Ao todo foram 16 minutos de notícias, comentários e opiniões. Ao meio dia e 36 minutos Loc 1 chama uma música “Que país é esse?” do legião Urbana cantada pela cantora Luka que visivelmente tem a intenção e função de ilustrar as discussões feitas pelos locutores: “Nas favelas, no Senado, Sujeira pra todo lado. Ninguém respeita a Constituição, Mas todos acreditam no futuro da nação - Que país é esse? Que país é esse? Que país é esse? Terceiro mundo, se for Piada no exterior. Mas o Brasil vai ficar rico, Vamos faturar um milhão, Quando vendermos todas as almas Dos nossos índios num leilão” (DE-EB-06/11-12h 30min).

Embora algumas das músicas veiculadas, inclusive algumas que rodam a pedido das audiências, flertem com as produções do mercado fonográfico, uma parte significativa delas encontram espaço nas programações das emissoras pela sua capacidade de transportar para o campo do discurso: 1) os contextos contraditórios (“Para onde esse modelo conduz? Que quanto mais se produz, Mais pobre fica a nação?” – excerto 15, “Pra que toda esta riqueza acumulada, se as crianças pelas ruas, com os velhos e mulheres, passam frio e passam fome?”- excerto 16); 2) as tensões e conflitos sociais (“Covarde são quem tem tudo de bom e fornece o mal pra favela morrer”- excerto 13, “Que país é esse? Mas o Brasil vai ficar rico, Vamos faturar um milhão, Quando vendermos todas as almas, Dos nossos índios num leilão”- excerto 17); 3) e os dilemas humanos frente às realidades contraditórias do cotidiano (“Pessoas loucas. Tempo estranho [...] Eu me importava, Mas tá tudo mudando”- excerto 11, “Saí do dilema, entre o asfalto duro, e olhar paredes, prefiro cantar”- excerto 14, “É ‘foda’

<sup>177</sup> Refere-se à uma arma, uma espingarda ou um rifle.

*ser louco, advogado do mundo, mas como tudo deve ser? É 'foda' ser tachado de doido, vagabundo, mas como tudo deve ser?'" - excerto 12).*

Ao esquivar-se do seu uso convencional unicamente como entretenimento, a função da música nos espaços comunicativos de RadCom é trazer para a arena do discurso as profundas divisões da vida social e as vozes dissonantes, desviantes e contestadoras, a fim de que possam dialogar entre si tendo como pano de fundo a vida cotidiana e as contradições sociais.

Estes achados no campo da empiria permitem afirmar que a programação musical das RadCom analisadas, como se verifica nas passagens do *Diário de Escuta* descritas acima, constituem parte do projeto discursivo das emissoras. Não são enunciados acrescentados à programação motivados apenas por um interesse mercadológico ou unicamente para atrair audiência, mas incluídos como fontes dinâmicas e geradoras de experiências discursivas que vivificam os diálogos sociais, além de apontar para as lutas sociais de uma época e de um lugar, trazer para o debate as contradições sociais e “tornar audíveis ‘vozes abafadas’ pelo poder e pelas forças sociais hegemônicas” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 29).

À primeira vista, parece haver um duplo movimento atravessado pelo hegemônico e pelo antagônico, ou seja, quando encarada como enunciados situados, a programação musical está permeada tanto pela hegemonia quanto pela resistência. Essa complexidade, a nosso ver, não traz nenhum absurdo do ponto de vista epistemológico, pois, como afirma Stam (2010, p. 355), “uma abordagem bakhtiniana valoriza o fato do prazer midiático ao invés de deplorá-lo, abraçando-o como um amigo em potencial e criticando ao mesmo tempo, a sua alienação, [...] uma crítica cultural que não exclui nem o riso, o prazer, tampouco a subversão”.

Enfim, uma proposta comunicativa de RadCom, quando traz ao palco os jogos de poder, aponta e explora as contradições sociais, as tensões da luta social, seja na fala dos locutores, seja sob a forma de música, em um cenário em que os discursos ambicionam se impor como centro e fazem destas *tensões fontes de um inesgotável* diálogo público em que vozes não se excluem, mas entrecruzam-se, favorece situações discursivas heteróglotas.

#### **7.4 Potencial transgressivo à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação**

Os discursos nascem em meio às relações sociais e políticas em que eles acontecem. São, desse modo, resultantes de práticas sociais e em todas as suas formulações adquirem conteúdos políticos concretos que extrapolam suas formulações linguísticas. Além disso, não podem (1) serem reduzidos a descrições abstratas do que é empírico, e, portanto, não existem

independentes dos conflitos, das contradições e das lutas existentes no âmbito do social, daquilo que envolve a vida das pessoas (estão maculados pelo modo como os sujeitos produzem suas vidas) e (2) não constituem um sistema independente dos sujeitos, que paira sobre eles como algo pré-estabelecido. Esta perspectiva bakhtiniana nos exorta a pensarmos os discursos não como essencialmente o produto de uma consciência individual, nem como uma forma normativa abstrata, mas como resultado de práticas e relações interindividuais em contextos sociais concretos e produzidos dentro de uma determinada esfera de atividade humana. Ou seja, os sentidos dos discursos dependem diretamente das situações em que são produzidos, que, assim, pode-se dizer, também o constituem.

Neste processo ininterrupto, embebido de uma tensão sempre requisitada, Bakhtin indica que qualquer estruturação, institucionalização ou formalização que engesse estas lógicas dialógicas do discurso podem se caracterizar como uma forma de imposição da estrutura sobre o discurso. Para ele, a definição ou prescrição de um sentido puramente institucionalizado do discurso (um discurso que se pretende oficial, por exemplo, ou a tentativa de grupos de impor uma padronização discursiva, de comportamentos e ações) é, portanto, da ordem do político e não unicamente do edifício linguístico. Bakhtin se opõe à vigência de um discurso único, padronizado. Tal discurso só pode existir mediante atuação de forças sociais e o estabelecimento de relações sociais opressoras que buscam debelar as diversidades discursivas, ao tentar abortar as forças periféricas e marginais que se contrapõem à centralização do poder. A possibilidade da unificação e a centralização ideológica e sócio-política, de todo o modo, são opressivas, se opõem ao discurso diversificado, não como um conjunto de categorias linguísticas abstratas que encontram cenários teóricos para a sua proliferação, mas como práticas discursivas concretas, ideologicamente coerentes, e que definem um determinado projeto sócio-político.

Frente a tal cenário, como não imaginar que esta padronização discursiva e a manutenção de discursos uniformes e de caráter oficial sejam a atividade principal de instituições sociais pelas quais os sujeitos transitam e nas quais se encontram? Não são também as instituições sociais, quando obedecem a padrões de supremacia, que atuam como guardiãs desses padrões tendo em vista as estruturas que as constituem e as lógicas político-sociais a que obedecem? Será que não estão algumas delas submissas a projetos políticos excludentes e em conluio com práticas políticas particulares e não comprometidas com os interesses mais amplos da sociedade?

Quando tratamos de Meios de Comunicação Social, este cenário fica manifesto no momento em que observamos a existência de um aparato secular de comunicação que opera

diuturnamente para que o mundo permaneça injusto como está, e a sociedade mal informada ou desinformada como histórica e invariavelmente esteve. Assim os discursos de uma classe dominante se tornam os discursos dominantes cimentados por poderes constituídos e estruturas sociais que obedecem a tal ordenamento e hierarquia.

Muito se tem discutido a respeito do papel da mídia no mundo contemporâneo, especialmente no que tange à forte atuação da grande mídia comercial composta por organizações complexas e gigantescas de emissoras de rádio e televisão, de jornais e revistas, de portais na internet com conteúdos diversos e lucrativos, dentre outras atividades empresariais, não apenas como veículos de comunicação, mas como agentes políticos e econômicos frequentemente disfarçados de jornalismo. O Brasil é um exemplo notório desta realidade uma vez que 50% da mídia brasileira é controlada por não mais do que cinco famílias<sup>178</sup>. “Além de controlar as empresas de comunicação, os proprietários da mídia no Brasil mantêm fundações privadas que oferecem serviços educacionais e empresas no setor de educação. São ativos nos setores financeiro, de agronegócios, imobiliário, de energia e de saúde/empresas farmacêuticas” (FRONTEIRAS, 2017). Percebe-se que muitos dos conhecidos como meios de comunicação se transformaram em empresas do ramo da comunicação e ordinariamente visam apenas ao lucro e à defesa dos interesses políticos e econômicos dos seus donos (que não são muitos). A comunicação, paradoxalmente chamada de “social”, fica reduzida a um lucrativo negócio privado. Os discursos produzidos nestes espaços surgem, desenvolvem-se e limitam-se corriqueiramente às fronteiras dos interesses econômicos, sociais e políticos destas organizações. Tudo isso com a anuência do Estado Brasileiro, politicamente incapaz de enfrentar tais poderes constituídos.

De certa forma, em sua face comercial, a mídia atrelada umbilicalmente às condições impostas pelo capitalismo, atropela a pluralidade semântica numa tentativa de imposição de sentidos únicos, reduz ao silêncio discursos divergentes, estabelece padrões de comportamento, estéticos e discursos institucionalizados que reverberam os interesses do capital e dos seus poucos donos.

Ao observarmos atentamente o funcionamento e algumas estratégias comunicativas presentes nos meios de comunicação social de caráter comercial saltam-nos aos olhos algumas características que identificam seu *modus operandis*. Significa dizer que estes

---

<sup>178</sup> A conclusão é da pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor* ou MOM), financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Intervezes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), baseada na França. Segundo o relatório “nem a tecnologia digital e o crescimento da internet, nem esforços regulatórios ocasionais limitaram a formação desses oligopólios”. A pesquisa está disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

elementos, quando percebidos em práticas midiáticas, as colocam mais próximas do discurso monológico, entendendo monologismo como peculiaridade de situações discursivas específicas que emergem não como produto contingente da decisão de uma consciência singular ou autônoma, mas da manifestação nuclear de uma cultura.

Citaremos alguns elementos em que, reiteradamente, nestes ambientes midiáticos comerciais<sup>179</sup>, há manifesto o esforço (que se configura em estratégias discursivas) para que seus discursos se consolidem como verdades absolutas e inegáveis, mesmo que tais discursos não tenham tido, na ampla maioria das vezes, o mínimo de esclarecimento, sendo apenas a veiculação das vozes dos seus proprietários.

Um primeiro elemento a ser destacado é, invariavelmente, o tempo ínfimo dedicado nas programações para boa parte dos assuntos de interesse público, tempo insuficiente para que os temas sejam amplamente debatidos e esclarecidos em sua complexidade. Assim resume Gomes (2013, p. 75) este cenário:

Na justiça midiática não há tempo para nada, nem sequer para a apresentação detalhada dos fatos. Quanto mais velocidade, mais verossímil se torna a notícia. O processo é ultrassumário, acelerado. Tudo é sintético e o tom preponderante é o da imagem, que fala por si só; com a difusão da internet a relação entre quem produz e quem consome notícia foi profundamente alterada; as pessoas já não têm tempo nem sequer para ver os detalhes de uma notícia.

Um segundo elemento que, à primeira vista, nos parece contraditório, mas que se mostra uma estratégia eficiente destes espaços comunicativos é, de um lado, o controle rígido sobre o conteúdo a ser veiculado a fim de promover uma narrativa hegemônica da realidade, na medida em que a discussão de certos assuntos é limitada e o acesso à informação cerceado e, de outro, um bombardeio de informações que desviam a atenção do sujeito ou superficializam os processos de compreensão.

Contrariamente ao que se pensava, a censura não é uma arma exclusiva de regimes autoritários, que agem por supervisão e amputação constante das informações. O quarto poder do século XXI instala entre a informação livre e o espectador obstáculos comunicacionais compostos por circulação de mais e mais informação, o chamado “bombardeio informativo”, recheado de novas roupagens que desviam a atenção e/ou superficializam o conteúdo, em uma espécie de “manobra” para que o receptor não perceba quais outras informações lhe são ocultadas e dissolvidas pela “censura”. [...] Dessa forma, o amplo recebimento de numerosas informações limita o acesso à informação. Esse mecanismo atrofia inclusive o desenvolvimento intelectual da “massa”, bloqueando o caminho e a construção de uma opinião pública realmente formada e consistente (NETTO, 2013, n.p.)

---

<sup>179</sup> Não advogamos o fato de que este caráter esteja presente unicamente em espaços de comunicação comercial, pois não é raro encontrar emissoras com concessões para operar em caráter comunitário que atuam nesta lógica. Este fato é reconhecido por um dos entrevistados da pesquisa de campo quando afirma: “tem muitos rádios comerciais que têm um viés de emissora comunitária. Assim como tem muita Comunitária que trabalha como rádio comercial e não querem nem saber” (LOC2-EB).

Mesmo considerando a espinhosa relação entre discursos e receptores e reconhecendo que estas estratégias não implicam na repetição pura e simples dos discursos por parte das audiências, o empenho empreendido por estes veículos de comunicação em estabelecer a supremacia de seus posicionamentos sobre os dos outros, a ponto de tentar silenciá-los, torná-los inócuos ou minorados, deve ser atentamente identificado, sob pena de ignorarmos as lutas sociais que se estabelecem na constituição dos discursos e nos processos de inteligibilidade do mundo e dos sujeitos.

Por fim, elencamos o fato de que:

(1) Em muitas oportunidades, nestes veículos que operam unicamente sob a lógica comercial, se tenta esconder que em qualquer enunciado veiculado incide desde sempre a opinião de quem produziu um olhar sobre o fato e de que este olhar repercute a posição do veículo que o transmite. Embora o discurso midiático advogue a separação entre coberturas jornalísticas, por exemplo, e opinião, o que se vê fundamentalmente é uma mesma linhagem ideológico/editorial a corroborar o *modus operandi*, uma vez que atuam com o objetivo de vetar ou de propor leituras, às vezes por caminhos distintos: ora ostensivos ora subliminares.

(2) Os sujeitos porta-vozes dessas informações tornam-se quase que celebridades a ponto de serem venerados, vultos nos quais as audiências depositam confiança, ao passo que o conteúdo que veiculam toma forma de verdades indubitáveis.

(3) Por fim, “toda essa mobilização conta com entrevistados ‘especialistas’ que ‘autorizam’ uma dada posição, com o aparato de manchetes, fotos, charges e matérias que expressam opinião que, por seu turno, se espraia sutilmente pelas coberturas” (FONSECA, 2013, n.p.).

Trazemos à superfície esta discussão e diagnóstico pois compreendemos que os sentidos do fenômeno da RadCom também podem se revelar a partir daquilo ao qual se opõem. Ou seja, “significa dizer que um discurso se constitui também em oposição a outros, [...] mostra a si mesmo e seu contrário” (FIORIN, 2013, p. 64).

Em se tratando de experiências práticas de RadCom, achados no campo da empiria nos apontam que estas situações discursivas podem ser heteróglotas na medida em que são capazes de oferecer lógicas comunicativas alternativas favoráveis ao trânsito de vozes não oficiais, periféricas, contestadoras e a partir do momento em que propõem situações específicas e potenciais para a *transgressão ou insubordinação à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação* que acompanham e identificam os veículos de comunicação nos quais as configurações do monologismo se impõem com extrema eficiência.

Este movimento de *transgressão à padronização discursiva* que desafia a burocratização e a formalização é evidenciado na voz de LOC2-EB.

[...] Diferente de meios tradicionais e comerciais que não interessa se eu vou falar um minuto do problema do bairro São José<sup>180</sup> e vou falar 25 minutos do meu anunciante. Com nós se isso acontecer vai ser diferente. **Vai ser 25 minutos falando do problema do Bairro São José e se sobrar um minuto para o nosso apoiador cultural a gente vai falar dele.** E ele vai entender. Porque quando a gente fecha as parcerias a gente deixa bem claro pros nossos parceiros culturais que, bom (...) se a mensagem da tua empresa é ao meio dia ela pode sair ao meio dia e 30, porque **se tiver uma entrevista, tiver um assunto da nossa comunidade a gente vai esgotar aquele assunto pra depois falar de você.** O pessoal que a gente tem em nossa grade de programação tem muito claro isso. A prioridade, óbvio que a gente tem compromisso com nossos parceiros, a gente respeita essa parceria, mas **a nossa prioridade é outra.**

O locutor põe em xeque as convencionais lógicas da linguagem radiofônica em que o tempo está a serviço de uma racionalidade estrutural que se impõe ao discurso (“*Vai ser 25 minutos falando do problema do Bairro São José e se sobrar um minuto para o nosso apoiador cultural a gente vai falar dele* – se referindo ao anunciante”), dando-lhe contornos institucionalizados que reduzem seu potencial semântico. A crítica é direcionada aos veículos de comunicação onde o tempo dedicado aos temas de interesse público é suplantado em prol da estrutura comunicativa do meio e pelos ditames do “time is money<sup>181</sup>”. Por outro lado, tratar demoradamente os assuntos e os temas que têm relevância social, sem a degenerada velocidade característica dos veículos comerciais, demorar-se num assunto sem enclausurá-lo nas amarras dos padrões funcionais pré-estabelecidos, nos parece ser um indício do potencial destas práticas discursivas alternativas para não apenas tolerar que as vozes circulem nos espaços de comunicação social, mas que sejam celebradas em sua intensidade sem que sejam absorvidas pelas estruturas autoritárias de um espaço de comunicação. Na luta pela constituição dos discursos alteram-se as prioridades, como destaca LOC2-EB: “*se tiver uma entrevista, tiver um assunto da nossa comunidade a gente vai esgotar aquele assunto pra depois falar de você* – referindo-se ao anunciante [...] *a nossa prioridade é outra*”. O tempo da compreensão não necessariamente coincide com o tempo enlatado oferecido pelas estruturas burocráticas da comunicação social.

As passagens seguintes descritas no *Diário de Escuta* reafirmam a postura de *transgressão às lógicas comunicativas convencionais*: “A entrevista com o vice-prefeito (prefeito em exercício) do município, a Secretária de Administração e o Secretário do Planejamento começou às 10:42 e se encerrou às 11:10, **um total de 28 minutos**” (DE-EB-

<sup>180</sup> O locutor refere-se a um dos Bairros da periferia do Município de atuação da emissora, composto por uma população, em sua maioria, de baixa renda.

<sup>181</sup> “Tempo é dinheiro”. Expressão amplamente utilizada para exemplificar a lógica do capitalismo.

06/11); “Ao encerrar a entrevista (com um representante de um partido político que esteve envolvido nas eleições gerais de outubro de 2018) Loc 1 lembra de todos os que foram entrevistados na rodada de entrevistas feitas pela emissora e que todas as entrevistas estão disponíveis no site e no facebook da emissora. A entrevista encerra às 11:56, **perfazendo um total de 30 minutos**” (DE-EB-06/11); “Os diálogos sobre o assunto (a repercussão e os efeitos práticos da saída de Cuba do programa *Mais Médicos*) se encerram às 11:56, **depois de 25 minutos**” (DE-EB-16/11). Por fim trazemos a fala de LOC2-EB que evidencia que o tempo estendido dedicado ao trato de assuntos de interesse público permite a circulação de uma pluralidade muito maior de vozes (o caso refere-se a um debate acerca da ocupação das vagas oferecidas pelas Escolas Municipais de Educação Infantil): “**a gente conversou com promotor, a gente trouxe aqui a secretária da educação, a gente trouxe o jurídico da prefeitura** que montou o edital pra colocar os pontos na mesa, o que não estava entendido e, principalmente, **os pais**. Acompanhamos audiências públicas, **a gente transmitiu a audiência pública quase que a manhã toda na programação** com a promotoria explicando. Tudo porque a comunidade nos trouxe esse problema” (LOC2-EB).

Em nenhuma das situações relatadas acima houve qualquer interrupção para a veiculação de mensagens comerciais e em todos os momentos a participação da audiência foi intensa, direta ou indiretamente, como se percebe no *Diário de Escuta* (DE-EB-06/11 e 16/11): “**Um ouvinte liga**, identificado como Daniel e **Loc 1 repassa a pergunta**”; “Loc 1 quer aproveitar o momento, tendo em vista que os entrevistados são representantes da comunidade, para **expor uma informação que foi trazida até a emissora pela comunidade**”; “Loc 1 manifesta que, em respeito à audiência, antes de encerrar a entrevista, **precisa expor a manifestação de um ouvinte**, identificado como Seu Célio”; “**Uma outra ouvinte**, não identificada pelo locutor **questiona**”; “Loc 1 interpela os entrevistados e pergunta se essas obras vão acontecer. **Relata as conversas que teve com os moradores da localidade em questão e que estes disseram** para que quando os locutores conversarem com a administração pública repassem a **preocupação da comunidade**”. Os excertos nos apontam que uma posição alternativa aos cânones característicos da comunicação comercial aproxima as experiências de comunicação comunitária do diálogo não finalizado, do campo do aberto, do inconcluso, potencialmente marcado pela alternância e diversidade dos sujeitos, o que contribui para que não se imponha uma verdade única ou um caráter conclusivo aos discursos e para que os temas sejam mais bem compreendidos ao serem profundamente debatidos e esclarecidos.



Os sujeitos entrevistados do âmbito da produção foram instados a descrever como tratam os conteúdos que veiculam na programação. Nos enunciados que seguem transparecem alguns dos seus posicionamentos:

[...] A manchete é: “recebeu propina de não sei o quê”. Bom, a gente vai ver se, desde a palavra propina é adequada ou não é bem aquilo. Foi dito que fulano recebeu milhões, mas, bom (...) foi só uma delação? Teve prova? Foi isso ou foi aquilo. Ah, não (...) teve prova, teve tudo o que configurava crime, ok. Pois muitas vezes o que é noticiado nos grandes jornais, enfim, tem a linha editorial daquele veículo, “puxa a brasa pra aquele assado”. Neste período eleitoral que passamos a gente viu muito isso. A gente procura por estas fontes alternativas, dar um outro enfoque pra essa notícia. Bom (...) fechou com aquilo que está dito lá? Fechou. Não, não é bem assim, tá meia informação dada, meia escondida? A gente destrincha tudo aqui. Às vezes a gente passa muitos minutos falando do mesmo assunto pra contextualizar tudo o que aconteceu até chegar no fato. Porque é que aquele fato se deu daquele jeito? Bom (...), porque teve todo esse contexto. Pra que as pessoas possam ter uma visão clara sobre o que está sendo dito. Não é ler a manchete lá e tirar sua conclusão, não. A gente vai destrinchar muito bem o assunto. É esse o enfoque que a gente procura dar. **Bem diferente do que é bitolado às vezes em uma notícia de rádio. Ah, (...) no rádio tem que ser rápida e objetiva. Bom, a gente tem programas noticiosos que são assim, e a gente tem programa que é justamente ao contrário disso, é pra explorar bem aquela informação, buscar entender todo o contexto que se deu até se chegar naquilo** (LOC2-EB).

[...] A gente está tentando, a nossa concepção, nosso entendimento, como há uma concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucas pessoas **a informação que é dada para as pessoas ela é a informação que essas pessoas querem que elas recebam. Sobre como elas compreendem a sociedade, economia, cultura.[...] Começar a refletir.** Se a gente criar nela a necessidade de fazer uma pesquisa maior sobre aquele tema, pra ela decidir, pra ela ter uma opinião. **A partir daí defender também estas ideias. Se a gente conseguir fazer isso sobre os temas diversos eu acho que a gente vai estar alcançando nosso objetivo** (LOC1-EB).

Compreendemos que o tempo estendido a que se refere LOC2-EB quando afirma que *“bem diferente do que é bitolado às vezes em uma notícia no rádio [...], que tem que ser rápida e objetiva, [...] (buscamos) explorar bem aquela informação, buscar entender todo o contexto que se deu até se chegar naquilo”*, contribui deveras em favor da promessa de uma contextualização dos fatos e posições (contextos que orientam os discursos e onde as palavras adquirem tonalidades semânticas). Além disso, favorece e amplia as possibilidades de uma inclusão real dos mais diversos pontos de vista e dos contextos sociais que envolvem os temas em discussão, bem como amplia a expectativa de uma tomada de posição mais ativa e discursivamente mais esclarecida e qualificada por parte dos interlocutores. LOC1-EB faz uma análise de conjuntura quando enuncia que *“a informação que é dada para as pessoas [...] é a informação que essas pessoas (referindo-se aos proprietários dos grandes veículos de comunicação de massa) querem que elas recebam”*. O locutor destaca o fato de que o modelo de comunicação social centralizado nas mãos de poucas pessoas e que reproduz em grande escala modos de pensar e concepções de mundo, reduz a possibilidade da circulação de

posições e visões que poderiam contribuir para uma leitura mais equidistante da realidade. A intenção de estabelecer um modo alternativo de proceder, destoante a este esquema, na visão dos sujeitos do âmbito da produção, é a de provocar processos que mobilizem as audiências a construir suas próprias compreensões da realidade. Como afirma LOC1-EB: que as pessoas possam *“começar a refletir [...], fazer uma pesquisa maior sobre aquele tema, pra ela decidir, pra ela ter uma opinião. A partir daí defender também estas ideias. Se a gente conseguir fazer isso sobre os temas diversos eu acho que a gente vai estar alcançando nosso objetivo”*. Esta militância contra qualquer sistematização rígida não é quebrada apenas face aos casos que acabam sendo tidos como mais interessantes pelo público em geral, em que os meios de comunicação de massa, por vezes, exploram a situação gerada tendo como única intenção os índices de audiência e popularidade que podem gerar em prol da emissora como palco de espetáculos. Esta rigidez é quebrada diante da possibilidade de criar uma praça pública em que, de fato, discursos entrecruzam-se, sem que se excluam mutuamente ou abafem o contraditório.

Os sujeitos no âmbito das audiências também compreendem a disposição destes espaços de comunicação alternativa em tratar com profundidade os temas que merecem uma atenção mais demorada e que essa postura resulta, além de um esclarecimento maior dos assuntos, uma participação ativa dos ouvintes. POP22-EB enuncia que *“percebemos (na Radiodifusão Comunitária) esse diferencial nas entrevistas, cobertura de eventos e debates sobre temas atuais, onde as entidades e as pessoas têm oportunidade de apresentar suas atividades, posições e planejamentos, sendo **disponibilizado o tempo necessário para desenvolver o assunto, sem a correria e o direcionamento que percebemos em outras emissoras**”*. Para POP8-EB, as *“pessoas deveriam ser mais informadas, deveriam escutar mais [a RadCom] para poderem ser mais esclarecidas **porque na Comunitária certos assuntos aqui são esclarecidos para a população**”*. Isto significa dizer que muitas questões que são tangenciadas em outros veículos de comunicação ou que surgem e desaparecem com uma velocidade espantosa nos veículos convencionais encontram um lugar privilegiado de diálogo na RadCom.

Além do que foi descrito até agora, destacamos o fato de que também a própria responsabilidade sobre o controle e a seleção dos temas e discursos que vão ao “ar” é dividida entre os sujeitos do âmbito da produção e das audiências, muitos dos quais (os temas de interesse público), eventualmente, são relegados ao ostracismo, protelados ou desabonados em espaços convencionais de comunicação. Isso fica evidenciado nos enunciados a seguir:

[...] Se ele [o ouvinte] tem alguma dúvida, se ele traz alguma coisa com relação a algum tema a gente vai atrás. Ah (...) o ouvinte ligou e disse, olha lá no CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) o meu irmão ia e ficava uma semana inteira agora diminuíram pra dois dias. Bom, fomos atrás pra saber e vimos que foi suspenso os recursos do CAPS. Tinha sido suspenso o repasse do governo federal para o CAPS de Frederico Westphalen. Bom, a prefeitura ainda não admite que a diminuição dos atendimentos é por causa disso. Mas enfim, **é o ouvinte contribuindo pra trazer uma pauta**. Bom, aí fomos ver que dois dias antes tinha saído uma portaria. Então, assim, **a gente está sempre atento e dando muita importância para aquilo que o ouvinte traz**. [...] Bom, nós precisamos nos aproximar da comunidade e **vamos procurar criar programas que a gente consiga interagir com a comunidade** e que a gente possa tocar músicas que a comunidade gosta e que, ao mesmo tempo, a gente possa estar criando, na programação, espaços pra músicas que não são muito tradicionais, não é o do mercado, não é o corriqueiro. Vamos colocando coisas pras pessoas verem que podem se interessar por outros estilos e interagindo com a comunidade neste aspecto (LOC1-EB).

[...] Damos ênfase ao que está acontecendo na comunidade. Quando acontece algo de importante na comunidade **damos espaço para as pessoas falarem**, disponibilizamos espaços para que as entidades venham trazer relatórios de suas atividades (LOC1-EA).

[...] Uso esses dois exemplos que são mais recentes: a questão do protesto que os moradores estavam organizando na ERS591 e o debate acerca da questão das creches, o descontentamento dos pais pela mudança nas regras. Isso foram pautas que chegaram de todas as formas. Quanto mais gente está envolvida no problema, mais o tema chega até nós. Vem pelo *whatsapp*, pessoal ligou pra cá. Pais vieram aqui na emissora. **A forma de a comunidade chegar até nós é muito aberta, não tem restrição**. [...] Às vezes a gente vai lá no açougue e escuta os caras falando, mas “meu Deus”, a aposentadoria, será que agora vai ser assim, será que vai ser “assado”? A gente volta pra emissora e discute aqui, bom (...) não seria bacana a gente chamar um advogado previdencialista pra explicar que não mudou ainda, que vai ser discutido, que a nova proposta é tal coisa. É isso que a gente percebe de retorno. **Sente circulando na comunidade e muitas vezes a comunidade vindo até nós** (LOC2-EB).

Quando os sujeitos afirmam que “*o ouvinte contribui para trazer pautas*” (LOC1-EB), ou “*a comunidade vem até nós*” (LOC2-EB) e, de outra parte, apontam a disposição do veículo para ouvir as demandas das audiências nestes termos: “*a gente está sempre atento e dando muita importância para aquilo que o ouvinte traz*” (LOC1-EB), “*a forma de a comunidade chegar até nós é muito aberta, não tem restrição*” (LOC2-EB), “*damos espaço para as pessoas falarem*” (LOC1-EA), ou “*procuramos criar programas que a gente consiga interagir com a comunidade*” (LOC1-EB), visualizamos uma postura de abertura que possibilita a circulação de uma diversidade maior de vozes e a constituição de situações discursivas não apenas tolerantes à sua manifestação, mas que as celebram em sua singularidade. Esta co-responsabilidade acena para a possibilidade de romper o modo unilateral de comunicação (emissor-receptor) dominante nos meios de comunicação de massa.

Estes processos têm potencialidade de evitar a censura, caracterizada, segundo Netto (2013), pela supervisão e amputação constante das informações, e abriria caminho para

mitigar o intenso bombardeio de informações que desviam a atenção do sujeito ou superficializam os processos de compreensão. Além disso, ensejaria processos mais democráticos de seleção dos assuntos a serem pautados, ampliando as possibilidades de participação dos sujeitos na luta pela composição dos sentidos.

Esta *transgressão às lógicas convencionais de comunicação* se revela também no fato de que as informações e os debates não se limitam aos interesses comerciais das empresas de comunicação, mas estendem-se e aprofundam-se levando em conta outras lógicas.

Por fim, tal *transgressão* se evidencia nestes espaços de RadCom no momento em que potencializam processos discursivos em que nenhum dos sujeitos participantes da interação verbal (locutor e audiências, produção e recepção) se posiciona, nos processos de negociação de sentidos, como um “ser” *aprioristicamente* superior em que sua voz, ou a de quem ele representa, se sobreponha à dos outros pela condição que ocupa no diálogo. Isso pode ser visualizado no enunciado do locutor a seguir.

[...] Esta coisa, bom (...) **ser radialista não é aquela coisa dourada**, que é alguém que chega e tem que ser tratado diferente na comunidade. Era assim que historicamente as pessoas viam os radialistas ou pessoas ligadas aos veículos de comunicação. Como alguém que chegava em uma festa da comunidade e tinha que ter um tratamento diferente, sentar em um lugar especial. Era assim que eles faziam (LOC1-EB).

Agamben (2009, p. 40) define a condição de “celebridade discursiva” dos sujeitos em espaços de comunicação comercial como um dispositivo que tem “de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Tal *status* autenticaria, a certas práticas discursivas, determinadas posições ideológicas ou visões de mundo, a condição de verdades indisputáveis.

Quando LOC1-EB enuncia que “*radialista não é aquela coisa dourada*” fica claro que a lógica da existência de uma consciência superior que se dá o direito de decidir pelas consciências supostamente “inferiores”, ora transformando-as em coisas mudas, ora qualificando-as como dependentes e subservientes, entra em declínio. Em seu lugar surgem possibilidades de interação verbal que, mesmo não excluindo as desigualdades sociais, as disputas de poder, possibilitam, em certo sentido, práticas discursivas mais horizontais, plurais e heteróglotas que deem vazão ao periférico e ao discurso alternativo. Há um indicativo de que nestas práticas é possível produzir um contra-dispositivo. Ou seja, situação que obrigaria os sujeitos discursivos a participarem dos jogos de poder e das lutas sociais em torno dos sentidos desabrigados do véu institucional e da “pseudo aura fantástica” que os recobrem, na qual o poder sobrevive e com as quais colonizam os meios de comunicação

alicerçados em discursos prontos, acabados, formalizados tendo em vista um modelo único de conduta que marginaliza o diferente, o contestatório e o desviante.

Tal cenário, verificado nos processos comunicativos das emissoras de RadCom observadas no campo empírico, aponta-nos para o seu potencial transgressivo em relação às formulações consagradas de padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação. Estas propostas discursivas favorecem novos ordenamentos, reestabelecendo aos espaços midiáticos a potencialidade de constituírem-se como zonas de tensão entre o conjunto de padronizações discursivas institucionalizadas e um horizonte de possibilidades, o que implica expectativas concretas de operar sobre o convencional, o previamente instituído, assumindo-o ou transgredindo-o. Processos que podem servir como suportes mais ricos e mais bem sintonizados com o que Bakhtin entende por heteroglossia.

### **7.5 Constituição de cenários de enfrentamento e processos de resistências**

Se “a revolução é o festival dos explorados e oprimidos e não um show que lhes seja oferecido por um partido” (HIRSCHKOP, 2010, p. 93), a heteroglossia, por sua vez, não consiste tão somente na coexistência de vozes em um determinado discurso ou em uma permissão dada por um espírito benevolente para que elas participem dos processos de produção de sentido. Antes, a heteroglossia instala-se em cenários discursivos de enfrentamento e de resistências em que a pluralidade seja cultivada radicalmente, assim como em práticas comunicativas onde os diferentes discursos coabitem em relações multifacetadas, ambivalentes e conflituosas. Há heteroglossia onde há embate de vozes, onde é possível escutar as vozes contraditórias dos conflitos sociais.

Dito desta forma enfatizamos que os processos de negociação e lutas pelo sentido se instauram no terreno das interações, dos conflitos e das disputas sociais. Trata-se de processos concretos e produtivos, socialmente provocados, que são atravessados por pressões, determinações e condicionamentos de cada época e lugar.

Pensar os ambientes midiáticos a partir deste viés é supor que nenhum poder constituído resta incólume destes processos, e reconhecer que qualquer discurso autoritário é trazido às claras onde precisa defrontar-se com outras vozes. Em processos comunicativos onde a heteroglossia se instala tem-se a potencialidade de desconstruir valores, práticas e rituais hegemônicos e trazê-los para a arena sempre tensionada da linguagem e do discurso.

Nos discursos autoritários abafam-se vozes, escondem-se os diálogos e o discurso se faz discurso da verdade única, absoluta e incontestável. A única forma de contestar tais discursos é recuperar externamente a polêmica escondida, os confrontos sociais,

ou seja, contrapor ao discurso autoritário um outro discurso, responder a ele, com ele dialogar, polemizar (BARROS, 1996, p. 36).

Em nossa investigação observamos, nas práticas concretas das RadCom, situações indicativas de que estes espaços comunicativos têm a potencialidade de instaurar processos de interação em que a heteroglossia se deixa ver a partir da constituição de *cenários de enfrentamento* em decorrência de *processos de resistência* que os constituem e que põem em evidência as forças sociais que participam da constituição dos discursos. Os enunciados a seguir descritos dos sujeitos do âmbito da produção mostram o embrião da constituição destes cenários de enfrentamento e a promoção de processos de resistência.

[...] Daria pra caracterizar como **resistência. Resistência ao sistema tradicional, à forma como a comunicação é feita, à concentração**. Poucas famílias levando a sua opinião em várias plataformas no Brasil inteiro. As pessoas aqui em Frederico ou em cidades menores que a nossa aqui leem e são levadas a acreditar naquilo que os “caras” pensam lá no centro de São Paulo, no sistema nervoso da economia. Entendeu? **Então é pensado lá e as pessoas aqui imediatamente estão recebendo aquilo como sendo verdadeiro**. E por quê? Por causa da força que eles têm. Pega um celular ali e lê mil e uma mensagens desses veículos de comunicação que são **todos ligados, interligados e pertencentes ao mesmo grupo, a uma forma de pensamento**. Essa luta pela democratização dos meios de comunicação é algo que tem que avançar. **A gente pensar que num país 4 ou 5 empresas dominam todo o mercado de comunicação é um absurdo** (LOC2-EB).

[...] O principal (objetivo) é a democratização da comunicação. **A possibilidade de criar e estar dentro de um veículo de comunicação que possa ser pra comunidade uma forma de ela expressar seu pensamento. Não importa qual o seu viés, qual a sua concepção religiosa, qual o seu pensamento político, sua condição social**. Que fosse uma estrutura democrática e que não fosse um mero retransmissor da informação como ela é feita pelos grandes veículos de comunicação, pelo monopólio da comunicação. Que a gente pudesse, com as nossas forças, fazer alguma coisa nesse sentido. **Sabíamos que ia ser um desafio muito grande, mas fomos construindo. Ainda estamos, na verdade** (LOC1-EB).

Nos excertos os sujeitos fazem alusão ao enfrentamento empreendido em práticas comunicativas de RadCom em relação aos sistemas convencionais (“*Resistência ao sistema tradicional, à forma como a comunicação é feita, à concentração*” – LOC2-EB) que forjam formas de pensar hegemônicas que se sustentam mediante estratégias discursivas autoritárias e que se ocultam sob a aparência de um discurso único (“*A gente pensar que num país 4 ou 5 empresas dominam todo o mercado de comunicação é um absurdo*” – LOC2-EB), de uma só voz, embaladas pela afirmação da existência de uma dicotomia reducionista do “certo e errado” na qual tudo é traduzido para os mesmos sentidos.

Ao elencarem como objetivo principal da sua constituição pôr em circulação o que está invisibilizado em termos de discurso, as propostas comunicativas das RadCom observadas parecem engendrar *cenários de enfrentamentos* e *processos de resistência*, ao monopólio da comunicação, resultante de um arranjo de forças autoritárias que se apropriam

de poderosas estruturas de produção de sentidos e que procuram esconder os diálogos que os constituem. Esta proposição fica evidenciada no enunciado de LOC2-EB no momento em que descreve, à sua maneira, o sistema convencional de comunicação predominante no Brasil, suas estratégias comunicativas autoritárias e o seu modo de funcionamento: “*Então é pensado lá e as pessoas aqui imediatamente estão recebendo aquilo como sendo verdadeiro [...] todos ligados, interligados e pertencentes ao mesmo grupo, a uma forma de pensamento*”.

Estas posições observadas no campo retratam certas situações discursivas que tendem a favorecer experiências comunicativas marcadamente plurais. Na mesma direção, os tipos de discursos resultantes destas práticas alternativas mostram potencial para posicionar o espaço da mídia como um lugar (uma arena) de lutas onde as complexas realidades humanas -sempre móveis, vivas, plurais e históricas- possam transitar, se confrontar e se transformar, sem restringir a comunicação social a uma função meramente informativa. Esta potencialidade fica evidenciada no enunciado de LOC1-EB que revela uma disposição dos sujeitos em “*criar e estar dentro de um veículo de comunicação que possa ser pra comunidade uma forma de ela expressar seu pensamento, não importa qual o seu viés, qual a sua concepção religiosa, qual o seu pensamento político, sua condição social*”.

Os sujeitos apontam as possibilidades de resistência criadas nos espaços de comunicação alternativos que operam com uma lógica que reconhece o peso do sistema e do poder na constituição dos discursos, mas que procuram brechas para a subversão.

Passamos a pensar nas instituições que se ocupam com a comunicação social como lugares de encontro de sujeitos discursivos que se transmutam em territórios de contato direto. E, como propõe Hirschkop (2010), onde a coletividade se torna algo mais do que a concordância pacífica entre as pessoas isoladamente, mas uma forma de ação que transforma os vínculos particulares em vínculos sociais, expondo as vozes sociais à visão pública, oferecendo-se à contestação, ao debate, à querela. Uma “heterogeneidade discursiva” (BARROS, 1996, p. 36) que também revela aquelas posições historicamente abafadas e escamoteadas por discursos autoritários.

Nos enunciados que seguem é possível perceber que os sujeitos do campo empírico reconhecem que estes cenários assentados no *monopólio da comunicação social* estão impregnados por uma paisagem social marcadamente caracterizada pela luta de classes. Esta constatação fica evidenciada quando os locutores destacam os embates que são travados nos espaços comunicativos de RadCom e seus posicionamentos em relação a eles, conforme enunciam nestes excertos:

[...] O desafio é de **esclarecer que historicamente há uma luta**, há uma luta das pessoas menos favorecidas, que é a maior parte da população, que menos tem direitos e que luta por eles, então o desafio de conquistar os direitos, e ao tempo que a gente percebe que os poderosos, a parte pequena da população brasileira que tem muito, quer o Estado pra si. Quer que os impostos sejam direcionados para as suas pautas, pras suas coisas. Pra que se mantenham os benefícios fiscais, pra que o Brasil continue pagando juros altíssimos da dívida pública. Essa gente tem a maior parte senão todos os títulos em mãos e ganham muito com a especulação financeira. Então, se a maior parte do orçamento vai pra isso, o cobertor é curto para outras coisas. Então nós vivemos numa ida, conforme a força de cada um, uma ida de lá pra cá e daqui pra lá pra conquistar, ah (...) nós queremos mais dinheiro pras áreas sociais, nós achamos que precisa haver investimentos do Estado pra melhorar as condições de vida da população. E essa parcela pequena da população, mas poderosa, querendo que o dinheiro público vá pras suas pautas. **Então nosso objetivo de dizer e tratar isso todos os dias é no sentido de mostrar, olha, é isso que está acontecendo. A sociedade ela se move baseada na disputa pelo orçamento, o que fazer com tudo o que é arrecadado, o que é possível fazer para melhorar a vida da maior parte das pessoas.** Os debates sobre ah (...) se a valorização do salário mínimo é bom ou não é bom pra economia? Então, é nesse sentido que a gente aborda esses temas. Pra **tentar esclarecer pras pessoas** como, pelo menos esta é a nossa visão, **como é o cenário, como é que estão postas todas as coisas.** A gente tenta mostrar pras pessoas, olha (...) você que ganha 2 ou 3 salários mínimos você não é rico, está muito distante de ser rico. Então tu não precisa pensar e defender quem tem milhões (*risos*). Então é mais ou menos essa utopia, **um sonho de fazer com que as pessoas entendam o que está acontecendo, e a partir dali elas possam se posicionar e ter os seus pontos de vista sobre o país** (LOC1-EB).

Por que **a história da Rádio Comunitária é uma luta, de classe. Nessa luta de classe, nós estamos entre a parte menos favorecida** (LOC3-EA).

Em um dos enunciados, LOC1-EB afirma que *“historicamente há uma luta”*. Segundo ele, de um lado está *“a maioria da população, que menos tem direitos e luta por eles”* e, do outro *“os poderosos, parte pequena da população que tem muito e quer o Estado pra si”*. Uma batalha social que se trava no âmbito econômico, pelo controle do orçamento público, mas também e, principalmente, no terreno do discurso. A arena onde se travam disputas semânticas é a sociedade de classes. O locutor aponta que esclarecer ou criar condições para que a ocorrência destas lutas sociais (*“como é o cenário, como é que as coisas estão postas [...] o que está acontecendo”*) sejam notadas pelas audiências para que a partir deste esclarecimento elas possam se posicionar, constitui um dos grandes desafios da RadCom. LOC3-EA reafirma esta posição e diz que a própria *“história da RadCom é (também) uma luta”*, e uma luta *“que é de classe”*. Nesta luta, a Radiodifusão Comunitária *“está entre a parte menos favorecida”*.

Percebe-se que, ao assumirem-se parte das tensões sociais em que estão envolvidos os sujeitos, as práticas de RadCom respondem a elas, divergem, dialogam e assumem posições singulares. Abre-se a possibilidade de serem introduzidos no debate público visões, compreensões e sensibilidades que extrapolam aquelas produzidas mercadologicamente pelos



veículos de comunicação que historicamente buscam controlar a circulação destes discursos alternativos ou encaixá-los aos seus ditames.

Estes *Cenários de enfrentamento* em espaços comunicativos de RadCom se constituem também no interior de um processo econômico de produção da existência, no sistema capitalista. Nas condições do capitalismo a reificação do homem, segundo Bakhtin (2011) é levada ao extremo. O homem reificado tende a emudecer-se sob a égide do poder do capital. É uma forma real e estrutural de alijá-lo daquilo que o singulariza enquanto sujeito discursivo.

Estas *resistências* aos apelos impostos pelo sistema capitalista nas práticas comunicativas de RadCom encontram evidências nos seguintes enunciados:

[...] **Fazer o trabalho comunitário como tem que ser, independentemente de onde vem o dinheiro.** É desafiador. Enfrenta situações. Tem que fazer uma crítica ao posicionamento do empresariado em relação a algum tema, mas ao mesmo tempo tem que procurar a empresa pra que ela seja nossa apoiadora. É um desafio. É um construir um entendimento com o empresário de que a gente precisa ter essa liberdade. **Nós podemos divergir**, mas ele pode também nos apoiar porque isso é bom pra ele, por que ele com o nosso trabalho pode alcançar clientes, consumidores, independentemente de divergirmos em algum momento, em alguns pontos. É isso então, tem uma parte das empresas que compreendem, têm outros que não entendem, acham que somos adversários. [...] **Ele vai estar contribuindo para um espaço plural, um espaço democrático, por mais que, por ventura sejam tratados, e são tratados temas que são contrários ao que ele pensa.** [...] **Nunca nos pautamos por medo, por pressão** (LOC1-EB).

[...] Basicamente é essa questão, de bom (...) **a gente trabalha sem pensar no lucro no final do mês.** [...] **O que vai importar é a relevância que isso tem para nossa comunidade, a gente vai noticiar.** Independente de que se algum envolvido por hora seja nosso apoiador cultural e daqui a pouco não goste daquilo, isso não nos impede, isso não nos bitola a nada. Tão pouco parcerias que a gente tem de longa data com a própria prefeitura. A gente tem parceira com a prefeitura, divulga as chamadas da prefeitura para os eventos, passa as informações da prefeitura, mas isso não nos impede de fazer críticas a prefeitura, não nos impede de noticiar algo que a prefeitura deixou de fazer ou uma investigação que o ministério Público abriu por conta da forma e dos investimentos da administração na operação tapa buraco na cidade. Isso não nos impediu de noticiar isso. Bem pelo contrário, nos motivou a noticiar e chamar a prefeitura pra se explicar. [...] Isso vai ter uma repercussão. Então, muito do que a gente noticia **a gente acaba, não vou dizer obrigando, mas colocando no dever da outra parte também nos procurar e dar o seu posicionamento** (LOC2-EB).

[...] **O enfrentamento não é com as pessoas da comunidade.** E ao mesmo tempo **em que não esteja atrelado cegamente a um viés comercial** (LOC3-EA).

[...] **A gente não tenta agradar quem nos apóia financeiramente só porque está nos apoiando.** Vejo que a ideologia da Rádio Comunitária é fazer uma comunicação popular, dar espaço pras pessoas, dar voz às pessoas. **Sabe, sem botar o dinheiro na frente disso. Entendeu?** Acredito que a ideologia da Rádio é fazer essa comunicação pro povo e que o povo faça comunicação aqui (LOC3-EB).

Ao observarmos alguns dos enunciados dos sujeitos que estão à frente dos processos discursivos nos cenários comunicativos das RadCom analisadas é possível perceber marcas

enunciativas que indicam a presença e a atuação de vozes contestatórias que se dispõem a fazer um enfrentamento às pressões advindas das forças do capital que insistentemente procuram intervir nos processos de produção dos discursos. Esse movimento de enfrentamento fica evidenciado na fala de LOC1-EB quando afirma que é preciso “*fazer o trabalho comunitário como tem que ser, independentemente de onde vem o dinheiro*”. O locutor destaca ainda que “*nós podemos divergir*” (fazendo referência aos apoiadores culturais que financeiramente mantêm as atividades da emissora), mas eles precisam saber, segundo ele, que seu investimento estará “*contribuindo para um espaço plural, um espaço democrático, por mais que, por ventura sejam tratados, e são tratados, temas que são contrários ao que ele pensa*”. Um processo de tensão sem exclusões. Nos enunciados de LOC2-EB, “*a gente trabalha sem pensar no lucro no final do mês, [...] o que vai importar é a relevância que isso tem para nossa comunidade*”, LOC3-EA, o “*enfrentamento não é com as pessoas da comunidade, [...] ao mesmo tempo em que não esteja atrelado cegamente a um viés comercial*” e LOC3-EB, “*a gente não tenta agradar quem nos apóia financeiramente só porque está nos apoiando, [...] sabe, sem botar o dinheiro na frente disso. Entendeu?*”, fica evidenciada a força do capital na constituição dos discursos midiáticos e as tensões geradas por estas inferências. Por outro lado, os sujeitos destacam a necessidade de superar a homogeneização dos discursos encampados pelo capital em prol da garantia da diversidade de posições dos sujeitos, mesmo em condições adversas. Processos que são suplantados, em grande medida, pelas estratégias de consentimento a que se dedicam boa parte das instituições midiáticas umbilicalmente atreladas ao mercado e à égide do capital. Estas posturas resistentes encontradas em experiências de Radiodifusão Comunitária possibilitariam restabelecer, a partir de espaços de comunicação social alternativos, os processos de tensões e enfrentamentos típicos do mundo social, os quais revelam que por detrás dos discursos há uma complexa pluralidade de vozes e sujeitos historicamente constituídos e não uma relação entre coisas-mudas.

Isso não faz com que as lutas sociais se debelem, sejam suprimidas ou abafadas, mas, ao contrário, que as negociações com vistas à produção de sentidos e pela inteligibilidade do real, nem sempre (ou nunca) simétricas e harmoniosas, sejam enriquecidas com a emergência nos debates de vozes divergentes e contestatórias, alternativas às produzidos em escala industrial pela concentrada mídia comercial e alicerçadas em padrões discursivos previamente determinados.

Por fim, quando pensamos as práticas comunicativas no âmbito da Radiodifusão Comunitária como *cenário de enfrentamento* e que desencadeiam *processos de resistência*

face às controversas e tensas relações em que os sujeitos do discurso se encontram, não podemos deixar de destacar as lutas empreendidas em oposição às mazelas impostas pela legislação vigente. Já descrevemos<sup>182</sup> as condições em que a legislação que rege o serviço foi construída e as forças políticas e sociais envolvidas na elaboração do texto legislativo promulgado em 1998 (Lei nº 9.612/1998). Legislação que criou a figura jurídica da Radiodifusão Comunitária e estabeleceu, além dos preceitos e normas para o seu funcionamento, uma identidade conceitual. A legalização da atividade respondeu a uma luta dos diversos grupos que encabeçavam o movimento pela democratização da comunicação à época, mas estabeleceu uma série de restrições em relação à atuação, ao alcance e ao funcionamento das RadCom, o que tem gerado numerosos constrangimentos que comprometem os esforços destes sujeitos em efetivar espaços discursivos alternativos e sustentáveis. As lutas empreendidas pelos sujeitos em relação aos contrassensos da lei ficam evidenciadas nos seguintes enunciados.

[...] **A legislação me parece que foi, digamos assim, uma entrega de anéis pra não perder os dedos.** Existia toda uma pressão dos movimentos populares para que fosse aprovada uma lei que garantisse o funcionamento da Comunicação Comunitária. aí o que que fizeram? Limitaram a potência, e isso é um problema, **25 watts é uma vergonha.** [...] Primeiro a limitação da lei. A gente sabia que ia estar brigando por um veículo de comunicação que, assim, (...) **a questão da comunicação é uma coisa desafiadora.** Tem tantas coisas no Brasil que são, (...) que enfrentar essas coisas postas é um grande desafio. **A questão da terra, a questão do possuir, do ter, da condição social de cada um, a questão da pobreza, a questão da desigualdade. São coisas que a gente luta e tem muita dificuldade de romper, mudar o que está posto.** E a comunicação é uma das grandes armas que é utilizada. Fazer comunicação num país onde isso tudo é concentrado nas mãos de poucas pessoas, milionárias e que estão a serviço das pessoas que comandam o país, das grandes corporações. Tu **fazer comunicação, por mais que seja um veículo de comunicação pequeno é uma batalha,** uma grande dificuldade. Fazer este enfrentamento no veículo de comunicação, ou alguma coisa que quebre a hegemonia de quem estava na cidade e na região, pensando daí numa coisa mais local, isso já é um grande desafio. [...] A questão de fazer comunicação praticamente sem dinheiro. Bom, montar uma estrutura, ter pessoas trabalhando sabendo que tu tinha compromissos que você seria cobrado caso não alcançasse, do ponto de vista trabalhista. Fazer com quase nada de dinheiro, só com as contribuições espontâneas dos associados, dentro de uma legislação que não favorece a questão da comunicação e num cenário de uma região extremamente conservadora, dominada por um veículo de comunicação ligado à Igreja católica. [...] **Chega a ser uma resistência, até pelas condições de enfrentamento, a perseguição, a forma de tratamento que é dado pelos órgãos de fiscalização (LOC1-EB).**

[...] É uma legislação que permite a Radiodifusão Comunitária existir. **A Radiodifusão Comunitária no Brasil só existe porque existem milhares de teimosos que insistem em manter as Rádios Comunitárias no ar.** A lei 9612/98 permitiu que as rádios saíssem da ilegalidade, até aí não existia nenhuma lei, então os transmissores de baixa potência que estavam no ar eram “piratas”. Fala-se que existiam 15 mil transmissores antes da lei de 1998, hoje são em torno de 5000 rádios

<sup>182</sup> Na seção 5.4 *Possibilidades e constrangimentos na compreensão do fenômeno e na composição dos discursos em ambientes de RadCom relacionados à legislação.*

outorgadas. Quer dizer que só 1/3 conseguiu se legalizar. **Graças a esses milhares de piratas a lei surgiu para pelo menos para dar uma clareada no ambiente**, mas muito precisa ter feito. Tramitam no Congresso algumas leis que amenizariam o choque de frequência, a busca de patrocínio, o financiamento público para que a Rádio Comunitária tenha pelo menos o direito de servir sua comunidade com qualidade. Se tomarmos o fato de que pelo menos 3 pessoas sustentam suas famílias com o trabalho em uma emissora são 15 mil famílias dependendo deste universo. Mesmo que algumas pessoas trabalham em alguma delas voluntariamente. A lei não está nos auxiliando. Impôs muito limite para um transmissor de 25 watts. [...] **Queremos uma lei que proteja o serviço e que defenda a comunicação comunitária como uma forma alternativa de comunicação.** [...] É importante que exista uma lei que proteja a comunicação comunitária pra que consiga fazer o seu trabalho. Existe muita Rádio Comunitária que está irregular, que não cumpre a legislação, existe. Mas então não crie uma lei que vai prejudicar todas as emissoras comunitárias porque tem uma rádio comunitária que está na mão de um padre, de um pastor, ou está nas mãos de um político. Vai lá e cassa a concessão daquela emissora que está na mão do político, do padre, do pastor. Cassa aquela e deixa as outras existirem. Criaram a lei e não pensaram de que forma poderiam fazer. A lei atual inviabiliza qualquer rádio comunitária de existir (LOC3-EA).

LOC1-EB faz referência ao fato de que as disputas no campo da comunicação social se assemelham às lutas pela posse da terra e pela superação das desigualdades sociais. São conjunturas instituídas social e historicamente em que há *“muita dificuldade de romper, mudar o que está posto”*. O locutor indica que a comunicação se torna um campo de batalhas e que a legislação que foi aprovada (fazendo referência a Lei nº 9.612/1998) estabeleceu um paradoxo: ao mesmo tempo em que permite o funcionamento, impõe uma série de exigências que, se cumpridas na integralidade, de alguma forma, inviabilizam a atividade. Reafirmamos que é possível perceber que as disputas não se resumem ao campo econômico, mas incidem precisamente na arena dos discursos. Enfrentar os excessos da legislação em meio a cenários *“extremamente conservadores”* em termos morais e num *“país onde isso (terra, dinheiro, meios de comunicação social), tudo é concentrado nas mãos de poucas pessoas, milionárias e que estão a serviço das pessoas que comandam o país, das grandes corporações”* é um ato de resistência. LOC3-EA reafirma este posicionamento anunciando que, mesmo que a legislação tenha surgido para *“dar uma clareada no ambiente”*, a RadCom só existe pela ação de sujeitos que ele denomina *“teimosos”* e o que se busca é uma legislação que, de fato *“proteja o serviço e que defenda a comunicação comunitária como uma forma alternativa de comunicação”*.

Fica evidente que os atores sociais e os discursos que ocupam e compõem estes espaços alternativos são sufocados por um processo de marginalização legitimado pela letra da lei: primeiro pela reduzida potência em termos técnicos que a legislação lhes concede para exercerem o trabalho e produzirem seus discursos. Lembremos que às emissoras de

Radiodifusão Comunitária é permitido atuar com apenas 25 Watts de potência<sup>183</sup>, ao passo que, as emissoras comerciais costumam operar, em sua grande maioria com milhares de watts; segundo, porque é visível a tentativa da legislação, que responde em grande medida aos apelos dos poderes centrais, de sufocar as iniciativas de comunicação social alternativas e populares as tornando financeiramente insustentáveis e dificultando a articulação e a difusão de fluxos discursivos diversos os colocando de forma prosaica fora da lei; e, finalmente, por declarar que é legal o que não é. Ou seja, impõe-se burocraticamente uma condição de normalidade travestida de lei ao que é uma ação autoritária e repressiva. Neste *enfrentamento às disfunções impostas pela legislação* edificam-se e articulam-se movimentos de resistência que buscam oferecer a oportunidade de uma forma diferente e plural de existência e de ação coletivas em que o diálogo se efetive nas práticas cotidianas e não apenas na teoria.

No esforço de sistematização desta categoria visualizamos que estes *enfrentamentos e resistências* estão direcionados: 1) ao monopólio da comunicação social; 2) às pressões advindas dos contextos em que intervenham as forças do capital; 3) as disfunções (constrangimentos, limitações e autoritarismos) impostas pela legislação.

Ratificamos aqui a posição de Newcomb (2010, p. 363) quando afirma que mesmo a influência de poderosas forças de padronização discursiva, de formação da ideologia, pode ser alterada quando as pessoas entram nos processos ativos de dar sentido, de avaliar e de criar perspectivas pessoais e de grupo. É nesta direção que pulverizar a propriedade dos meios de comunicação e fazer deles espaços de lutas em torno dos sentidos capazes de transformar e reelaborar estilos de vida podem possibilitar a produção de resistências criativas aos ataques do monologismo característico de certas formações discursivas que desconsideram as lutas de classe e se esforçam por conferir aos signos ideológicos um caráter inatingível, no intuito de abafar ou ocultar as lutas sociais que em torno deles se travam.

Resistência é incluir o olhar do outro nos processos de produção dos sentidos. É construir espaços em que a participação do outro nos processos de inteligibilidade do mundo e de si próprios sejam ativos e participativos, não ignorando que os próprios falantes interpretam o mundo. O poder de construir sentidos é uma prática social e não uma concessão de um grupo (ou de grupos) que detém certo controle sobre a circulação de discursos e sentidos, que absorve e adapta as diferenças e se camufla num pluralismo fundado em um consenso fundamental. O poder implicado aqui é um poder ideológico, o poder de construir

---

<sup>183</sup> A título de comparação, as RadCom atuam com 25 watts potência enquanto as emissoras de FM comerciais podem emitir seus sinais com potência entre 1.000 e 100.000 watts. Normatização dada pela Resolução nº 546 de 1º de setembro de 2010. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/1998/168-resolucao-67>. Acesso em: 05 mar. 2019.

sentidos de uma maneira particular, parcial e acabada. O poder para significar, no entanto, não é uma força neutra. Os sentidos são parte daquilo pelo que se deve lutar e que dependem da potência relativa das forças em luta. Decorre que essa luta também se dá pelo acesso aos meios de produzir sentido, como afirma Hall (2010, p. 315):

Mas a ‘luta pelo sentido’ não foi travada com exclusividade nas condensações discursivas às quais são sujeitos diversos elementos ideológicos. Existe ainda a luta pelo acesso aos próprios meios de significação: a diferença entre aquelas testemunhas credenciadas e porta-vozes que tinham acesso privilegiado, como se de direito, ao mundo discursivo público, e cujos enunciados ostentavam a representatividade e autoridade que lhes permitiam estabelecer o arcabouço fundamental ou os termos do debate; em comparação àqueles que precisam lutar para ganhar um acesso qualquer ao mundo e ao discurso público; cujas ‘definições’ sempre foram mais parciais, fragmentárias e deslegitimadas; e quem, quando ganhava acesso, tinha que atuar com os termos estabelecidos pela problemática do jogo.

Os sentidos, neste horizonte, não refratam a reprodução funcional de uma estrutura da realidade em si, nem são resultantes de uma competente ou exitosa atuação pessoal que flui de maneira previsível ou necessária, mas se constituem a partir de uma luta social pelo domínio dos discursos e dos espaços em que eles circulam socialmente e do confronto de interesses sociais nos quais se insurge uma luta de classes. Parte das lutas diz respeito ao modo como as vozes dos sujeitos são postas em circulação. Partimos da compreensão de que escamotear estas lutas significa reduzir a produção de sentidos à ação de uma consciência individual e socialmente isolada. Trazer à luz as tensões da luta social, as condições em que se constituem os enfrentamentos no campo dos discursos, é reconhecer que a produção de sentidos não se trava às margens da luta de classe, mas entremeio a ela.

Sujeitos que precisam lutar para que suas narrativas de mundo, concepções de Estado e visões sobre o ser humano encontrem espaços de interlocução nos quais seus pontos de vista possam reverberar, têm nos projetos comunicativos de RadCom importantes aliados, na medida em que estes se dispõem a fazer um enfrentamento em relação às forças políticas e econômicas autoritárias que se organizam para impor modos de pensar e comunicar embalsamados sob a roupagem do monopólio da comunicação, das pressões advindas da intervenção do capital e das disfunções estabelecidas pela letra da lei. Este caráter de enfrentamento e resistência aos desígnios destas poderosas forças de padronização discursiva têm a potencialidade de oxigenar os processos de construção dos sentidos, tirando da marginalidade e do ostracismo as vozes dissonantes e alternativas, historicamente abafadas ou diminuídas e as colocando para circular e ocupar lugares onde ativamente possam participar das lutas sociais pela elaboração de inteligibilidades do mundo, o que lhe é de direito, num processo ininterrupto e deveras conflituoso.

## **7.6 Opção político-ideológica pelos discursos marginalizados, periféricos, não oficiais (inaudíveis)**

Como já dissemos, a heteroglossia não se afirma efetivamente em práticas discursivas onde as diferentes vozes e sujeitos que compõem certos grupos (étnicos, culturais, de gênero, idade, ou excluídos social e economicamente) ou minorias são incluídos tão somente como parte de uma estratégia de marketing ou de um projeto de dizer motivado pelo mercado que apenas os tolera mediante uma atitude de condescendência ou a partir da construção de mecanismos em que estas vozes sejam vistas (ou ouvidas) por detrás de “grades” como se estivessem “aprisionadas” dentro de recintos que lhes permite apenas ficarem à mostra ao consumidor ou à audiência. Tais espaços sugerem uma existência encarcerada em situações discursivas que simulam episódios de participação destes grupos na corrente de discursos e na luta pela produção de inteligibilidades ao mundo e aos sujeitos. As incluem como parte de um tipo de espetáculo que capitaliza o desejo de uma sociedade verdadeiramente plural, mas que no seu lugar, fornece versões distorcidas e aparências superficiais de participação no terreno da linguagem midiática.

Não basta, por exemplo, aumentar o número de mulheres negras nos espaços da mídia se a programação continua a empreender um esforço no sentido de reforçar o estereótipo do negro como sujeito supostamente inferior. Não é suficiente produzir enunciados que tentam dar conta das mazelas produzidas pela ineficiência dos serviços públicos nos campos, por exemplo, da educação e da saúde, e, explicitamente, capitanear campanhas que defendam um Estado Mínimo. Não chegam a ser efetivas reportagens com alto teor emocional envolvendo a temática da inclusão social, se os mesmos veículos de comunicação continuam a fazer *lobby* para que políticas públicas de inclusão não sejam promovidas.

Atrás destes contrassensos, que visam desconstruir as relações de poder que continuam a marginalizar as vozes e os discursos de grupos sociais ou de minorias desviantes dos padrões política e discursivamente estabelecidos e mitigar as marcas de distinção marginalizantes, se escondem muitos discursos do tipo monológico. Tangenciar as vozes, visões de mundo e discursos historicamente marginalizados possibilitando a aparição pontual e esporádica de representantes destes grupos parece indicar mais uma estratégia comercial que visa acalmar os ânimos e diminuir as tensões sociais, espoliando o direito dessas vozes de serem ouvidas em toda a sua força e ressonância, do que a preocupação com promoção de um cenário textual que privilegie uma pluralidade discursiva. O centro, mesmo que mais esparso e difuso nos tempos atuais, acolhe a periferia e a adapta aos seus sistemas de controle dos

discursos, “que marginaliza e desabona certas vozes, para em seguida ‘dialogar’ com uma entidade fantochesca, que já havia sido forçada a fazer compromissos decisivos” (STAM, 2010, p. 348).

Reafirmamos o fato de que em nenhum momento de nossa trajetória analítica nos propomos a construir um modelo prescritivo ou assumimos a pretensão de indicarmos um ideal comunicativo a ser alcançado. Orientamo-nos pela premissa de que nas mídias em geral há uma ambivalência entre hegemonia e resistência, inclusive nos espaços de Comunicação Comunitária. As mídias constituem um campo de disputas ideológicas pela hegemonia atravessadas pela produção de consentimentos e pelo “sonho utópico” que faz encorajar uma desconstrução popular dos discursos oficiais e hegemônicos. Mantemos, no entanto, como Bakhtin, “indiscutivelmente, uma grande fé no potencial libertador das formas culturais populares [...] que deve ser relacionado a uma política anti-hegemônica ou transformadora” (GARDINER, 2010, p. 248), uma recusa de anuir à alidimidade de um sistema social estabelecido em que poderosas forças políticas e sociais se dedicam a promover práticas discursivas que atuam no sentido de tornar inaudíveis determinadas vozes sociais.

Procuramos, outrossim, identificar episódios em que fosse possível perceber nas experiências concretas de Radiodifusão Comunitária a possibilidade de criar espaços sociais transgressivos no sentido de oportunizar situações discursivas alternativas e, assim, mais desejáveis. Processos comunicativos alternativos que se mostrem capazes de recompor um diálogo infinito e nunca finalizado, justamente pelo fato de que seus discursos revelam uma identificação intrínseca com as diferenças e com a alteridade e uma aderência às vozes contestatórias que são ameaçadas constantemente por discursos e práticas sociais que insistem em tornar os discursos midiáticos monológicos.

Os enunciados que seguem, produzidos pelos sujeitos no âmbito da produção, apontam para o fato de que as práticas comunicativas presentes nos veículos de RadCom analisados, reconhecem o peso inerente do sistema e do poder, mas fazem uma opção político-ideológica pelos discursos marginalizados ao se colocarem numa atitude de escuta, problematização e aderência às vozes inaudíveis nos processos de negociações dos sentidos.

[...] Procuramos alternativos relacionados a temas que não são tratados (nos convencionais veículos de comunicação). **A preocupação com o que está acontecendo com os pequenos agricultores, índios e trabalhadores em geral, a preocupação com os problemas enfrentados no sistema de saúde, etc.** (LOC1-EB).

[...] A partir do momento que a Rádio Comunitária preza pelo seu público **que é aquele público mais desassistido, daquele público que não se vê e não tem espaço em outros meios.** Se percebe isso no momento em que diariamente a gente bate sempre “nessa tecla”, **defende uma linha de direitos humanos, uma linha de defesa das minorias, uma linha de defesa dos pobres desse nosso país.** Porque a



gente percebe que tudo tem um interesse financeiro por trás e a gente não vê isso como uma solução. A gente noticia sempre **“batendo na tecla” da desigualdade social**, que “meia dúzia” de pessoas no país tem mais do que 90% dos brasileiros, que governos defendem que o trabalhador tem que abrir mão dos seus direitos enquanto os salários dos juízes sobem para 39 mil (reais). São coisas que a gente não concorda e que a gente procura expor através do que noticiamos e das opiniões que muitas vezes emitimos a respeito desses assuntos também. [...] **Mas a gente também atinge aquela pessoa que se sente incomodada com as nossas notícias, com esse nosso raciocínio.** [...] **Estamos aqui para não sermos mais um na multidão** (LOC2-EB).

[...] Infelizmente a Radiodifusão Comunitária é muito perseguida não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil. [...] Na própria política “os caras” estão cortando direitos. **Nós que estamos levando a mensagem “tipo” do povo mais pequeno, para os mais pequenos.** Esses grandes veículos de comunicação estão tendo todo o monopólio (LOC2-EA).

[...] A gente nunca se restringiu a determinada religião. **A gente tenta ser um espaço plural pra tudo, desde identidade de gênero até opção política, religiosa.** A gente tenta sempre abranger todo mundo e isso também se reflete no jornalismo (LOC3-EB).

[...] **A Radiodifusão Comunitária é a forma de que as pequenas comunidades tenham o seu veículo de comunicação próprio.** Aquilo que o nosso lema diz: a comunidade ter sua voz. **A comunidade ter um espaço pra emitir sua opinião.** A radiodifusão comunitária no Brasil graças a tantos militantes teimosos que insistem em mantê-la no ar, funcionando. [...] **Nessa luta, nós estamos na parte mais desfavorecida** (LOC3-EA).

Aproximar-se das vozes contestatórias que são abafadas ou suprimidas trazendo-as à luz e as transformando em bandeiras de luta diária nos parece traduzir o compromisso político de muitos sujeitos que estão à frente desses processos comunicativos alternativos. Nesta perspectiva, quando LOC1-EB indica que a preocupação da emissora é com “*o que está acontecendo com os pequenos agricultores, com os índios e com os trabalhadores em geral*”, na ocasião em que LOC2-EB afirma que diariamente a emissora “*defende uma linha de direitos humanos, uma linha de defesa das minorias, uma linha de defesa dos pobres desse nosso país*” e à medida que LOC2-EA aponta que “*nós que estamos levando a mensagem ‘tipo’ do povo mais pequeno, para os mais pequenos*”, verificamos a produção de discursos capazes de chamar a atenção para (e chamar para o debate) as hierarquias de poder, derivadas da classe, gênero, idade, raça, etc. Além do mais, ficam evidenciadas nas falas dos sujeitos as posições político-ideológicas assumidas pelo movimento da Radiodifusão Comunitária em prol dos discursos tantas vezes minorados e desabonados nas batalhas em curso pela construção de inteligibilidades e que na prática perpetuam a exclusão dos próprios sujeitos que compõem estes grupos minoritários ou majoritários, mas marginalizados. Estas posições constituem-se práticas marcadas e balizadas pela aposta no potencial concreto e produtivo de intercâmbios sociais inclusivos, como afirmam LOC3-EB “*a gente tenta ser um espaço plural pra tudo, desde identidade de gênero até opção política, religiosa*” e LOC3-EA “*a*

*Radiodifusão Comunitária é a forma de que as pequenas comunidades tenham o seu veículo de comunicação próprio, [...] comunidade ter um espaço pra emitir sua opinião*”. São situações discursivas que têm um potencial para tornar audíveis as vozes historicamente abafadas e que forçam os descabros do poder a se exporem em uma arena onde podem ser enfrentados, discutidos e transformados.

Um processo heteróglota necessariamente precisa estar associado à categoria da realidade em formação, da inconclusibilidade e não acabamento, o que é possível em situações nos discursos em que a palavra do outro não é sabotada ou escamoteada. A negação do outro, neste processo, coisifica. É necessário e produtivo, portanto, que em situações concretas de comunicação “os marginalizados apropriem-se do centro simbólico, numa espécie de explosão de alteridade (STAM, 1992, p. 14).

Achados no campo da empiria (excertos 18 a 31) apontam que é uma constante nas programações das emissoras analisadas a presença ostensiva de enunciados em defesa, por exemplo, das mulheres, dos pequenos agricultores, dos negros e indígenas, da comunidade LGBT, dos sujeitos em condições de pobreza econômica, dos direitos humanos e o enfrentamento aos ataques direcionados às políticas públicas de promoção da participação popular, às moléstias causadas pelas desigualdades sociais, às exclusões de todo o tipo e as narrativas que lhes dão sustentação.

São pontos de vista que reverberam práticas contestadoras e combativas no campo dos discursos e que apontam para um modo de compreender o homem e o mundo a partir de sua pluralidade e complexidade e que se mostram em diferentes registros sem que se perca o horizonte da luta pelos sentidos.

Esta *aderência ao marginal, aos discursos periféricos*, enquanto trincheira de atuação discursiva das experiências de RadCom, pode ser identificada em diferentes momentos da programação das emissoras descritas pelo *Diário de Escuta*, como evidenciam os excertos que seguem. Estes apontam para um conjunto de posicionamentos ideológicos marcadamente comprometidos com vozes periféricas, discursos marginais e grupos excluídos, assim sumarizados:

a) Discussão acerca da questão e da condição da mulher:

**Excerto 18.** [...] Outro assunto que é pautado diz respeito aos 27 nomes anunciados para a equipe de transição do governo federal. Para o locutor alguns nomes levantam polêmicas. Destaca que, **como primeira questão é que não tem nenhuma mulher. Afirma que são 27 homens brancos, nenhum negro ou indígena** e muitos com processos, inclusive enquadrado na Lei Maria da Penha e condenado por estelionato (DE-EB-06/11-10h 15min).

**Excerto 19.** [...] Loc 1 resume a notícia dizendo que “o maior fornecedor da campanha do Bolsonaro compõe os 27 nomes que vão comandar a transição do seu governo”. Loc 2 diz que **é um grupo com homens, não há nenhuma mulher e isso é algo que chama a atenção**. E que no grupo tem um deputado que já foi condenado

por estelionato e tem algumas acusações de Maria da penha. Loc 2 suspira e diz em tom desanimador: “enfim” (DE-EB-06/11-12h 50min).

**Excerto 20.** [...] Loc 2 traz a informação de um feminicídio ocorrido em Pelotas durante uma briga de um casal. O locutor descreve a situação. Dá-se um tempo (três segundo) até a próxima notícia, quase que como para que os ouvintes possam refletir sobre o assunto. [...] Loc 2 retorna à informação do feminicídio pra ampliar o debate apontando que o drama da família é ainda maior pois a mãe da mulher assassinada tinha falecido dias antes do crime. O locutor enfatiza uma fala da delegada que investiga o caso de **que a maioria das mortes que ocorrem dentro dos lares são motivadas por ciúmes e que isso é algo doentio e que precisa de tratamento. Ele afirma que isso serve de exemplo para que as pessoas devem ficar atentas a alguns comportamentos que podem levar a crimes** (DE-EB-16/11-10h 30min).

**Excerto 21.** [...] **Campanha pelo fim da violência contra as mulheres. No Brasil muitas mulheres não podem usufruir de um direito assegurado a todo brasileiro: a liberdade.** Elas são proibidas de se expressar, estudar, sair de casa, trabalhar, ou mesmo escolher o que vestir. No Brasil há leis para punir esta violência psicológica. Mas a mulher pode procurar a delegacia e denunciar a agressão moral. O agressor, marido ou companheiro terá que justificar sua atitude. Vença o medo e a vergonha. Denuncie. Uma vida sem violência é um direito das mulheres. Denuncie. Disque 180. (DE-EA-19/11-13h 15min)

**Excerto 22.** [...] **Campanha pelo fim da violência contra as mulheres. A mulher vítima de violência tem mais chances de sofrer depressão, estresses, hipertensão, alcoolismo e disfunção sexual.** E ainda a tentativa de suicídio é mais frequente entre mulheres que vivem em situação de risco. Se você é vítima dessas agressões procure um Centro de Saúde mais próximo de sua casa. Profissionais como médicos e psicólogos podem ajudá-la a cuidar de sua saúde. Uma vida sem violência é um direito das mulheres. Denuncie. Disque 180. (DE-EB-16/11-10h 30min).

**Excerto 23.** [...] **Campanha pelo fim da violência contra as mulheres. Feminicídios!!** O nome assusta, mas está presente no dia a dia de muitas mulheres brasileiras. Sob a alegação de adultério, homens matam suas esposas ou companheiras em nome da honra. O Feminicídio se caracteriza quando existe vínculo de parentesco ou relacionamento afetivo com a vítima. Se você sofre agressões ou ameaças de morte procure uma delegacia especializada de atendimento à mulher e denuncie antes que seja tarde. Uma vida sem violência é um direito das mulheres. Denuncie. Disque 180. (DE-EA-06/12-13h 15min).

#### b) Apoio à Agricultura Familiar:

**Excerto 24.** [...] Você sabe o que está comendo? Muitos dos alimentos que você consome têm agrotóxicos pesados. **Procure por alimentos orgânicos e agroecológicos e contribua para a permanência das famílias no campo.** Faça parte da mobilização cidadã pela alimentação. Antes de abrir a boca abra a cabeça. **Uma sociedade mais saudável se faz com informação e escolhas certas** (DE-EA, 19/12-13h 10min).

#### c) Em defesa dos direitos Humanos:

**Excerto 25.** [...] O “Momento Notícia” destaca inicialmente que a Organização dos Estados Interamericana está no Brasil para **observar o respeito aos Direitos Humanos no Brasil, com especial atenção aos grupos historicamente excluídos (negros, quilombolas, povos indígenas, trabalhadores rurais, presos, defensores de direitos humanos e populações excluídas) além da segurança pública e da institucionalização democrática no Brasil.** A reportagem destaca que a comissão observará os relatórios da Comissão da Verdade que investiga crimes cometidos durante a ditadura Militar e que receberá denúncias de violação de Direitos Humanos (DE-EB-06/11-9h 20min).

#### d) Contra a privatização de empresas estatais e em defesa dos serviços públicos:

**Excerto 26.** [...] É veiculada uma fala que alerta a população sobre a ameaça aos pequenos municípios que poderão ficar sem agência dos Correios caso a instituição vá para as mãos de empresas privadas. Com o lema: **“Os Correios são do Brasil, são do povo Brasileiro”** a campanha é produzida por entidades sindicais ligadas à empresa e vinculada na emissora (DE-EB-06/11-7h 15min).

**Excerto 27.** [...] Entre uma música e outra roda a Campanha em parceria com a FENAE **em defesa da manutenção do caráter público da Caixa Econômica Federal** e dos benefícios sociais que são viabilizados através do banco e que segundo a fala do apresentador vem sofrendo ataques do governo que quer privatizar o

banco. Esta mensagem roda duas vezes durante o programa. Também roda mensagem da Campanha contra a privatização dos Correios. Uma vinheta identifica a Rádio Liberdade como a Rádio do Povo (DE-EA-06/12-13h 15min).

e) A presença da crítica social, do enfrentamento às desigualdades sociais e a posição em favor dos excluídos social e economicamente:

**Excerto 28.** [...] O ritmo musical predominante é o romântico, pop, rapp com destaque para músicas que estão fora do circuito comercial. Os intervalos são menos frequentes. Num deles o locutor informa que uma ouvinte está precisando de um par de muletas pois sua mãe passará por um processo cirúrgico e vai precisar usar muletas. O programa encerra com a canção do Crioulo, “Subirusdoistiozin”: **“E covarde são quem tem tudo de bom, E fornece o mal pra favela morrer (...). As criança daqui tão de HK, Leva num sarau, salva essa alma aí (...). Acostumado com sucrilhos no prato, né, moleque? Falar o quê. Enquanto o colarinho branco dá o golpe no Estado”** (DE-EB-06/11-14h 55min).

**Excerto 29.** [...] Locutor apresenta a previsão do Tempo para o Rio Grande do Sul com destaque para a região de Frederico Westphalen. Roda mais músicas e uma delas *Valores* do Cenair Maicá: **Pra que toda essa riqueza acumulada; Tanto vinho tanto pão numa só mesa? Pra que toda essa imponência aburguezada, se exalando com os olhos da pobreza? Pra que toda essa corrida atrás do ouro? Pra que toda essa ambição atrás do homem, se as crianças pelas ruas, como os velhos e mulheres, passam fome e frio?”** (DE-EB-16/11-07h 30min).

**Excerto 30.** [...] O apresentador saúda os ouvintes, destaca as características do programa e a produção, na sequência roda a música *9 Círculos* do Emicida: **“Meu papel é ensinar o povo a dizer hã-hã; Sem abrir pernas como que dança Can-Can; A nóiz cabe; Odiar inimigos do povo viu, Kassab; Queimam favelas, controlam a mídia e distorcem a informação; Seu mandato têm dias contados; Nossa luta não”** (DE-EB-25/10-20h 00min).

f) Disposição em contribuir com os debates a respeito da proliferação de notícias falsas:

**Excerto 31.** [...] Num dos intervalos é veiculado um quadro **“Fake ou Fato: compartilhando apenas a verdade”**, produzido pela equipe da emissora. Neste caso o quadro desmente uma informação falsa que circula na internet sobre a dipirona. No quadro um locutor lê na íntegra a notícia que circula pelas redes sociais e logo após são dados esclarecimentos sobre o tema (DE-EB-06/11-14h 30min).

Estes excertos, retirados do *Diário de Escuta*, apontam que, na medida em que as práticas comunicativas de RadCom trazem à tona debates da atualidade a partir do olhar e dos discursos periféricos e marginais, de pontos de vista silenciados, reconhecendo neles um papel energizador, nunca asfixiado por completo, se estabelece no campo do discurso, para além de um embate àquelas práticas que forjam formas de pensar hegemônicas, uma amplificação semântica (perspectivas ampliadas de compreensão) o que torna estas práticas alternativas de comunicação social lugares privilegiados da heteroglossia e de processos de aprendizagens múltiplas.

Estas situações discursivas atendem às condições que tornam possível ambientes heteróglotas na medida em que são processos comunicativos que se configuram a partir da problematização do pensamento hegemônico mediante a inclusão e a defesa coerente e

comprometida de pontos de vista não oficiais, marginalizados, oprimidos e periferizados, não os considerando apenas como grupos de interesse.

Por fim, ao darmos vazão às vozes das audiências neste processo investigativo, é possível perceber que estes elementos que apontam para a adoção de posturas de enfrentamento nas práticas comunicativas de Radiodifusão Comunitária no campo do discurso às imposições advindas das lógicas monologistas e o acolhimento de bandeiras em prol de discursos historicamente silenciados pelo poder, são tidos como extremamente relevantes.

Nesta linha de pensamento temos o enunciado de POP5-EB que destaca que a RadCom “cumprir com o papel de informar o que é utilidade pública, produzir conteúdo acessível e pautas dirigidas para a *defesa dos direitos humanos e cidadania*”. Este posicionamento que revela a *opção político-ideológica pelos discursos marginalizados (inaudíveis)* e a *aderência ao marginal, periférico, não oficial*, é corroborado por outros sujeitos que enunciam: “Acredito ser um importante veículo de comunicação *não elitista*, faz diferença significativa pra comunidade” (POP5-EB) e “o envolvimento é maior porque trata de assuntos relevantes para a comunidade, principalmente por debater política e *traz informações de interesse das classes menos favorecidas* (POP4-EA). O enunciado de PO22-EB revela, por último, o quanto o compromisso político dos sujeitos que estão à frente destas práticas de comunicação comunitária podem desencadear movimentos que incluem e celebram a diferença e reverberam em processos formativos: “Muitas vezes não é interessante para alguns segmentos da sociedade difundir a informações e as discussões que estão em andamento. [...] *Acredito que nossa Rádio Comunitária se faz fundamental em nosso contexto atual, assumindo definitivamente o papel de porta voz da cidadania em nossos dias, fomentando um pensamento crítico e reflexivo para nossos jovens*”.

As falas advindas do campo empírico adquirem significados em situações histórico-sociais e exprimem atitudes valorativas em relação aos cenários sócio-políticos e culturais nas quais estão envoltas e aos quais se dirigem. Levamos em conta, a partir desta compreensão, que a heteroglossia se instaura na medida em que as situações discursivas não apenas flertam com a pluralidade de vozes que caracterizam o ambiente social, mas com elas se identificam intrinsecamente. É uma categoria de práticas discursivas que se afinam especialmente àquelas vozes que, nas relações tensas e conflituosas do cotidiano, seguem enfraquecidas em sua condição de representar os diversos atores sociais e suas visões de mundo. As profundas divisões sociais têm a potencialidade de vir à tona a partir da análise, do reconhecimento e da opção político-ideológica preferencial pelos pontos de vista e pelos sujeitos que invariavelmente estão às margens dos discursos hegemônicos e que costumeiramente tendem

a desaparecer nas lutas pela constituição dos sentidos do real em arranjos midiáticos marcados por relações sociais exploradoras.

São estas condições de luta ideológica que definem a forma tomada pela heteroglossia e pelo monologismo. Uma luta contra qualquer tipo de opressão, mesmo que ela nunca seja completa, deve necessariamente levar em conta a heterogeneidade, característica de existência da orquestra de vozes que compõem o corpo social. Trata-se de uma heterogeneidade que não apenas dê permissão para que as diversas vozes coexistam ou se juntem a um fulcro predeterminado, mas que sejam potentes, sob o ponto de vista do discurso, ao passo de compor um inestimável “ângulo dialógico” gerador de resistências e a partir das quais seja possível confrontar as poderosas forças sociais hegemônicas e de padronização dos discursos.

A heteroglossia pode se configurar em processos comunicativos que, em vez de expandir o centro para incluir ou tolerar as margens, “interroga o centro a partir das margens” (STAM, 2010, p. 355), da periferia, oportunizando uma negociação mais aberta que celebra a presença dos (discursos) marginalizados e excluídos para os quais estes espaços se tornam especialmente apropriados. Um processo que “não aconselha as lutas negras, feministas ou gays (dentre tantas outras) a ‘aguardarem a sua vez’, enquanto a luta de classe segue seu rumo” (STAM, 2010, p. 351). Uma prática discursiva que não opera com palavras concludentes que coisificam e humilham o ser humano enquanto sujeito, “razão porque se faz necessário escutá-lo, deixá-lo falar, provocá-lo para que externar seu discurso e como discurso a sua visão de mundo” (BEZERRA, 2005, p. IX).

Ao encerrarmos este capítulo, dedicado à produção de inteligibilidades ao campo empírico, reiteramos a posição assumida no decorrer do texto de que o dialogismo é algo imanente ao discurso, ao passo que a heteroglossia é uma condição do discurso a ser conquistada. Condição que pressupõe enfrentamento, resistência e a adoção de posturas político-ideológicas que favoreçam a constituição de espaços comunicativos onde as vozes sociais, mesmo em condições assimétricas, se defrontam, entrechocam com força e sonoridade. Práticas discursivas que tenham a potencialidade de possibilitar a manifestação de diferentes pontos de vista a fim de que a realidade e os sujeitos não sejam compreendidos a partir de um único discurso, mas que sejam resultado de um processo vivo e ativo de construção coletiva, plural e ao mesmo tempo singular, inconcluso e não acabado.

Atendidas estas condições, a saber, proximidade com o que envolve a vida das pessoas, práticas comunicativas que favorecem que as vozes sociais ecoem, ressoem, espaço de tensões (contradições) mobilizadoras e pontos de vista dissonantes, *locus* de subversão à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação, cenários de

enfrentamento e a constituição de processos de resistências e opção político-ideológica pelos discursos marginalizados, periféricos, não oficiais (inaudíveis), afirmamos a tese de que as práticas comunicativas de Radiodifusão Comunitária podem compor ambientes discursivos e de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E terá valido a pena pensar, mesmo que o pensado se esvaia no momento de sua emergência.*

(GERALDI, 2015, p. 173).

Ao chegar ao fim deste percurso investigativo que objetivou compreender os processos educativos desencadeados em práticas de Radiodifusão Comunitária, precisamos considerar de antemão que: 1) qualquer compreensão de um fenômeno humano constitui-se em “acabamentos provisórios que permitem levantar a cabeça e olhar para frente” (COVRE, 2015, p. XVI); 2) no jogo da compreensão, dividimos esta responsabilidade com nosso leitor que certamente não comparecerá ao texto desnudado de contrapalavras; 3) nossas falas, e isso nos parece mais ou menos óbvio, se organizam em função dos objetivos a serem atingidos e se ancoram em discursos constrangidos às condições de sua produção, portanto é inescapável que opinemos quando pretendemos apenas descrever, analisar e compreender; e 4) não consideramos a possibilidade de qualquer essencialidade intocável e preferimos as incertezas da compreensão à (pseudo)segurança das explicações, a precariedade do provisório à (pretensa) estabilidade do finalizado, mesmo que isto tenha “um custo considerável para nossa fama de cientistas bem sucedidos” (GERALDI, 2015, p. 82).

Dito isso, consideramos no decorrer da pesquisa que pensar em processos educativos é pensar naquilo que nos constitui enquanto sujeitos e no que constitui o nosso entorno, não apenas em termos materiais, mas no que tange aos sentidos que construímos, compartilhamos, enfrentamos ou produzimos, enfim, frente àquilo que nos rodeia ao que, em muitos momentos, ficamos indiferentes ou nos distanciamos, mesmo estando neles implicados.

Destarte, a constituição do sujeito só pode ser compreendida à luz das interações que ele e em torno dele se estabelecem, do horizonte social imediato e mais amplo que o envolve, a partir das posições sociais que assume e das instituições de que participa, as quais também mudam. O sujeito não é dotado de uma essencialidade imutável e intocável, mas é socialmente constituído, datado e situado, resultado da encarnação do que lhe é exterior. Este horizonte social é um campo em que as vozes e as posições dos sujeitos são confrontadas em torno dos sentidos, que nunca é único, tendo em vista a natureza dialógica e complexa da vida social e da vida do homem, enquanto sujeito falante e expressivo.

Esta perspectiva bakhtiniana de leitura acerca dos processos formativos do sujeito orientou o processo de investigação da tese que ora chega a suas palavras finais. Para Stam (1992, p. 30), Bakhtin desmascara “o mito burguês da autonomia da consciência individual”.



Segundo o autor, o sujeito, na perspectiva bakhtiniana, “é uma matriz de formas discursivas, terreno de múltiplas identidades e identificações, um sujeito atravessado por múltiplos discursos” (STAM, 2010, p. 354).

Compreendemos, igualmente, que os processos educativos não estão limitados a um modelo ou a uma estrutura exclusivamente escolar. Ao pensarmos em experiências de formação do sujeito, devemos levar em conta o fato de que os processos educativos se dão em espaços de interação presentes no cotidiano da vida e da experiência humana e são atravessados por diversas linguagens, culturas, ambientes e escrituras, assim caracterizados por sempre novas configurações de aprendizagem.

A partir desta perspectiva tratamos os espaços midiáticos como ambientes em que ocorrem diversos processos de aprendizagem, tendo em vista o fato de que as mídias representam, nas sociedades contemporâneas, não somente fontes de informação, mas constituem-se como mediadores pelos quais os sujeitos, em grande medida, vêm se relacionando, compreendendo e significando o que os cerca

Mídias e escola, cada qual a sua maneira, se configuram como espaços de produção de sentidos, de encontro de sujeitos, de embates ideológicos, espaços de tensões entre enunciados, posições, vozes que pleiteiam por oportunidades de serem ouvidas, reconhecidas socialmente. À medida que estes espaços se articulam para favorecer a manifestação desta diversidade, não apenas sob o ponto de vista da diversidade de sujeitos, mas da multiplicidade discursiva; apostam no papel produtivo do paradoxo e do conflito ao invés de hostilizá-los; investem no diálogo como elemento determinante no processo de criação dos conteúdos em oposição aos cânones que decretam o individualismo e a dominação; assumem o terreno dessa luta como um espaço político e não somente linguístico.

Entremeio a este cenário de interface entre processos educativos e mídias, a Radiodifusão Comunitária desponta como espaço alternativo de interlocuções e interações que nasce e se ancora proficuamente no campo da linguagem. Não são apenas meios de informação ou transmissores de significados, mas constituem-se em espaços de interação onde sentidos são produzidos, construídos e reconstruídos, experiências de aprendizagem são vivenciadas e onde sujeitos se encontram a fim de travar disputas pela interpretação do mundo e de si próprios. Debruçamos-nos a compreender estes ambientes e estas práticas comunicativas à luz das interações verbais e da produção de sentidos que nelas e através delas ocorrem. Assim, partindo do pressuposto de que os Meios de Comunicação Social configuram um campo de negociação, produção e circulação de discursos, **objetivamos compreender**

**mediante quais condições experiências concretas de Radiodifusão Comunitária podem se configurar como práticas/situações discursivas potencialmente heteróglotas.**

Com este mirante, construímos nosso itinerário investigativo. Consideramos na pesquisa a Radiodifusão Comunitária como uma unidade de pesquisa. Empenhamo-nos largamente, num primeiro momento, sobre um estudo exploratório e descritivo de caráter bibliográfico e documental como estratégia de produção de informações. Tomamos a RadCom como um fenômeno único, “contemporâneo, compreendido dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 32). O circunscrevemos, de tal maneira, como um “caso”.

Ao empreendermos um estudo bibliográfico sobre o fenômeno ficou manifesto que, de modo geral, os trabalhos apontam para o fato de que em espaços onde ocorre o envolvimento direto dos sujeitos a partir da promoção de processos comunicativos e de produção discursiva coletiva, são desencadeados processos educativos, sejam no sentido de melhorar os processos formais de ensino e aprendizagem, sejam eles em processos de educação não formal, fora dos “muros” da escola, ou que com ela estabelecem uma integração, sejam ainda em espaços culturais híbridos que mesclam o massivo e o popular, o formal e o não-formal.

As RadCom têm sido consideradas pelas pesquisas com as quais estabelecemos interlocução como espaços que podem ser ocupados por sujeitos (vozes) e grupos alijados dos meios convencionais de comunicação social. As pesquisas reafirmam o caráter político e participativo das mídias comunitárias e seu enfrentamento em prol da democratização dos meios de comunicação no Brasil e em oposição ao monopólio da propriedade dos veículos e do oligopólio dos discursos produzidos pelas mídias convencionais.

Investimos esforços na tentativa de reconstituir a historicidade do fenômeno da Radiodifusão Comunitária a fim de compreendermos sob quais circunstâncias se deu sua eclosão e em que fundamentos teóricos se apoiou. Ao fixarmos nosso olhar para a história do movimento foi possível perceber sua estreita vinculação com os movimentos sociais surgidos nas décadas de 1970 e 1980 e sua íntima ligação com práticas de educação popular de inspiração freireana. Em seu nascedouro, a RadCom pode ser caracterizada como uma ação de comunicação popular e cultural que emergiu de grupos organizados e com um caráter coletivo, como modo de “expressão de segmentos empobrecidos da população, em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer uma justiça social” (PERUZZO, 2008, p. 368).

Muito embora, no seio dos grupos sociais que encabeçaram estas experiências, possa ser notada uma diversidade de motivações e interesses em relação ao conceito, ao uso e a função destes veículos. Configuram-se, em geral, como espaços políticos ocupados pelas

camadas subalternas (como contrapalavra às camadas dominantes e que têm os sujeitos alijados dos meios de comunicação como protagonistas principais e, via de regra, tidos como destinatários) que as utilizam para externar suas concepções de mundo, seus anseios e compromissos.

Consideramos que tão grande quanto o número de iniciativas populares de apropriação dos meios de produção de discursos com alcance massivo, são as trajetórias de práticas e conceitos presentes no âmago do movimento em diferentes cenários histórico-sociais e culturais. Coexiste, portanto, uma diversidade muito grande de formatos, projetos comunicativos, tendências epistemológicas e conceituais, com maior ou menor engajamento público ou popular, de posição marcadamente alternativa em questões políticas. A nosso ver, não é razoável buscar uma definição ou caracterização única para um movimento de tamanhas dimensões e de tal modo heterogêneo. Estas singularidades do fenômeno nos permitem ver, por outro lado, as formas como as vozes, em particular daqueles que estão às margens do poder político e econômico, ocupam ricamente um lugar nos espaços da radiofrequência como alternativa para expressar suas vivências, produzindo novos sentidos ao mundo em que vivem e a si mesmos como partícipes do processo.

Ao adentrarmos no domínio da historicidade do fenômeno apontamos que os discursos que dele resultam em termos semânticos estão ligados e são expressões das relações e das lutas sociais nos cenários em que cada experiência comunicativa está inserida, ao mesmo tempo em que sofrem e reverberam as implicações dessas lutas. Consideremos que estas lutas pelos sentidos que procuram exprimir inteligibilidades não resultam em estados sempre harmoniosos, consensuais ou desprovidos de conflitos, muito antes pelo contrário. Desde a constituição da legislação, e antes mesmo disso, quando da gestação dos projetos de RadCom, até tempos atuais, as tensões em torno da sua efetivação estão presentes. Embates que continuam hodiernos e se complexificam em particular quando forças reacionárias e conservadoras avançam a passos largos, se apropriando até mesmo de espaços alternativos de comunicação para deles fazer seus altares de promoção ideológica, ou encontrando nestes e noutros espaços de comunicação social vozes nas quais, eficazmente, se reproduzem, tendo em vista, como afirma Geraldi (2015, p. 170), que “o discurso hegemônico sempre encontrou porta-vozes eficientes”.

Pensamos as práticas comunicativas de Radiodifusão Comunitária, num primeiro momento do processo investigativo, mediante os cenários de enfrentamento social, político e jurídico que recobrem o seu nascimento e sua constituição. Temos em vista que cada experiência de RadCom constitui-se em um universo de linguagens, códigos e práticas sob

uma heterogênea pluralidade de ritmos e lógicas articuladas em cada cultura, região, localidade e em contextos determinados. As compreendemos como complexos processos matizados por discursos que contam, em palavras, histórias e experiências, traduzindo e narrando a partir dos sujeitos que se apropriam e ocupam espaços alternativos de comunicação, ideias, expressões culturais, opiniões, reações, enfim, aquilo que constitui a diversidade e pluralidade de cada sujeito em cada lugar.

Tendo como pano de fundo este horizonte, num segundo momento da tese, adentramos em cenários e práticas comunicativas concretas de RadCom, por meio de uma incursão no campo empírico. Estabelecemos interlocução com sujeitos (no âmbito da produção e das audiências) que ocupam estes espaços de comunicação e por meio deles interagem e produzem discursos diversos. A partir da reconstituição da historicidade do movimento, das conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem a produção dos discursos nestes espaços e das interlocuções que estabelecemos com os sujeitos do campo empírico é que procuramos identificar as condições que nos parecem medulares para que processos discursivos heteróglotas sejam reconhecidos nestes e noutros ambientes.

Durante o processo de investigação, Bakhtin (2009, 2011) nos forneceu elementos teóricos a partir dos quais nos foi possível estabelecer alguns dos posicionamentos compreensivos assumidos no decorrer da tese acerca das mídias e da Radiodifusão Comunitária e suas contribuições aos processos de inteligibilidade do mundo e constituição dos sujeitos. No autor nos apoiamos para construirmos inteligibilidades sobre nosso objeto de pesquisa, tendo em vista os olhares que lança para os discursos, entendidos como palco de encontros de opiniões, pontos de vista, posições ideológicas, nos quais se revelam as tensões sociais e onde estão implicados conflitos, relações de dominação, adaptação ou resistência. Perspectiva filosófica que nos move a pensar as práticas comunicativas midiáticas sem uma exaltação cega e ingênua, mas também sem sacrificar a luta contra qualquer tipo de dominação.

Se considerarmos, à maneira bakhtiniana, o dialogismo como inerente ao discurso, a heteroglossia é entendida como uma categoria específica de certas situações discursivas, tendo em vista a possibilidade de que nas práticas sociais o discurso e as relações sociais “podem se tornar monológicos, ou quase” (HIRSCHKOP, 2010, p. 107). Portanto, à noção de dialogismo precisamos incorporar o conceito de heteroglossia, não como um padrão linguístico natural do discurso, mas como característica de certas situações e experiências discursivas, e que se revela não apenas no nível da linguagem, mas se estabelece mediante um conjunto de condições sociais, políticas e discursivas que favorecem sua composição. É algo

pelo qual devemos lutar ao invés de tê-la como certa, observando as condições necessárias que a favoreça. Esta é a chave que usamos para leitura e para a análise das práticas concretas de RadCom, propriamente pelos modos, a partir dos quais, na prática os processos discursivos podem incorporar as diversas vozes sociais e as levarem ao diálogo, preservando as tensões inerentes ao discurso, mas ao mesmo tempo, não excluindo a plurivocalidade que reverbera as dissonâncias e os conflitos sociais. Este é um processo que não está dado de antemão ou garantido, caso se reze algum tipo de cartilha ou se adote alguma fórmula modelo. É uma construção sociocultural e comunicativa e ao mesmo tempo um estado, ainda que precário e efêmero (porque histórico e contingente), pelo qual se deve lutar, enquanto condição, senão ideal, mas ao menos mais preferível, de existência. Para a configuração de tal cenário exige-se a criação de uma conjuntura textual e contextual em espaços de comunicação social onde a condição de falante não seja negada ao sujeito, nem mesmo sejam escamoteadas as possibilidades de ataques do monologismo, mas que proporcione um movimento duplo de celebração e de crítica que não excluam a utopia, as oposições, o riso, tampouco a subversão, o alternativo, o marginal e o periférico, e que lhes convenha peremptoriamente.

Precisamos fazer constar que não há intenção de sugerir um ordenamento ou qualquer tipo de modelo prescritivo a ser seguido e que garantiria, caso universalizado, determinados resultados que pudessem ser previstos ou controlados. Afinal, cada experiência discursiva é um evento singular e como tal deve ser tratado e compreendido. Propomo-nos a um exercício de generalização teórica a partir de particularidades discursivas percebidas no campo da empiria e nas situações discursivas observadas. Não procuramos estabelecer um modelo a ser seguido, mas apontar elementos que permitem pensar as condições de enunciação em processos discursivos midiáticos capazes de promover a heteroglossia. Para Stam (2010), o viés bakhtiniano nos exorta a pensar a “partir das margens”, de pontos de vistas não oficiais, alternativos aos padrões discursivos e culturalmente hegemônicos e que possibilitam a prática de certas situações discursivas onde não esteja asfixiado por completo o papel energizador do paradoxo e do conflito. A “questão não é impor uma interpretação, mas, ao contrário, trazer à luz vozes abafadas” (STAM, 2010, p. 334). Afinal, “processos ativos de produção de sentido criam resistências” (NEWCOMB, 2010, p. 363), promovem lógicas que operam e alimentam diálogos sem que a multiplicidade de vozes dos sujeitos seja suprimida e sem que haja uma voz oficial constantemente repetida. Enfim, pensar instituições que ofereçam a oportunidade de uma forma dialógica de existência, de produção de sentidos num ambiente que permita a pluralidade e que favoreça processos heteróglotas.

Movimentamo-nos a partir da pergunta, a qual nos orientou durante todo processo investigativo, a saber, **em quais condições as experiências de Radiodifusão Comunitária, situadas em cenários culturais e histórico-sociais, compõem ambientes de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia?**

Compreendemos que tais cenários discursivos podem ser promovidos quando os sujeitos entram em processos ativos de produção de sentidos. Quando constroem situações discursivas que não ignoram a tentativa por parte de grupos dominantes de impor um sentido, mas a relativizam. Quando as vozes dissonantes se fazem presentes e não cessam, mesmo frente a tendências hegemônicas que lutam para se manter sobrepostas às outras e a eventos discursivos que uma vez nascidos escapam de qualquer reprodução de sentidos sempre idênticos a si mesmos.

Consideramos as práticas comunicativas de RadCom como terreno privilegiado para a promoção de práticas comunicativas heteróglotas quando fundamentadas em interações de caráter plural e que se estabelecem mediante certos tipos de situações discursivas observadas no campo empírico e descritas a seguir.

### **I - Proximidade com o que envolve a vida das pessoas**

Quando as práticas comunicativas de RadCom levam em conta as situações concretas que envolvem os sujeitos, e a partir delas se orientam, resultam num espaço estendido de interação onde as questões cotidianas e os interesses públicos podem circular. Desta maneira refletem, abastecem e amplificam aquilo que é mais próximo à vida dos sujeitos.

### **II - Experiências comunicativas que favorecem que as vozes ecoem, ressoem**

Esse processo se efetiva na prática quando a RadCom se constitui em experiências comunicativas que favorecem que as vozes ecoem, ressoem, não sejam apenas toleradas com espírito condescendente, mas incluídas em sua força e tonalidades e onde se encontram a fim de travar um franco e aberto debate sobre o que lhe é mais próprio e na qual os mais diversos sujeitos discursivos lutam para conseguir fazer circular seus pontos de vista e suas visões de mundo.

### **III - Espaço de tensões (contradições) mobilizadoras e pontos de vista e vozes dissonantes**

As práticas comunicativas em cenários de RadCom poderiam contribuir, desta forma, para promover espaços de manifestação do contraditório perdido em meio aos ataques do monologismo ou mesmo soterrado nas práticas comunicativas opressoras, excludentes e consensualistas. Tornar audíveis as vozes dissonantes significa dar vazão a um processo discursivo no qual as tensões mobilizadoras da compreensão e que favorecem práticas de

negociação de sentido sejam consideradas em sua força pedagógica. Forçar o poder, as contradições sociais, as tensões a saírem dos bastidores para um palco onde podem ser exibidas, zombadas, discutidas e transformadas pode instaurar práticas discursivas heteróglotas. Estas práticas discursivas tomam “formas afiadas” em uma sociedade marcada pela luta social quando desmascaram “a autoridade do discurso dominante pela exposição dos interesses sociais que permitem sua existência” (HIRSCHKOP, 2010, p. 94).

#### **IV - Potencial transgressivo à padronização discursiva e às lógicas convencionais de comunicação**

O alternativo está na incorporação de novas dinâmicas que possibilitam, no nível do discurso, uma intervenção ativa dos sujeitos impulsionados pela luta social em torno dos sentidos, com vistas a desmascarar a autoridade do discurso monológico-dominante alicerçado em discursos prontos, acabados, formalizados tendo em vista um modelo único de pensamento que segrega o diferente, o contestatório e o desviante. Esta subversão anarquizante oferece novos contornos para os processos de compreensão da realidade e negociação de inteligibilidades.

#### **V - Constituição de cenários de enfrentamento e de processos de resistências**

Em ambiente de cerceamento dos discursos divergentes com vantagem aos timbrados e “autorizados” pelas prescrições de uma estrutura que alicia uma enorme e poderosa maquinaria midiática a seu favor, as práticas discursivas de Radiodifusão Comunitária podem se irromper como formas discursivas que restabelecem as lutas pelo sentido quando são capazes de instituir processos de resistência às tentativas de emudecimento que agem a partir das forças ideológicas, políticas e econômicas no interior do sistema capitalista.

#### **VI - Opção político-ideológica pelos discursos marginalizados, periféricos, não oficiais (inaudíveis)**

Num horizonte onde inevitavelmente estão implicadas lutas sociais e disputa de poder, passa a ser imprescindível para a conquista da heteroglossia, a constituição de espaços comunicativos e promoção de situações discursivas em que as vozes das minorias e das maiorias marginalizadas sejam reconhecidas, assumidas e defendidas, a fim de que participem efetivamente do conflituoso processo comunicativo e com seriedade e coerência sejam publicizadas com a robustez e sonoridade que lhes são próprias.

Concluimos, a partir da compreensão das práticas comunicativas de RadCom que formam o universo de nossa investigação empírica, que os Meios de Comunicação Alternativos/Comunitários e, especificamente, os veículos de Radiodifusão Comunitária, por seus mecanismos e práticas, tendo em vista a historicidade do fenômeno e as condições de

produção dos discursos que a eles se impõem, podem se constituir como espaços educativos e possibilitar experiências de formação do sujeito pelo ambiente de interação e negociação de sentidos que ensejam. Nas condições descritas acima, as Rádios Comunitárias têm potencialidade de fomentarem processos pedagógicos dialógicos, na medida em que assumem o objetivo de tornarem-se espaços de heteroglossia fundamentados a partir do contexto da comunidade em que estão inseridas com as quais, de forma organizada e articulada, interagem produzindo discursos, aprendizagens e sentidos.

Antes de finalizarmos a exposição da pesquisa precisamos fazer constar que no processo de reconstituição da historicidade do fenômeno e na incursão ao campo empírico alguns elementos apontaram para a existência, nas práticas comunicativas de RadCom, de algumas contradições ou situações discursivas que não favorecem a promoção da heteroglossia. Na seção 5.6 *Panorama atual da Radiodifusão Comunitária no Brasil: um embrionário diagnóstico e o relato de algumas experiências singulares* apontamos a existência de emissora de RadCom “picaretas” e “neopentecostais” (GIRARDI; JACOBUS, 2009) ou de “cunho estritamente comercial” e “político-eleitorais” (PERUZZO, 1998). Ou seja, espaços de comunicação comunitária que são ocupados por grupos político-partidários ou religiosos que se utilizam do veículo para benefício próprio. Além disso, em algumas situações advindas do campo empírico percebemos: (1) a presença de uma perspectiva assistencialista nos processos comunicativos, marcada pela compreensão de que comunicação se caracteriza por um ato de “levar”, “permitir”, como uma concessão de uns a outros; (2) a submissão de algumas práticas aos discursos de caráter monológico, aos ataques dos discursos do mercado (que financiam e mantêm os serviços), sujeição que reverbera, em determinadas situações, estratégias de sobrevivência; (3) a existência de noções restritas e limitadas de educação e política, a primeira, às vezes, compreendida como processo monocrático de extensão do conhecimento, e a segunda, depreciativamente, como “politicagem”; (4) entendimentos de que a comunicação deveria se limitar a atender os interesses do público e não os interesses públicos com vistas a uma suposta manutenção da audiência; e por fim, (5) a carência de participação, em algumas situações, de lideranças comunitárias nos processos de gestão e produção da emissora.

Pensar em experiências discursivas em ambientes midiáticos na perspectiva da heteroglossia significa não desconsiderar as tentativas de grupos ou sujeitos de impor um sentido e de propor práticas comunicativas estereotipadas que institucionalizam processos comunicativos e que servem às necessidades de manutenção de um discurso único completamente divorciado, de um lado, das lutas sociais e, de outro, das vicissitudes próprias



da existência cotidiana. As práticas de RadCom não estão imunes a estes condicionamentos. Precisamos levar em conta os cenários socioculturais, econômicos e políticos em que elas estão envolvidas e a pluralidade de sujeitos que transitam por estes espaços. Quais os limites, tensões, distorções, contradições e desafios emergem das práticas comunitárias de comunicação social? Estes elementos não podem ser desconsiderados e mesmo que não tenham sido o foco de nossa investigação, apontam questões que ficam em aberto e podem suscitar outras pesquisas posteriores.

De forma que, uma posição equidistante nos orienta para uma compreensão que não se deixa levar por uma defesa acrítica ou romantizada do fenômeno da Radiodifusão Comunitária. Ao mesmo tempo, considerando, sim, a possibilidade de que estas experiências possam ser encaradas como espaços potencialmente educativos onde os sujeitos encontram-se, a partir de determinada situação histórica e social, mediados linguisticamente, numa interação viva e tensa na busca pela constituição do sentido engendrado pela palavra que anseia ser ouvida, respondida e infinitamente reapreciada

Subverter um modelo que promove o discurso único implica a constituição de práticas discursivas que abracem a diversidade e que sejam capazes de, democratizando a circulação das mais diversas vozes existentes na sociedade façam com que mesmo as mensagens mais poderosas tenham que se defrontar com a palavra de resposta do espectador e com o mundo concreto da experiência. Desse atrito pode resultar: primeiro, uma luta incessante onde nada permanece infundavelmente estável; segundo, a desconstrução de relações de poder que continuam a marginalizar vozes, visões de mundo e posições políticas; e, terceiro, porque históricos, os discursos, nestas situações não são percebidos como uma necessidade mecânica, nem tampouco têm um funcionamento livre, mas constituem-se na interação entre os sujeitos e relativos aos conteúdos e valores ideológicos que a ele se ligam e perpassados pelas instituições sociais em que eles ocorrem.

Isso ocorre na medida em que produção e recepção, emissor e receptor, locutor e espectador, falantes/ouvintes não mais são considerados como elementos antagônicos, distantes ou pólos opostos, mas partes constitutivas de um processo de produção semântica a partir de situações verbais e em realidades complexas e contraditórias onde sujeitos interlocutores se encontram sempre envoltos e imersos. Assim sendo, uma vez que, pela sua natureza, tendem a extrapolar o papel de meios de transmissão de informações, as práticas comunicativas de RadCom favorecem o rompimento dos fluxos unilaterais de comunicação, configurando espaços de enfrentamento, alternativos e de resistência onde sujeitos se

encontram a fim de travar disputas pela interpretação do mundo e de constituição de si próprios produzindo, construindo e reconstruindo sentido.

O que foi exposto até aqui nos leva a afirmar que a relevância pedagógica destas mídias alternativas não reside, pois, apenas nas mensagens veiculadas, nem mesmo pelo fato de poderem se constituir como meios em si ou como ferramentas pedagógicas (no uso da tecnologia como um meio de educação), ou mesmo por sua capacidade de suscitar a necessidade de uma formação específica no trato para com elas, ou ainda pela ação de qualquer um dos pólos envolvidos no processo, emissor ou receptor. Os processos educativos se efetivam, a nosso ver, nos modos de interação que estas experiências comunicativas podem proporcionar, nas possibilidades de interlocução que são capazes de ocasionar entre sujeitos que falam sobre si e sobre o mundo que os cerca, ou seja, numa interação efetiva, tensa e conflituosa, polifonicamente constituída, que possibilita a circulação de discursos que se opõem, transigem, convergem, divergem, enfim, de vozes dissonantes que negociam sentidos e inteligibilidades. Processo este que restaura o espaço do sentido, reconhece a pluralidade, inclui as vozes marginalizadas e combate (criando resistências) os ataques do monologismo e das forças que tentam abafar ou ocultar as vozes dos sujeitos na composição dos sentidos de si enquanto sujeito atravessado também por muitos discursos e do seu entorno.

É nesta paisagem de *tensões mobilizadoras*, de *vozes dissonantes* que negociam sentidos, de *resistências discursivas*, de *lógicas alternativas de comunicação de massa*, de *enfrentamento ao monologismo*, muitas vezes em nosso tempo afanado por poderosas forças de padronização ideológico-discursivas, que é necessário e atual pensar cenários ou pensar a partir de cenários em que as vozes dos grupos não oficiais, marginalizados, oprimidos, periferizados possam ser ouvidas em toda a sua força e ressonância (repercussão). Espaços estes que revelam marcas discursivas capazes de expor, trazer para uma arena de lutas as hierarquias de poder, as profundas divisões e contradições da vida social, as tendências hegemônicas que procuram se sobrepor nos processos de inteligibilidade da realidade e dos sujeitos, além dos discursos minoritários, dos marginalizados, que existem em relações antagônicas, cambiantes e polivalentes. Enfim trata-se de um espaço social no qual, mediante condições indicadas, as contradições sociais e ideológicas possam ser exploradas e onde os discursos não se excluam mutuamente, mas entrecruzem-se, dando forma e conteúdo a um processo que resulta na constituição dos sujeitos em qualquer tempo e lugar.

Neste sentido, percebemos a Radiodifusão Comunitária não apenas como um lugar, como um meio ou um veículo de transmissão de informações, mas como uma potente experiência discursiva, um espaço de comunicação que, quando não desconsidera a

pluralidade das vozes dos sujeitos e as lutas sociais de uma época, pode combater a seletividade imposta pela cultura de massa. Ao não marginalizar ou menosprezar as diferentes vozes nas negociações pelo sentido, possibilita palco favorável para o encontro de opiniões de interlocutores imediatos, de pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias. Pluralidade que, manifestada publicamente, enriquece a experiência humana como um todo e a vida de cada um.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Santa Catarina: Argos, 2009.
- AGGER, Gunhild. A intertextualidade revisitada: diálogos e negociações nos estudos de mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 389-424.
- AMARANTE, Maria Inês. As Rádios Comunitárias na América Latina e a experiência das Redes AMARC e ALER. In: Mídia Cidadã 2009 – V Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2009. Guarapuava. **Anais**. Guarapuava, 2009. p. 166-183.
- AMARC (Canadá) (Ed.). **Conceito de Rádio Comunitária**. Disponível em: <<http://amarcbrasil.org/conceito/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia. **Ciências Humanas e Pesquisa: Leituras de Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11-25.
- AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- AMORIM, Marília. Cronotopo e Exotopia. In.: **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 95-114.
- AZEVEDO, Lia Calabre. História e rádio: um campo de estudos promissor. **Revista do Mestrado de História**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10, p. 71-91, 2007.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação & Educação: do mundo editado à construção do mundo. **Comunicação & Informação**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 176- 187, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/22853>>. Acesso em: 18/05/2014.
- BAHIA, Lílian. Rádios Comunitárias. In: MELO, José Marques; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (Org.). **Mídia cidadã: Utopia Brasileira**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2006. p. 113-126.
- BALSEBRE, Armand. **El lenguaje radiofónico**. Madri: Cátedra, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da Linguagem**; Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARALE, Ana Maria Peppino. Radio educativa, popular y comunitaria en América Latina. La formación de un nuevo sujeto social. **Signo y pensamiento**, [S.l.], v. 17, n. 33, p. 27 - 34, set. 1998. ISSN 2027-2731. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/3011/2319>>. Acesso em: 27 Set. 2017.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Editora Papagaio, 2004.

BARBOSA, Bia. **Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (Org.). Concessões de rádio e TV: Onde a democracia ainda não chegou**. 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Ed. da Ufpr, 1996. p. 21-41.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luis. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: Em torno de Bakhtin**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2003. p. 1-9.

BENAVENTE, Ana. Literacia e cidadania. In.: SALGADO, Lucília. **Literacia e aprendizagem da leitura e da escrita**. Lisboa: Ministério da Educação, 1995.

BESPALHOK, Flávia; HEITZMANN, Patrícia. **Radiojornalismo e subjetividade: em busca de vozes singulares**. In.: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Belo Horizonte-MG, 2003. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_temas\\_bespalhok.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_temas_bespalhok.pdf). Acesso em: 18 dez. 2017.

BÉVORT, Eveline; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas. In.: **Educação e sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BEZERRA, Paulo. Prefácio à segunda edição brasileira. In.: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BEZERRA, Paulo. Introdução. In.: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: Uma obra à prova do tempo. In.: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BONIXE, Luís. **As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico**. In.: Comunicação & Cultura. N. 1. 2006.

BONIXE, Luís. **As rádios locais em Portugal: da gênese do movimento à legalização**. In.: Estudos em jornalismo e mídia - Vol. 9 Nº 2 – Julho a Dezembro de 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2012v9n2p313>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BONIXE, Luís. **Rádios locais e cidadania – uma perspectiva sobre novas formas de participação dos ouvintes**. In.: Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre. Novas Medias – Novas Narrativas. N.32. Junho de 2012a. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Revista%20Aprender%2032.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BONIXE, Luis; CORDEIRO, Paula. Pirata, local, global: que rádio no século XXI. **Jornalismo & Jornalistas**, Lisboa, v. 68, p.26-33, dez. 2018.

BORBA, Marcelo. **Educação matemática: pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado / enunciado concreto / enunciação. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-78.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In.: **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRAIT, Beth. História e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, Roseli. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 79-98.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduandos**. São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1962). Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. **Código Brasileiro de Telecomunicações**. Brasília, 05 out. 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm)>. Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1963). Decreto nº 52795, de 31 de outubro de 1963. Decreto 9138 de 22/08/2017. **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D52795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D52795.htm)>. Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. **Institui o serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências**. [Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, D.O. de 20/02/1998, p. 11.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. **Radiodifusão Comunitária no Brasil: análise da situação e sugestões para sua disseminação**. Brasília, 2005. 76 p. Disponível em: <[http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2013/04/GTI\\_2005\\_Relatorio\\_final.pdf](http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2013/04/GTI_2005_Relatorio_final.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo. Um ar mais livre?: Uma breve abordagem comparativa da situação legal das Rádios Comunitárias na Europa e América do Sul. In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, 2013, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Ufpr - Ncep, 2013. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.midiacidada.ufpr.br/wp-content/uploads/2013/09/Joao-Paulo-Malerba.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BUBNOVA, Tatiana. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 6, p.268-280, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v6n1/v6n1a16.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BURGOS, Carlos Crespo. **Paulo Freire e as teorias da comunicação**. 2012. Acervo do Centro de referência Paulo Freire. Disponível em:

<[http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1654/3/FPF\\_PTPF\\_13\\_017.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1654/3/FPF_PTPF_13_017.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BURINI, Débora; MOURA, Jefferson José Ribeiro de; AFFINI, Letícia Passos. O papel das emissoras educativas no Brasil em tempo de eleições. **Revista de educação, cultura e comunicação**, Lorena, São Paulo, v. 2, n. 3, p.41-51, jun. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134712/ISSN2177-5087-2011-02-03-41-51.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 out. 2017.

CRABTREE, Robin. La Radio Comunitaria: Historia y síntesis de modelos y experiencias. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, Equador, n. 47, p.53-56, nov. 1993. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2151/2171>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CAIMI, Flávia Eloisa. A crise da escola e o 'mal-estar' docente. In.: **História: debates e tendências**, Passo Fundo, RS , v.4, n.1 , Jul. 2003.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. **Información radiofónica**: mediación y técnica, tratamiento y programación. Madrid: Síntesis, 1994.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimento, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p.7-18, 2006. Trimestral.

COCCO, Ricardo; CAIMI, Flávia Eloisa; BONIXE, Luis. A Radiodifusão local em Portugal: As ondas hertzianas como campo de batalha ideológica. In: IV SEMANA DO CONHECIMENTO UPF, 2017, Passo Fundo. **Anais...** . Passo Fundo: Upf, 2017.

COCCO, Ricardo; CAIMI, Flávia Eloisa; BONIXE, Luis. Literacia para as mídias: diálogos acerca de um movimento pedagógico e social. In: DICKMANN, Ivanio. **DNA Educação**. São Paulo: Dialogar, 2018. p. 64-80.

COCCO, Ricardo; BONIXE, Luis. Rádios livres e rádios locais em Portugal: compreensões acerca de processos comunicativos em cenários alternativos. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 2018, Frederico Westphalen. **Anais...** Frederico Westphalen: Universidade Federal de Santa Maria, 2018a. p. 54 - 55.

COCCO, Ricardo. A Voz do Operário: uma escola que faz mais do que ler, escrever e contar. In: DICKMANN, Ivanio. **Caminhos da Educação**. São Paulo: Diálogo Freiriano, 2018. p. 71-98.

COELHO NETO, Armando. **Rádio Comunitária não é crime, direito à antena**: o espectro eletromagnético como bem difuso. São Paulo: Ícone, 2002.

COGO, Denise Maria. **No ar ... uma Rádio Comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

COGO, Denise Maria. **Da comunicação rural aos estudos de audiência**: influências da obra de Paulo Freire no ensino e na pesquisa em comunicação social. In.: Rastros Revista do Núcleo de Estudos Em Comunicação, Joinville, v. 1, n. 1, p. 29-36, 1999. Disponível em: [http://www.ielusc.br/aplicativos/ojs\\_necom/index.php/SECORD/article/view/207/201](http://www.ielusc.br/aplicativos/ojs_necom/index.php/SECORD/article/view/207/201). Acesso em: 10/01/2018.

CONSANI, Marciel. **Como usar o rádio na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, Eveline Vieira; LYRA, Márcia. Como a mente se torna social para Bárbara Rogoff? A questão da centralidade do sujeito. In.: **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n3/a17v15n3.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

COSTA, Mauro Sá Rego; HERMANN JUNIOR, Wallace. Rádios livres, Rádios Comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 17, p.97-107, 2008. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120951Rádios livres rádios comunitárias Outras formas de fazer rádio e política - Mauro Sá Rego Costa e Wallace Hermann Jr.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120951Rádios%20livres%20e%20rádios%20comunitárias%20Outras%20formas%20de%20fazer%20rádio%20e%20política%20-%20Mauro%20Sá%20Rego%20Costa%20e%20Wallace%20Hermann%20Jr.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2017.

COSTA, Mauro Sá Rego. Por um rádio de vanguarda política e estética. In.: **Logos: Rádio nas Bordas - Cartografias da Radiodifusão Comunitária, Livre e Alternativa**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 46, p.176-181, abr. 2017.

COVRE, André. Mensagem aos leitores do Geraldi que vão nascer. In: GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. p. 1-17.

DELIBERADOR, Luzia Y. O legado de Paulo Freire para a prática Mediaeducação na perspectiva da comunicação comunitária. In.: **Anais**. Colóquio Internacional da Escola Latino Americana de Comunicação, 2012. Disponível em [www2.faac.unesp.br/celacon/?=anais](http://www2.faac.unesp.br/celacon/?=anais). Acesso em: 10 mar. 2016.

DETONI, Márcia. Radiodifusão Comunitária: baixa potência, altas mudanças? O potencial das emissoras comunitárias como instrumento de transformação social. In.: **Anais**. V conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Unicentro, Guarapuava/PR, 2009.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em Educação**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo: as idéias linguísticas de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editora, 2009.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB (1961/1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARETTO, Luis Arthur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. In.: **Revista Brasileira de História da Mídia**. V.3, n.1, jan-jun/2014. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3961/2299>. Acesso em: 15 set. 2017.

FIGARO, Roseli. Introdução. In: FIGARO, Roseli. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-18.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer sua palavra (Prefácio). In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.



FIORIN, José Luiz. Enunciação e Comunicação. In: FIGARO, Roseli. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 45-78.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Francisco. Vetos e bloqueios da mídia às políticas públicas transformadoras. **Carta Maior**, São Paulo, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Vetos-e-bloqueios-da-midia-as-politicas-publicas-transformadoras/28812>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p.139-152, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia**: Novos diálogos sobre educação. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Maria Tereza. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In.: FREITAS, Maria Teresa; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sonia. **Ciências Humanas e Pesquisa**: Leituras de Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003. p. 26-38.

FRONTEIRAS, Repórteres sem. **Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias**. A Repórteres sem Fronteiras e o Interozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil. 2017. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-interozes-lancam>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

GARDINER, Michael. O carnaval de Bakhtin: a utopia como crítica. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 211-255.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens**: estudos bakhtinianos. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

GIOVANI, Fabiana; BASTOS, Nathan. A arquitetônica do pensamento bakhtiniano e sua relação com a educação: alguns conceitos aplicados ao ensino/aprendizagem. **Dialogia**, São Paulo, v. 18, n. 1, p.43-56, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=dialogia&page=article&op=view&path%5B%5D=4536&path%5B%5D=2702>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GIOVANI, Fabiana; SOUZA, Nathan Bastos de. **Bakhtin e a educação**: a ética, a estética e a cognição. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

GIRARDI, Ilza; JACOBUS, Rodrigo (Orgs.). **Para fazer Rádio Comunitária com “C” maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Ideias, 2009.

GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Débora de Souza. **Populismo penal midiático: Caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. Saraiva, 2013.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. São Paulo: FTD, 1994.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: P.G/OB, 2005

GUATARI, Félix. Prefácio: as rádios livres em direção a uma era pós-mídia. In.: MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GUEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUTIÉRREZ, Hernando Vaca. Procesos interactivos mediáticos de Radio Sutatenza con los campesinos de Colombia (1947-1989). **Signo y pensamiento**, Bogotá - Colômbia, v. , n. 58, p.254-269, jun. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuário/Downloads/2497-8660-2-PB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

HALL, Stuart. A redescoberta da “ideologia”: o retorno do recalcado nos estudos de mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 279-329.

HIRSCHKOP, Ken. Bakhtin, discurso e democracia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 93-127.

JEANNENEY, Jean-Noël. **Uma história da comunicação social**. Lisboa: Terramar, 1996

JOBIM e SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vigotski e Benjamin**. Campinas: Papirus, 1994.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Madri: Ediciones de La Torre, 1998.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 14, p.68-75, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846/39568>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KAPLÚN, Mario. **Producción de programas de Radio: El guión - la realización**. Quito: CIESPAL, 1999a. Disponível em: <<http://sitio.amarcuguay.org/wp-content/uploads/2012/07/LFLACSO-A-Kaplun-PUBCOM.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

KAT, Polyester. O direito de ouvir e fazer rádio. **11 vezes Rádio Comunitária: Diferentes pontos de vista sobre déficits democráticos do meio de comunicação mais popular do mundo**. Rio de Janeiro, p.23-24, 2014. Disponível em: <[http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2014/08/AMARC\\_11\\_vezes\\_RadCom\\_web.pdf](http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2014/08/AMARC_11_vezes_RadCom_web.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, p.647-665, out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n104/a0229104.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LAHNI, Claudia Regina. Rádio Comunitária autêntica e Educação para a cidadania. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 11, n. 1, p.32-43, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/22814/13559>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

LIMA, Grácia Lopes; SOARES, Donizete. Rádio e Educação: da produção radiofônica para o público à produção radiofônica com o público. In.: DÂNGELO, Newton e SOUZA, Sandra Sueli (Orgs). **90 Anos de Rádio no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

LIMA, Venício Artur de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**: As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Brasília: Instituto Para o Desenvolvimento do Jornalismo, 2007. 186 p. Observatório da Imprensa. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimpresa.com.br/download/Coronelismo\\_eletronico\\_de\\_novo\\_tipo.pdf](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LOPES, Paula Cristina. **Educação para os media nas sociedades multimidiáticas**. *CIES e-Working Paper*, nº 108/2011. Publicação do CIES do Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: [http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP108\\_Lopes.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP108_Lopes.pdf)

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MALERBA, João Paulo. Rádios Comunitárias: panorama da situação legal na América do Sul. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, v. 1, n. 712, p.1-1, 17 set. 2012. Disponível em: <[http://observatoriodaimpresa.com.br/interesse-publico/\\_ed712\\_panorama\\_da\\_situacao\\_legal\\_na\\_america\\_sul/](http://observatoriodaimpresa.com.br/interesse-publico/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul/)>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In.: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Intervozes: Coletivo Brasil de Comunicação Social**. São Paulo, p. 4-28. nov. 2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/concentracao-dos-meios-de-comunicacao-de-massa-e-o-desafio-da-democratizacao-da-midia-no-brasil/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Globalización y multiculturalidad: notas para uma agenda de investigación**. Santos, 1997a (Conferência apresentada no 4º Encontro Ibero-Americano de Ciências da Comunicação).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais: da comunicação à educação. In.: **Revista Comunicação & Educação**, 18 (2000), 51-61. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920/39642>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Los medios, constructores de ciudadanía. In: OCLACC - ORGANIZACIÓN CATÓLICA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE COMUNICACIÓN (Quito - Ecuador) (Org.). **Comunicación, Ciudadanía y Valores: Re-inventando conceptos y estrategias**. Quito. 2008. p. 33-37. Disponível em: <[https://issuu.com/muticom/docs/comunicacion\\_ciudadania\\_valores](https://issuu.com/muticom/docs/comunicacion_ciudadania_valores)>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, Moisés de Lemos. Uma nova frente de pesquisa luso-brasileira: a rádio e os meios sonoros na construção da comunidade lusófona de Ciências da Comunicação. In.: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (org.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetórias e cenários**. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e sociedade da Universidade do Minho, 2015.

MARTINS, Pedro. Introdução. **11 vezes Rádio Comunitária: Diferentes pontos de vista sobre déficits democráticos do meio de comunicação mais popular do mundo**. Rio de Janeiro, p.3-5, 2014. Disponível em: <[http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2014/08/AMARC\\_11\\_vezes\\_RadCom\\_web.pdf](http://amarcbrasil.org/wp-content/uploads/2014/08/AMARC_11_vezes_RadCom_web.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.25-46, jun. 2003. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1031/932>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORENO, Rosa María Alfaro. Comunicación y educación: una alianza estratégica de los nuevos tiempos. **Signo y pensamiento**, [S.l.], v. 18, n. 34, p. 9 - 18, abr. 1999. ISSN 2027-2731. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2849/2133>>. Acesso em: 27 Set. 2017.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Educação e Comunicação: diálogos contemporâneos e novos espaços de reflexão. In.: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M.(Eds.), **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

NETTO, Reynaldo Carilo Carvalho. O “quarto poder” e censura democrática. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, v. 765, set. 2013. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/\\_ed765\\_o\\_quarto\\_poder\\_e\\_censura\\_democratica/](http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed765_o_quarto_poder_e_censura_democratica/)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

NEUBERGER, Raquel Severo Alves. **O Rádio na era da convergência das mídias**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

NEWCOMB, Horace. Sobre aspectos dialógicos da comunicação de massa. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor (Org). **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (Org.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetórias e cenários**. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e sociedade da Universidade do Minho, 2015.

OLIVEIRA, Fábio Sagula de. A (oni)presença das mídias em nosso cotidiano. In.: SOUZA, Fábio Marques de e GAMA, Angela Patricia Felipe (Orgs.). **Mídia, linguagem e ensino – Diálogos interdisciplinares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. A reconfiguração do espaço público nas ondas das Rádios Comunitárias. In: SIMPÓSIO DE RÁDIO E CIDADANIA NA AMÉRICA LATINA, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2000. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:69A4OZop5bcJ:www.obore.com/fe-lafacs/trabalhos/trab6.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

PAVAN, Alexandre. Em busca de sintonia. **Revista Educação**, São Paulo, Editora Segmento, Edição n° 246, outubro 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/clip/80.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. In.: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998. **Anais...** Recife: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/6bb7470193f8fc26ee8ece033aee1fa7.PDF>. Acesso em: 15/12/2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação comunitária e Educação para a cidadania**. Comunicação & Informação, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 205-228, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/22855/13596>. Acesso em: 18/05/2014.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação para a cidadania**. São Paulo Salvador: INTERCOM UNEB, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Intercom/unb, 2006. p. 1 - 17. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Rádio Comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In.: PAIVA, Raquel (Org). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling, Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. In.: **Palabra Clave**, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2008, Universidad de La Sabana, Colombia. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64911214>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Rádios livres e comunitárias, legislação e educomunicação. **Revista de economía política de las tecnologías de la Comunicación y información**, Aracaju, v. 11, n. 3, p.1-11, dez. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/98/70>>. Acesso em: 10 out. 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. Revista Famecos: **Mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p.1-16, abr. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24207>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PINTO, Manuel. **Educação para os media em Portugal**: experiências, actores e contextos. Lisboa: ERC, 2011.

PONZIO, Augusto. **Dialogando sobre diálogo na perspectiva bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

PORTUGAL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Recomendação sobre Educação para a literacia mediática**. 2011. Disponível em: <http://www.gmcsp.pt/ficheiros/pt/recomendacao-do-conselho-nacional-de-educacao-sobre-educacao-para-a-literacia-mediatica.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

QUINTANILHA, Karina. Por uma comunicação Plural. In.: **11 vezes Rádio Comunitária**: Diferentes pontos de vista sobre déficits democráticos do meio de comunicação mais popular do mundo. Rio de Janeiro, p.19-20, 2014. Disponível em: <[http://amarcbrazil.org/wp-content/uploads/2014/08/AMARC\\_11\\_vezes\\_RadCom\\_web.pdf](http://amarcbrazil.org/wp-content/uploads/2014/08/AMARC_11_vezes_RadCom_web.pdf)>. Acesso em: 07 dez. 2017.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REIA-BAPTISTA, Vítor. Conceitos e processos formativos de pedagogia e literacia dos media. In.: **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Universidade de Coimbra. Ano 42-2, 2008, p. 65-77. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61507013.pdf>.

REIS, Ana Isabel; RIBEIRO, Fábio; PORTELA, Pedro. **Das piratas à internet**: 25 anos de rádios locais. Braga: CESC- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2014.

RENFREW, Alastair. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2017.

RIBEIRO, Adriana Gomes. Rádio Educação – maneiras de conjugar. In.: **E o rádio?** : novos horizontes midiáticos. FERRARETTO, Luiz Arthur e KLÖCKNER, Luciano (Orgs.). Porto Alegre : Edipucrs, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. Mikhail Bakhtin e os estudos da comunicação. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 9-34.

RICCORDI, Paulo de Tarso. **Poder público e comunicação comunitária**. I Simpósio de rádio e cidadania na América Latina. Promoção: FELAFACS e Oboré. São Paulo, 24 de outubro de 2000.

RODERO, Emma. Educar a través de la radio. **Signo y pensamiento**, Bogotá, v. 27, n. 52, p.97-109, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/860/86005207.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ROGOFF, Bárbara. **A natureza cultural do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 15, n. 2, p.44-59, dez. 2014.

ROMERO, Emma. Educar a través de la radio. **Signo y pensamiento: Revista de comunicación, información e lenguajes**, Bogotá, v. 27, n. 52, p.97-109, jan. 2008. Disponível em:

<<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/4581/3551>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p.37-50, dez. 2006.

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. **Das rádios livres às Rádios Comunitárias: aspectos históricos**. In.: Revista Tuiuti: Ciência e Cultura, n 48, Curitiba, 2014.

SANTOS, Alisson Rodrigo; MOREIRA, Adelson Fernandes. Contribuições de Bakhtin para a constituição e análise de entrevistas e grupos focais. **Revista Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p.83-91, dez. 2010.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e educação**. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, Júlia Lúcia de Oliveira Albano da. Vaidapé na rua: uma proposta dialógica da Rádio Comunitária. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.134-145, abr. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/logos/issue/current>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVEIRA, Paulo Fernando. Rádio Comunitária é transferência de poder. **Observatório da imprensa**. Campinas, p. 1-10. 22 ago. 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/radio-comunitaria-e-transferencia-de-poder/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SILVEIRA, Paulo Fernando. Palestra proferida no Seminário “**Rádios Comunitárias – legítimas e legais**”. Promoção: Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. Porto Alegre, 4 e 5 de agosto de 2000.

SILVEIRA, Paulo Fernando. Direito fundamental à informação e as Rádios Comunitárias. **Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado**, São Gotardo, v. 2, n. 1, p.64-104, jul. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional/article/view/164/249>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Mas, afinal, o que é educomunicação?** Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP. São Paulo: NCE, [s./d.]. Disponível em: [www.usp.br/nce/aeducomunicacao/saibamais/textos/](http://www.usp.br/nce/aeducomunicacao/saibamais/textos/).

SOARES, Ismar de Oliveira. Caminos de la educomunicación: utopías, confrontaciones, reconocimientos. In.: **Nómadas**. NO. 30. Abril 2009. Universidad Central, Colombia. Disponível em [http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas\\_30/30\\_14D\\_Caminosdelaeducacion.pdf](http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_30/30_14D_Caminosdelaeducacion.pdf). Acesso em: 15 set. 017.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Observações didáticas sobre Análise Dialógica do Discurso - ADD. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p.1076-1094, set. 2016.

SOUZA, Solange Jobim e; ALBUQUERQUE, Elaine Decache Porto. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.109-122, dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/8124/9331>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

STAM, Robert. **Bakhtin**: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor (Org). **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. P. 331-357.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie. **Educação formal e informal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio à edição francesa. In.: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

UNESCO. **Centros multimedia comunitarios**. Paris: UNESCO, s./d. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/files/13508/10688169375CMC-SP.pdf/CMC-SP.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

VIGIL, José Ignacio López; DÁVILA, Luis. Y usted, aún no tiene su FM comunitaria? **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, Equador, v. 45, p.8-10, abr. 1993. Entrevista. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/698/700>>. Acesso em: 05 out. 2017.

VIGIL, José Ignacio López. ¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria? **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, Equador, v. 52, n. 1, p.51-54, nov. 1995. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/621/618>>. Acesso em: 05 out. 2017.

VIGIL, José Ignacio Lopes. **Manual urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In.: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da Linguagem; Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUCOLOTO, Valci Regina Mousquer. A programação do rádio brasileiro do campo público: um resgate da segunda fase histórica, dos anos 40 ao início dos 70. In.: **E o rádio?** : novos horizontes midiáticos. FERRARETTO, Luiz Arthur e KLÖCKNER, Luciano (Orgs.). Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

ZUCOLOTO, Valci. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das Rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In.: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (Org.). **Rádio em Portugal e no Brasil**: trajetórias e cenários. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e sociedade da Universidade do Minho, 2015.



## TESES E DISSERTAÇÕES CONSULTADAS

AFONSO, Maria Rita Teixeira. **Mídia e comunidade:** Estudo sobre produção e recepção da Rádio Heliópolis FM. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANSELMO, Marcia Almeida. **A representação das práticas socioculturais de crianças e adolescentes do Jornal Boca de Rua:** A experiência do Boquinha. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Análise temática da produção científica em comunicação no Brasil baseada ADA em um sistema classificatório facetado.** 2005. 427 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM-6ZGPL2/doutorado\\_\\_carlos\\_alberto\\_\\_vila\\_ara\\_jo.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM-6ZGPL2/doutorado__carlos_alberto__vila_ara_jo.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 08 dez. 2017.

BENZI, Douglas Zanlorenzi. **Cruzando cercas sonoras, ocupando a música:** etnografia musical entre os Sem Terra. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BUENO, Divino Alves. **Rádio escola Roda Pião:** comunicação, mídia e cidadania na prática pedagógica. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CARNICEL, Amarildo Batista. **O jornal comunitário como estratégia de educação não-formal.** 2005. 373 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252616>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CARVALHAL, Antônio Carlos de Oliveira. **Comunicação comunitária:** uma releitura dos principais conceitos. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CONRAD, Kalliandra Quevedo. **Rádios Comunitárias e mobilização social:** um estudo sobre estratégias comunicacionais da RadioCom FM de Pelotas-RS. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CONTEÇOTE, Marcelo Luis. **Comunicar para mudar:** Estudo das metodologias de desenvolvimento de comunidade e da comunicação para o desenvolvimento e para a mudança social. 2008. 226 f. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

COSTA, Mônica Aguiar. **Rádio Comunitária:** possibilidade para a cidadania. 2008. 94 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

FASANO, Patrícia. **Mudança de estilo:** etnografia sobre comunicação comunitária, cultura popular, rádio, participação, igreja católica e política num bairro da Argentina. 2011. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Helen Pereira. **Serviço de Radiodifusão Comunitária: Metamorfose e Singularidade.** 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2009.

FRANCO, Maristela de Oliveira. **O papel educativo das Rádios Comunitárias: A vez das comunidades.** 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades Est, São Leopoldo, 2009.

FRANCO, Maria Helena. **Mulheres e HIV/AIDS: Um estudo de recepção radiofônica.** 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Educação e cultura no rádio brasileiro: Concepções de Radioescola em Roquette-Pinto.** 2008. 409 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuário/Downloads/Renato\_de\_Sousa\_Porto\_Gilioli\_tese.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Quem fala com o povo: caminhos da radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo.** 2014. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GUINDANI, Joel Felipe. **A construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre FM.** 2014. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

JANE, Tomás José. **Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique.** 2006. 198 f. Tese (Doutorado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

JANES, Marcelus William. **A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo.** 2007. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JORGE, Sônia. **Mediações Sonoras: o papel sociocultural e político do rádio em Ribeirão Preto (1937-1962).** 2012. 268 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/tese-completa---pdf.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

KUHN, Wesley Lopes. **Representação política e democratização da comunicação.** 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. **Rádio Comunitária, espaço público e democracia: estudos de casos na França e no Brasil.** 421 f. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LEÃO, Enival Mamede. **No ar... as (in) certezas da comunicação nas Rádios Comunitárias em Catalão-Goiás.** 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

LEMOS, Tatiane Chagas. **Nas ondas da Rádio Juventude.** 2011. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2011.

LIMA, Grácia Lopes. **Educação pelos meios de comunicação:** produção coletiva de comunicação na perspectiva da Educomunicação. 2009. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, Ivanice Oliveira de. **Rádio Comunitária, gênero e capital social:** a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata - Amunam. 2010. 136 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

LOURENÇO, André Luís. **Rádios Comunitárias como arenas públicas.** 2010. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2010.

LUNA, Eunice Muruet. **Os lugares da infância em processos de comunicação comunitária:** Jornal O Cidadão da Maré como experiência. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6962](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6962)>. Acesso em: 03 dez. 2017.

LUZ, Dioclécio. **Radiojornalismo nas Rádios Comunitárias:** conceitos e práticas. 2011. 314 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MALERBA, João Paulo. **Rádios Comunitárias no limite:** Crise na política e disputa pelo comum na era da convergência midiática. 2016. 726 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARANHÃO, Carlos André Castisani. **Quitungo, mídia e cidadania:** A política de "mídia e educação" da prefeitura do Rio de Janeiro em uma perspectiva discursiva e comunitária. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-142046/pt-br.php>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MARQUES, Marlos Feitosa. **Rádio Comunitária e educação ambiental:** análise da relação entre prática educacional e concepção de meio ambiente de jovens comunicadores. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MELO, Simone Ribeiro de. **Comunicação Comunitária e democracia:** mobilização de jovens para a cidadania. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MORAES, Denise Rosana da Silva. **O programa mídias na educação e na formação de professores/as: limites e possibilidades.** 2013. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/SITE\\_PPE\\_2010/teses/2013 - Denise.pdf](http://www.ppe.uem.br/SITE_PPE_2010/teses/2013_Denise.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Escuta sonora: educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das Rádios Comunitárias.** 2002. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OLIVEIRA NETO, Alfredo de. **Comunicação comunitária e saúde: a possibilidade de sintonia em uma só estação rumo à democratização dos espaços da mídia e do SUS.** 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ORTH, Thiana. **As contribuições da comunicação comunitária para processos de mobilização social: o caso da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro.** 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PINTO, Tânia Cecília Brandão Gondin de Freitas. **A educação na Voz das Comunidades.** 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil: análise de dissertações e teses produzidas em programas de Pós-graduação em Comunicação entre 1972-2012.** 2015. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: <[http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1496/2/Maria\\_Otre.pdf](http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1496/2/Maria_Otre.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2017.

PEREIRA FILHO, Sebastião Faustino. **Por uma pedagogia do oprimido midiático: Meios de Comunicação e suas Intervenções na Escola.** 2010. 158 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/18320>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

RIBEIRO, Neusa Maria Bongiovani. **A mediação das mulheres na constituição das redes informais de comunicação.** 2007. 416 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, José Ribamar. **O que dizem as cartas dos ouvintes do programa Escola Brasil.** 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1399/1/DISSERTACAO\\_2008\\_JoseRRodrigues.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1399/1/DISSERTACAO_2008_JoseRRodrigues.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **A Rádio Comunitária como fator de desenvolvimento local.** 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.

Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7901-a-radio-comunitaria-como-fator-de-desenvolvimento-local.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SANTOS, Rosangela de Souza. **Rádio Comunitária: um canal de expressão e participação do povo**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4893>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. **Não basta estar no ar, tem que ser Comunitária: dinâmicas de (de)engajamento de uma organização militante**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Maria Terezinha da. **Gestão e mediações nas Rádios Comunitárias de Santa Catarina: Limites e possibilidades educativas**. 2005. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102634>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SILVA, Ana Carolina de Senna Melo e. **O enigma da comunicação comunitária: segurança, segregação e vínculo a partir da experiência de grupos de comunicação em periferias do Recife**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Renata Nogueira da. **Rádio Brisa: ecos e sons da favela da Rocinha**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Rosi Cristina da. **A voz e a vez dos jovens da Bacia do Goitá: arte, cultura, folkcomunicação e desenvolvimento local na experiência do Projeto Sanfona Cultural em Pombos – PE**. 2010. 76 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SOUZA, Priscila Rabassa de. **A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá - PA**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

TESSAROTTO, Marco Antônio de Oliveira. **Radiodifusão comunitária e inclusão dos segmentos quilombolas na Paraíba: referências e análises sobre a fala ideal**. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

VIVES, Regina Celia Azevedo. **Quem faz uma Rádio Comunitária? Estudo de Caso em uma favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1

#### INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO

**Informantes-chave:** Diretor Geral e Locutores

##### **1. Apresentar ao entrevistado - Dados sobre a pesquisa**

Dados sobre o pesquisador e seu orientador e a instituição onde a pesquisa está sendo desenvolvida;

Tipo de pesquisa: Doutorado, Linha de pesquisa;

Objetivo da pesquisa e Etapa atual da pesquisa: pesquisa de campo (o que a etapa atual engloba e como ela está sendo executada).

##### **2. Identificação do respondente (por ele mesmo):**

- Apresentação do respondente (idade, formação, atividades complementares – se houver -, resumidamente a história de vida, militância em Movimentos Sociais, se for o caso);
- Relação do respondente com a emissora (tempo dedicado à emissora, atividades que realiza, atividade remunerada ou não, cargo que ocupa na direção da emissora);
- Data da entrada na emissora, como foi sua entrada na emissora, outras experiências na área da comunicação ou em outras áreas;
- Como se deu a entrada do entrevistado na área da comunicação e na RadCom?

##### **3. DIMENSÕES a serem consideradas**

**Dimensão Histórica** - Conhecendo a emissora pela voz dos entrevistados

- Relato acerca do Histórico da Emissora e seus objetivos;
- O que motivou a colocar a rádio no ar (caso respondente participou da implantação da emissora)?
- Abrangência (questões técnicas, instalações, prefixo, etc.);
- Outorga e processo de concessão de outorga;
- Pessoas e/ou entidades que participam ativamente da gestão da emissora;
- Sobre a emissora: quantos colaboradores compõe a equipe, como são selecionados os colaboradores (há alguma exigência - ligação política, movimentos sociais, postura ideológica)?
- Relação com o Movimento de Radiodifusão Comunitária;
- Posição do entrevistado em relação à constituição histórica da emissora e ao movimento de radiodifusão comunitária;

**Dimensão Local e de Proximidade**

- Como a emissora trata as questões próprias da comunidade em que está inserida (conhece a realidade, as demandas, as pessoas, as forças político-ideológicas que compõe o local)?
- Como a emissora se relaciona com a diversidade de vozes (posicionamentos ideológicos) presentes comunidade em que está inserida?

- Relação com outras instituições da comunidade. Participação destas instituições na programação e na condução da entidade. De que modo a emissora atua com as organizações sociais sem fins lucrativos atuantes na comunidade?
- Há sintonia com as demandas da realidade local?
- A rádio é mobilizadora para que a comunidade lute e resolva seus problemas ou a rádio que resolve as questões e os problemas da comunidade?

### **Dimensão da produção**

- Como e a partir do que é pensada a programação?
- A que conteúdos é dada prioridade, com qual enfoque, objetivos?
- Em relação às pautas: como são pensadas as pautas? São pautas presentes e nascidas nos veículos comerciais? As audiências propõe pautas?
- Como trata a informação? Com qual viés? Há um objetivo específico quando se decide vincular determinadas informações?
- O que se valoriza ao veicular algo na programação?
- Qual é a função do jornalismo e da informação na programação e na vida da emissora?
- Existem programas produzidos, de forma autônoma, pela comunidade?
- A programação explora mensagens educativas? Há programação com este espírito, a programação tem esta preocupação?
- Em sua opinião, há uma relação entre comunicação, comunicação comunitária e educação? Em que sentido?
- Percebe que há difusão de conhecimentos e fatos que, embora gerados fora do âmbito comunitário, façam sentido localmente e possam contribuir para aumentar o nível de informação e consciência crítica?
- Como lidam com os posicionamentos e os discursos dos grandes veículos de comunicação comercial e com os posicionamentos dos ouvintes que se manifestam?

### **Dimensão da interlocução com os ouvintes**

- Como é e com qual intensidade ocorre a participação da comunidade na programação ou nos projetos capitaneados pela emissora?
- Qual é o nível (quantidade e qualidade) de participação dos ouvintes na programação?
- Há espaços para a participação direta do cidadão (ouvinte)?
- As manifestações dos ouvintes geram pautas e espaços de diálogo na programação?
- Há mecanismo de feedback, (devolutiva) interação da audiência, avaliação, retorno da audiência em relação ao veiculado (idéias, pontos de vista, posturas ideológicas, discursos)?
- Sente que há presença da audiência naquilo que é emitido pela emissora?
- Há espaços para debates, por quem são ocupados estes espaços? A comunidade é incentivada para a utilização e empoderamento da rádio?
- Considera que a emissora é um espaço de diálogo, expressa diversos pontos de vista sobre os assuntos que estão em pauta?
- Como você imagina que a população percebe a programação? É possível observar mudanças de comportamento nos ouvintes impulsionados pela atuação da emissora?
- Percebe a emissora como um canal de expressão de entidades e pessoas?

### **Dimensão ideológica e política**

- Considera que a emissora expressa as opiniões variadas da audiência?
- A emissora tem envolvimento com os interesses sociais?
- Como trata as diferentes vertentes ideológicas, políticas, religiosas?

- Há espaço para a criatividade popular geradas na própria comunidade?
- Como é a atuação do Conselho Comunitário? Qual é a sua representatividade e as repercussões de suas considerações na programação e na vida da emissora?
- A emissora age com autonomia política em relação a empresas, poder público, partidos políticos, igrejas, etc?
- Porque “Rádio do Povo – A Voz da comunidade” (Emissora A) / “A Comunicação feita por você” (Emissora B)? Em que sentido ela pode ser identificada como tal?
- Se há, quais são os espaços, canais e mecanismos de decisão sobre os assuntos da emissora; regularidade e participação/presença em reuniões. Práticas participativas na gestão e na elaboração da programação?
- Existem mecanismos de avaliação de programas e da atuação da rádio como um todo, com participação aberta a pessoas da comunidade?
- Relação com outras organizações (entidades, prefeitura, igrejas, escola, etc). Forças políticas ativas, organizações, iniciativas de benefício público.

### **Dimensão da sustentabilidade e legalidade**

- Como arrecada os recursos para a manutenção e funcionamento? Qual é a relação da arrecadação com o caráter comunitário da instituição?
- Orçamento da emissora; pauta publicitária; estratégias de sustentação financeira;
- A emissora já foi alvo de ações de repressão da fiscalização? Quem denuncia, como contornam?
- Conhece a legislação que rege a radiodifusão comunitária? O que pensa sobre ela?

Espaço para considerações finais e outras informações.

Agradecimentos



## APÊNDICE 2

### INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE DADOS

#### QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE OPINIÃO NO ÂMBITO DAS AUDIÊNCIAS

##### I. Questionário de Identificação

###### a) Identificação dos Entrevistadores:

Nome: \_\_\_\_\_ Instituição: UPF Passo Fundo  
 Trata-se de uma pesquisa de audiência com fins acadêmicos;  
 A participação é voluntária e opcional;  
 O respondente não será, em hipótese alguma, identificado;  
 Não há risco nenhum para o entrevistado;  
 Concorda em participar? ( ) Sim ( ) Não

###### b) Identificação geral dos sujeitos respondentes

Faixa etária (idade): \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Gênero: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Local de residência: ( ) Zona urbana ( ) Zona Rural

##### II. Perguntas

1. Você costuma ouvir Rádio?

( ) SIM ( ) NÃO

- Se a resposta for SIM à pergunta 1:

Com que frequência e onde ouve? \_\_\_\_\_

Qual rádio costuma ouvir com mais frequência: \_\_\_\_\_

2. Você conhece ou ouve (ou já ouviu, se a resposta da questão 1 for negativa) a Rádio Comunitária?

( ) SIM ( ) NÃO

3. Você sabe algo sobre sua programação? Ou tem alguma informação sobre ela? O que você pensa sobre ela?

\_\_\_\_\_

4. Podes precisar qual a média de horas por dia acompanha a programação?

( ) Entre 1 e 2 horas ( ) Entre 2 ou 3 horas

( ) Entre 4 ou 5 horas ( ) Mais do que 5 horas

( ) Depende do dia ( ) Esporadicamente

5. Num escore de zero à dez, como você avalia o seu envolvimento ou sua proximidade com a emissora (sendo que 1 significa pouco envolvimento e 10 muito envolvimento)?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6. O que te motiva a ouvir a Rádio Comunitária? Você mudaria algo na programação? Tem algo que gostaria de excluir ou incluir?

---

7. Você percebe algum papel importante da rádio em seu dia-a-dia? E para a comunidade, ela tem algum grau de importância? Qual?

---

8. Você percebe que as demandas, preocupações e interesses da Comunidade têm espaço na programação da Rádio Comunitária? Como?

---

9. Para você, existem espaços abertos para que a comunidade possa interagir com a emissora e dialogar com ela sobre os temas tratados na programação ou sugerir temas? Os ouvintes têm alguma participação direta na programação ou em alguma atividade da emissora?

SIM  NÃO

- Caso a resposta à questão 9 seja SIM - Por que meios e como ocorrem essas interações/participações? Você considera que existe uma forma de ampliar esta interação?

---

10. Você acompanha as informações e os debates que são veiculados na Rádio Comunitária FM?

SIM  NÃO

*Em caso afirmativo para a questão 10- Frente aos debates, entrevistas, informações, você costuma (o respondente pode, caso desejasse, indicar mais do que uma resposta):*

- ficar indiferente a elas;
- refletir sobre os assuntos tratados;
- comentar os assuntos com pessoas do seu convívio;
- participar enviando perguntas ou opiniões aos locutores;
- levar em consideração as informações veiculadas na emissora no seu dia a dia;
- buscar saber mais sobre o tema em debate;
- formar opinião a partir delas;
- se envolver nas discussões.

11. Você considera que a comunidade passa a ter maior envolvimento nas atividades sociais, culturais e educacionais da cidade se o assunto é pautado na programação da Rádio Comunitária?

SIM  NÃO

Por quê?

---

12. O que você considera importante (assuntos, temas, etc.) que deva ser tratado na programação da Rádio Comunitária? Cite:

---

### APÊNDICE 3

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) UTILIZADO PARA AS ENTREVISTAS NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Doutorado em Educação**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

“Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Processos Educativos em práticas comunicativas de Radiodifusão Comunitária**, de responsabilidade do pesquisador Ricardo Cocco e sob orientação da Professora Doutora Flávia Eloisa Caimi.”

JUSTIFICATIVA: “O que mobiliza nossa investigação é que tanto as mídias quanto as práticas pedagógicas institucionalizadas (escolares) não são apenas meios de informação ou espaços de transmissão de significados, mas constituem-se em ambientes de interação onde sentidos são produzidos, construídos e reconstruídos, e onde sujeitos se encontram a fim de travar uma disputa pela interpretação do mundo e de si próprios. Para além da capacidade de selecionar ou agendar o que devemos discutir e conhecer do cotidiano, é também pela mediação da escola e das mídias que o mundo que conhecemos é traduzido e significado. Ou seja, estes espaços concorrem com o indivíduo na significabilidade do mundo.

OBJETIVOS: Nosso objetivo é compreender as práticas comunicativas presentes em emissoras de Radiodifusão Comunitária.

PROCEDIMENTOS, LOCAL, DIA, HORA DA PESQUISA ETC: “A sua participação na pesquisa será em 1 encontro, e consiste em uma entrevista com duração aproximada entre 30 e 40 minutos respondendo questões referentes a emissora com a qual você têm vínculo.”

ESCLARECIMENTOS: “Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo.”

LIBERDADE: “Sua participação nessa pesquisa não é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento.”

SEM GASTOS E REMUNERAÇÃO: “Você não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo.”

SIGILO E DA PRIVACIDADE: “As suas informações serão gravadas e posteriormente destruídas. Os dados relacionados à sua identificação não serão divulgados.”

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS: “Os resultados da pesquisa serão divulgados através de um trabalho acadêmico em forma de Tese de Doutorado, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados.”

DÚVIDAS: Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado(a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com o pesquisador Ricardo Cocco, telefone (55)3744-4227, ou com o curso Programa de Pós-Graduação em Educação da UPF,

telefone (54)3316-7000, ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Passo Fundo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do pesquisador: Ricardo Cocco

Assinatura: \_\_\_\_\_

CIP – Catalogação na Publicação

---

C659pCocco, Ricardo

Processos educativos em práticas comunicativas de Radiodifusão Comunitária: potenciais ambientes de produção de sentidos na perspectiva da heteroglossia/Ricardo Cocco. – 2019.

307f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Dra. Flávia Eloisa Caimi.

Tese (Doutor em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2019.

1.Educação.2. Comunicação.3. Rádio comunitária. 4.  
Linguagem e línguas - Filosofia.I.Caimi, Flávia Eloisa,  
orientadora.II. Título.

CDU:37.01:80

---

Catalogação: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB10/2241